

ILHA

Revista de Antropologia

Florianópolis, volume 26, número 3
Setembro de 2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

ILHA – Revista de Antropologia, publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina.



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza

Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Alex Degan

Coordenadora do PPGAS: Prof. Rafael Victorino Devos

Coordenação Editorial Viviane Vedana

Editores Viviane Vedana, Vânia Zikan Cardoso e Bruno Reinhardt

Conselho Editorial Alberto Groisman, Alicia Norma Gonzalez de Castells, Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Bruno Mafra Ney Reinhardt, Carmen Silvia Rial, Edviges Marta Ioris, Esther Jean Langdon, Evelyn Martina Schuler Zea, Gabriel Coutinho Barbosa, Ilka Boaventura Leite, Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, María Eugenia Domínguez, Márnio Teixeira-Pinto, Miriam Hartung, Miriam Pillar Grossi, Rafael José de Menezes Bastos, Rafael Victorino Devos, Scott Correll Head, Sônia Weidner Maluf, Theophilos Rifiotis, Vânia Zikán Cardoso e Viviane Vedana.

Conselho Consultivo BozidarJezek, Universidade de Liubidjana, Eslovênia; Claudia Fonseca, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Cristiana Bastos, Universidade de Lisboa, Portugal; David Guss, Universidade de Tufts, Estados Unidos; Fernando Giobalina Brumana, Universidade de Cádiz, Espanha; Joanna Overing, Universidade de St. Andrews, Escócia; Manuel Gutiérrez Estévez, Universidade Complutense de Madrid, Espanha; Mariza Peirano, Universidade de Brasília; Soheila Shahshahani, Shahid Beheshti University, Irã.

Projeto gráfico e Diagramação Annye Cristiny Tessaro (Koru Editorial)

Revisão de Português e normalização da ABNT Patricia Regina da Costa

Ilustração da capa: Maria Carolina Lins Brandão (Lola)

Solicita-se permuta/Exchange desired

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Toda correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial da Revista Ilha

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária

Ilha – Revista de Antropologia / Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. v. 26, número 3, 2024.
Florianópolis: UFSC/ PPGAS, 2024 – 204 p.

ISSNe 2175-8034

1. Antropologia 2. Periódico 1. Universidade Federal de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH

Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário – Trindade

88040-970 – Florianópolis – SC – Brasil

Fone/fax: (48) 3721-9714

E-mail: ilha.revista@gmail.com

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha>

Copyright: A *ILHA – Revista de Antropologia* está licenciada sob a Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Editorial

Prezadas leitoras e prezados leitores,

O terceiro número da *Ilha – Revista de Antropologia* de 2024 está publicado. Neste número, contamos com o dossiê ***Cronotopos pandêmicos: aproximações e leituras antropológicas sobre tempo e espaço durante e após a Covid-19*** que reúne cinco artigos sobre o tema e uma entrevista.

Na apresentação do dossiê, organizado por Monica Franch, Rosamaria Giatti Carneiro e Sonia Maluf, conhecemos um pouco de cada artigo, bem como das urgentes motivações de pesquisa que deram origem a esta coletânea.

Além deste dossiê, este número da revista conta ainda com mais dois artigos e uma resenha, todos indicando temas e discussões importantes para o debate antropológico e acadêmico atual.

A *Ilha – Revista de Antropologia* é uma publicação que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, ensaios bibliográficos e dossiês temáticos que contribuam para o debate contemporâneo no campo da antropologia. Temos seguido nosso compromisso de divulgação da pesquisa científica no âmbito da antropologia, primando pela seriedade e rigor na produção deste conhecimento. A *Ilha – Revista de Antropologia*, seguindo a tendência contemporânea, passou a ser publicada exclusivamente *on-line*, sendo esta uma forma mais ágil e sustentável para a ampla divulgação de nossa produção.

Desejamos a todos e a todas boas leituras!

Viviane Vedana

Editora

SUMÁRIO

Dossiê: *Cronotopos pandêmicos*: aproximações e leituras antropológicas sobre tempo e espaço durante e após a Covid-19

Apresentação 06

Monica Franch

Rosamaria Giatti Carneiro

Sonia Weidner Maluf

Gestão em Saúde Mental – Nós e Alinhamentos em Tempos de Urgência ... 15

Rafaela Porcari

Molena Acuio

Márcia Reis Longhi

“Para mim não há tempo”: cuidado, tensões temporais e sofrimentos femininos em meio à pandemia de Covid-19 38

Luana Papelbaum Micmacher

Laura Rebecca Murray

Camilo Barbosa Venturi

Doença de Alzheimer e Cuidados Possíveis em Contexto Pandêmico 60

Renata de Moraes Machado

Rachel Aisengart

Deficiência, Tempo e Cuidado em Narrativas sobre Escolarização Formal Durante a Pandemia da Covid-19 80

Jéssica Nunes da Silva

A Dança como Gesto de Escuta: estratégias pedagógicas em um curso universitário durante a pandemia da Covid-19 107

Maria Acselrad

Emergência Climática, Natureza e os Trabalhos do Tempo: rumações sobre uma pandemia 124

Fernando José Ciello

ENTREVISTA

Novas Arquiteturas do Tempo: uma conversa com Emília Araújo..... 143

Mónica Franch

Rosamaria Giatti Carneiro

Daiana Maria Santos de Sousa Silva

Susi Francis Amaral Piva

ARTIGOS

**Das Agriculturas Holocênicas ao Controle Colonial da Plantation: as
(r)existências das sementes crioulas 161**

Josiane Carine Wedig

Helena Rodrigues Lopes

Brendo Henrique da Silva Costa

**O Impossível Plausível: transformações e história dos contatos de Grupos Jê
– Cayapó 183**

Marcel Mano

Dossiê: *Cronotopos pandêmicos*: aproximações e leituras antropológicas sobre tempo e espaço durante e após a Covid-19



Organizadoras

Monica Franch

Rosamaria Giatti Carneiro

Sonia Weidner Maluf

Apresentação

Presentation

Monica Franch¹
Rosamaria Giatti Carneiro²
Sonia Weidner Maluf³

¹Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

²Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

³Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

1 Introdução

Decorridos quatro anos da irrupção da pandemia de Covid-19, parece imperar uma certa sensação de esgotamento em relação a esse tema, que tanto mobilizou a comunidade antropológica, sobretudo nos anos de 2020 a 2022. Nesse período, a antropologia brasileira se engajou em redes de pesquisa nacionais e internacionais e produziu uma importante quantidade de artigos, livros e dossiês abordando as diversas dimensões do fenômeno pandêmico. O anúncio, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), do fim da situação de emergência pandêmica no dia 5 de maio de 2023, justificado pela queda das mortes e de hospitalizações por Covid-19 após a campanha internacional de vacinação, funcionou mais como uma confirmação do que como uma autorização para o “retorno à normalidade”, que já vinha efetivamente acontecendo. A reabertura das escolas e das universidades, a retomada da indústria do turismo de massas, o retorno da sociabilidade nos bares e restaurantes, o abandono ou a franca diminuição do uso de máscaras cirúrgicas, a volta do Carnaval, dos *shows* e das festividades de rua, a diminuição drástica do *home office* são alguns dos sinais de que a pandemia já ocupa o terreno do esquecimento. Entretanto, a persistência de sintomas físicos e mentais, dentro e fora do quadro definido como “Covid longa”, a permanência da memória dos familiares das vítimas de Covid e suas reivindicações de políticas reparatórias anunciam, em contrário, uma história que está longe de ter se encerrado.

Este dossiê surge da compreensão de que os efeitos da pandemia para a vida social ainda ecoam e merecem ser mais bem compreendidos, sobretudo no que tange às transformações nas dimensões temporais e espaciais. O nosso objetivo é abordar os modos como noções, práticas e experiências de tempo e de espaço foram vividas durante a pandemia de Covid-19, bem como refletir sobre o alcance dessas possíveis mudanças na atualidade. Se por um lado, o mundo se viu conectado pela ameaça representada pelo



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Apresentação

Sars-Cov-2, por outro, as interpretações, as práticas e as experiências nesse período foram diversas, espacial e temporalmente. Assim, é preciso olhar para as tendências de caráter mais geral que afetam a vivência do tempo e do espaço durante e após a pandemia, sem perder de vista os contextos específicos, etnograficamente apreendidos, em que as coisas se passaram (e se passam) de modos muito diferentes.

No que diz respeito ao espaço, a casa e a cidade foram bastante reconfiguradas, especialmente no primeiro ano de pandemia e durante os meses em que foi decretado isolamento social. O espaço da vida, por um lado, se viu drasticamente reduzido a alguns metros quadrados, a circulação de pessoas foi interrompida, as escolas foram fechadas, e popularizou-se o *home office*, o que comprimiu ou reajustou a experiência espacial para uma parte da população (Carneiro, 2024). Por outro lado, em diversos contextos periféricos e comunitários, o isolamento social restrito às moradias, na maior parte das vezes, não foi possível, sendo que comunidades e territórios específicos, como indígenas e quilombolas, tomaram medidas de isolamento e/ou de criação de barreiras sanitárias coletivas. Mas, mesmo nessas situações, o ir-e-vir também se viu abalado, com a suspensão do transporte público e pelo agravamento das situações de pobreza e de desemprego, configurando novos desenhos do espaço urbano.

Noções de proximidade e de distância foram reconfiguradas com a expansão da virtualidade e das conexões via internet, que permitiu àqueles que puderam ficar em casa (e que contaram com recursos para isso) intensificarem ou estabelecerem conexões com familiares, amigos ou com colegas de trabalho em lugares distantes. Em algumas áreas de atividade, como é o caso do trabalho acadêmico, esse estímulo à conectividade impulsionou a criação de redes de pesquisa e de colaboração a baixo custo, bem como resultou na normalização de práticas até então consideradas esporádicas ou emergenciais, como a participação *on-line* em bancas e reuniões de trabalho. Por outro lado, a proliferação de normas que buscavam estabelecer a distância segura entre os corpos em espaços e circunstâncias distintas (restaurantes fechados, mercados ao ar livre, reuniões familiares, fábricas, bares) revelou o caráter ameaçador da proximidade física. Se por um lado tínhamos casas cheias e corpos se esbarrando em espaços por vezes exíguos, por outro, o perigo da proximidade trouxe situações de solidão nos hospitais, nos cemitérios e na vivência cotidiana de muitas pessoas, sobretudo das mais idosas, deixando marcas que perduram até hoje.

O tempo, por sua vez, também sofreu compressões e alongamentos: o tempo do trabalho e o tempo do descanso; da rua e da casa; do escritório e da escola; o tempo político e o tempo religioso; o tempo da intimidade e o tempo da sociabilidade. Na dimensão do cotidiano doméstico, a sobreposição de tempos sociais afetou as divisões ordinárias entre temporalidades, gerando uma sensação de tempo contínuo e desordenado (Araújo; Castañeda-Rentería, 2021). A própria noção de passagem do tempo sofreu mudanças, sobretudo com o alongamento da experiência da pandemia no Brasil, provocado em grande parte pelo retardo ou mesmo pela ausência de políticas efetivas de enfrentamento à crise sanitária. Durante o isolamento, vivemos o tempo da espera, da demora, da extensão da quarentena, mas também da urgência, que envolveu emergências médicas, de atendimento de pessoas adoecidas por Covid nos serviços de saúde e hospitais; a urgência de ações e políticas de saúde e de adoção de medidas de proteção individual e coletiva; a urgência de

compreensão desse evento crítico e de seus impactos sociais e subjetivos, que mobilizou as várias áreas do conhecimento, as agências de fomento e o redesenho dos programas e projetos de pesquisa em andamento no período (Maluf, 2022a).

Após mais de quatro anos da irrupção da pandemia¹, temos hoje a percepção de que diferentes experiências de tempo e de espaço foram vividas. De um lado, vigora uma sensação de que o tempo não passou e de que vivemos uma espécie de eclipse e mesmo circularidade temporal e, de outro, se impõe uma percepção estendida do tempo, a partir da intensificação ou mesmo do espessamento da experiência vivida. A pandemia tornou-se um marco temporal, para se referir aos eventos que aconteceram durante e depois: “Depois da pandemia, isso mudou [...]”; “Desde a pandemia [...]”, “Com a pandemia [...]”. O interessante é que, nessas figurações, a pandemia aparece como um bloco estanque, homogêneo, como se tivesse sido uma experiência coesa e uníssona: no tempo da pandemia.

Se, de uma forma, o espaço da vida cotidiana durante a pandemia encolheu ou se restringiu aos limites da segurança sanitária e da evitação do contágio, de outra forma, a dimensão planetária da crise levou a uma percepção alargada e vasta do mundo. Passados quatro anos, há quem lamente a saída do *home office* ou então quem prefira fortemente a presencialidade. Há quem fale da pandemia e quem não queira falar. Existe um véu de normalidade aparente, que, justamente como tal, pode também apontar para situações de trauma, daquilo que não se quer lembrar e do que não se dá conta de suportar; mas também expor o fato de que, para muitas pessoas, a pandemia foi uma experiência da ordem do ordinário, tamanha a sua vulnerabilidade e desproteção social.

Certamente, essas vivências de tempo e de espaço estiveram marcadas pelos contextos sociais em que se vivenciou a pandemia, refletem desigualdades e marcadores sociais. Refletir sobre tempo e o espaço torna-se fundamental para entender as diferentes experiências sociais da pandemia e as desigualdades que marcaram o enfrentamento dessa crise sanitária no Brasil.

Tempo e espaço são categorias bastante tematizadas pela antropologia (Carsten; Hugh-Jones, 1995; Munn, 1992; Gell, 2014; Fabian, 2013 [1983]), que nos permitem discutir mudanças e continuidades na vida social e na experiência vivida. A irrupção de um “evento crítico” (Das, 1995) como a pandemia de Covid-19, ao ensejar importantes alterações espaço-temporais, atua ao mesmo tempo como catalizador e acelerador de tendências em curso, como também possibilita o surgimento de arranjos criativos, resultado de situações contingentes e provisórias. Ao chamar para a *Ilha – Revista de Antropologia* um dossiê sobre esses assuntos, nos inspiramos na categoria de cronotopo, proposta pelo filósofo e crítico literário Mikhail Bakhtin (1998). O cronotopo (literalmente tempo-espaço) bakhtiano traduz a indissociabilidade das dimensões espaço-temporais no campo literário. Ao trazer esse conceito para a antropologia e, especificamente, para a compreensão da pandemia e de suas reverberações, buscamos evidenciar como muitas das situações que experimentamos no período pandêmico afetaram simultaneamente tempo e espaço. As narrativas, os discursos, os relatos de todo tipo e as produções estéticas sobre a experiência da pandemia nos mostram como os diferentes regimes,

¹ Declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

configurações e intensidades de tempo e de espaço são indissociáveis: os tempos da experiência pandêmica estão inteiramente articulados aos espaços e territórios em que essa experiência foi vivida. O cronotopo (espaço-tempo) articula os diferentes dramas, enredos e sentidos dados à experiência individual e coletiva da pandemia.

No campo das ciências sociais, tão logo se inicia a pandemia, redes de pesquisa se formaram para pensar coletivamente, e, a partir de realidades locais e de temáticas específicas, os impactos e os desdobramentos sociais de uma crise sanitária, e no caso brasileiro também política, de tal porte. As organizadoras deste dossiê participam da organização e da coordenação de duas iniciativas que envolveram diversas instituições, programas de pós-graduação e grupos de pesquisa brasileiros: as redes *Antropo-Covid* e *Ecos da Pandemia*. Entre os resultados da primeira, estão diversos trabalhos, artigos e capítulos publicados em coletâneas e em revistas da área²; organização de dossiês (incluindo este da *Revista Ilha*)³ e a publicação da coletânea *Antropologias de uma pandemia* (Maluf *et al.*, 2024)⁴. Nas publicações, apresentações e eventos organizados pelas redes, foram apresentados os resultados de pesquisas em múltiplas temáticas no campo da antropologia e das ciências sociais, envolvendo também estudantes de pós-graduação e graduação, que carregarão como marca e contexto de sua formação – e experiência de vida – os anos (e o tempo) da pandemia.

2 Dos Artigos e suas Temporalidades

Buscamos neste dossiê atrair contribuições que nos permitissem compreender melhor os contornos e os sentidos das transformações espaço-temporais que ocorreram em diferentes contextos ao longo e após a crise deflagrada pela pandemia da Covid-19. Os artigos do dossiê, alguns advindos de pesquisas etnográficas e outros de perfil mais ensaístico, trazem diferentes dimensões dos cronotopos da pandemia, a partir da gestão pública e das vivências dos e das trabalhadoras da saúde; das tarefas de cuidado e sua sobrecarga durante a pandemia, envolvendo principalmente as mulheres e a tensão temporal (ou de falta de tempo) diante da multiplicação de tarefas; das estratégias de manutenção das atividades de ensino em seus vários níveis, da escolarização de deficientes ao ensino universitário, dos atravessamentos com outras doenças e vulnerabilidades e das reconfigurações do espaço e da circulação-mobilidade; das relações entre crises climáticas e sanitárias e as transformações, reconfigurações retóricas da urgência nas narrativas sobre emergência climática.

O artigo de Rafaela Porcari e Marcia Longhi, “*Gestão em Saúde Mental: nós e os alinhamentos em tempos de urgência*”, aborda a vivência do tempo pandêmico a partir de

² Além dos artigos e capítulos publicados nos dossiês mencionados e nas coletâneas, organizados pelas redes de pesquisa, também foram publicados (breve seleção): Franch *et al.* (2022), Neves *et al.* (2022), Maluf (2021, 2022a, 2022b, 2022c), Carneiro e Gaitan (2023) e Carneiro e Maluf (2023).

³ Dossiês: “Antropologia de uma sindemia”, na *Revista Áltera* (UFPB), n. 14, 2022, disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/65008>; “Gênero e Covid-19”, na *Revista Pós* (UnB), v. 17, n. 1, 2022, disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/issue/view/2459>; “Antropologia da saúde na pandemia da Covid-19: reflexões teóricas, metodológicas e éticas”, na *Revista Equatorial* (UFRJ), v. 11, n. 20, 2024, disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/issue/archive>.

⁴ Que pode ser acessado em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254302>.

narrativas de trabalhadores(as) da gestão pública em saúde mental nos primeiros meses da pandemia no Estado da Paraíba. A partir de entrevistas com Tábata, Sérgio, Ana, Marília e Leandro, as autoras problematizam os desencontros entre o poder público local e o poder federal, exploram a importância da criatividade e da experiência daqueles que aplicam as “políticas públicas nas pontas” e que valorizam o projeto “ético-político” no campo da saúde mental. Para isso, valem-se expressamente da ideia de cronotopo, dando destaque para o tempo que se constitui a partir do espaço e para como o espaço afeta a experiência do tempo, em movimentos ascendentes e descendentes. O artigo nos instiga a pensar, como comentam as autoras, que “a gestão é feita de e por pessoas”, com suas marcas subjetivas, resistências e arranjos locais e que, mesmo em contextos macropolíticos tão adversos e negacionistas, viu-se essa capacidade de agência, que “dá carne” tanto a experiência do tempo, quanto do espaço. O artigo “*Para mim não há tempo: cuidado, tensões temporais e sofrimentos femininos em meio à pandemia de Covid-19*”, de Luana Papelbaum Micmacher, Laura Rebecca Murray e Camilo Barbosa Venturi, explora narrativas de sofrimento psíquico decorrentes de conflitos temporais de mulheres da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19. O material de campo foi coletado durante o estágio da graduação em Psicologia da primeira autora, na Clínica da Família da Zona Norte da cidade, durante 2021 e 2022. Tomando as histórias de Kátia, Vera, Leia e Lúci, o artigo discute as dissonâncias entre o “tempo do relógio” e o “tempo do cuidado” e destaca como a pandemia para muitas mulheres não representou algo novo, haja vista já se encontrarem sobrecarregadas com o trabalho reprodutivo e sua completa invisibilidade social. Para tanto, dialoga de maneira muito interessante com a bibliografia mais atual sobre o cuidado e a reprodução social, explorando a paralisia dos corpos de mulheres que tudo suportam caladas e daquelas que têm o desejo de desaparecer e que se sentem invisíveis, costurando o sofrimento psíquico ao físico e à dinâmica social mais ampliada. Em suas páginas, vemos como as mulheres são hodiernamente comprimidas temporalmente pelo cuidado e como isso tem sido a raiz de seus sofrimentos e que o não dito e o não narrado dizem muito a partir de seu próprio silenciamento.

Em “*Doença de Alzheimer e Cuidados Possíveis em Contexto Pandêmico*”, Renata Moraes de Machado e Rachel Aisengart nos colocam diante da discussão sobre “o melhor cuidado” e “o melhor cuidado possível”, partindo de sua investigação entre filhas de mulheres com Doença de Alzheimer em camadas médias na cidade do Rio de Janeiro. O artigo nos apresenta Beth, uma mulher de 67 anos, que, diante da pandemia e do medo de que sua mãe contraísse o vírus, se muda para a casa da mãe, rompe com os contratos dos cuidadores e sente-se extremamente sobrecarregada. Situação essa que a faz ao final refletir sobre o “melhor cuidado”, obedecer à diretriz do isolamento social, o cuidado consigo mesma ou a manutenção dos estímulos cognitivos. De outro lado, Tatiana decide manter práticas de estímulos de sua mãe, a despeito das recomendações da OMS, dando prioridade a outra ideia de cuidado. Diante de situações tão diferentes, vemo-nos diante da polissemia do melhor cuidado e dos dilemas morais vivenciados por aqueles que, em tese, poderiam cuidar, mas não o fazem em virtude de priorizarem a si mesmos.

Em “*Deficiência, Tempo e Cuidado em narrativas sobre escolarização formal durante a pandemia da Covid-19*”, Jéssica Nunes da Silva olha para as famílias, as crianças com deficiência e os educadores de Educação Inclusiva que, durante a pandemia, se viram às

Apresentação

voltas com o ensino remoto. A autora começa questionando a relevância de ainda se olhar para a pandemia a partir do presente e de refletir sobre essas muitas temporalidades. A pesquisa de campo aconteceu em Porto Alegre e região metropolitana, entre 2020 e 2022, com quatro instituições de ensino e trouxe à baila conceitos como a “temporalização” ou o “tempo processo” para pensarmos sobre as singularidades da temporalidade para as crianças com deficiência e de seus cuidadores. Esse grupo de pessoas colocava em questão a ideia de que aquele “era o novo normal” e de que o ensino remoto era a melhor alternativa, posto que esse ensino foi ponto de desregulação de muitas crianças e de extrema sobrecarga para muitos cuidadores, tantos familiares como professores. No limite, pensar sobre o futuro foi um desafio para aqueles que foram entrevistados, mas também para a ideia de uma escola verdadeiramente anticapacitista.

Em seguida, tem-se o artigo “*A Dança como Gesto de Escuta: estratégias pedagógicas em um curso universitário durante a pandemia da Covid-19*”, de Maria Acselrad, que explora o recurso de “audioaulas” em tempos pandêmicos em um curso de graduação de Dança, que, assim como tantos outros, passou a acontecer de modo virtual. Por meio de entrevistas com os estudantes que participaram da experiência, o texto explora o corpo como território dos sentidos, território político e território cultural. A discussão sobre audição como um sentido que, de uma forma, promove a interioridade e, de outra forma, promove uma abertura para o outro se articular com as reflexões sobre o contexto pandêmico e a dimensão de catástrofe.

“*Emergência Climática, Natureza e os Trabalhos do Tempo: ruminções sobre uma pandemia*”, de Fernando José Ciello, fecha o ciclo de artigos deste Dossiê, redirecionando nosso olhar para um debate sobre a noção de tempo difundida por vídeos sobre o clima e a pandemia de Covid-19 na internet. Para tanto, o autor recorre ao diário de campo de observações feitas entre 2020 e 2022 nas redes sociais. Em quatro vídeos diferentes, o autor identifica a ideia de tempo urgente e de tempo de agir em prol da natureza, de alguma maneira propiciados pela pandemia e seus efeitos sociais. Por isso, segundo ele, “[...] a pandemia funciona como um operador discursivo que permite evidenciar a passagem do tempo no campo ambiental”. O tempo ali não aparecia de maneira objetificada, mas como produto das relações sociais mediadas com o meio ambiente. Nesse sentido, os seres humanos encontravam-se envoltos em tempos particulares, mas também num tempo comum: o tempo da pandemia, para, assim, concluir pela inexistência de um tempo passado, presente e futuro, pela importância de ainda refletirmos sobre a pandemia e o clima, na interface com o pensamento neoliberal e suas muitas idas e vindas no que tange às caracterizações de tempo.

Por fim, existem a honra e a grata possibilidade de encerrar este Dossiê com uma entrevista que realizamos com Emília Araújo, socióloga portuguesa referência no mundo sobre os estudos sobre o tempo. Nessa oportunidade, Mónica Franch e Rosamaria Carneiro conversaram com Emília buscando reconstruir sua trajetória de estudos e o próprio campo internacional dos estudos sobre o tempo, sobretudo publicações e associações, para – ao final – a questionarem sobre os usos do tempo na pandemia. E, mais ainda, sobre os impactos da pandemia nas leituras sociais de tempo a partir daquele momento e dos anos que sucederam sua fase mais crítica. Essa entrevista nos levou ao debate

sobre usos do tempo, gênero, cansaço e exaustão, pontos tão marcantes dos trabalhos antropológicos sobre a pandemia no Brasil e no mundo.

Feita essa breve exposição do que lhes espera nas próximas páginas, desejamos que apreciem a leitura e que este Dossiê funcione como um registro histórico e analítico de importante temática antropológica. Estamos convencidas da importância do tema e do campo aqui enaltecidos para a teoria produzida a partir da etnografia em tempos de crise.

Referências

- ARAÚJO, Emília; CASTAÑEDA-RENTERÍA, Liliana iBeth. El tiempo y las pandemias: reflexiones sobre la crisis del tiempo. **Arxius**, [s.l.], n. 45, p. 67-82, dezembro, 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 211-262.
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti; GAITAN, Ana Cecília . Os impactos da pandemia de COVID-19 na prática dos direitos sexuais e reprodutivos na América Latina. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [s.l.], v. 12, p. 10-13, 2023.
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti; MALUF, Sônia Weidner . A mãe carinhosa. **Atlânticas – Revista Internacional de Estudos Feministas**, [s.l.], v. 8, p. 259-294, 2023.
- CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the House: Lévi-Strauss and Beyond**. Londres: Cambridge Un. Press, 1995.
- DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Oxford: Universidade de Oxford, 1995.
- FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis: Vozes, 2013 [1983].
- FRANCH, Mónica. *et al.* Dossiê etnografias de uma sindemia: a covid-19 e suas interações. **Áltera – Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 1, p. 1-5, 2022.
- FRANCH, Mónica *et al.* Antropólogas em pandemia: algumas reflexões metodológicas. In: LONGHI, Marcia Reis; TELLA, Marco Aurélio Paz; GOLDFARB, Maria Patricia Lopes. (org.). **Antropologias, diversidades e urgências: 10 anos de pesquisa no PPGA-UFPB**. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2022. v. 1. p. 96-111.
- GELL, Alfred. **A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MALUF, Sônia Weidner. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Tomó**, UFS, v. 38, p. 251-285, 2021.
- MALUF, Sônia Weidner. Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia In: RAMIRO, Patricia; FRANCH, Mónica; AMORIM, Ninno (org.). **Ciências sociais em debate: crise e crítica social em tempos da Covid-19**. 1. ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2022a. v. 1. p. 181-197.
- MALUF, Sônia Weidner. Ensinar antropologia em tempos sombrios. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, p. 117-134, 2022b.
- MALUF, Sônia Weidner. Pandemia e as ligações perigosas entre neoliberalismo e neofascismos In: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vania Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa. **Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos**. 1. ed. Salvador: EdUFBA, 2022c. v. 1. p. 437-449.

Apresentação

MALUF, Sônia Weidner *et al.* (org.). **Antropologias de uma Pandemia**: políticas locais, estado, saberes e ciência na Covid-19. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024. 467p.

MUNN, Nancy D. The cultural Anthropology of Time: a Critical Essay. **Annual Review of Anthropology**, [s.l.], v. 21, p. 93-123, 1992.

Monica Franch

Doutora em Antropologia (PPGSA-UFRJ), professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 pelo CNPq.

Endereço profissional: Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Câmpus Jardim Cidade Universitária, João Pessoa, PB. CEP: 58050-585.

E-mail: monicafrench@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3845-3841>

Rosamaria Giatti Carneiro

Doutora em Ciências Sociais (PPGCS-Unicamp), professora da Universidade de Brasília (UnB), coordenadora do Grupo de Pesquisa CASCA (Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva). Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq.

Endereço profissional: Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Câmpus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF. CEP: 70000-000.

E-mail: rosacarneiro@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1271-7645>

Sonia Weidner Maluf

Doutora em Antropologia Social e Etnologia (École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, 1996). Professora Titular aposentada da UFSC, docente permanente do PPGAS-UFSC. Coordenadora Executiva do INCT Brasil Plural (CNPq) e do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (Transes/UFSC). Pesquisadora 1b do CNPq.

Endereço profissional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Câmpus Trindade, Florianópolis, SC. CEP: 88040-970.

E-mail: soniawmaluf@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9222-4348>

Como referenciar esta apresentação:

FRANCH, Monica; CARNEIRO, Rosamaria Giatti; MALUF, Sonia Weidner. Apresentação. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e103711, p. 6-14, setembro de 2024.

Gestão em Saúde Mental – Nós e Alinhamentos em Tempos de Urgência

Rafaela Porcari Molena Acuio¹
Márcia Reis Longhi¹

¹Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PA, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência social do tempo pandêmico a partir da vivência de trabalhadoras/es da gestão pública do campo da saúde mental nos primeiros meses da pandemia de Covid-19 no Brasil. A pesquisa foi realizada junto a técnicas/os e residentes em saúde mental atuantes na Gerência Operacional de Atenção Psicossocial da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba. Em consideração aos diversos elementos políticos, relacionais e das subjetividades, tempos e espaços se entrelaçaram nos processos de gestão e de vida cotidiana, e gerir o campo da saúde mental dos mais de 200 municípios paraibanos adquiriu ritmos inéditos. Mobilizamos o conceito de cronotopo para refletir sobre a indissociabilidade das relações têmporo-espaciais nas complexidades e sutilezas de conduzir em tempos de urgência a Rede de Atenção Psicossocial paraibana em alinhamento com o projeto ético-político do campo da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Pandemia; Tempo; Gestão Pública.

Mental Health Management – Nodes and Alignments in Times of Urgency

Abstract

This article aims to reflect on the social experience of the pandemic period based on the experience of public management workers in the field of mental health in the first months of the Covid-19 pandemic in Brazil. The research was carried out with mental health technicians and residents working in the Psychosocial Care Operational Management of the State Health Department of Paraíba. In consideration of the various political, relational and subjectivities elements, times and spaces were intertwined in the processes of management and daily life, and managing the field of mental health in the more than 200 municipalities in Paraíba acquired unprecedented rhythms. We mobilize the concept of chronotope to reflect on the inseparability of temporal-spatial relationships in the complexities and subtleties of conducting the Paraíba Psychosocial Care Network in times of urgency in alignment with the ethical-political project in the field of mental health.

Keywords: Mental Health; Pandemic; Time; Public Management.

Recebido em: 31/01/2024

Aceito em: 09/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

Como afirmou Sonia Maluf (2020) em sua aula inaugural ministrada em maio de 2020, “[...] a pandemia da Covid-19 é eminentemente social, tanto nos seus efeitos sobre a vida e a morte de pessoas, quanto sobre as relações sociais, as subjetividades e os modos de vida”. Naquela ocasião, estávamos mergulhados há menos de três meses em um acontecimento absolutamente novo, dispúnhamos de pouquíssimas informações oficiais e, como agravante, éramos governados por um grupo despreparado, descompromissado e sem espírito público. Não levou muito tempo para perceber que todos seríamos atingidos, mas não da mesma forma (Henning, 2020). A Covid-19 provocava diferentes ações, reações e compreensões, dependendo do espaço, do tempo e do grupo em questão.

No Brasil, muito rapidamente, as ciências humanas e mais especificamente as ciências sociais, em reação ao descaso do Estado, imprimiram esforços na busca por registrar e “[...] produzir uma reflexão qualificada” (Rui *et al.*, 2021), mesmo que “ainda ao calor da hora”. Em meados de 2020, já existiam inúmeras produções coletivas, como a coletânea “Pandemias e Pandemônio no Brasil” (Augusto; Santos, 2020), o *site* AntropOLÓGICAS EPIDÊMICAS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2020), o Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus (Grossi; Toniol, 2020), entre outras. Essas produções mostraram a Covid-19 para além das questões fisiológicas. Impossível não problematizar tanto os aspectos políticos como o entrelaçamento com os marcadores sociais da diferença. Segundo Segatta (2020), a pandemia precisa ser considerada como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas, e poderíamos acrescentar que é espaço-temporalmente localizada. Quando falamos “Pandemia”, existe uma compreensão coletiva de que estamos fazendo uma delimitação espaçotemporal.

Quatro anos depois, nos encontramos em uma situação muito diferente. Não vivemos mais em uma condição de confinamento, a vacina foi desenvolvida e se tornou acessível a toda população, e a Covid-19, apesar de ainda nos rondar, já não é mais uma ilustre desconhecida. No que diz respeito ao Brasil, estamos em outro momento histórico/político e, pensando na saúde pública, apesar das deficiências e das fragilidades, já se pode afirmar que dispomos de um Ministério da Saúde comprometido e atento às demandas da população mais necessitada. No entanto, a pandemia deixou marcas e vazios a serem preenchidos e compreendidos.

Por conta disso, é de extrema importância que agora, em tempos de reflexão, nos debrucemos sobre nossos dados e nossas experiências vividas em tempos de urgência. A saúde pública ocupou centralidade em tempos pandêmicos, em alguns momentos perseguida e culpabilizada, em outros homenageada. A saúde mental, com suas especifi-

idades, também foi alvo de grandes demandas e poucos recursos, afinal, não houve priorização dessa agenda pelo governo federal, apesar do adensamento de estudos que evidenciavam o impacto a curto e longo prazo da vivência de uma pandemia global na saúde mental da população geral e de grupos específicos, dados identificados a partir da experiência internacional de países que já se encontravam em estágio mais avançado da pandemia (OPAS, 2006; Kabad *et al.*, 2020, Pavani *et al.*, 2021).

Atualmente, diferentes áreas do conhecimento têm contribuído para investigar o complexo fenômeno que foi o impacto da pandemia de Covid-19 no campo da saúde mental brasileira. Estudos oriundos da psicologia, enfermagem, saúde pública, saúde coletiva e das ciências sociais apontam alguns grupos cujas vivências de sofrimento da ordem da saúde mental se mostraram intensificadas: grupos “já conhecidos”, como pessoas com transtorno mental, usuários de álcool e outras drogas, crianças, jovens e idosos, pessoas com privação de liberdade, moradores de favelas, migrantes e imigrantes, indígenas, profissionais da educação, população negra e mulheres vítimas de violência, e outros circunstancialmente identificados como pertencentes a um grupo em função do contexto da pandemia, como pessoas com suspeita de contágio, em internação hospitalar por Covid-19, pessoas em luto em decorrência da pandemia e trabalhadores da saúde (Bittencourt; Pereira, 2020; Brandão, 2020; Cruz *et al.*, 2020; Kabad *et al.*, 2020; Ferreira; Paraiso, 2023; Schmidt *et al.*, 2020; Gaudenzi, 2021; Noal *et al.*, 2020; Mometti-Braz; Onocko-Campos, 2023; Vilarinho, 2021; Peres, 2022; Silva, 2023; Rodrigues, 2024).

A respeito da saúde mental dos profissionais da saúde, os estudos têm se centrado nas equipes multiprofissionais “da linha de frente”, que atuaram diretamente com pessoas com Covid-19 em hospitais, Unidades de Saúde da Família (USF), ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outros, já os chamados “gestores” ou “a gestão” têm sido tangencialmente convidados a integrar a discussão que envolve saúde mental e trabalho em saúde durante a pandemia (Mometti-Braz; Onocko-Campos, 2023; Schmidt *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2020; Pavani *et al.*, 2021; Noal *et al.*, 2020). A participação da gestão e dos gestores se dão nesses estudos como órgãos de decisão e de manejo de recursos físicos, financeiros e de pessoal, entretanto, as pessoas que ocupam esses cargos têm sido pouco observadas pela literatura do ponto de vista de suas experiências sociais.

Os trabalhos de Cruz *et al.* (2020) e Noal *et al.* (2020) nos deram pistas nesse sentido ao trazerem breves elementos sobre estes que ocupam a gestão pública no campo da saúde mental e revelaram um pouco da humanidade destes que em geral são vistos como órgãos do Estado: Cruz *et al.* (2020) pela escolha de identificar o gênero da “gestora” municipal da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)¹ cujas ações e decisões políticas são discutidas no artigo; e Noal *et al.* (2020) por nos mostrar gestores como pessoas que se engajaram e interagiram com relatos e dúvidas nas plataformas do curso de capacitação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Covid-19 da Fiocruz.

Tendo isso em vista, este artigo tem como objetivo contribuir com o debate inicial sobre a experiência social destes que, nos bastidores, lidaram com o desafio de serem o fio condutor entre o Ministério da Saúde – a gestão da pandemia em um plano macropolítico

¹ A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é uma rede de serviços articulados e territorializados de cuidado às demandas relacionadas ao sofrimento psíquico e/ou ao uso abusivo de álcool e outras drogas, instituída após o movimento de reforma psiquiátrica brasileira, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2013).

– e os trabalhadores da ponta. Provocadas pela proposta do presente dossiê, que nos convida a refletir sobre “como noções, práticas e experiências de tempo e espaço foram vividas durante a pandemia de Covid-19”, nos debruçamos sobre o conteúdo de entrevistas realizadas com pessoas que atuaram na gestão estadual de saúde mental da Paraíba durante os primeiros meses da pandemia, com o olhar atento às relações têmporo-espaciais que permeavam as narrativas.

Algumas perguntas se colocaram e nortearam nossas reflexões: quem foram as pessoas que atuaram como gestoras nesse campo durante a pandemia? Nesse contexto, quais foram suas experiências? De que forma se deram seus processos de trabalho? Como suas subjetividades se entrelaçam com o que por elas foi desenvolvido? Como espaço e tempo demarcaram e deram o ritmo na construção desses processos?

Trata-se de um recorte do material de campo de uma pesquisa desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, integrada ao macroprojeto “Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social”, da Rede Antropo-Covid².

O trabalho de campo ocorreu entre abril de 2021 e agosto de 2022, conduzido por uma das autoras deste artigo, enquanto a outra atuou como orientadora. Nesse período, foram realizadas entrevistas com técnicas/os e residentes que atuaram na chamada Gerência Operacional de Atenção Psicossocial (GOAP) da Secretaria Estadual de Saúde (SES) da Paraíba durante os primeiros meses da pandemia de Covid-19 no Brasil. A GOAP faz parte da Gerência Executiva de Atenção à Saúde da SES e fica localizada na capital João Pessoa. Tem como função principal orientar e ordenar a execução da política de saúde mental nos 223 municípios paraibanos e intermediar a relação entre estes e o Ministério da Saúde³. Considerando ser um lugar estratégico no que diz respeito às políticas públicas dirigidas à saúde mental do estado e ser um momento único, já que nunca havíamos vivido um evento crítico (Das, 1995) da magnitude da Covid-19, julgamos de grande relevância o registro desta experiência.

No início de 2020, período ao qual as narrativas se remetem, a equipe técnica da GOAP era composta de sete pessoas – uma coordenadora, duas assessoras/es e quatro residentes da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal da Paraíba (Resmen-UFPB). A presença das/os residentes estava vinculada a um cenário de prática da Resmen, isso significava que atuariam por alguns meses e, em seguida, seriam transferidos para outra unidade dentro da RAPS da grande João Pessoa, e, nesse

² Trata-se de uma rede de pesquisadoras/es que congrega discentes e docentes de cinco universidades nacionais – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE-UFPE).

³ Segundo a Lei Estadual n. 11.830, de janeiro de 2021, a GOAP tem como atribuições: “I) planejar, coordenar e supervisionar ações e atividades de Atenção Psicossocial no Estado; II) instruir, orientar e acompanhar áreas e equipes em ações do Governo na área de Atenção Psicossocial; III) participar e subsidiar estudos e pesquisas relacionadas às políticas de Atenção Psicossocial; IV) observar normas e diretrizes do Ministério da Saúde relativas à Atenção Psicossocial; V) registrar atividades e ocorrências, estatísticas e pesquisas sobre Atenção Psicossocial em saúde; VI) estruturar processos de trabalho na área de Atenção Psicossocial em ações estratégicas e especiais da Secretaria; VII) viabilizar o acesso e o atendimento na área de Atenção Psicossocial, observados os requisitos e recomendações regulamentares; VIII) cumprir e fazer cumprir normas e diretrizes vigentes na área de Atenção Psicossocial, em ações estratégicas e especiais da Secretaria; IX) manter atualizadas estatísticas e relatórios relativos aos trabalhos na área de Atenção Psicossocial, em ações estratégicas e especiais da Secretaria; X) desenvolver atividades correlatas” (Paraíba, 2021, p. 16).

mesmo movimento, chegaria em breve um novo grupo de residentes para reiniciar o cenário de prática na GOAP.

Foram entrevistadas/os dois técnicos/as e três residentes que atuaram na GOAP nos primeiros meses da pandemia: os/as técnicos/as Tábata, assistente social, coordenadora, e Sérgio, psicólogo, assessor técnico; e os/as residentes Ana, psicóloga, e Marília e Leandro, ambos terapeutas ocupacionais⁴. No momento da entrevista, os interlocutores tinham idade entre 25 e 47 anos.

Por ter trabalhado como assessora técnica entre 2021 e 2022 na coordenação de saúde mental do município de João Pessoa, a pesquisadora que conduziu as entrevistas conheceu pessoalmente os técnicos da GOAP no início de 2021, durante reuniões de trabalho que envolviam as gestões de saúde mental municipal e estadual, e conheceu Marília em 2022, quando ela atuou por três meses como residente nesse mesmo local em que a pesquisadora trabalhava. O contato com Ana e Leandro ocorreu pelo método bola de neve (Vinuto, 2014), facilitado por Marília.

As entrevistas foram realizadas no local de escolha de cada interlocutor: Tábata escolheu a própria GOAP, Sérgio, a clínica onde estava trabalhando naquele momento, e as/os três residentes escolheram realizar as entrevistas remotamente, pelo aplicativo Google Meet. Com cada interlocutor/a, foi realizada uma entrevista com duração entre uma e duas horas. O diálogo foi orientado por um roteiro que abordava três tópicos principais: (i) a experiência pessoal de lidar com o início da pandemia; (ii) a rotina e os processos de trabalho dentro da gestão; e (iii) os relacionamentos experienciados nesse período – com colegas de trabalho, familiares, gestores dos municípios, ministério da saúde, etc. Em que pese essa estruturação, é importante ressaltar que as/os interlocutoras/es foram convidadas/os a se expressarem livremente e, portanto, o roteiro foi utilizado apenas como norte, permitindo a espontaneidade das/os entrevistadas/os.

Nas narrativas, identificamos complexidades e sutilezas das relações têmporo-espaciais que permearam a experiência social de atuar como gestores do cuidado em saúde mental durante a pandemia. O encontro de diferentes tempos e espaços na experiência de trabalho na gestão se fez oportunizado pelas especificidades de ser um lugar de mediação entre mais de duas centenas de municípios e o ministério da saúde, e, nesse sentido, entre o cuidado de ponta e a política de ampla escala, num período de atravessamento de uma pandemia de nível global.

Para pensar nessas relações, utilizamos a noção de Cronotopo. O conceito, que tem origem nas ciências matemáticas e foi incorporado na crítica literária pelo filósofo russo Mikhail Bahktin, refere-se ao entrelaçamento indissociável entre tempo e espaço num fluxo de acontecimentos (Bahktin, 1998).

O tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico (Bahktin, 1998, p. 211).

⁴ Seguindo os padrões éticos de pesquisa, os nomes são fictícios e constam aqui apenas falas autorizadas pelos/as interlocutores/as.

Para o campo antropológico, o conceito traz grandes possibilidades analíticas, pois contribui para a discussão sobre como esses elementos e, em relação, atuam como fundamento no desenrolar das narrativas (Carrillo, 2008).

O espaço pode parecer aberto, fechado, limitado, grande, pequeno, global, fragmentário, etc. O tempo pode parecer infinito, limitado, longo, curto, ininterrupto, interrompido, anacrônico, etc. Nestes nós, nos movemos, expressamos, comunicamos, falamos e entendemos [...]. Isto representa uma mudança importante na concepção do espaço, de modo que a análise do território deve incluir também o tempo e vice-versa (Carrillo, 2008, tradução livre).

Neste artigo, nos dedicaremos ao tempo e aos seus ritmos antagônicos – a espera e o urgente, o cronológico e o vivenciado, a suspensão e o presente – atrelados indissociavelmente à experiência de espaço – o desconforto, a análise sistemática, o risco, o *home office*, os deslocamentos, o presencial e o *on-line* – deste lugar comum da GOAP durante o início da pandemia.

Organizamos este artigo em três seções: (i) a primeira é uma breve contextualização sobre a atuação de base da GOAP de antes da pandemia e suas principais linhas de trabalho; (ii) a segunda seção é sobre as experiências do tempo e espaço no cotidiano das/os técnicas/os e residentes com a chegada da Covid-19 no estado; e (iii) a terceira seção aborda a relação da GOAP enquanto intermediadora entre Ministério da Saúde e gestoras/es municipais e os processos de trabalho disparados para a garantia da execução da política de saúde mental em tempos pandêmicos.

2 O Trabalho de Base da GOAP

Como dito anteriormente, a Gerência Operacional de Atenção Psicossocial (GOAP) tem a função de planejar, coordenar e supervisionar ações e atividades relativas à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) paraibana. Segundo levantamento realizado por Oliveira e Medeiros (2022), a RAPS da Paraíba é composta majoritariamente de serviços CAPS – o estado conta com 113 desses serviços ativos, divididos entre as 16 regiões de saúde que organizam territorialmente a rede de atenção à saúde para os mais de 4 milhões de habitantes da Paraíba⁵. Com relação aos demais serviços específicos de saúde mental, segundo monitoramento realizado pela GOAP em 2018, o estado conta com 20 leitos de saúde mental em hospital geral, 14 Serviços Residenciais Terapêuticos, quatro Unidades de Acolhimento e 65 beneficiários do Programa de Volta Pra Casa (Paraíba, 2020a).

Lidar com a gestão dessa numerosa e complexa rede exige da GOAP um trabalho fundamentalmente de intermediações: uma primeira intermediação é entre as/os gestoras/es municipais das 223 cidades paraibanas e entre estas e o Ministério da Saúde (MS). Para isso, frequentemente, as/os técnicas/os da GOAP dialogam diretamente com secretárias/os

⁵ A maioria dos CAPS do estado é do subtipo I, somando 71 unidades, CAPS dessa modalidade são indicados para municípios ou regiões de saúde acima de 20 mil habitantes. Além disso, conta com nove CAPS II, seis CAPS ad, ambos indicados para municípios ou regiões de saúde de mais de 70 mil habitantes, 12 CAPSi, indicados para municípios ou regiões de saúde de mais de 150 mil habitantes, dez CAPS ad III e cinco CAPS III, ambos indicados para municípios ou regiões de saúde de mais de 200 mil habitantes. As Modalidades do tipo III funcionam 24 horas, sete dias por semana, e as demais das 8h às 18h, em dias úteis (Brasil, 2002; Brasil, 2013; Oliveira; Medeiros, 2022).

municipais de saúde, coordenadoras/es municipais de saúde mental, coordenadoras/es de CAPS e hospitais; e com trabalhadoras/es de gestão de nível federal, como os chamados “apoiadores institucionais” do Ministério da Saúde, que atuam como referência para diálogo com este outro nível de administração pública.

Além da intermediação desse diálogo, o trabalho da GOAP envolve outra mediação: entre as políticas públicas “macro” – suas leis, normativas e notas – e a execução destas na realidade “micro” – concreta e situada relativa a cada um dos municípios que estão sob sua gestão. Isso implica a translação de recomendações generalizantes para uma pluralidade sociocultural-territorial, ou seja, a tradução possível da política pública a partir dos arranjos das RAPS existentes nos municípios. Assim, a partir das características, dificuldades e potencialidades de cada rede, a GOAP pode contribuir com a articulação, ampliação ou reorganização da RAPS em curto, médio e longo prazo. Isso ocorre pela vistoria para habilitação de novos serviços, reorganização do fluxo de atendimento e diálogo com outras redes – como de segurança pública e de assistência social – e com outras instituições, como ministério público, por exemplo.

Além disso, a GOAP lida com conjunturas políticas partidárias nas três esferas de governo, e, portanto, a articulação da rede de saúde mental está imbricada com os ciclos dos mandatos e com os (des)alinhamentos políticos entre os diferentes níveis de gestão pública. Ou seja, a atuação de base da GOAP de antes da pandemia já envolvia o desafio de conduzir a RAPS paraibana com o direcionamento do que é preconizado pela política nacional de saúde mental, mas lidando com as particularidades da concretude sociopolítica-cultural-territorial-temporal de cada uma dessas relações descritas.

Para realizar esse trabalho, as/os técnicas/os atuavam na sala da GOAP se deslocavam a outros setores da SES, outros órgãos e instituições públicas, para participação em reuniões, eventos, audiências, entre outros, e também iam às demais cidades do estado para realizar visitas técnicas e vistorias. Além disso, grande parte do processos de trabalho eram realizados de dentro de uma sala de uso exclusivo da equipe da saúde mental. Localizada em um dos longos corredores da SES, a sala era climatizada com ar-condicionado e continha com dois computadores, armários, quadro de recados, uma mesa redonda com algumas cadeiras, uma cafeteira e um galão de água.

3 Início da Pandemia e a Experiência Têmporo-Espacial Cotidiana

Em termos de um tempo histórico-cronológico, a identificação do novo coronavírus ocorreu em janeiro de 2020, após o alerta do crescente número de casos de pneumonia na cidade chinesa Wuhan desde o final de 2019. Em poucos meses, o vírus afetou a população global e em 20 de março do mesmo ano foi decretada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (OPAS, 2024). Nesse mesmo mês, o primeiro caso foi detectado no estado da Paraíba: em 18 de março, um idoso com histórico de viagem para a Europa testou positivo para a doença na capital paraibana (G1 PB, 2020; Paraíba, 2020b).

As/os técnicas/os Tábata e Sérgio já trabalhavam na GOAP antes da pandemia: Tábata desde 2011, cinco anos como assessora da coordenadora anterior e quatro anos

como coordenadora, e Sérgio como assessor técnico desde 2013. Para eles, a sensação de chegada da pandemia ocorreu antes da primeira notificação da doença no estado, pois, desde que perceberam que a onda de Covid-19 atingiria o Brasil, eles já se colocaram em um movimento de tentar prever como isso impactaria suas vidas e o trabalho na gestão da saúde mental.

Os dois meses entre a identificação do Coronavírus na China e o primeiro caso paraibano foi vivido por ambos em compasso de espera. O acompanhamento das duras notícias internacionais e do avanço em outros estados intensificaram uma vivência de lentidão: pairava a espera de como seria o desenrolar da pandemia localmente e qual seria, então, o direcionamento do trabalho da gestão.

Já Ana, Marília e Leandro iniciavam, naquele momento, a Residência Multiprofissional em Saúde Mental (Resmen) da UFPB. Para eles, a vivência do tempo da iminência da pandemia teve um ritmo particular, pois estavam “na correria”, como relata Leandro, devido à adaptação a essa nova condição – a de serem residentes. Ser residente implicava uma jornada de 60 horas semanais, que incluía uma carga horária de estudo teórico e uma de trabalho nos chamados “cenários de prática”, miniequipes multiprofissionais circulavam pelos equipamentos de saúde mental e da atenção básica em esquema de rodízio a cada três meses.

Para Marília e Ana, esse período de início da residência – e início da Covid-19 no Brasil – também foi marcado por um processo de mudança de estado: Marília veio da Bahia e estava morando sozinha em um apartamento, e Ana veio do Ceará e estava dividindo apartamento com uma colega. Leandro morava em João Pessoa com o pai e havia recém-concluído a graduação em Terapia Ocupacional pela UFPB. A residência se iniciou na mesma semana em que as aulas presenciais da graduação e de pós-graduação foram suspensas na UFPB. Assim, diferente de Tábata e Sérgio, que já trabalhavam juntos e conviviam há anos, quando Ana, Marília e Leandro iniciam o cenário de prática na GOAP, eles se conheciam apenas remotamente das aulas *on-line*.

Então, quando oficialmente a Covid-19 passou a fazer parte do cenário paraibano, a equipe que atuaria em conjunto nesses primeiros meses da pandemia estava iniciando sua convivência como grupo – as/os técnicas/os já habituados com aquele espaço e as relações de trabalho e as/os residentes em adaptação a todo esse contexto. Diferente das/os técnicas/os que já haviam acumulado experiência de trabalho na complexa rede de relações institucionais da gestão pública, para eles, tudo era novidade: os processos de trabalho, os colegas com quem conviveriam pelos próximos meses, a carga horária da residência, as funções da GOAP e quais seriam as suas naquele local, e, para Ana e Marília, a cidade e suas próprias casas. Tendo isso em vista, nas narrativas Tábata e Sérgio relataram se sentirem num momento de espera e demora, enquanto as narrativas das/os residentes evocaram rapidez e dinamismo.

Tábata e Sérgio retrataram a sala da GOAP e a própria SES de antes da pandemia como um espaço repleto de vivacidade: descreviam a troca entre colegas de diferentes setores, ações conjuntas, encontros e conversas, reuniões da equipe técnica, organização e promoção de eventos. Entretanto, Tábata relata que com o avanço dos casos de Covid-19 no estado, o espaço da GOAP e da SES passaram a ter uma outra atmosfera: os vívidos corredores passaram a ser cada vez mais reduzidos de movimentação de pessoas, havia

um estranhamento com alguns que utilizam máscaras e outros não⁶, os locais antes tão corriqueiros, como refeitórios e banheiros, passaram a ser vistos como ambientes de risco. As atividades cotidianas que até então eram simples e rápidas passaram a ser milimetricamente analisadas e pormenorizadas, como relata Tábata: “*O simples fato de tomar água, almoçar, tirar a máscara para fazer alguma coisa já era meio que assustador (...) era álcool em tudo: maçaneta, porta, mesa, cadeira, telefone... se usava algo já lavava e passava álcool em seguida. E mantínhamos portas e janelas abertas para ventilar*”.

Os espaços entre os corpos aumentaram, os objetos eram evitados de serem tocados, as superfícies que antes passavam despercebidas começaram a ser sistematicamente limpas. E quanto maior foi se tornando a incidência dos casos – e das mortes – intensificaram-se os controles dos gestos e hábitos cotidianos a fim de reduzir os riscos de contaminação. Nesses primeiros meses, havia a orientação de distanciamento social, entretanto esses inúmeros movimentos de controle cotidianos foram sendo construídos a partir dos estranhamentos do convívio naquele espaço, da observação dos colegas e das atualizações acerca do que se conhecia sobre a transmissão do vírus.

As atividades externas, como as vistorias em serviços de saúde mental em outras cidades, foram sendo drasticamente reduzidas até serem suspensas e, com a aceleração do número de casos, o setor de vigilância em saúde da SES emitiu um ofício com a recomendação que fosse feito um revezamento dos trabalhadores que lá trabalhavam, que os “grupos de risco” trabalhassem de *home office* e que todos que estivessem na SES deveriam utilizar máscaras descartáveis. Nesse contexto, a equipe sentou para conversar sobre a permanência no espaço da GOAP: como se organizariam nessa nova configuração? Chegaram à conclusão de que independentemente da organização dos que estariam na GOAP, era imprescindível que estivessem disponíveis para os gestores dos 223 municípios paraibanos.

Assim, Sérgio passou a trabalhar de *home office*, e Tábata e outra técnica (não participou da pesquisa) inicialmente revezavam as idas presenciais, mas, observando a dificuldade no diálogo entre a equipe e, devido a isso, de se organizarem com os processos de trabalho, combinaram de as duas irem diariamente, mas em horários que não ficassem concomitantemente na sala por muito tempo. As/os residentes se dividiram em duplas que se revezavam presencialmente, a princípio ficavam na própria sala da GOAP, e certo tempo depois passaram a ficar em um auditório que estava subutilizado, para se distanciarem o máximo possível da(s) técnica(s) que estaria presencial no dia. Como forma de superar as limitações de diálogo, passaram a se reunir semanalmente de forma *on-line*, como forma de estabelecer um novo espaço para trocar as informações do dia a dia, que estava sendo realizado de forma paralela (e desencontrada) nas diversas modalidades de trabalho.

Os ajustes entre essas variáveis de ocupação do local de trabalho foram feitos conforme se descobriam mais informações sobre a propagação do vírus e na tentativa de superar as dificuldades de comunicação entre os integrantes da equipe, tendo em vista o dinamismo do trabalho em contraste com a diminuição das oportunidades de diálogo espontâneo. Esse ritmo – ou a falta de um ritmo mais estável – trouxe uma

⁶ As máscaras passaram a ser obrigatórias nos ambientes públicos, transporte coletivo e estabelecimentos comerciais a partir do Decreto Estadual n. 40.217, de maio de 2020 (Paraíba, 2020c).

imprevisibilidade nunca antes vivida por eles. Toda semana a equipe conjuntamente programava quem trabalharia presencialmente, quem se encontraria na GOAP e como seriam distribuídas as tarefas e os afazeres da semana.

Estar presencial e, portanto, poder sair de casa, foi visto por alguns como um privilégio: Tábata relata ter se sentido assim, apesar de que, por isso, fez a escolha de não encontrar presencialmente com sua mãe, o que lhe trouxe sofrimento. Para outros, a sensação era de precisar estar num local de circulação do vírus, tanto pelo volume de pessoas que atuavam na SES, muitas delas que tinham proximidade com profissionais da “linha de frente”, quanto pelo contato com outros no deslocamento para chegar até o local. Leandro traz um relato nesse sentido, “[...] a residência [de saúde mental da UFPB] disponibilizou um ônibus que levava ida e volta todos os residentes até os cenários [de prática], mas eu preferia voltar a pé para não ter contato com outras pessoas”. Essa escolha o fazia caminhar cerca de cinco quilômetros por trajeto diariamente.

Assim, o que para uns poderia ser a oportunidade de resistir à restrição espacial imposta pela pandemia (não sem consequências), também foi sentido como uma amplificação de possibilidades de “pegar” a doença e de transmitir para companheiros, amigos e familiares. Marília relembra que sentia alívio em estar presencialmente e, como morava sozinha e seus parentes estavam em outro estado, não sentia pressão de estar contaminando os seus. Entretanto, nesse momento de transição entre o ambiente de trabalho e o doméstico, ela sentia uma necessidade de realizar uma rotina de diversos cuidados para evitar uma possível contaminação no local em que morava – como retirar as roupas e sapatos logo na entrada de casa, colocar tudo para lavar imediatamente e, em seguida, tomar banho e lavar os cabelos. Esse ritual diário também implicava alteração na organização do tempo.

Durante o período da pandemia, houve um rompimento com modo habitual de viver o tempo presente, afinal,

A vivência do presente não é feita a pensar numa perspectiva de vida futura, mas, sobretudo, passa pela realização pessoal no tempo presente e no seu máximo aproveitamento. Vive-se, assim, o tempo de forma tão densa que o futuro pode esfumar-se nas tarefas do dia a dia. E, neste contexto, o presente têm um olhar curto (Duque, 2014, p. 168).

No contexto da pandemia, essa lógica se altera, as ações do presente passaram a estar fortemente vinculadas com a preocupação com o futuro, pois agir “com olhar curto” poderia significar o contágio com o vírus e, com isso, a possibilidade de adoecimento e até da morte. O tempo cotidiano passou a correr num ritmo calculado, justamente para evitar ao máximo a iminência de rompê-lo.

Todas/os as/os interlocutoras/es relataram sofrimento intensificado por viver em meio à tamanha intensidade de emoções. Relataram diversas dores pelo corpo, sensação de esgotamento, exaustão, ansiedade, pânico, ânsia e vômito, entre outros. Para tentar aliviar o sofrimento, as/os interlocutoras/es relataram que passaram a resgatar ou iniciar atividades de lazer, terapêuticas e ajustes na rotina, como início de atendimento com psicólogo e psiquiatra, realização de sessões de constelação familiar, aquisição de um número de celular exclusivo para o trabalho, o afastamento das redes sociais e a diminuição do contato com notícias relacionadas à Covid-19, escrita de poesia, cozinhar,

práticas de yoga, realização de pequenos reparos domésticos e idas à praia em horários de pouca movimentação. O próprio ônibus, que para Leandro era significado de tensão devido ao aumento do risco de contágio, foi relatado por Ana e Marília como um espaço em que tinham oportunidade de “esquecer um pouco” da Covid-19, pois, para elas, esse era um dos raros espaços em que elas podiam ir conhecendo presencialmente os colegas de residência que só viam *on-line*, trocar as experiências, desabafar, e ter momentos de descontração.

As terapêuticas, os ajustes cotidianos e os encontros que promoviam afetos podem ser entendidos como formas de instituir tempos de trégua, em um tempo-espaço que se suspende a pandemia, não há preocupação e controle, a morte não está em vista. Momentos de respiro num contexto de asfixia.

4 Intermediações e Processos de Gestão em Saúde Mental em Tempos Pandêmicos

Como dito anteriormente, o trabalho da GOAP pode ser entendido como um processo fundamentalmente de intermediações: tanto entre as/os gestoras/es municipais e entre estes e o Ministério da Saúde (MS), quanto entre as políticas públicas “macro” e a execução destas na realidade “micro” dos municípios que estão sob sua gestão.

Esses diálogos, que já eram de praxe no dia a dia, aumentaram drasticamente de frequência com o início dos casos paraibanos de Covid-19 – a pandemia imprimiu um novo ritmo temporal para uma ação comum do cotidiano. Com relação ao diálogo com as/os gestoras/es municipais de saúde mental, Tábata e Sérgio relataram o intenso volume de *e-mails* e de ligações não somente no telefone oficial da GOAP, mas em seus celulares pessoais, e também inúmeras mensagens de texto e de áudio em seus WhatsApps. Os contatos se referiam principalmente a dúvidas sobre o funcionamento das RAPS ao longo do estado durante a recém-chegada Covid-19: os CAPS devem ser considerados serviços essenciais? Devem fechar? Como devem funcionar? Como lidar com trabalhadores que estão com medo de trabalhar e “pegar Covid”? E com os que são de grupos de risco? Quando terão vacina? Quanto tempo a quarentena irá durar?

As/os gestoras/es relataram que muitos profissionais que atuavam nas RAPS estavam aterrorizados com a possibilidade de serem infectados pelo vírus, acreditavam que teriam dificuldades em estabelecer as medidas de segurança sanitária com os usuários dos CAPS⁷, além de que não havia uma previsão de melhora do crescente de contaminação. Na época não se conhecia exatamente como seria a dinâmica do contágio do vírus e o tempo de duração da quarentena no estado e no país, o clima era de instabilidade e de medo.

Além disso, fomos bombardeados por inúmeras notícias veiculadas pelos telejornais, grupos de WhatsApp, Instagram e *sites* na internet, fenômeno de *infodemia* que ocorreu durante a pandemia (Garcia; Duarte, 2020). Com tantas dúvidas e medos que surgiam

⁷ Tábata trouxe a compreensão de que, por se tratar de pessoas com transtorno mental, houvesse a necessidade de um direcionamento especial das recomendações gerais da pandemia se relaciona ao estigma de que sejam pessoas incapazes de compreender as recomendações por estarem constantemente “fora de si”. Destaca com brio que não tiveram conhecimento se de fato ocorreram casos de resistência por parte dos usuários dos serviços às recomendações de distanciamento social e de uso de máscaras.

do excesso de informações, não era incomum gestoras/es entrarem em contato diversas vezes e fora do horário comercial. Para organizar uma via confiável de informações e evitar o acúmulo de ligações e de contatos, Tábata criou uma lista de transmissão no aplicativo WhatsApp, recurso que permite o envio de mensagens ao mesmo tempo para um grupo pré-selecionado de contatos, e assim pode direcionar com mais eficiência às/aos gestoras/es notícias e informações sobre a pandemia pertinentes ao campo da saúde mental.

A aceleração do ritmo dos contatos refletia a velocidade com que as/os gestoras/es municipais tinham acesso às inúmeras notícias e dados (verídicos e falsos) sobre a Covid-19 e, ao mesmo tempo que nas entrevistas há a sensação de rapidez e movimentação, a sensação de Tábata era de que o desejo e a tendência geral dos municípios era de parar o funcionamento dos serviços de saúde mental. Por mais que a orientação da GOAP sempre tenha sido de continuidade, foram recebidas ligações que denunciavam o fechamento ou a restrição quase completa do funcionamento dos CAPS pelo estado.

Podemos dizer que um dos principais trabalhos da GOAP, que perpassa direta ou indiretamente todas as ações realizadas, foi de tentar conscientizar seus interlocutores sobre a necessidade de entender a RAPS como uma rede de serviços essencial e, tendo isso como base, encontrar formas de construir sentido ao funcionamento da política de saúde mental em meio a essa nova configuração de vida. Para Tábata, a RAPS tornou-se ainda mais importante nesse novo contexto, pois, por mais que tenha havido uma restrição das atividades promovidas pelos serviços, a rede continuou sendo uma retaguarda para os momentos emocionalmente difíceis, especialmente amplificados no contexto de pandemia. O entendimento das/os interlocutoras/es do campo da saúde mental como essencial corrobora com dados produzidos tempos depois, que indicam, além de importantes efeitos diretos e indiretos para a saúde mental proporcionados pela experiência pandêmica, o aumento de casos de suicídio durante a primeira onda de Covid-19, em destaque para as regiões Norte e Nordeste (Fiocruz Amazônia, 2022).

A dificuldade no reconhecimento do campo da saúde mental como elemento vital para a saúde pública da população em tempos de Covid esbarra no próprio posicionamento da gestão de esfera federal. De forma unânime, técnicas/os e residentes relataram que a precarização da política pública de saúde mental nos últimos anos e especialmente no período pandêmico interferiu diretamente na dificuldade em promover a continuidade do cuidado em saúde mental.

A/os interlocutoras/es citaram os seguintes acontecimentos/decisões de esfera federal que afetaram diretamente o trabalho da gestão naquele período: a falta de orientações com relação à política de saúde mental, o incentivo às comunidades terapêuticas, a ameaça de “revogação” das políticas de saúde mental, o fechamento do sistema de habilitação (SAIPS) para a ampliação de serviços de saúde mental, o enfraquecimento no diálogo com os apoiadores do Ministério da Saúde, e a demora para lançar o incentivo financeiro para os serviços da RAPS, que ocorreu após quase um ano do início da pandemia⁸.

O tempo político de resposta à pandemia não condizia com o tempo do vírus – de contágio e de interrupção precoce de vidas – e muito menos com o tempo da cadência

⁸ Os eventos citados foram noticiados pela grande mídia ou em sites oficiais do governo (Soares, 2020; Colucci, 2020; Brasil, 2020; Bahia, 2021).

da vida cotidiana, afinal, cada dia de espera era sentido com pesar. Tábata relata que a revolta com a condução política da pandemia e do campo da saúde mental era tão grande que a fez pensar em desistir do trabalho de gestão pública, porém o desejo e a esperança de um futuro melhor para a política de saúde mental a fez ter gana para estar presente e ser resistência nesse momento desafiador.

Frente a toda essa instabilidade e tendência de fechamento e de restrição da RAPS ao longo do estado, técnicas/os e residentes passaram a discutir quais seriam as ações da GOAP para gestão da rede de saúde mental paraibana nesses tempos de urgência: em reunião, começaram a estruturar as necessidades que surgiam pelo contato com as/os gestoras/es municipais e as possibilidades dentro do alcance da GOAP, para assim entender como cada membro do grupo poderia contribuir nesse processo.

Nesse contexto, algumas questões se colocaram: como garantir a execução da política de saúde mental em meio a uma pandemia, levando em consideração a diversidade e a vulnerabilidades da RAPS de todo o estado e as limitações impostas pelas características de transmissibilidade da doença? Essa questão trazia em si outro ponto crucial: como se manter sólido ao projeto ético-político da saúde mental antimanicomial quando a principal recomendação com relação à segurança sanitária da população – o distanciamento social – ia de encontro com os princípios da reforma psiquiátrica brasileira? E ainda uma terceira questão se entrelaça com as demais: como atuar em um contexto tão urgente e inédito e ainda em resistência à necropolítica e ao negacionismo que se instalaram em esfera federal?

Essa “corrida contra o tempo” de entender o que estava sendo vivido pelos diversos municípios e disparar ações de gestão de forma coerente em meio a tantos desencontros e urgências foi para Tábata “*como trocar o pneu com o carro andando*” – o tempo que a Covid-19 imprimiu nas necessidades das/os gestoras/es municipais se chocava com o tempo que demandava a elaboração das ações de gestão.

Em que pese o ineditismo da situação, a equipe lançou mão de suas experiências de outros tempos para construir o direcionamento das ações de gestão nessa nova circunstância: Sérgio tinha experiência prévia como missionário, de trabalho em assentamento, no sertão e no agreste, além de estar há sete anos como assessor na GOAP; Tábata tinha um acúmulo de nove anos atuando na GOAP, como assessora e como coordenadora e, portanto, experiência sobre a política de saúde mental e sobre o relacionamento com gestoras/es e com o Ministério da Saúde; Ana, Marília e Leandro estavam vivendo seu primeiro contato com a gestão em saúde, mas tinham o conhecimento específico de suas categorias profissionais – psicologia e terapia ocupacional – e experiências de trabalho e estágio em saúde mental – Marília inclusive atuava como terapeuta ocupacional em um CAPS antes de se mudar para João Pessoa.

Para embasar a estruturação do trabalho da GOAP nesse período, Sérgio relata ter pesquisado sobre experiências da psicologia em contexto de urgência anteriores à Covid e estudado o manual elaborado pela Fiocruz em março de 2020, intitulado “*Saúde Mental e Atenção Psicossocial na pandemia Covid-19 - recomendações para gestores*” (Melo, 2020), “*a Fiocruz era meu norte*”, relata Sérgio. Tábata mencionou a consulta frequente a boletins epidemiológicos da pandemia, a notícias de jornal e um esforço em não perder de vista a orientação antimanicomial nesse momento de construir as ações.

Então, além do trabalho de diálogo diário com as/os gestoras/es municipais, destacamos duas principais ações de gestão desencadeadas pela GOAP nos primeiros meses da pandemia: a elaboração de ofícios de orientação ao funcionamento da RAPS e a criação do Suporte Psicológico On-Line⁹. Essas ações que destacamos retratam o desafiante trabalho de lidar com diversas linhas de tempo e de espaço para ordenar o funcionamento da rede de saúde mental na pandemia – uma complexa ação em equipe que demandou o esforço de articular uma multiplicidade de pessoas, fluxos e serviços, levando em consideração as particularidades, concretudes e necessidades da ponta, e as políticas públicas, com seus decretos, leis e portarias.

A elaboração de um ofício para orientação às/aos gestoras/es municipais foi o primeiro movimento da GOAP, de forma a pautar e a oficializar a recomendação já feita desde o início de manter o funcionamento dos serviços de saúde mental durante a pandemia. Após esse primeiro ofício, com base no diálogo direto com as/os gestoras/es, como descrito anteriormente, a equipe dialogou entre si e identificou que as dúvidas giravam em torno da dificuldade de compreender o risco sanitário para cada atividade específica realizadas nos CAPS, tendo em vista que nesse serviço é possível ofertar uma pluralidade de atividades com características distintas, como grupos terapêuticos, oficinas, atendimentos individuais, visitas domiciliares, reuniões de equipe, articulação com outras redes de saúde e de assistência social, leitos que funcionam 24h, entre outros.

Para estruturar uma orientação que fosse viável e que garantisse a segurança sanitária, os direitos humanos e o alinhamento com a política de saúde mental, a equipe se embasou na Lei n. 10.216/2001 (Brasil, 2001), acerca dos direitos das pessoas com sofrimento, transtorno mental ou com necessidades decorrentes ao uso de álcool e outras drogas, na Portaria n. 3.088/2011 (Brasil, 2013), que institui e caracteriza a RAPS em todo o território brasileiro, no Decreto n. 40.122/2020 (Paraíba, 2020d), que declara a situação de emergência no estado da Paraíba em decorrência da pandemia de Covid-19, e no Decreto n. 40.304/2020 (Paraíba, 2020e), que dispõe sobre o Plano Novo Normal Paraíba, que planeja a retomada “gradual e responsável” das atividades dos diversos segmentos do estado.

Esse Plano Novo Normal, publicado pelo governo do estado em junho de 2020, trazia a classificação das cidades por bandeiras – vermelha, laranja, amarela e verde – feita com base nos indicadores “comportamentais, epidemiológicos e do sistema de saúde” atualizados a cada 14 dias. A partir da classificação por coloração, era identificado quais tipos de serviços dos diferentes setores econômicos – educação, comércio, transporte, eventos, etc. – poderiam funcionar (ou não) nas cidades paraibanas: a bandeira verde era considerada o “nível novo normal”, que indicava uma proximidade da vida como era vivida anteriormente, a bandeira amarela era de “nível de mobilidade reduzida”, contendo algumas restrições, a bandeira laranja era de nível de mobilidade “restrita”

⁹ Importante destacar que, apesar de não ter sido disparada especificamente pela GOAP, a equipe teve importante papel para realização da Semana da Luta Antimanicomial “Fazer marchar a Liberdade quando não se pode ir às ruas!”, que ocorreu em maio de 2020 com *lives* de discussão sobre a temática, ocupações artístico-culturais virtuais e uma marcha *on-line*. As ações foram realizadas pelo aplicativo *Instagram*, com a participação de usuárias/os, familiares, estudantes, residentes, gestoras/es e trabalhadoras/es da saúde mental da Paraíba. As/os residentes da GOAP atuaram diretamente na organização do evento e Tábata participou da *live* de abertura, com o tema “Luta Antimanicomial: uma luta necessária”. O evento foi lembrado com afeto especialmente por Ana e Marília, justamente pelo fato de o evento ter promovido, ainda que *on-line*, algo tão escasso nos primeiros meses pandêmicos: o encontro.

e a última bandeira tinha orientações ainda mais restritivas, considerada “de nível de mobilidade impedida” (Paraíba, 2020e).

Tendo essas políticas como base e ponderando as especificidades de cada atividade oferecida pelos CAPS, foi requerido um raciocínio para a equipe da GOAP de fazer a translação entre recomendações generalizantes e as especificidades de cada modalidade de atendimento dos serviços. Segundo Sérgio, para criar um mecanismo de apoio às/aos gestores municipais, tiveram a ideia de resgatar um trabalho que estava em processo de desenvolvimento desde o final de 2019, a chamada “RAPS Criativa”, que se tratava de um mapeamento e descrição de práticas realizadas nos CAPS do estado, para futuramente promover uma premiação pelas ações de profissionais e usuárias/os. Com esse material em mãos, que reunia as especificidades das atividades relatadas pelos próprios serviços, a equipe sistematizou, organizou e discutiu a viabilidade e segurança sanitária de realizar cada uma das atividades captadas, e então criaram uma tabela que destrinchava as mais diversas possibilidades de atividades desenvolvidas pelos CAPS identificando em quais bandeiras elas poderiam ser ofertadas em segurança.

A utilização das práticas já realizadas pelos serviços de saúde mental traduz um movimento de resistência da gestão, pois valorizou processos locais para pensar as possibilidades de cuidado em nível estadual, num tempo político que centrou as compreensões sobre saúde e de políticas de saúde unicamente numa perspectiva biomédica e farmacológica (Maluf, 2020, 2021; Segatta, 2020). A criatividade e a experiência das gestões e das/os trabalhadoras/es dos serviços, que desenvolveram formas de possibilitar o trabalho reinventado a partir do que se conhece sobre os usuários e sobre o território de cada serviço, foi para Tábata o principal elemento para a manutenção dos atendimentos.

Assim, em julho de 2020, a GOAP enviou para as/os gestoras/es municipais o ofício intitulado “Orientações para funcionamento da RAPS e serviços de saúde mental pós Coronavírus – COVID 19 no Estado da Paraíba”, que estimulava ações consideradas de baixo risco sanitário, efetivas e necessárias para a continuidade do cuidado em saúde mental durante a pandemia, orientava ações de prevenção do contágio nos serviços disponibilizava a tabela que orientava a oferta (ou não) de mais de 60 tipos de atividades relatadas pelos CAPS, organizadas em 33 tópicos e classificadas de acordo com as bandeiras. Entre as atividades, 30 delas, que envolviam atividades individualizadas ou com poucas pessoas, tinham recomendação de realização dentro de qualquer bandeira¹⁰; as 33 atividades que envolviam grupos de pequeno e médio porte ou ações territoriais foram recomendadas nas bandeiras verde e amarela¹¹; e a atividade de assembleia de

¹⁰ A saber: acolhimento inicial/construção do Projeto Terapêutico Singular; atendimento individual (profissionais diversos, de orientação, entre outros); acolhimento noturno nos feriados e finais de semana; acolhimento de usuários em situação de crise; acolhimento de usuários em leitos 24h; ações de educação em saúde/autocuidado; cuidados em enfermagem; assistência farmacêutica/oferta de medicamento assistida e dispensada; desenvolvimento de ações compartilhadas e integradas com os serviços de urgência e emergência e de outros pontos de atenção; ações de redução de danos; ações de matriciamento/articulação com a rede intra e intersetoriais; abordagem familiar e orientações acerca da continuidade do cuidado; cuidado aos usuários infantojuvenis; cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas; reunião de equipe/discussão multiprofissional de casos/montagem de PTS/supervisão institucional/ação interprofissional em saúde mental; capacitação de trabalhadores/educação permanente em saúde; busca ativa de usuários; articulação dos centros de convivência e cultura com a RAPS e parceria com associações, órgãos públicos, fundações, entre outras.

¹¹ A saber: grupos dirigidos de reabilitação psicossocial: resgate e construção da autonomia, alfabetização, acesso à vida cultural, manejo de moeda corrente, autocuidado, manejo de medicamento, inclusão pelo trabalho, ampliação de potencialidades, entre outros; grupos de mulheres, homens, tabagismo, família, gênero, etnias, entre outros; atividades de grupos, culturais, educacionais e de geração de renda; grupos terapêuticos/práticas corporais, integrativas e

usuários, que geralmente envolve uma maior quantidade de pessoas no espaço interno do serviço, foi recomendada apenas durante a bandeira verde.

Então, a cada 14 dias, o governo do estado publicava uma atualização da classificação das bandeiras, e, sabendo qual cor estaria classificado o município nesse período de tempo e com a tabela da GOAP detalhada em mãos, as/os gestoras/es municipais tinham mais elementos para desenhar o funcionamento dos serviços de saúde mental com maior segurança sanitária.

Outra ação que destacamos é a criação do projeto Suporte Psicológico On-Line. Sérgio relata que foi chamado para realizar uma extensão de carga horária para atuar no serviço psicológico ambulatorial do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, que, com a pandemia, estava com uma alta na demanda. Iniciando seu trabalho nesse contexto, Sérgio percebeu que grande volume da procura era de trabalhadoras/es de saúde e trouxe a questão para a equipe da GOAP, que discutiu sobre uma possibilidade de estruturar um apoio em saúde mental para essa demanda.

Sérgio relata ter ficado com a responsabilidade de desenhar o projeto, e, para concretizá-lo o mais rápido possível, Tábata dialogou com outro órgão da SES, o Centro de Formação de Recursos Humanos (Cefor) para negociar a contratação de psicólogos para o projeto. Tendo em vista a impossibilidade de contratação, o Cefor propôs o remanejamento de psicólogos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que não estavam em atuação no momento devido a suspensão das aulas das universidades em março de 2020.

Esse projeto teve um trabalho de destaque das/os residentes atuantes na GOAP, Ana relata que elas/es se revezaram na responsabilidade de organizar as solicitações de atendimento realizadas pelo número de WhatsApp disponibilizado e realizavam o primeiro atendimento de triagem, com escuta e direcionamento para atendimento psicológico, realizado pelas psicólogas/os da UEPB. O projeto foi muito bem recebido pela população e desempenhou papel importante de cuidado à saúde mental no contexto pandêmico – entre abril de 2020 e julho do mesmo ano, foram realizados 702 atendimentos (Paraíba, 2020f). Aos poucos, outras pessoas, além das/os profissionais de saúde, passaram a solicitar atendimento, segundo Sérgio, “[...] *os profissionais da saúde [que estavam sendo atendidos] diziam ‘atenda a minha mãe, porque se você atender a minha mãe eu fico bem pra poder ir trabalhar!’*, aí a gente foi começando a atender os familiares [...] em pouco tempo outras pessoas foram solicitando atendimento e a gente começou a não dizer não (risos) e começou a fazer reunião [entre a equipe da GOAP] para poder abarcar isso”. Então, em agosto, o projeto passou a ampliar o público de atendimento para público geral residente no estado da Paraíba. Ocupar o *on-line* ofereceu um novo lugar de encontro entre usuárias/os, familiares, profissionais e gestoras/es, e a criação de mais uma linha de tempo-espaço na gestão do campo da saúde mental durante a pandemia trouxe novos alcances para as terapêuticas, mas também novos desafios. Afinal, além de lidar com o alto fluxo de demandas de atendimento, estabeleceu-se um novo relacionamento têmporo-espacial entre serviços, que são presenciais, e o recém-criado suporte psicológico, que era *on-line*. Um dos maiores

complementares (Biodança, Tai Chi Chuan, Auriculoterapia, Reiki, Massoterapia, Florais...); atividade física; atividades de lazer/confraternizações/passeios; ações de divulgação do serviço e captação de usuários; visitas domiciliares; ações de reinserção social de usuários; atividades em território; exposição, troca ou venda dos produtos produzidos nas oficinas.

desafios nessa esfera foi garantir o encaminhamento das pessoas as quais era identificada a necessidade de acompanhamento de maior complexidade, e portanto, de atendimento em policlínicas ou CAPS. Tendo em vista que o projeto era destinado a todo o estado, em algumas vezes, foi necessário das/os residentes da GOAP articular o cuidado e, portanto, alinhar-se com o tempo-espaço, de uma RAPS que se localizava até 600km de distância.

Para isso, quando necessário, especialmente com relação a pessoas oriundas de municípios pequenos e/ou do interior, as/os residentes realizavam uma pesquisa dos serviços de saúde mental disponíveis para encaminhar, a partir do contato com as/os gestoras/es municipais, pelas vias descritas anteriormente. A disponibilidade dos serviços perpassava por duas questões: a constituição muitas vezes já defasada das RAPS dos municípios e as limitações de funcionamento durante a pandemia que abordamos anteriormente, entendendo que nem todos os municípios seguiram as orientações da GOAP. Além disso, por 2020 ter sido ano eleitoral, após alguns meses houve modificação de muitos das/os gestoras/es municipais e das/os profissionais dos serviços de saúde mental, e o trabalho de articulação muitas vezes precisou ser refeito “[...] *a gente já não sabia mais com quem falar, a gente tinha que começar do zero [as articulações]*”, relata Sérgio.

A velocidade de crescimento e a relevância que o projeto foi adquirindo em curto espaço de tempo preocupou a equipe da GOAP, em especial Sérgio, que esteve à frente do projeto, e as/os residentes, que atuaram diariamente na lida com as pessoas em sofrimento e viam diretamente suas aflições. A preocupação girava em torno das condições de continuidade, afinal, como responder ao tempo da urgência da situação, com segurança de que haveria continuidade do cuidado a médio e longo prazo? Sérgio se questionava sobre como eles iriam cuidar das pessoas se não possuíam a mínima garantia de que o projeto ainda estaria funcionando no mês seguinte, tendo em vista a ausência de políticas públicas e incentivos financeiros pelo governo federal. Também se questionava se os casos mais complexos seriam respaldados por outros serviços de saúde mental pelo estado, tendo em vista todas as questões que envolviam a RAPS naquele momento.

E, indo ao encontro dos receios da equipe, em setembro de 2021 o canal foi interrompido após um ano e meio de duração, pois, com a baixa da Covid-19, as/os psicólogas/os da UEPB que realizavam os atendimentos do projeto retornaram para suas atividades anteriores na universidade e não houve respaldo financeiro para a contratação de profissionais em substituição.

5 Tempo de Reflexão – Algumas Considerações Finais

Em 2023, a pesquisadora que fez o trabalho de campo se encontrou com Tábata em um evento de saúde mental. Estávamos em outro momento político e havia sido anunciado recentemente um investimento de 200 milhões de reais na política de saúde mental. Não havíamos nos encontrado desde as entrevistas, que haviam acontecido cerca de dois anos antes. Tábata, que continuava atuando como coordenadora da GOAP, me disse assim que me cumprimenta “[...] *eu não lhe disse que resistiria para ver a saúde mental prosperar?*”.

O relato acima nos comunica muitas coisas, mas claramente estabelece uma demarcação: o antes e o agora. Ambos separados, mas, ao mesmo tempo, interligados

O presente artigo teve a intenção de apresentar a atuação de uma equipe de gestão em saúde mental, um grupo socialmente organizado, em “um processo de interação” (Bakhtine, 1977, p. 41) em um contexto extraordinário, que foram os primeiros meses de 2020. Apoiadas pelo conceito de cronotopo, que fala da “inseparabilidade do tempo e do espaço”, em que o tempo se “densifica, ganha carne” e, por sua vez, o espaço se torna “carregado e reativo aos movimentos do tempo” (Bakhtin, 1981, p. 84), procuramos acompanhar as linhas espaço-temporais, que ora formavam nós, ora alinhamentos.

Por meio das narrativas dos integrantes da equipe, algumas questões ganharam destaque: uma delas foi a importância da experiência, tanto as experiências profissionais individuais, anteriores, como as experiências vividas e compartilhadas por outros grupos (Andrade, 2024). De acordo com uma das interlocutoras, “através da experiência e da criatividade”, foi possível construir soluções, ou pelo menos caminhos para desfazer os nós e construir alinhamentos.

Outra foi o desafio de manter o lugar de mediação, entre os serviços e o Ministério da Saúde. O trabalho de ordenação de políticas públicas implicou, logicamente, em um relacionamento não somente com as linhas têmporo-espaciais dos municípios (e indiretamente dos usuários dos serviços), mas também com as do Ministério da Saúde e demais instâncias federais. As ações do governo federal foram realizadas no sentido de construir uma necropolítica (Mbembe, 2016), em que os posicionamentos negacionistas, a falta de incentivo a programas de prevenção ao contágio e ao combate à doença, a corrupção na negociação de vacinas, além da desestimulação à vacinação (Ferreira, 2021; Maluf, 2020, 2021) imprimiram tempos que ditaram muitos dos ritmos pelos quais o trabalho havia de seguir. Por outro lado, os gestores municipais demandavam respostas e soluções rápidas. Alguns, diante das dificuldades, decidiam fechar o serviço.

Tábata, Sérgio, Ana, Marília e Leandro nos mostraram que a “gestão” é feita por pessoas. Pessoas que sentiram os impactos da pandemia no cotidiano, que imprimiram suas subjetividades em cada processo disparado, que se afetaram e desejaram fortalecer a rede de saúde mental da Paraíba. Como aponta Segatta (2020, p.10),

[...] é preciso “preencher” essas métricas com trajetórias, biografias e experiências individuais e coletivas que nos permitam dar conta das memórias e múltiplos sentidos deste evento crítico. A pandemia não pode ser apenas um amontoado de dados.

Acreditamos que quando Tábata afirma “[...] *eu não lhe disse que resistiria para ver a saúde mental prosperar?*”, é sobre isso que ela está nos falando.

Agradecimentos

As autoras agradecem à Rede Antropocovid-19 (já finalizado) e ao Projeto Ecos da Pandemia (em andamento), nas figuras da coordenadora-geral Sônia Maluf e da coordenadora local Mônica Franch, pela oportunidade. Também é importante registrar que a autora/pesquisadora é, neste momento, bolsista Capes do Projeto Ecos da Pandemia.

Referências

- ANDRADE, Ana Paula Muller de. Coletivos de cuidado e atenção psicossocial entre usuárias e usuários de serviços de saúde mental durante a pandemia de Covid-19. In: MALUF, Sônia Weidner *et al.* **Antropologias de uma pandemia**: políticas locais, estado, saberes e ciência na Covid-19. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024. p. 69-92. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdha34fm>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos. **Pandemia e Pandemônio no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. ISBN: 978-65-87684-01-7.
- BAHIA. **Relatório Anual de Gestão**: 2020. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Março de 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/kh6kzbpv>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BAKHTIN, M. M. **The Dialogic Imagination**: four essays. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BAKHTINE, Mikhaïl (V.S. Volochinov). **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris, Les Editions du Minuit, 1977.
- BITTENCOURT, João Batista de Menezes; PEREIRA, Alexandre Barbosa. Isolamento e distanciamento social: o impacto do coronavírus na vida dos jovens brasileiros. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 86, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2023/06/16/cientistas-sociais-e-o-coronavirus-2020/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- BRANDÃO, Beatriz. Quando a Covid-19 chega aos CAPSad: usuários de drogas, saúde mental e SUS no Rio de Janeiro. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 86, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2023/06/16/cientistas-sociais-e-o-coronavirus-2020/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 abr. 2001.
- BRASIL. Portaria n. 336, de 19 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre Modalidades, Organização e Funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/336.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- BRASIL. Lei n. 3.088, republicada em 21 de março de 2013. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 14 jun. 2024.
- BRASIL. Portaria n. 3.350, de 8 de dezembro de 2020. Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio, para o desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto do Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19. Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt3350_09_12_2020.html. Acesso em: 16 jun. 2024.
- CARRILLO, Tomás Antonio Rubio. La antropología, una ciencia de conceptos entrelazados. **Gazeta de Antropología**, [s.l.], v. 24, n. 2, artículo 51, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/6962>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COLUCCI, Cláudia. Governo Bolsonaro quer revogar portarias que sustentam política de saúde mental. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/12/governo-bolsonaro-quer-revogar-portarias-que-sustentam-politica-de-saude-mental.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CRUZ, Náira Menezes Luz Vasconcelos *et al.* Apoio psicossocial em tempos de COVID-19: experiências de novas estratégias de gestão e ajuda mútua no sul da Bahia, Brasil. **APS em Revista**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 97-105, 2020. DOI: 10.14295/aps.v2i2.94. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/94>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DAS, Veena. **Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DUQUE, Eduardo. É possível sair do presente? Uma teoria prospetiva. In: ARAÚJO, E. *et al.* (ed.). **Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo: as crises, as fases e as ruturas**. Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014. p. 154-169. ISBN 978-989-8600-23-3.

FERREIRA, J. Necropolítica, poder e significados da pandemia do coronavírus: uma abordagem antropológica. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.66274.

FERREIRA, Júlia Fleury; PARAISO, Eduardo Baptista Prisco. Nuances do sofrimento: narrativas de experiências sobre a pandemia da Covid-19. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, XIV, 2023, Niterói, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2023.

FIOCRUZ AMAZÔNIA. Fiocruz avalia excesso de suicídios no Brasil na primeira onda de Covid-19. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-avalia-excesso-de-suicidios-no-brasil-na-primeira-onda-de-covid-19>. Acesso em: 23 jan. 2024.

G1 PB. Paraíba registra 1º caso confirmado de coronavírus, diz secretaria. **G1**, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/18/paraiba-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-diz-secretaria.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, DF, v. 29, n. 4, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/zsz4jh4>. Acesso em: 8 jun. 2024.

GAUDENZI, Paula. Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. **Interface**, Botucatu, v. 25, Supl. 1, e200330, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/369zTnGyMm4MRx6b4kLFrTn/#ModalTutors>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GROSSI, Miriam Pilar; TONIOL, Rodrigo. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 86, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2023/06/16/cientistas-sociais-e-o-coronavirus-2020/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GROSSI, Miriam Pilar; TONIOL, Rodrigo; LOZANO, Marie-Anne Leal. Finalizando a primeira série do Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus: um balanço inicial. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 86, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2023/06/16/cientistas-sociais-e-o-coronavirus-2020/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

HENNING, Carlos Eduardo. Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da Covid-19. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 150-155, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdywzm2w>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KABAD, Juliana Fernandes, *et al.* A experiência do trabalho voluntário e colaborativo em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4dnb86cj>. Acesso em: 8 jun. 2024.

MALUF, Sônia Weidner. **Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia**. Florianópolis: UFSC INCT Brasil Plural, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/32m654uc>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MALUF, Sônia Weidner. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Revista TOMO**, [s.l.], n. 38, p. 251-285, 2021. DOI: 10.21669/tomo.vi38.14280. Disponível em: <https://tinyurl.com/35cf26jw>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, [s.l.], n. 32, dezembro de 2016.

MELO, Bernardo Dolabella *et al.* (org). **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: recomendações para gestores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. (Cartilha. 13 p.). Disponível em: <https://tinyurl.com/y7tz8932>. Acesso em: 8 jun. 2024.

MOMETTI-BRAZ, Daniele; ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa. Saúde mental: narrativas de brasileiros durante o distanciamento e isolamento social contra a pandemia da covid-19. **Revista Contemporânea**, [s.l.], v. 3, n. 11, p. 20.433-20.454, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N11-031. Disponível em: <https://tinyurl.com/eybfanvm>. Acesso em: 5 jun. 2024.

NOAL, Débora da Silva *et al.* Capacitação nacional emergencial em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19: um relato de experiência. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, 2020. p. 1-19. Disponível em: <https://tinyurl.com/ysjjh5vd>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Daniela Sousa de *et al.* COVID-19: do enfrentamento ao fortalecimento de estratégias em saúde mental - uma revisão narrativa. **Health Residencies Journal**, [s.l.], v. 1, n. 4, p. 41-61, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4462zp27>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Roberta Chagas; MEDEIROS, Heydrich Lopes Virgulino. Distribuição dos CAPS no estado da Paraíba, PB, Brasil: análise quantitativa. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-16, 2022. DOI: 10.25118/2763-9037.2022.v12.353. Disponível em: <https://tinyurl.com/3vffde76>. Acesso em: 13 jun. 2024

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da Pandemia de Covid-19. **Folha Informativa sobre Covid-19**, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/29nk4xcf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Proteção da saúde mental em Situações de Epidemia**. Tradução do original em espanhol. [S.l.]: OPAS, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc6w76xr>. Acesso em: 5 jun. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. Gerência Executiva de Atenção à Saúde. Coordenação Estadual de Saúde Mental – SES/PB. **Relatório do Monitoramento dos Serviços da Rede de Atenção Psicossocial da Paraíba em 2018.2**. 2020a. Disponível em: <https://tinyurl.com/yjcrjtsh>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PARAÍBA. **Atualização Covid-19**. Governo da Paraíba. Em 21 set. 2020b. Disponível em: <https://tinyurl.com/4zj2dsm>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

PARAÍBA. Decreto n. 40.217, de 2 de maio de 2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 2020c. Disponível em: <https://tinyurl.com/3a7zxp4>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PARAÍBA. Decreto n. 40.122, de 13 de março de 2020. Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 2020d. Disponível em: <https://tinyurl.com/ya983pv6>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PARAÍBA. Decreto n. 40.304, de 12 de junho de 2020. Dispõe sobre a adoção do plano Novo Normal Paraíba, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 2020e. Disponível em: <https://tinyurl.com/4r54sbaf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PARAÍBA. **Governo amplia apoio psicológico on-line para profissionais do Estado, especialmente da área de Saúde**. 2020f. Disponível em: <https://tinyurl.com/4k2fcfjp>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PARAÍBA. Lei n. 11.830, de 6 de janeiro de 2021. Anexo VIII, título II, capítulo II, seção IV, subseção I: da Gerência Executiva de Atenção à Saúde. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, p. 16, 6 jan. 2021. Disponível em <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2021/janeiro/diario-oficial-06-01-2021.pdf/view>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAVANI, Fabiane Machado, *et al.* Covid-19 e as repercussões na saúde mental: estudo de revisão narrativa de literatura. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s.l.], v. 42, (esp.), 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/a7nbxf3a>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PERES, Fabíola de Carvalho Leite. “Temos que lidar com excesso de trabalho, agravamento do estresse, ansiedade, insônia...”: os abalos na saúde mental de professoras de escolas públicas de Porto Alegre durante a pandemia de Covid-19. *In*: 33ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2022. **Anais [...]**. [S.l.], 2022.

RODRIGUES, Amanda Silva. Saúde mental, agenciamentos e povos indígenas: apontamentos sobre a pandemia de Covid-19 entre os Tupinambás de Olivença. *In*: MALUF, Sônia Weidner *et al.* **Antropologias de uma pandemia**: políticas locais, Estado, saberes e ciência na COVID-19. Florianópolis: Edições do Bosque, 2024. p. 93-116. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdha34fm>. Acesso em: 8 jun. 2024.

RUI, Taniele *et al.* Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 27-47, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5fdv8nuv>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/sc6jnjre>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SEGATTA, Jean. A Pandemia e o digital. **Revista Todavia**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, ed. 8, p. 7-15, dez. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yspnszyn>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Anaxsuell Fernando da. A pandemia de Covid-19 e suas implicações na saúde mental da população negra: um ensaio desde a tríplice-fronteira. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, e0505, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/um4vp53u>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SOARES, Gabriella. Investimento federal em comunidades terapêuticas sobre 95%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º nov. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/vbjs8ctd>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TORRES, Monique. “O nosso tempo é o tempo da urgência”: os impactos da pandemia da Covid-19 em duas Residências Terapêuticas na Zona Norte do Rio de Janeiro. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 86, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4md9zty6>. Acesso em: 11 jun. 2024.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Antropológicas Epidêmicas**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xcrevh7>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VILARINHO, Yuri Coutinho. Pandemia de Covid-19 e saúde mental: relatos do campo etnográfico. *In: VIII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA*, nov. 2021. **Anais** [...]. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/mth3sknz>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, [s.l.], v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/2z38rzc3>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Rafaela Porcari Molena Acuio

Terapeuta ocupacional pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (Grupessc), integrante da Rede AntropoCovid-19 e da Ecos da Pandemia, projeto pelo qual é bolsista Capes desde 2022.

Endereço profissional: Universidade Federal da Paraíba, Câmpus I, Lot. Cidade Universitária, João Pessoa, PB. CEP: 58051-900.

E-mail: rafa.pmolena@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9704-6666>

Márcia Reis Longhi

Psicóloga pela Universidade de São Paulo (USP), mestra e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE), professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (DCE-UFPB), membra permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB (PPGA-UFPB), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (Grupessc-UFPB), integrante da Ecos da Pandemia desde 2022.

Endereço profissional: Universidade Federal da Paraíba, Câmpus I, Lot. Cidade Universitária, João Pessoa, PB. CEP: 58051-900.

E-mail: marciareislonghi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7438-5466>

Como referenciar este artigo:

ACUIO, Rafaela Porcari Molena; LONGHI, Márcia Reis. Gestão em Saúde Mental – Nós e Alinhamentos em Tempos de Urgência. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e98344, p. 15-37, setembro de 2024.

“Para mim não há tempo”: cuidado, tensões temporais e sofrimentos femininos em meio à pandemia de Covid-19

Luana Papelbaum Micmacher¹
Laura Rebecca Murray¹
Camilo Barbosa Venturi¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O presente trabalho investiga como conflitos temporais impactam o adoecimento psíquico vivido por mulheres no contexto de uma Clínica da Família na Zona Norte do Rio de Janeiro. Esta pesquisa foi realizada a partir de uma experiência de estágio em Psicologia no Núcleo Ampliado de Saúde da Família em uma unidade de saúde entre novembro de 2021 e 2022. Sobressai-se um movimento de chegada ao serviço quando tal sofrimento se instala de modo a paralisar o corpo. Apesar de realizada durante a pandemia de Covid-19, esta não aparece nas narrativas femininas como fator decisivo de mudanças nas dinâmicas temporais para algumas mulheres, o que revela que suas rotinas já eram permeadas de compressão temporal e de sentimento de isolamento social. Conclui-se que tais sofrimentos denunciam uma estrutura na qual as mulheres são responsáveis por assumir tanto tarefas produtivas quanto reprodutivas, sem o suporte de políticas públicas para compartilhar a tarefa de cuidado.

Palavras-chave: Tempo; Cuidado; Sofrimento psíquico; Mulheres; Saúde da Família.

“There is no time for me”: care, temporal tensions and women’s suffering amidst the Covid-19 pandemic

Abstract

This study investigates how temporal conflicts impact vivid psychological illness among women in the context of a Family and Community Health Clinic in the North Zone of Rio de Janeiro. This research was carried out based on an internship experience in Psychology at the Expanded Family Health Center at the health unit between November 2021 and 2022. A movement of arrival at the service stands out when such suffering sets in to paralyze the body. Despite being carried out during the Covid-19 pandemic, it does not appear in female narratives as a decisive factor in changes in temporal dynamics for some women, which reveals that their routines were already permeated with lack of time and a feeling of social isolation. It is concluded that such suffering denounces a structure in which women are responsible for taking on both productive and reproductive tasks, without the support of public policies to share the care task.

Keywords: Time; Care; Psychic suffering; Women; Family Health.

Recebido em: 30/09/2023

Aceito em: 09/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

As notícias chegavam de longe e foram semanalmente se aproximando. De uma doença misteriosa a um vírus que se alastrava pela intimidade de partilhar espaço e tempo com o outro, a pandemia ocasionada pela Covid-19 se instaurou de modo a bagunçar as noções mais basilares de orientação do cotidiano. O ponto da empresa suspendeu-se, o despertador mudou para outra hora, no recreio das crianças já não havia espaço para correr. Não raras foram as matérias de jornal que apontavam para a necessidade de uma reorganização temporal do universo doméstico e postagens em redes sociais que chamavam atenção para uma “boa gestão do tempo na pandemia” e da importância de “guardar tempo para si”, a fim de “aproveitar” o tempo com qualidade e lutar contra a procrastinação e a ansiedade (Stecca, 2020; Bigarelli, 2020; Gestão, 2021). Muitos, pela primeira vez, encontraram-se com a tarefa infundável de cuidar de uma casa, impelidos por dar conta simultaneamente de tarefas produtivas e reprodutivas. A impressão do tempo como um empecilho, algo que temos que driblar, correr contra para não perder nada (Sibilia; Galindo, 2021) se intensificou. Sendo cada vez mais mercantilizado (Wajcman, 2019), apresentou-se de forma radical como *coisa* que se vende e que se compra. Este trabalho versa sobre aquelas que, na grande maioria das vezes, vendem tempo.

O presente artigo busca retratar a experiência de sofrimento relacionado à temporalidade e à tarefa de cuidado de mulheres atendidas em uma Clínica da Família da Zona Norte do Rio de Janeiro, cujas queixas envolvem diretamente a experiência de *não dar conta de tudo, de nunca sobrar tempo para si, da vontade de desaparecer*. Argumenta-se que, diante de constantes conflitos temporais, o adoecimento se impõe a essas usuárias do serviço de saúde na figura de uma multiplicidade difusa de sofrimentos, que têm como consequência a paralisia, como o avesso simétrico do ritmo acelerado que lhes é demandado. Para pensar o tempo, utiliza-se de conceitos da antropologia e da sociologia, como os conflitos entre “tempo do relógio” e “tempo processual” (Davies, 1994; 1999) e entre o “tempo de estar com” e “tempo de correr atrás”¹ (Fernandes, 2018).

Na experiência de campo vivida pela autora Micmacher, esses sofrimentos paralisantes assumiam ora a forma de um esvaziamento depressivo, ora a forma de ataques de pânico, ora de paralisias conversivas, todos convergindo para a imobilidade do corpo, instância que era até então incessantemente convocada ao movimento. Argumenta-se que esse

¹ Fernandes (2018, p. 298) aponta que, na busca por sustentar a si e seus dependentes, o tempo de muitas mulheres de classes populares divide-se entre “tempo de ficar com” e “tempo de correr atrás”, referindo-se, assim, a uma busca de conciliação entre o tempo de cuidar – ficar com aqueles que demandam cuidados – e o tempo de investimento em “[...] ações necessárias na tentativa de conseguir ‘uma vida melhor’ [...]”, seja encontrando trabalhos regulamentados, bicos, buscando acesso a políticas públicas e, inclusive, um cuidado para si.

modo de expressão sintomático, mais do que representar patologias de um indivíduo, possui o estatuto de “patologia do social” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2018). Esse conceito envolve um sofrimento produzido dentro de um contexto social específico no qual é considerado uma expressão patológica, na medida em que viola normas típicas de modos de vida. Como resposta a essa expressão, criam-se métodos de intervenção, como manejos clínicos e medicamentosos.

Nesse sentido, aposta-se que o sofrimento experimentado por essas mulheres reflete criticamente uma série de dinâmicas temporais nas quais elas estão implicadas, como se adoecer fosse a expressão de um impasse colocado sobre os seus corpos. A ênfase recairá sobre como essas personagens são instadas a dar conta simultaneamente de uma série de tarefas reprodutivas, no âmbito de suas famílias e comunidades e, ao mesmo tempo, estarem inseridas em um contexto temporal produtivo, no mercado de trabalho formal ou informal, que envolve, além das horas de trabalho efetivas, as horas de deslocamento em transporte público lotado e a preocupação de quem cuidará dos seus filhos, em contextos de redes de apoio precárias ou inexistentes, em um território especialmente marcado por violências de Estado.

É a partir dessa dinâmica que se sugere que um tipo específico de sofrimento é socialmente produzido, reconhecido como excessivo e encaminhado para serviços especializados, em que terá finalmente um destino médico-social. Ao final, sugere-se que esse tema não deve se confinar ao âmbito da pura descrição, mas deve ser politizado, na medida em que tais sofrimentos denunciam também a incipiência de políticas públicas de cuidado² que tenham como alvo justamente essa população observada pelo artigo, a saber, mulheres de baixa renda, negras em sua maioria, com tripla jornada, cuidadoras principais de seus familiares, sem rede de apoio efetiva, morando longe do local do seu trabalho.

Este artigo parte de uma experiência de estágio da autora Micmacher, que produziu, ao longo de um ano, entre novembro de 2021 e novembro de 2022, um diário de campo, que será aprofundado adiante. No campo de trabalho e, posteriormente, analisando o material produzido, percebe-se a frequente presença dessa aparição sintomática. Para dar conta da questão levantada, recorre-se ao amplo campo interdisciplinar da saúde coletiva, que se embebe principalmente da epidemiologia, do planejamento de saúde e das ciências sociais e humanas em saúde (Paim; Almeida Filho, 2000 *apud* Osmo; Schraiber, 2015). Nesse sentido, aproxima-se de uma bibliografia diversa, incluindo aqui a antropologia da saúde e da doença, que “[...] pensa as alterações nos estados mentais e corporais e as formas de seu cuidado em sua articulação com os sistemas simbólicos nos quais se constituem e são nomeados como experiências sociais” (Sarti, 2014, p. 7). Para pensar as intersecções fundamentais entre temporalidade e cuidado, utilizou-se perspectivas feministas e críticas como as de Fernandes (2018), Bryson (2007) e Davies (1994; 1999). Aproximou-se do conceito de cuidado, tendo em vista sua polissemia e suas manifestações diversas, como apontam Guimarães e Vieira (2020). Além disso,

² No presente momento de escrita deste artigo, está em andamento a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Ministério das Mulheres, que visa a reestruturar a maneira como se dá o cuidado no país hoje, pensando na redistribuição dessa tarefa entre Estado, família e sociedade e na redução das desigualdades de gênero e raciais (Brasil, 2023a).

fundamentou-se na produção das teóricas da Teoria da Reprodução Social para pensar na chave de inserção das tarefas reprodutivas dentro do mais amplo sistema de produção capitalista (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019; Bhattacharya, 2019; Fraser; Souza Filho, 2020; Ruas, 2021). Por se tratar de uma pesquisa realizada durante um fazer clínico, recorreremos brevemente também a certas acepções sobre a produção social do sofrimento e seu manejo clínico nesse contexto específico.

Nesse sentido, o presente artigo está organizado em seções que se iniciam com passagens do diário de campo produzido: na primeira, aproximar-se-á do campo de pesquisa e da metodologia utilizada, em seguida, quatro personagens, que inauguram as seções com passagens extraídas do diário de campo: Kátia, Vera, Leia e Lúcia, serão as guias em direção às questões aqui levantadas. Essas quatro mulheres foram acompanhadas – em um ou mais encontros – pela pesquisadora Micmacher em seu período de estágio na unidade de saúde da família, situada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Seus nomes são fictícios e modificações foram feitas para preservar o anonimato – de quem cuidam, com o que trabalham, quantos filhos têm – se os tiverem. Mantivemos a faixa etária aproximada e a cor da pele, por serem elementos fundamentais para a compreensão o mais fidedigna possível da situação, na linha do que propõe Sennett (2015, p. 10), buscamos aqui por meio de um disfarce de identidades individuais, refletir “[...] com exatidão o sentido do que ouvi, embora não exatamente, as circunstâncias”. Essas personagens remetem a temáticas fundamentais em relação ao encontro entre tempo e cuidado e seu impacto na produção de sofrimento dessas mulheres. Kátia expressa, por meio da paralisia conversiva em seu corpo, a impossibilidade de dar conta quase só de tarefas produtivas e reprodutivas, que exigem distintos ritmos e temporalidades. Vera nos guia em relação ao ritmo e aos afetos do cuidado, ainda quando ele é realizado de forma remunerada e precarizada, nos remetendo a discussões sobre os circuitos de cuidado (Guimarães; Vieira, 2020; Fernandes, 2021). Leia nos remete ao acúmulo de sobrecarga sobre seu corpo no tempo e a dificuldade de dar conta de suas próprias questões de saúde enquanto é incumbida da tarefa de cuidar. Lúcia aponta para o “desejo de desaparecer” (Le Breton, 2018), que desvela em si um modo de fazer aparecer uma questão social relacionada à distribuição do cuidado. Por fim, refletir-se-á em relação à ausência de enunciação sobre a pandemia de Covid-19 pelas mulheres ouvidas naquele período, expondo como esse evento sanitário de algum modo esgarçou uma crise reprodutiva já em curso (Guimarães, 2024). Utilizaremos também a noção de não narrado (Vindrola-Padros; Johnson, 2014), a fim de pontuar que, ainda que de forma ausente, a pandemia esteve presente como intensificadora de queixas e de sofrimentos e, possivelmente, sua não enunciação também aponta para isso. Concluimos com a pontuação de que, ainda que de forma involuntária, o sintoma também é um modo de dizer algo, denunciando, assim, a necessidade urgente pelo planejamento e pela capilarização de políticas públicas de cuidado.

2 Quais Espaços, em Quais Tempos, Quais Mulheres

Relógios parados: para que servem os relógios quebrados naquelas salas? Em todas as salas de equipe mínima, relógios parados... Tempo que não passa, tempo cronológico que se suspende, ou será que uma hora marcada não vale muito por ali? Ou talvez a perda dos referenciais coletivos de relógio, quando cada um tem um relóginho no celular guardado no bolso [...] (Extraído do diário de campo de Micmacher, 9 de dezembro de 2021).

Desde o princípio, a dimensão temporal demonstrou-se uma questão provocativa no espaço no qual se dá esta pesquisa, uma Clínica da Família situada na Zona Norte do Rio de Janeiro. Esse dispositivo de saúde cobre uma área específica e os habitantes dessa região, configurando-se como modelo central de estruturação da Atenção Primária à Saúde na cidade, onde são realizadas ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde. Nesse cenário, realizou-se escuta – a partir de uma posição clínica, como estagiária de Psicologia – e observação ao longo de um ano, entre novembro de 2021 e novembro de 2022. A dinamicidade do cotidiano de trabalho implicou a presença em múltiplos espaços do serviço de saúde: consultórios – em consultas individuais ou com familiares junto a outros profissionais de saúde, corredores, salas de espera, atividades coletivas e visitas domiciliares. O estágio deu-se junto ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF)³ que atuava no serviço de saúde. Esse NASF era responsável por auxiliar na ampliação do cuidado provido por 20 equipes mínimas – compostas de médica, enfermeira, técnica de enfermagem e agentes comunitárias de saúde⁴ – no território, que eram divididas em duas clínicas da família localizadas no mesmo bairro. Essa equipe era formada por psicóloga, fonoaudióloga, fisioterapeuta, assistente social, nutricionista, profissional de educação física e psiquiatra.

Ao longo de todo o ano, construiu-se um diário de campo com o intuito de registrar os acontecimentos e as impressões por eles causados. Os registros eram feitos quase sempre no retorno para casa, que envolvia um percurso extenso de metrô. Em momentos posteriores, tópicos deixados de lado eram adensados. Configurava-se como um material ao mesmo tempo “de pesquisa e íntimo” (Freitas; Pereira, 2018, p. 236), revelando-se um importante dispositivo para a reflexão e a constituição profissional.

No diário produzido, sobressaem-se dois processos de trabalho que pude acompanhar ao longo de praticamente todo o ano. Quinzenalmente, realizamos um Grupo de Mulheres para uma conversa, mediado pela psicóloga do NASF e pelas estagiárias de Psicologia, com duração de cerca de uma hora e meia. As participantes chegavam indicadas por suas médicas e enfermeiras de referência em decorrência de sofrimento psíquico.

Além do grupo, ao perceber que toda semana uma médica e uma agente comunitária de saúde saíam 8 horas da manhã da clínica munidas de mochila e garrafa d’água, perguntei a elas o que faziam naquele turno. Pude então passar a acompanhá-las em

³ Criados pela Portaria n. 154/2008 do Ministério da Saúde (Brasil, 2008), os NASFs visam aumentar o escopo de ações oferecidas pela Atenção Primária à Saúde (APS), pela incorporação de profissionais de diversas áreas da saúde que atuam na dimensão assistencial, diretamente com os usuários, e na dimensão técnico-pedagógica, apoiando as equipes de Saúde da Família. Em 2023, pela Portaria n. 635 do Ministério da Saúde, os NASFs foram substituídos pelas Equipes Multiprofissionais na APS (Brasil, 2023b).

⁴ Optamos pela referência às profissionais no feminino pelo fato de que, neste ambiente, na grande maioria, as trabalhadoras – também trabalhadoras do cuidado – são mulheres.

suas Visitas Domiciliares (VDs). Essa atividade é prescrita ao trabalho dos agentes comunitários de saúde na Política Nacional de Atenção Básica (Brasil, 2011) e colabora para “[...] a formação de vínculos, aumento do acesso a serviços de saúde [...] e melhor compreensão das necessidades e dos contextos das famílias acompanhadas” (Nunes *et al.*, 2018, p. 129). Apesar de ser uma das atribuições da Saúde da Família, são raras as equipes que separam turno para realizá-las, utilizando a justificativa da alta pressão por atingir metas quantitativas de atendimento e de violência no território, como corrobora Fazzioni (2018). As agentes de saúde as realizam cotidianamente, mas a presença de outros profissionais nessa atividade ocorre em situações específicas, principalmente quando o usuário não consegue chegar à unidade de saúde – seja por uma imobilidade física ou psíquica – ou quando há suspeitas ou confirmação de situações de violência, entre outras dinâmicas familiares que provocam uma necessidade de acompanhamento mais próximo. As visitas, de modo distinto aos atendimentos realizados na unidade de saúde, que muitas vezes têm seu tempo comprimido por batidas incessantes na porta do consultório, um corredor lotado, no qual os usuários aguardam em pé, costumam durar o tempo que precisam durar. Essas visitas eram antes combinadas entre os usuários e a agente comunitária de saúde, profissional que é também moradora da área de cobertura da clínica, cujo trabalho é a base para o funcionamento da Clínica da Família como dispositivo de saúde territorial. Nesse encontro, que se dá na casa do usuário, cultiva-se uma espécie de intimidade: tiram-se os sapatos e pede-se licença ao entrar. Algumas usuárias nos recebiam com café na mesa. Outras se desculpavam pela bagunça, porque “não houvera tempo” para arrumar a casa. Na grande maioria, os usuários a quem se destinavam as visitas eram do sexo masculino acamados ou com dificuldade de locomoção e, portanto, domiciliados. Em todos os domicílios que fui para visitas destinadas a homens, eram mulheres que se ocupavam de seu cuidado, fossem elas companheiras, ex-companheiras, filhas, irmãs, vizinhas ou ajudadoras, termo que será mais explorado adiante.

O período de campo deu-se entre novembro de 2021 e novembro de 2022, tempo em que houve uma melhora no quadro da pandemia no Brasil, com o retorno das aulas presenciais das escolas públicas no município do Rio de Janeiro no início de 2022 e a ampliação da vacinação que, apesar de desencorajada pelo então governo federal, conseguiu atingir um patamar que reduziu os casos graves de coronavírus. Ainda que esta pesquisa tenha ocorrido em meio a processos pandêmicos, em uma unidade de saúde, sendo recorrente o uso de máscaras, a realização de testes rápidos de Covid, o fluxo elevado na unidade devido ao aumento de casos e à campanha de vacinação, chama atenção o fato de que a pandemia não era enunciada pelas usuárias acompanhadas. Apontamos para essa ausência no discurso dessas mulheres, o que revela que a sensação de compressão temporal já era vivenciada antes desse período e que algumas pessoas já viviam em condições de isolamento antes mesmo da pandemia, notabilizando aqui como a questão relativa ao cuidado é uma crise que já estava em curso quando teve início a crise sanitária e social da pandemia, o que será mais explorado adiante (Guimarães, 2024).

As usuárias ouvidas neste trabalho, tanto no grupo de mulheres como também em suas casas e em acolhimentos pontuais, ocupavam maciçamente postos de trabalho informal, em especial como cuidadoras de idosos e empregadas domésticas sem carteira assinada. Muitas receberam o auxílio emergencial concedido ao longo da pandemia,

benefício que resultou de disputas legislativas e voltou-se para a população desempregada e para os trabalhadores informais e autônomos (Lacerda, 2022), o que não implicou uma liberação de tempo, visto que muitas mulheres não puderam deixar de exercer suas atividades remuneradas e os “bicos” que costumam aparecer como complementação à renda, fazendo com que o cotidiano enunciado aparecesse preenchido por diversas tarefas da ordem do cuidado e da geração de renda. São elas as guias para a discussão aqui proposta.

2.1 Kátia: incessante até cessar

Kátia nos conta de seu movimento incessante, para cima e para baixo pelos elevadores e corredores do hospital. Nenhum profissional da maternidade soube explicar como, mas o saco onde o corpo de seu neto havia sido colocado fora perdido. Ela sobe e desce, abrindo e fechando sacos com corpos de bebês natimortos. Enquanto ela fala, seu braço, até então imobilizado, se movimenta. Ela nos conta da incompreensão dos familiares frente ao seu adoecimento. O chefe de seu trabalho, muito menos, e ela nos revela mais uma cena de violência, no trabalho, no qual vinha sofrendo humilhações, atropelando seu tempo de luto. (Extraído do diário de campo de Micmacher, 1º de fevereiro de 2022).

Conheço Kátia, uma mulher branca com cerca de 50 anos, em uma consulta realizada junto à psiquiatra do NASF e de sua equipe de saúde da família. A metade direita de seu corpo estava paralisada, sem nenhuma razão fisiológica para tal após a realização de diversos exames. Então, Kátia fala. No atendimento, ela nos conta como se viu paralisada após uma experiência traumática, que remete à posição na qual foi colocada em seu seio familiar. Kátia acumulou e assumiu o papel de cuidado de todos os seus filhos e parentes, sempre na exigência de ser forte para todos. Em função disso, foi incumbida da tarefa de procurar seu neto, que morreu na maternidade minutos depois de nascer. A cena descrita enumera diversas violências, o que não é raro de se ouvir em espaços como essa clínica da família, situada em um bairro constantemente submetido a violências de Estado, compreendidas aqui como violações que se dão tanto pela ausência de políticas públicas, entre elas, as de cuidado, quanto pelas “[...] frequentes incursões policiais, que, na sanha da guerra às drogas, expõem comunidades inteiras a constantes cenas de violências extremas em seu cotidiano [...]” (Mayorca; Barros, 2019, p. 73), especialmente a população negra, que é maioria nesse território.

Diante de tanta sobrecarga, movimentos exaustivos e demandas sem fim, Kátia tem seu corpo paralisado. É só então que chega ao serviço. Mesmo que todos os seus filhos sejam usuários habituais da clínica, de todos ela cuida, mas para si, ela diz, “não há tempo”. No encontro com Kátia, o sofrimento aparece como forma de evidenciar um corpo que não para, que é demandado continuamente pelo outro, do qual se espera o papel de cuidado incessante. Até cessar. Kátia sofre em um contexto de temporalidade em que se vive o tempo como *tempo-recurso*, *tempo-coisa*, no qual o presente é comprimido em função do excesso de demandas, da aceleração em diversos – quiçá todos – os níveis de sociabilidade. Além disso, Kátia é uma mulher, mãe solo de quatro filhos, trabalhadora de uma farmácia que fica a duas horas e meia de sua casa, moradora de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Kátia sintetiza a necessidade de dar

conta de duas temporalidades usualmente conflitantes, para além de uma experiência traumática que faz essa estrutura colapsar. O conflito temporal em questão trata-se das duplas “ficar com” e “correr atrás” (Fernandes, 2018), podendo ser também pensada a partir de Davies (1994) como “tempo processual” e “tempo do relógio”. Sobre ele, nos aprofundaremos neste momento.

O período em que vivemos é marcado pela aceleração como modo regente do cotidiano e de todos os níveis de sociabilidade e caracteriza-se por sua estabilização dinâmica, isto é, uma aceleração que se funda na necessidade de se correr contra o tempo para se permanecer no mesmo lugar (Rosa, 2019). Frequentemente, tem-se a experiência de buscar fazer o melhor com o tempo (Wajcman, 2019). Esse vínculo denota uma relação com o tempo como algo quantificável, tratando-o como coisa, um recurso que se esgota, voltado para a produção de capital. Essa relação situa-se em um contexto que pensa o indivíduo como responsável por constantemente inovar a si mesmo, tornando-se cada vez mais eficiente, e mais dono de si, tendo como paradigma de subjetividade o sujeito empresarial (Ehrenberg, 1998; Dardot; Laval, 2016).

Ainda que se perceba a tentativa de acelerar todos os processos produtivos, aponta-se que o cuidado aparece frequentemente como um “resíduo teimoso”, como nomeia Bryson (2007), daquilo que envolve um tempo próprio dos corpos (Brennan, 2003), dos encontros, das necessidades humanas que aparecem sem hora previamente acordada, instituindo, assim, um regime temporal que, apesar dos esforços, insiste em não se acelerar. Percebe-se, assim, a dupla necessidade de aproximação com o cuidado: de um lado, como uma tarefa que não se encaixa facilmente na temporalidade acelerada; por outro, como uma atividade estruturalmente muito “encaixada” para a manutenção do sistema capitalista, na medida em que sustenta o sistema produtivo, em virtude de sua universalidade no que se refere às necessidades humanas (Fraser; Souza Filho, 2020). Desse modo, o cuidado se apresenta como um empecilho à aceleração, embora esteja completamente inserido na dinâmica acelerada mais ampla aqui apresentada. Esse tensionamento, como apontamos, produz conflitos de ordem temporais que se refletem em sofrimentos vividos pelas mulheres aqui retratadas.

O cuidado é uma tarefa da qual não podemos abrir mão: ela revela a vulnerabilidade e a dependência humana às quais somos todos submetidos (Butler, 2023). Abordaremos aqui o cuidado “[...] enquanto uma prática que se pretende universal, se define pelo fim que o move – um télos, um valor, o do ‘bem viver’ [...]” (Guimarães, 2024, p. 3), que se apresenta a partir de diversas práticas cotidianas, o que torna o conceito de cuidado, como apontado por Georges (2019, p. 126), uma categoria resiliente, por sua “[...] capacidade de recobrar um conjunto de significados contraditórios [...]”, que se refere tanto ao trabalho doméstico, às diversas práticas de reprodução da vida e à gestão pública sobre os sujeitos e coletividades.

O contexto pandêmico trouxe à tona a relevância de trazer o cuidado ao debate público, já que “[...] de um dia para o outro, famílias que antes podiam contar com a terceirização de alguma parte do trabalho de cuidado [...] viram-se obrigadas a prestar cuidados em tempo integral a seus membros dependentes (Fontoura, 2023, p. 1). Ainda que, como mencionado, as usuárias com as quais tive contato ao longo do período de estágio realizado não trouxessem a pandemia como fator operante em seu cotidiano e

em seu sofrimento, é importante perceber como esse evento disruptivo “[...] mostrou a centralidade do cuidado em nossa vida e a importância do trabalho de cuidado no funcionamento da sociedade como um todo. [...] A pandemia também mostrou a vulnerabilidade das pessoas cuidadoras e as repercussões sobre sua saúde” (Hirata, 2022, p. 9).

O cuidado que aqui tratamos nos remete à discussão proposta por Davies (1994), ao observar as dinâmicas de uma creche, na qual ele se deparou com as dificuldades vividas pelas trabalhadoras de dar conta de suas tarefas prescritas dentro do tempo metrificado do relógio, que ordena tal organização, assim como gere a maior parte dos trabalhos na contemporaneidade. A socióloga propõe que essa produção metrificada é regida pelo “tempo do relógio”, utilizado para organizar o fluxo de trabalho e ter uma possibilidade de mensuração da eficiência produtiva, enquanto as tarefas de cuidado, além de precisarem, de alguma forma, e se encaixarem nesse ordenamento temporal, trazem consigo uma outra dimensão: o “tempo processual”. Reitera-se a importância de que tal experiência não se refere a um novo binarismo, mas a uma sobreposição temporal, o que traz à tona o caráter de construção da forma como se vivencia o tempo, colocando, assim, em questão a relação que se tem com o tempo como algo dado (Davies, 1999).

O tempo do relógio advém como meio de materializar uma concepção temporal moderna e ocidental do tempo linear. Nessa concepção, o tempo é compreendido como uma flecha de única direção: o futuro. Voltados para frente, para um destino único, os eventos se descortinam como se fossem um seguido do outro, um por vez, voltados para o progresso (Bryson, 2007). Como forma de orientar-se em meio ao tempo linear, instituiu-se o relógio como forma de tornar esse indizível – o que é o tempo – em algo mensurável, a fim de regular a produção capitalista, que demanda metas, prazos, metrificação de movimentos a fim de fazer mais em menos tempo, encurtando o tempo de uma tarefa. O relógio nos orienta no cotidiano, produzindo um referencial comum, estabelecendo horários de início e de fim de atividades.

Compreendendo a vida das coisas como dialética (Miller, 2013), no sentido de que as invenções tecnológicas refletem necessidades e projetos políticos de uma sociedade, ao mesmo tempo que aprofundam tais necessidades e projetos no campo social, o relógio, sendo assim um advento da industrialização, é parte e parcela desse momento histórico (Davies, 1999). Com a objetificação do tempo, cria-se uma espécie de “camisa de força” (Davies, 1994, p. 282), na medida em que a orientação pelo tempo do relógio demarca o início e o fim de processos de cuidado, quando na realidade, esses são, muitas vezes, de difícil previsão de conclusão.

Nas relações de cuidado, a todo tempo se opera com o imprevisível. Frequentemente, ouvimos das usuárias atendidas que quem demanda cuidados possui um tempo diferente, sendo assim necessárias as adaptações para estar junto, acompanhando o ritmo, a espera e a demora. Recorrentes foram as questões colocadas no que concerne à mudança de planos, associada a uma frustração de expectativas em relação ao futuro e de renunciar a projetos individuais para compor e dar conta de projetos coletivos, envolvendo aqueles que das cuidadoras dependem. É o que também aponta Fernandes (2018) quando retrata o que denomina “batalhas femininas” por conciliar o “tempo de estar com” e o “tempo

de correr atrás”, o que é exigido a muitas mulheres, incluindo aqui a grande maioria com as quais cruzei nesse ano de trabalho.

É no desencontro entre processos de cuidado e tempo ritmado pelo relógio, que Davies (1994) elabora o conceito de *tempo processual*, que se destaca, desse modo, pela impossibilidade de se restringir a certas amarras colocadas pelo regimento do relógio, como uma definição bem delimitada entre início, meio e fim. O cuidado é a atividade paradigmática dessa textura temporal, e envolve uma espécie de impossibilidade de antever o tempo cronológico de duração de uma tarefa: “[...] as coisas tomam o tempo que elas precisam tomar” (Davies, 1994, p. 279). Sobrepõe-se à quantidade de tempo a sua qualidade, ligada à sua face de relacionalidade, de imprevisto, aquilo que concerne diretamente à subjetividade e do *risco* que envolve esse trabalho no qual há sempre mais de um sujeito.

Cuidado envolve, portanto, articulação de afinações e sintonias temporais, “[...] deixando as coisas amadurecerem em seu próprio ritmo” (Davies, 1994, p. 281). Essa temporalidade enfatiza, portanto, que o tempo está emaranhado nas relações sociais, incorporado em contextos vividos, diferente de uma concepção de um tempo orientado por uma tarefa, como se ela fosse separada do contexto no qual ela se dá. Além disso, o tempo processual se destaca como parte de diferentes processos em andamento. A tarefa fica misturada ao tempo de outros processos de ação, tornando turva a percepção do que de fato foi realizado no trabalho de cuidado. Sempre há algo mais a ser feito, um quê de incompletude, de inacabado (Davies, 1999). Essa sensação de inacabamento torna-se frequentemente um sentimento de insuficiência por parte daquelas que cuidam, narrando que sempre poderiam ter feito mais e melhor, afeto esse que se alarga pelo que muitas usuárias chamam de falta de reconhecimento pela prestação desse trabalho, sem receberem nem mesmo um “benção, mãe” ao final do dia.

A exigência de que o tempo processual se adapte ao tempo do relógio produz uma tensão ética na realização do cuidado: o foco na eficiência do uso do tempo acaba resultando em estresse e é contraproducente para cuidadores e para sujeitos em cuidado, ao funcionar como uma aproximação homogeneizante (Bryson, 2007). Isso aponta para uma diferença entre a ética do cuidado e a ética da autonomia, sendo esta voltada para o indivíduo pretensamente universal, como aponta Gilligan (2016), enquanto aquela visibiliza o caráter incontornável do cuidado e da interdependência humana em sua singularidade. Nesse sentido, os modos de sofrimento que são alvo de investigação neste trabalho advêm nesse contexto, no qual “[...] o prazer interdito [...] é a dependência do outro em benefício da autonomia e da responsabilidade pelo seu próprio destino” (Phillips; Taylor, 2010 *apud* Farah, 2012, p. 187).

Kátia, nesse sentido, sintetiza em seu corpo os conflitos temporais aqui apresentados. Como ela, muitas mulheres se apressam para fazer caber as atividades reprodutivas no tempo acelerado das demandas produtivas às quais respondem, muitas vezes na falta de recursos sociais para compartilhar essas tarefas, o que aqui se identifica como fator de adoecimento. Nesse momento, parte-se para outra relação de cuidado, compreendida aqui como “ajuda”, que traz para a cena outros elementos.

2.2 Vera, a “ajudadora”: entre ajuda, trabalho e amor

Enquanto a médica realiza um curativo a uma ferida de diabetes do idoso que estava acamado, Vera, que se apresenta como “ajudadora”, senta ao meu lado no sofá para me mostrar algumas pomadas, remédios e artigos para fazer curativos. Puxo assunto com ela. Ela também era usuária da clínica, mas desde antes da pandemia não ia a uma consulta. Relembra que precisa fazer preventivo (exame citopatológico) e exames de rotina, mas fala que fica correndo tanto que não sobra tempo. Além de ser ajudadora, Vera também passa roupa na parte da tarde, além de cuidar da própria casa, “para fazer mais um dinheiro”. “É pouco que eu ganho, mas para cuidar, tem que ter principalmente amor”. (Extraído do diário de campo de Micmacher, 28 de abril de 2022).

Desde os dez anos trabalhando *em casa de família*, Vera também chama a atenção para a questão temporal do cuidado. Cuidar envolve um tempo próprio. Ao falar com ele, ela nos conta que é necessário paciência, porque ele se alonga nos movimentos e nas respostas. No meio da pressa que rege o cotidiano, ele impõe uma espera. Além de Vera, as *ajudadoras* com quem me encontrei relatam que, para complementar sua renda, exercem outros *bicos*, como passar e lavar roupa da vizinhança, tomar conta de crianças vizinhas, entre outras tarefas de cuidado. O termo “ajuda” é também ressaltado por Guimarães (2024), Guimarães e Vieira (2020) e Fernandes (2021).

Nesse aspecto, esse nome para o cuidado é acionado em circunstâncias nas quais os sujeitos não acessam serviços de cuidado mercantilizados e são pouco ou sequer assistidos pelo poder público. Nesse contexto, o cuidado envolve diversos agentes – quase sempre femininos – que “ajudam” no cuidado, “tomam conta” em relações comunitárias de reciprocidade. “O dinheiro pode jamais por ali circular como forma de retribuir o trabalho efetivamente desempenhado, muito embora, uma vez existindo [...], seja sempre bem-vindo” (Guimarães, 2024, p. 7). Em geral, as mulheres que prestam essa ajuda são participantes desse mesmo tecido social, trata-se de um “império das comadres”, no qual o cuidado prestado pelas mulheres envolve uma honra (Fonseca, 2004 *apud* Fazzioni, 2018). O atual contexto brasileiro de arranjos de cuidado envolve fortemente outras relações que não apenas familiares. Vivemos, como apontam Fraser (2017) e Fraser e Souza Filho (2020), uma crise do cuidado, “[...] mais bem interpretada como uma expressão mais ou menos aguda das contradições socio-reprodutivas do capitalismo financeirizado” (Fraser; Souza Filho, 2020, p. 262). O que a filósofa pontua é o fato de o próprio neoliberalismo desestabilizar os processos reprodutivos dos quais ele mesmo depende, ao extrair valor e garantir “[...] a possibilidade de acumulação de capital ilimitada” (Fraser; Souza Filho, 2020, p. 263), o que também enuncia Federici (2017 *apud* Lowenkron, 2022, p. 16), ao apontar que “[...] o trabalho reprodutivo foi um dos pilares mais silenciosos da produção capitalista”. Essa circunstância produz cenários como o atual no Brasil, que envolve a venda generalizada de um “tempo de cuidado” a quem pode comprá-lo.

Nesse aspecto, no Brasil é frequente uma espécie de terceirização do trabalho de cuidado que, vale chamar a atenção, é um campo de trabalho extremamente desvalorizado quando remunerado (Hirata, 2022). Quem pode pagar pelo tempo de cuidado, portanto, delega a outra pessoa – em geral, uma outra mulher – para que se possa ocupar cargos

remunerados no setor produtivo. O Brasil é um terreno no qual a crise da rede global de cuidados é eloquente. Em 2013, 15% das mulheres eram empregadas domésticas (OIT, 2013 *apud* Morandi; Melo, 2020). Apesar desse grande contingente de mulheres que encontram no trabalho doméstico sua fonte de renda, tal ocupação só foi regulamentada recentemente, com a Emenda Constitucional n. 72 à Constituição brasileira de 1988, conhecida comumente como “PEC das Domésticas”, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff em 2015 (Brasil, 2013). Para que mulheres de classe média e alta, na sua grande maioria brancas, com formação acadêmica, possam ocupar trabalhos bem remunerados, outras mulheres, pobres e em sua grande maioria negras e periféricas, assumem esse lugar de cuidado, de forma precarizada e desvalorizada, já que mesmo com a regulamentação do trabalho de empregada doméstica, há pouca fiscalização no campo, o que reflete uma tradição de ofuscar o ambiente privado – a casa, nesse caso – de exigências e de regulações públicas. De acordo com Morandi e Melo (2020), em levantamento acerca dos cuidados no Brasil, 70% das empregadas domésticas permanecem sem contratos formais de trabalho, o que as exclui de acesso a direitos trabalhistas. Quase 95% da população que trabalha no setor é feminina (Morandi; Melo, 2020) e 65% delas são negras (IPEA, 2015). Devido à falta de regulamentação e de fiscalização desse trabalho, abre-se margem a abusos e assédios no âmbito do trabalho doméstico, o que reproduz dinâmicas racistas, machistas e coloniais (Nogueira, 2017; Teixeira; Rodrigues, 2022).

Segundo a Teoria da Reprodução Social (TRS), discutida por Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) e por Ruas (2021), a desvalorização do trabalho de cuidado tem sido um projeto calculado, na medida em que o próprio funcionamento do sistema capitalista depende da exploração de quem cuida e produz a vida. Essa abordagem marxista-feminista destaca o fato de que o trabalho reprodutivo tem sido historicamente realizado por mulheres, naturalizando a atividade de cuidado como feminina, de modo desvalorizado, invisibilizado e individualizado, tratando essa tarefa como um “ato de amor”. Assim, a TRS politiza um campo antes deixado de lado, como se ficasse restrita à esfera doméstica, enfatizando as consequências que essa divisão sexual do trabalho produz na vida das mulheres. Com essa carga, qual é o tempo que resta para o cuidado de si e o engajamento político de reivindicação de demandas comuns dentro desse sistema produtor – e que se sustenta a partir – de desigualdades? Essa teoria, que tem suas raízes no feminismo negro, oferece uma chave interpretativa que assume uma noção de totalidade social, expondo uma contradição que se perpetua ao longo de toda a história capitalista, sistema que comprime a reprodução social e faz dela um meio de acúmulo de capital (Ruas, 2021). Assim, a TRS aponta para o que já expunha o Coletivo Combahee River: “[...] os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas” (River; Pereira; Gomes, 2019, p. 197). Essa teoria opera de modo a colocar o trabalho reprodutivo no centro do debate, o que nos leva à reflexão sobre o trabalho de fazer pessoas, que nunca está finalizado.

Em encontros que se davam nas residências dos usuários, foi possível perceber que essas mulheres cuidadoras estavam “a todo vapor” em seu papel de cuidado, dando conta da tarefa para a qual foram delegadas e por elas incorporadas, ainda que apresentando suas próprias demandas por tempo de cuidado e sofrimentos pela falta dele. Foi possível perceber que o fluxo da Clínica da Família, de alguma forma, não dava conta de alcançar

essas mulheres antes do momento em que se viam completamente imobilizadas, vivendo um sofrimento tão intenso que inviabilizava suas tarefas cotidianas de manutenção da vida do outro e de si mesmas. Além disso, visualizou-se como o próprio serviço de saúde se encontra às voltas com o problema do tempo, na medida em que se via sempre correndo contra ele para dar conta das demandas inatingíveis exigidas pela gestão. Aborda-se a compressão temporal nos corpos e no serviço na próxima seção.

2.3 Leia: o tempo no corpo e a escassez temporal no serviço

Ela pedia a Deus, todos os dias antes de dormir, que pudesse logo pentear seus cabelos sozinha, porque aquilo lhe era humilhante. Ser cuidada era vivenciado pela paciente como uma experiência de vergonha. Ser cuidadora, no entanto, era como ela sabia estar no mundo, apesar de queixar-se disso. Leia reclama com a médica sobre alguns episódios de pressão alta, e a profissional sugere sua ida à clínica para monitorar sua pressão arterial. A mulher olha para a médica com uma espécie de deboche, e pontua: “Do que isso vai adiantar? Não tem remédio de pressão, exame que possa ajudar. Olha o estresse que eu vivo o dia inteiro de preocupação com ele”. A profissional não sabe muito o que dizer, e fica em silêncio. Nós trocamos olhares na busca de ter algo a dizer. De fato, do que adiantaria um remédio, quando o que produz tal sintoma transcende qualquer alcance medicamentoso? (Extraído do diário de campo de Micmacher, 7 de julho de 2022).

Conheci Leia em sua própria casa em uma das visitas domiciliares que realizei. Uma mulher idosa, negra, com cerca de 80 anos, que cuidava de seu marido, que dependia dela para qualquer movimento. Ao visitá-la em sua casa, ela nos conta de um episódio recente em que quebrou o braço e precisou do auxílio de suas filhas para pentear os cabelos. Ao mesmo tempo que mulheres idosas abordavam uma dificuldade de demandar cuidado para si, queixavam-se da dificuldade de “viver a velhice em paz”, já que precisavam a todo o tempo lidar com as necessidades impostas de cuidado de seus familiares, em especial seus companheiros, também idosos. Nesse sentido, experiências como picos de pressão, oscilações na diabetes e crises de choro estão intimamente associadas a essas incumbências. Percebe-se como se faz importante a escuta para tais sofrimentos temporais e historicizados, podendo também compreender como certas aparições sintomáticas – hipertensão arterial sistêmica, *diabetes mellitus* – refletem histórias de vida e posições sociais (Fleischer, 2018).

O corpo de Leia nos revela a “[...] acumulação de desigualdades ao longo do tempo [...]” (Vieira *et al.*, 2023, p. 11), uma vida destinada a cuidar de pessoas, muitas delas inclusive ocupavam um lugar especial em seus porta-retratos na parede da sala. Seu sofrimento expressa que uma certa expectativa de que em algum momento haveria descanso não pode ser cumprida nesse contexto.

“Preciso me cuidar, mas, para mim, não há tempo”, essa era uma frase que frequentemente se repetia no contexto de pesquisa. Não à toa, na introdução da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, revela-se a importância de tal política de saúde na medida em que, apesar da presença feminina nas unidades de saúde ser frequente, ela se dá “[...] sobretudo, acompanhando crianças e outros familiares, pessoas idosas, com deficiência, vizinhos, amigos. São também cuidadoras [...] de pessoas da

vizinhança e da comunidade” (Brasil, 2004, p. 9). Alega-se que sua presença também se dá para consultas de saúde sexual e reprodutiva, o que posiciona as ações de saúde voltadas para as mulheres na esfera da reprodução – seja do trabalho reprodutivo, cuidando daqueles que delas dependem, seja de ordem centrada no aparelho sexual feminino que é comumente reduzido à sua dimensão reprodutiva. Como aponta Fazzioni (2018, p. 176), autoras como

Sarti (2010), Garcia e Georges (2017) lembram também que, nesse sentido, as mulheres acabam servindo como importantes cúmplices do serviço de saúde e ao, mesmo tempo, as responsáveis pelo cuidado de toda a família – quando ela vai bem e sobretudo quando vai mal.

A partir da escuta acerca da falta de tempo, muito prontamente os profissionais de saúde adotam retóricas de que “você precisa ter tempo para si, você precisa cuidar de si mesma”. Nesse sentido, faz-se necessário apontar a importância de pensar em saídas coletivas para tal questão que não façam recair sobre a mulher mais uma exigência que, ao não ser cumprida, aprofunda o sentimento de culpa e de insuficiência. A retórica do autocuidado demonstra-se como mais uma tecnologia de individualização e de responsabilização do sujeito, não sendo essa uma recomendação que se faz eficaz no cuidado em saúde (Bruno *et al.*, 2021).

É necessário também refletir sobre os processos de adoecimentos aqui citados sobre o tempo que rege os serviços de saúde, que envolve longas filas e um tempo de espera que se configura inclusive como uma barreira de acesso à saúde (Ballesteros; Freidin; Wilner, 2017). Vale chamar atenção para o fato de que a desigualdade socioeconômica no Brasil também ocasiona uma desigualdade de espera para ser atendido. Paim (2015) aponta que aqueles que dependem unicamente do Sistema Único de Saúde (SUS) demoram o dobro de tempo para serem atendidos do que aqueles que contam com algum plano de saúde suplementar. Com a chegada frequente dessas usuárias em intenso sofrimento, batalhou-se por tempo dentro do serviço para que se instituisse um turno quinzenal para a realização de um grupo de mulheres. Conseguimos espremer o tempo no serviço para que nesse tempo coubesse as mulheres, e as participantes fizeram o mesmo: espremeram seu tempo, para encontrar um tempo para o cuidado de si. É uma dupla experiência de compressão do tempo para nele fazer caber o cuidado, na medida em que no período em que estive na unidade, havia uma pressão vinda da Coordenadoria Geral da Atenção Primária da área de planejamento⁵ do serviço de saúde para que os profissionais do NASF utilizassem 75% de sua carga horária em atendimentos individuais, o que contradiz o papel da Estratégia Saúde da Família no que concerne a trabalhar com foco em saúde integral, localizada no território, de modo a fortalecer e participar da produção de redes de convivência e cuidado locais. É também uma experiência de compressão do tempo das próprias mulheres, já que muitas encontram, ou melhor dizendo, produzem esse tempo de presença, com compromissos, de levar e buscar os filhos na escola, deixando um parente idoso acamando em casa com um vizinho, mudando o horário de turno no trabalho, encontrando, assim, formas de ter tempo para si.

⁵ Divisão realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro, que organizou a cidade em 10 territórios para a implementação de políticas, planos, projetos e programas de saúde.

Fazer caber mais uma atividade dentro dessa experiência constante de carência temporal foi inclusive pauta de uma reunião do NASF. Para propor a realização do Grupo de Mulheres quinzenal, a equipe passou um bom tempo deliberando o horário em que isso poderia acontecer:

De manhã cedo, “nem pensar”: as mulheres estariam organizando seus filhos para ir à escola. Lá pelas nove da manhã, “nem pensar”: as mulheres estariam fazendo almoço e limpando a casa. Lá pelo meio-dia, uma da tarde, “nem pensar”: as mulheres estariam buscando os filhos da escola e lhes dando o almoço. Foi assim que se acordou o horário das três da tarde, em que as crianças já estariam de volta, e as do turno da tarde, estariam na escola, dando tempo de as mães as levarem e as buscarem e, nesse intervalo de trabalho de cuidado, encontrar um tempo para o cuidado de si. (Extraído do diário de campo de Micmacher, 11 de março de 2022).

Era frequente que as mulheres levassem seus filhos, por não terem com quem deixá-los, e que o grupo tivesse, junto ao compartilhamento de vivências femininas diversas, a presença de lápis-de-cor, massinha, brinquedos, bonecos e bonecas para que as crianças brincassem, na própria roda. Algumas mulheres, para serem liberadas do trabalho remunerado, recebiam um atestado de participação do grupo terapêutico, na tentativa de uma complexa conciliação entre cuidado de si, cuidado do outro e provisão material. Percebe-se que manejar as temporalidades daqueles que são cuidados é mais uma forma de como o tempo do relógio supracitado adentra na rotina familiar e cotidiana, e por estarem colocadas nesse lugar de cuidadoras, as mulheres tornam-se, muitas vezes, gerenciadoras de casa. Como citada por Bryson (2007), Laura Balbo (1987) aponta para o trabalho de coordenação e gestão das temporalidades das mulheres no espaço doméstico do qual dependem os Estados de bem-estar social.

Apesar de sua centralidade para o funcionamento de toda a organização social, essa posição de gestão não é reconhecida em seu valor dentro do sistema capitalista. Durante a pandemia, Lacerda (2022) aponta para a centralidade que ocuparam as mulheres em seus territórios no que concerne ao envolvimento em burocracias para o acesso do auxílio emergencial de familiares e vizinhos que não sabiam utilizar as ferramentas digitais necessárias para receber o benefício. Apesar de serem atividades frequentes – gerir e manejar temporalidades da própria casa e de seu entorno – a antropóloga aponta como, apesar de essas tarefas não serem novidades “[...] para as mulheres envolvidas, [...] durante a pandemia tornam-se mais difíceis, solitárias e arriscadas” (Lacerda, 2022, p. 4). Além disso, percebe-se que a

[...] dedicação de tempo, atenção e, em alguns casos, dinheiro para resolver questões burocráticas para amigos e familiares não costuma ser considerada como parte das ações de cuidado realizadas pelas mulheres nas pesquisas sobre o tema do cuidado (Lacerda, 2022, p. 10).

Nesse sentido, visualiza-se como a própria administração pública depende do trabalho cotidiano invisibilizado das mulheres para seu funcionamento.

A dimensão de aceleração também se apresenta nesse mesmo contexto com a necessidade de recuperação imediata para retorno ao trabalho que garante o provimento da família. Essa exigência do mercado de trabalho, nos casos de trabalho com carteira assinada, pode ser de algum modo “driblada” pelo acolhimento das equipes de saúde, que produziam atestados médicos “com CID” – em referência ao Código Internacional

de Doenças. Apesar de a saúde mental ser cada vez mais tematizada, os sofrimentos psíquicos são frequentemente legitimados somente mediante a presença de um diagnóstico psiquiátrico o que, nesse caso, é utilizado como meio de garantir um direito. No entanto, é importante tensionar tal naturalização das categorias diagnósticas presentes no interior da psiquiatria contemporânea, que comumente são utilizadas, junto aos medicamentos psiquiátricos que as acompanham, na pressa pela resolutividade exigida no campo da saúde (Filardi *et al.*, 2021). Em meio ao contexto que exige um encaixe temporal – o corpo, a clínica da família, o campo do trabalho remunerado – o adoecimento de algum modo impõe uma espera que opera como meio de chegar ao cuidado de si. Sobre ele é que se debruça nesse momento.

2.4 Lúcia: desaparecer para aparecer

Lúcia cuidava de seu companheiro em cuidados paliativos, e pede para conversar comigo quando chego com a médica, porque estava sentindo-se tão ansiosa que lhe dava “apertos”. Ela diz sentir que, na conciliação das tarefas de cuidar de seus filhos e seu esposo, exaure-se e “vai sumindo aos poucos”, sentindo-se invisível, ao não receber um agradecimento pelo que faz “24 horas por dia, 7 dias por semana”. Às vezes pensa em sair andando sem rumo e não voltar. (Extraído do diário de campo de Micmacher, 23 de julho de 2022).

Assim como aponta Lúcia, esses adoecimentos que impõem ao corpo uma espécie de espera, vivenciada por figuras femininas ouvidas, podem ser expressos por meio da dupla aparecer/desaparecer. De um lado, esse desejo de sumir revela uma tentativa de desaparecer de si (Le Breton, 2018), esvaziar-se das demandas às quais é incitada a responder incessantemente. Por outro, Lúcia reflete que, assim, ao sumir, sentiriam enfim sua ausência e a falta que seu trabalho faria. É significativa a imagem de Le Breton (2018) acerca do “desaparecimento de si” como uma tentação contemporânea, tempo marcado pela constante exigência de se tornar si mesmo, de contínuo aprimoramento, de modo a atingir o ideal de sujeito autônomo, responsável e livre (Ehrenberg, 1998). O adoecimento pode surgir, assim, como modo de “desaparecer de si”, esvaziar-se das exigências que não cessam. Ao mesmo tempo, no caso dessas mulheres, é a forma como finalmente aparecem, denunciando com seu sofrimento toda uma incipiência de políticas públicas de cuidado e uma invisibilidade desse trabalho. Aqui, o movimento de adoecer visibiliza-se como uma espécie de força de resistência ao imperativo da aceleração e do papel comumente atribuído às mulheres de fazer tempo para tudo e todos. Assim, o adoecimento impõe-se eventualmente como “[...] a sua única arma para afirmar-se na vida [...]” (Freud, 2016 [1901], p. 221), podendo dizer aquilo que muitas vezes não há como ser dito. Chamamos atenção para o fato de que não há aqui uma responsabilidade pelo adoecer, mas sim uma experiência na qual essas mulheres se veem acometidas, atropeladas pelo sofrimento que denuncia tais tensões temporais.

Nesse processo, visibilizam também as diversas formas que as redes femininas encontram para que a roda continue a girar, *produzindo* tempo a todo momento. Espera-se da mulher uma fonte infinita de tempo, o que faz dele “[...] um elemento definidor da maternidade” (Pombo, 2013, p. 13 *apud* Fernandes, 2018, p. 298). Fernandes (2018)

aponta, nesse sentido, que a maternidade e, no limite, o ser mulher estão intimamente ligados a “ser tempo”, ser fonte de recursos temporais e de cuidado inesgotáveis.

Percebe-se, nesse contexto, como a experiência de adoecimento envolvendo essas dinâmicas temporais de conciliação entre distintas temporalidades funciona como aquilo que possibilita uma demanda por cuidado, mas que rapidamente é atada à necessidade de voltar à ativa, voltar a cuidar de todos – o que de fato é, muitas vezes, uma necessidade que urge, já que delas muitos dependem na ausência de uma melhor distribuição do trabalho de cuidado.

3 Considerações Finais: entre o narrado e o não narrado – pistas e reflexões

Entre 2016 e 2022, o Brasil viveu um constante desmantelamento de políticas públicas em áreas que atingem diretamente as dinâmicas reprodutivas, como saúde e educação. Esses anos tiveram como traço a estruturação de políticas públicas que se voltaram cada vez mais a depositar nas cidadãs brasileiras a responsabilidade por si, suas famílias e o cuidado daqueles que delas dependem (Morandi; Melo, 2020). A pandemia adentra nesse cenário aguçando o quadro, esticando – talvez mesmo esgarçando – os ponteiros dos relógios femininos.

Apesar do momento de realização do trabalho de campo, percebemos a falta de nomeação da pandemia. Lacerda (2022, p. 21) aponta para o fato de que crises sanitárias, como pandemias e epidemias, afetam mais as mulheres do que os homens por serem “[...] as responsáveis pelo cuidado com os doentes e com a gestão dos recursos domésticos, o que as sobrecarrega fisicamente e psicologicamente”. Esse impacto se dá não somente pelo maior risco de contaminação – por cuidar daqueles que adoecem e por muitas vezes ocuparem postos de trabalho que não param durante crises sanitárias – mas também pela “[...] distribuição desigual do tempo e de outros recursos dedicados a outras pessoas” (Lacerda, 2022, p. 21). A autora reforça o que aqui também aparece de outro modo: de forma geral “[...] a experiência das mulheres durante a pandemia foi marcada não pelo isolamento e o distanciamento social, mas pelo intenso trânsito” (Lacerda, 2022, p. 21).

Recorremos à noção de não narrado, que se refere ao fenômeno narrativo no qual eventos e agentes são “[...] apagados das histórias devido ao estresse ou ansiedade que sua presença causou, ou à sua desimportância ou irrelevância, ou ao fato de que eles tenham representado uma ameaça à história em si ou à capacidade do narrador de contá-la” (Vindrola-Padros; Johnson, 2014, p. 1.608). Podemos apontar aqui como a pandemia, apesar de não nomeada, faz parte das narrativas das mulheres ouvidas nessa Clínica da Família, como contexto estressor e intensificador da problemática da crise de cuidados e dos conflitos temporais aqui ilustrados. Chamamos atenção ao movimento: o “intenso trânsito” denota o fato de que talvez, nesse ponto, a pandemia não tenha sido exatamente vivida como ruptura, mas como continuidade dos movimentos incessantes que estas mulheres fazem cotidianamente para dar conta de tudo.

A atividade de cuidado teve maior visibilidade no período, e o problema de sua divisão generificada veio ainda mais à tona, o que atualmente se converte na formulação

da Política e do Plano Nacional de Cuidados no Brasil. Em março de 2023, o atual presidente Lula assinou o decreto que aprovou o Grupo de Trabalho Interministerial voltado para criar a Política. Laís Abramo, secretária nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento Social, aponta para a questão temporal, ao afirmar que “[...] são fundamentais as políticas públicas de cuidado capazes de liberar o tempo das mulheres [...]” e ampliar suas oportunidades de participação “[...] na vida pública e de garantir os direitos tanto das pessoas que necessitam de cuidados quanto daquelas que cuidam” (Brasil, 2023a). O trabalho de cuidado “[...] urge ser alvo de políticas públicas que o reconheçam e valorem enquanto tal (Blanc; Laugier; Molinier, 2020; Energici; Alarcón-Arcos *et al.*, 2021 *apud* Reis; Franch, 2022, p. 37).

A pandemia e o sofrimento feminino ligado à temporalidade e à sobrecarga atuam, cada um ao seu modo, visibilizando esse trabalho de cuidado. A pergunta acerca de como saímos dessa atual circunstância se repete de forma singular. Cada usuária que chegava em sofrimento resultante desses fenômenos aqui analisados e em decorrência de outras histórias singulares, encontrava uma forma de pedir, via sintoma e via palavra, por um outro futuro possível. Apostar no coletivo é, portanto, um modo de retornar ao público aquilo que a ele pertence. Questões enunciadas pelas mulheres que, ao se perceberem não mais isoladas em seu sofrimento, vão construindo juntas outros caminhos e um desejo: por tempo para si, por um Estado que cuide, por homens que também cuidem. Nesse sentido, coletivizar é uma maneira de dar espaço à simbolização da experiência vivida de forma singular, mas que reverbera no coletivo (Kehl, 2009), possibilitando a construção de um comum e a visibilização de estruturas sociais produtoras de sofrimento.

Referências

- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BALLESTEROS, M. T.; FREIDIN, B.; WILNER, A. Esperar para ser atendido. *In*: PECHENY, M. M.; PALUMBO, M. (org.). **Esperar y hacer esperar**: escenas y experiencias en salud, dinero y amor. Buenos Aires: TeseoPress, 2017. p. 63-97.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, [s.l.], n. 32, 1º semestre, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.
- BIGARELLI, B. Como gerenciar melhor o tempo na pandemia. **Valor/Globo**, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2020/07/01/como-gerenciar-melhor-o-tempo-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **MDS coordena a elaboração da Política Nacional de Cuidados com foco na valorização da mulher**. [Brasília]: MDS, 13 mar. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-coordena-a-elaboracao-da-politica-nacional-de-cuidados-com-foco-na-valorizacao-da-mulher>. Acesso em: 26 set. 2023.
- BRASIL. Portaria GM/MS n. 635, de 22 de maio de 2023. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de maio de 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, n. 43, p. 38-40, 4 mar. 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 Out 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRENNAN, T. **Globalization and its terrors**: Daily Life in the West. Oxfordshire, Inglaterra: Routledge, 2003.

BRUNO, F. G. *et al.* “Tudo por conta própria”: autonomia individual e mediação técnica em aplicativos de autocuidado psicológico. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 33-54, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2205/2415>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRYSON, V. **Gender and the politics of time**: Feminist theory and contemporary debates. Bristol, Inglaterra: The Policy Press, 2007.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIES, K. Time, Gender, Science and Everyday Life. In: METHUEN, C. **De VSV**: Études de syntaxe latine offertes en hommage à Marius Lavency. Bélgica: Peeters, 1999. p. 91-103.

DAVIES, K. The Tensions between Process Time and Clock Time in Care-Work: The Example of Day Nurseries. **Time & Society**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 277-303, 1994.

EHRENBERG, A. **La fatigue d'être soi**: Dépression et Société. Paris: Odile Jacob, 1998.

FARAH, B. L. Depressão e vergonha: contrafaces dos ideais de iniciativa e autonomia na contemporaneidade. In: VERTZMAN, J. *et al.* (org.). **Sufrimentos narcísicos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012. p. 185-206.

FAZZIONI, N. H. **Nascer e morrer no Complexo do Alemão**: políticas de saúde e arranjos de cuidado. 2018. 213f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7400519. Acesso em: 19 maio 2024.

FERNANDES, C. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fatima (org.). **(Des)Prazer da Norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2018, p. 297-320.

FERNANDES, C. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas & mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

- FILARDI, A. *et al.* Medicalização da vida nas práticas vinculadas à estratégia saúde da família. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [s.l.], v. 24, n. 2, pp. 421-445, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/HHhxq4cFZwzxYTzjKVkp3vy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- FLEISCHER, S. **Descontrolada**: uma etnografia dos problemas de pressão. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- FONTOURA, N. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. *In*: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.) **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2023. p. 1-38. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11842/1/Cap1_Debates_conceituais_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.
- FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Rio Grande do Norte, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876/12950>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- FRASER, N. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. *In*: BHATTACHARYA, T. (org.). **Social Reproduction Theory**: Remapping Class, Recentering Oppression. Londres: Pluto Press, 2017. p. 21-36.
- FREITAS, M.; PEREIRA, E. R. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1461>. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v20-n3-freitas-pereira/1461-pdf-pt>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- FREUD, S. **Fragmento da análise de um caso de histeria (1905 [1901])**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas, v. 6).
- GEORGES, I. O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. *In*: DEBERT, G. G.; PULHEZ, M. M. (org). **Desafios do Cuidado**: gênero, velhice e deficiência. Campinas: Unicamp-IFCH, 2019. p. 125-151.
- GESTÃO de tempo: como lidar com o trabalho e a família em tempos de pandemia? **Laboratório de Inteligência de Vida**. 2021. Disponível em <https://www.inteligenciadevida.com.br/pt/conteudo/gestao-de-tempo-pandemia/>. Acesso em: 18 set. 2023.
- GILLIGAN, C. **In a Different Voice**: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2016.
- GUIMARÃES, N. A. A “crise do cuidado” e os cuidados na crise: refletindo a partir da experiência brasileira. **Sociologia & Antropologia**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. e230050, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/qv89WgWxdGKgmkcB9GtjxXt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.
- GUIMARÃES, N. A.; VIEIRA, P. P. F. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 34, n. 98, p. 7-24, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LN8YgwX9J7Xgr67tZTVjf9B/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- HIRATA, H. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tabelas de indicadores do Programa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html. Acesso em: 3 ago. 2022.
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LACERDA, P. Estado, Gênero e Covid-19: trânsitos de mulheres por setores da administração pública em tempos de pandemia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. e281205, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/t7wNKc6yZN6jR3dbf7N3Z7g/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

- LE BRETON, D. **Desaparecer de si**: uma tentação contemporânea. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
- LOWENKRON, L. Gênero, família e Estado: cuidado de crianças, pandemia e a gestão da (não) reabertura escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. e22212, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/69602/44867>. Acesso em: 5 jun. 2024.
- MAYORCA, D.; BARROS, A. Efeitos psicossociais da violência de Estado e a operação clínica do direito à reparação. In: LOPEDETE, Maria Luiza Galle *et al.* (org.). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 69-79.
- MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução de: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MORANDI, L.; MELO, H. **Cuidados no Brasil**: conquistas, legislação e políticas públicas. 2021. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2020. ISBN 978-65-87504-14-8. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17083.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.
- NOGUEIRA, T. P. C. R. Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s.l.], v. 3, n. 4, p. 47-58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482/15427>. Acesso em: 26 set. 2023.
- NUNES, C. A. *et al.* Visitas domiciliares no Brasil: características da atividade basilar dos Agentes Comunitários de Saúde. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 42, n. spe2, p. 127-144, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HL6TRrF7NyvpWjXdVvfhzsH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.
- OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 24, p. 205-218, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QKtFb9PkdpcTnz7YNJyMzjN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.
- PAIM, J. S. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. [E-book]. Disponível em: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- REIS, G.; FRANCH, M. Do nome à coisa: a Covid-19 experienciada por mulheres domiciliadas em João Pessoa – o caso de Cristina. **Pós-Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 26-40, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/43810/33503>. Acesso em: 21 set. 2023.
- RIVER, C. C.; PEREIRA, S.; GOMES, L. S. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864/154434>. Acesso em: 26 set. 2023.
- ROSA, H. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. Trad. Rafael Silveira. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 379-415, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Patologias do social**: arqueologias do sofrimento psíquico Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SARTI, C. Prefácio. In: FERREIRA, Jaqueline; FLEISCHER, Soraya (org.). **Etnografias em serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014. p. 7-10.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SIBILIA, P.; GALINDO, M. Correndo para não perder nada: Temporalidade ansiosa e a frustração do (i)limitado. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 203-213, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/WN65b6CkM6kp3sW7MnSqHps/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

STECICA, K. **Tempo e trabalho remoto**: como gerenciar prioridades. Goiás: EdUFG, 2020. Disponível em: <https://ufg.br/n/133570-tempo-e-trabalho-remoto-como-gerenciar-prioridades>. Acesso em: 18 set. 2023.

TEIXEIRA, A.; RODRIGUES, P. dos S. “Limpar o mundo” em tempos de Covid-19: trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social. **Sociologias**, [s.l.], v. 24, n. 60, p. 170-196, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/bwgTx7NjwrM9nMQGwmqzvmw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

VIEIRA, P. P. F. *et al.* **Envelhecimento e desigualdades raciais**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023. [livro eletrônico]. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/06/desigualdades_envelhecimento_relatorio.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

VINDROLA-PADROS, C.; JOHNSON, G. A. The narrated, nonnarrated, and the disnarrated: Conceptual tools for analyzing narratives in health services research. **Qualitative Health**, [s.l.], v. 24, n. 11, p. 1.603-1.611, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4232312/>. Acesso em: 20 maio 2024.

WAJCMAN, J. Fitter, happier, more productive. *In*: KING, Vera; GERISCH, Benigna Gerisch; ROSA, Hartmut. (org.). **Lost in Perfection**. Oxfordshire, Inglaterra: Routledge, 2019. p. 51-60.

Luana Papelbaum Micmacher

Pós-graduanda na modalidade Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família pelo Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto/Secretaria Municipal de Saúde, Petrópolis, RJ. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro.

Endereço profissional: Av. Pasteur, n. 250, fundos, Urca, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22290-902.

E-mail: luanapapelmacher@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7724-1230>

Laura Rebecca Murray

Doutora em Antropologia Médica pelo Programa de Pós-Graduação em Artes e Ciências da Universidade de Columbia. Professora Adjunta, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro.

Endereço profissional: Av. Pasteur, n. 250, fundos, Urca, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22290-902.

E-mail: laura.rebecca.murray@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6245-2227>

Camilo Barbosa Venturi

Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro.

Endereço profissional: Av. Pasteur, 250 - fundos, Urca, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP: 22.290-902.

E-mail: camiloventuri@ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5296-5491>

Como referenciar este artigo:

MICMACHER, Luana Papelbaum; MURRAY, Laura Rebecca; VENTURI, Camilo Barbosa. “Para mim não há tempo”: cuidado, tensões temporais e sofrimentos femininos em meio à pandemia de Covid-19. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e96565, p. 38-59, setembro de 2024.

Doença de Alzheimer e Cuidados Possíveis em Contexto Pandêmico

Renata de Moraes Machado¹
Rachel Aisengart¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o *status* pandêmico referente à Covid-19. O desconhecimento inicial sobre o vírus, pela alta taxa de transmissibilidade, resultou em ajustes de condutas nos cotidianos com o intuito de evitar a contaminação. À espera de informações científicas sobre prevenção e tratamento, foi adotado isolamento social. Contudo, a medida era efetiva como prevenção da Covid-19 e também se tornava potencial fator de risco para outras condições crônicas, como a Doença de Alzheimer (DA). O cuidado da DA conta com foco sobre a estimulação cognitiva do doente – orientação antagônica ao isolamento social. Diante do exposto, foi elaborado este artigo que se baseia em entrevistas remotas com familiares cuidadoras de pessoas com DA, em 2021, acerca das decisões concernentes à pandemia. Nesse contexto, a casa e o tempo tornam-se simultaneamente associados ao cuidado e ao risco. As entrevistas indicaram a existência de sobrecarga emocional das cuidadoras familiares, diante de dilemas referentes ao “bom cuidado”.

Palavras-chave: Pandemia; Cuidado; Doença de Alzheimer.

Alzheimer’s Disease and the Possible Care in a Pandemic Context

Abstract

In March 2020, the WHO declared that Covid-19 was a pandemic. The initial lack of knowledge about the virus, due to its high transmissibility rate, resulted in adjustments in daily conduct to avoid contamination. Social isolation was adopted while waiting for scientific information on prevention and treatment. However, if the measure effectively prevented Covid-19, it was a potential risk factor for other chronic conditions, such as Alzheimer's disease (AD). AD care focuses on cognitive stimulation – an antagonistic orientation to social isolation. This article is based on online interviews with family caregivers of people with AD, in 2021, about decisions regarding the pandemic. In this context, the home and the time become simultaneously associated with care and risk. The interviews indicated the existence of emotional overload among family caregivers, faced with dilemmas surrounding ‘good care’.

Keywords: Pandemic; Care; Alzheimer’s Disease.

Recebido em: 30/09/2023

Aceito em: 14/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução: Doença de Alzheimer no contexto contemporâneo do Brasil

Em 2020, Beth, então com 67 anos, cuidava de sua mãe diagnosticada com Doença de Alzheimer (DA)¹ há cerca de sete anos. O tempo era difícil de precisar, pois os sintomas iniciais (prévios ao diagnóstico) eram difusos. Diversas circunstâncias convocavam Beth, única filha entre quatro irmãos, a cuidar de sua mãe Neide. Em 2014, ao ficar viúva, Neide se mudou de Florianópolis para o Rio de Janeiro, cidade em que viviam seus quatro filhos, para ficar próxima do caçula, à época com um câncer sem possibilidades terapêuticas de cura. Por entender que a mãe passava por uma fase difícil, referente a dois lutos, acumulados em menos de seis meses, Beth espontaneamente assumiu alguns cuidados diários. Elas moravam em casas separadas no mesmo bairro de classe média-alta, quando a filha fazia visitas diárias, à tarde. A relação era conflituosa, pois Beth não correspondia às expectativas de Neide, a única filha com vínculo e contato mais afetivo com seu pai. Segundo Beth, a rotina de visitas foi estabelecida a partir do sentimento de culpa: sua mãe estava sozinha (acompanhada pela empregada doméstica) e ela, a única filha e aposentada, sentia-se na obrigação moral de oferecer cuidado.

Nesses encontros, Beth notou episódios estranhos. Neide, que sempre foi uma mulher independente, cometia erros em transações bancárias, como quando precisava sacar R\$ 500,00 e, apesar do alerta da empregada doméstica que a acompanhava, insistiu em retirar R\$ 5.000,00. Ao chegar em casa, Neide ficou assustada. Olhava para o dinheiro sem entender porque retirou o montante. Beth suspeitava que as confusões seriam reflexo emocional de um quadro depressivo. Contudo, em consulta com o geriatra, Beth se lembrou de situações de confusão quando Neide residia em Florianópolis com o marido. Os eventos eram mais raros e apresentavam menos risco, como quando Neide temperou a banana assada com pimenta do reino, confundindo com canela em pó. Os exames solicitados pelo geriatra confirmaram o diagnóstico de DA.

Desde então, a rotina de cuidado não foi mais justificada apenas pela culpa de deixar a mãe idosa e enlutada sozinha em casa. Com orientações do geriatra, Beth contratou os serviços de fonoaudiologia, fisioterapia dirigida à cognição e de uma cuidadora especializada em DA. Além de acompanhar os trabalhos dos profissionais de saúde, Beth busca promover estimulação cognitiva da mãe, em conversas. Neide conta ainda com certo grau de autonomia e de interação e, desse modo, demanda atenção o dia inteiro. Quando Beth se cansa, volta para casa, para suas atividades prediletas, como ler e assistir a filmes.

¹ Ao longo do artigo, utilizaremos a sigla DA em referência à Doença de Alzheimer.

Em março de 2020, a rotina de Beth se transformou. Com a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que a disseminação e a contaminação pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) atingiram o *status* de pandemia, com os primeiros casos e óbitos confirmados no Brasil, foi instituído o distanciamento e o isolamento social como conduta sanitária preventiva e de proteção social. Beth optou por suspender os atendimentos dos profissionais envolvidos no cuidado de Neide, com base em orientações do geriatra, e decidiu mudar para a residência da mãe.

Pela primeira vez, Beth permaneceu como única cuidadora de Neide, em tempo integral. Em suas palavras: “*foram os piores dias*” de sua vida. Beth desejava se proteger e à sua mãe, e durante 28 dias consecutivos exerceu as funções anteriormente divididas entre diferentes profissionais. Além do cansaço, considera que o cuidado então oferecido não era o melhor para a mãe, acostumada com a rotina de uma cuidadora que a acompanha há mais de quatro anos. Neide e a cuidadora lancham, assistem novelas e dormem juntas. Beth não gosta de novelas, sente-se culpada por não interagir com Neide nem comentar a trama. A hora de dormir é difícil: Neide tem uma rotina que Beth seguia, porém, sente angústia por ter que dar um beijo e abraço de boa noite, pois nunca mantiveram um relacionamento afetivo com contato físico, com abraços e beijos.

Beth buscou amenizar seu cotidiano confinada com a mãe: passeavam na área comum do prédio (para tomar sol) e tomavam uma taça de vinho ao final do dia. Ao perceber que já falava sozinha dirigindo-se à lixeira do edifício, ela constata seu estado de exaustão. Conversa com o geriatra, expressa a sensação de sobrecarga, não somente pelo acúmulo de funções, mas pela mobilização emocional. Considera que sua falta de paciência afeta o cuidado avaliado como adequado para sua mãe. Por fim, ambos concordam em retornar ao esquema completo de cuidadoras. Beth não explicita culpa pela decisão, mas se justifica, afirmando o “inferno” que foi o confinamento, com a presença dos conflitos emocionais na relação com sua mãe.

O caso é um recorte do relato da experiência de Beth como cuidadora, oferecido em entrevista, em pesquisa desenvolvida no doutorado de uma autora deste artigo, sobre narrativas de familiares cuidadoras de pessoas com DA. A investigação teve início em 2018, e, entre maio e agosto de 2021, foram realizadas 18 entrevistas com cuidadores familiares de camadas médias urbanas residentes na zona sul da cidade do Rio de Janeiro (e uma da Grande São Paulo), por via remota, além de sete entrevistas com profissionais de saúde de distintas categorias, dedicados a pacientes com DA². O recorte de gênero³ e a inserção social não estavam previstos no projeto da pesquisa, mas reflete aspectos sociais do cuidado. A amostragem foi influenciada por ser fundamental realizar entrevistas por meio remoto (devido à pandemia de Covid-19), que exigia recursos tecnológicos (internet e celular, por exemplo) e humanos (pessoas que se ocupassem do cuidado durante a entrevista). As entrevistadas têm idade entre 40 e 75 anos e, em sua maioria, são filhas que cuidavam de seus pais ou mães. A investigação também contou com a participação de duas esposas (uma viúva) e de uma nora que cuida da sogra, com quem referiu ter uma relação próxima, “como mãe e filha”. Assim, o caso de Beth não é apresentado

² As entrevistas foram realizadas após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Projeto n. 4.693.738).

³ Entre os familiares, apenas um entrevistado é do sexo masculino.

como modelo ou padrão de cuidado relatado nas entrevistas, mas evidencia dilemas do cuidado, recorrentemente, mencionados pelas entrevistadas.

Via de regra, é possível apontar quatro agentes responsáveis pelo provimento do cuidado: o Estado, o mercado, as famílias e as organizações comunitárias (Guimarães; Hirata, 2020, p. 40). No Brasil, apesar de existirem as leis protetivas a grupos com autonomia reduzida (crianças, idosos e de pessoas com deficiência), o Estado somente assume a responsabilidade do cuidado quando não há família ou quando esta comprovadamente não tem condição de cuidar. Portanto, inclusive na perspectiva do direito brasileiro, a família é a principal responsável pelo cuidado.

Nas sociedades ocidentais modernas, a distribuição de tarefas se baseia no gênero: são atribuídas às mulheres tarefas domésticas dirigidas ao funcionamento do lar e dos cuidados. Entretanto, transformações sociais diversas, ocorridas desde meados do século XX, afetam a dinâmica familiar e a ordem social que ela reflete. O envelhecimento da população (aumento da expectativa da vida e redução da taxa de natalidade) e a entrada de mulheres no mercado de trabalho⁴ são mudanças sociais identificadas como causas da “crise do cuidado”.

A “crise do cuidado”, preocupação que movimentou agendas de pesquisas sobre o cuidado no Norte global, é concernente à falta de mão de obra feminina gratuita nas famílias e à crescente demanda de cuidado de familiares idosos. O recorte de classe social é relevante, ao considerar os impactos da “crise do cuidado”. Com frequência, as mulheres desempenham jornada dupla de encargos, com responsabilidades do cuidado em suas “horas livres” (além do horário de trabalho formal). Contudo, desigualdades socioeconômicas viabilizam que mulheres de classe média/média alta possam suprir tal demanda com a contratação profissional de mulheres na função de cuidar. Esse contexto aponta uma relação de opressão entre mulheres que reproduzem a lógica da desigualdade (Longhi, 2019).

Nas seções a seguir, serão apresentados aspectos da DA para aprofundar a análise e a discussão em torno do cuidado. Por fim, são abordados os impactos da pandemia da Covid-19 no cuidado da pessoa com DA e as tensões entre noções de cuidado e risco nesse contexto.

2 O Cuidado Familiar das Pessoas com DA

A DA é uma doença crônica neurodegenerativa, caracterizada por perdas cognitivas e motoras, além da redução progressiva da memória. A DA não tem etiologia ou materialidade definidas, não conta com diagnóstico preciso, pois é elaborado por exclusão e confirmado em biópsia pós-morte, além de se tratar de enfermidade que não tem cura. O tratamento limita-se à prevenção e à busca de retardamento dos sintomas. A DA, assim como as demais doenças crônico-degenerativas, demanda cuidado de longa duração, definido como

⁴ Vale ressaltar que a menção à “entrada maciça da mulher no mercado de trabalho” é referente à entrada no mercado de trabalho formal, resultado de lutas feministas pela emancipação social das mulheres. Mulheres negras e pertencentes a camadas sociais economicamente desprivilegiadas já estavam inseridas nas relações de trabalho, ainda que informalmente, e, com frequência, exercendo funções do cuidado (Federici, 2017).

“[...] todo o tipo de atenção prestada às pessoas com doença crônica ou deficiência que não podem cuidar de si mesmas por longos períodos de tempo” (Camarano, 2012, p. 153).

Devido à inevitável progressão dos sintomas, os arranjos de cuidado (Fazzioni, 2018) são (re)adaptados conforme surgem novas demandas e necessidades. Na medida em que a progressão da doença provoca declínio gradual da capacidade de autonomia e independência, cuidados variados são necessários para a pessoa com DA, desde administração da casa, da vida financeira, da equipe de cuidadoras e demais profissionais de saúde (quando há contratação desses serviços) e cuidados diários corporais da pessoa demenciada. O cuidado não se restringe à administração de tarefas que a pessoa não consegue mais realizar: como a DA causa prejuízos cognitivos, a cuidadora familiar torna-se responsável por decidir em nome do doente.

É complexa a relação de cuidado de uma pessoa com DA. Todas as entrevistadas relataram percepção de sobrecarga, inclusive quem conta com equipe de cuidadoras formais em tempo integral. Afinal, ainda que a cuidadora familiar não se dedique diretamente à pessoa demenciada, é ela a responsável pela gestão dos recursos humanos, com delegação e supervisão do trabalho das cuidadoras profissionais, da organização da agenda, da troca de plantões e da mediação de conflitos.

Contudo, a sensação de sobrecarga não se restringe aos aspectos físicos, mentais, financeiros e de gestão do tempo: trata-se de sobrecarga emocional. As entrevistadas afirmaram – ou, ao menos, inferiram – sentimento de gratidão, pela oportunidade de cuidar do familiar. A gratidão é identificada, inclusive em relatos como os de Beth, que menciona não ter tido um relacionamento afetivo com sua mãe. A gratidão referida por Beth não está necessariamente associada à “lógica da reciprocidade”, na qual o cuidado estaria vinculado ao afeto construído ao longo da vida (Longhi, 2019, p. 153), mas à possibilidade de cumprir as responsabilidades do cuidar atribuído às famílias e, especificamente, às mulheres.

As leis de um país consistem em reflexo daquela cultura, com atribuições de valores aos temas aos quais a legislação é concernente. Como construção das ciências políticas, as leis dispõem de obrigações e de direitos legais, ao mesmo tempo que (re)produzem expectativas coletivas e produzem efeitos nas subjetividades. As leis transformam um princípio superior comum em legislação positiva, que integra a arquitetura normativa e organiza a ordem situacional (Boltanski; Thévenot, 2020). Ao tratar dos direitos de pessoas idosas, a participação do Estado brasileiro se resume à determinação de responsabilidades. No caso da pessoa idosa que não conte com domínio de suas faculdades mentais, a lei estipula que o responsável pelas escolhas concernentes ao tratamento de saúde seja o curador ou os familiares.

De modo geral, o Estatuto da Pessoa Idosa centraliza o dever da responsabilidade do cuidado na família⁵ e, conseqüentemente, reforça a “obrigação moral” do cuidado

⁵ A noção de família, como categoria central da sociedade ocidental moderna, é um fenômeno caracterizado por um sistema de atitudes, de localidade ou residência, além da corporatividade (Duarte, 1995). Em comparação com o modelo de “família tradicional” (referente à Idade Média), que constitui uma realidade moral e social, para Ariès (1986), o modelo de “família moderna” é definido pelo aspecto sentimental, que reflete valores do individualismo. Fonseca (2005) aponta a relevância de pensar as famílias brasileiras a partir de relações que perpassam a ideia de ajuda mútua e de reciprocidade – sem, contudo, ignorar a consanguinidade e as alianças. O laço familiar é marcado pela identificação estreita e duradoura que pode ter origem em fatos alheios à vontade (como laços biológicos), em alianças conscientes (como casamento e adoção) ou em atividades compartilhadas (como o cuidado de criança ou idoso). Não se trata,

na esfera familiar com implicações legais (Groisman, 2015, p. 58). Ao mesmo tempo que é oficializada uma moralidade em torno do cuidado de pessoas idosas, os custos financeiros e/ou emocionais da atividade tendem a ser subestimados, pois os cuidados de longa duração não integram o sistema de seguridade social no Brasil.

A responsabilização ou a obrigação legal que atribui o cuidado das pessoas idosas à família são estruturadas conforme a noção de dádiva de Mauss (2020 [1923-24]). Assim como as trocas de presentes entre clãs das “sociedades arcaicas” examinadas pelo autor, o cuidado familiar baseia-se na ideia de retribuição. Mais do que simples ato de troca de presentes, a dádiva é um fenômeno social complexo, com papel fundamental na manutenção da coesão social e na construção de relações interpessoais.

Entretanto, em contextos com significativa dissimetria, não é possível, a longo prazo, manter o equilíbrio social estabelecido pela dádiva/contradávica, como nos casos de familiares cuidadores de pessoas com DA. Nessa situação prevaleceria a “benevolência”, quando, em um estado de vulnerabilidade, alguém precisa ajudar. Nesse sentido, Caillé (2014, p. 52) considera que o cuidado não pode ser reduzido à ideia da obrigação alienante da compaixão nem ao mero trabalho, mas a um equilíbrio entre o interesse por si e pelo outro, e entre a obrigação e a criatividade-liberdade, como nas quatro motivações humanas identificadas por Mauss (contrapondo-se a uma visão utilitarista).

Ao articular a noção de dádiva com o paradigma do cuidado, Caillé (2014) argumenta que a dádiva é um operador de reconhecimento: por meio dela, doador e receptor são reconhecidos como sujeitos. O desafio reside na maneira de evitar que a pessoa “condenada” em sua vulnerabilidade, sem condições de retribuir, tenha sua dimensão de sujeito negada. Trata-se de uma ambivalência intrínseca à dádiva que, na relação do cuidado da pessoa com DA, é refletida em ambivalência emocional, pela oscilação e progressão dos sintomas.

A gratidão da cuidadora familiar ao exercer tal função pode ser genuína, sob perspectiva afetiva. O relato de Joana é ilustrativo. Ela cuida de sua mãe, diagnosticada com DA em 2018. Elas sempre tiveram uma boa relação e desde o diagnóstico estão mais próximas. No entanto, Joana sente a perda de aspectos nas interações com sua mãe. Os almoços de domingo não contam mais com a comida caseira da mãe, nem com as conversas habituais. A relação transforma-se com as perdas.

O relato de Joana alerta para um impacto do cuidado sobre a cuidadora familiar: a sobrecarga emocional. Bifulco e Levites (2018, p. 168) definem:

[...] sentimento de sobrecarga experimentado pelo cuidador ao realizar uma gama de atividades potencialmente geradoras de estresse e efeitos negativos. São situações de esgotamento do cuidador (*burn out*⁶) e uma forma particular de ‘fadiga por compaixão’, que levam a quadros de alterações psicoafetivas, insônia, quadros de depressão e maior

portanto, de uma expressão “pura” de um dos modelos. A relação implica o reconhecimento de direitos e de obrigações mútuos, estabelecendo uma dinâmica de pertencimento e de reciprocidade.

⁶ A Síndrome de Burnout (ou Síndrome do Esgotamento Profissional) é definida pelos saberes psi como um distúrbio emocional decorrente de situações de estresse crônico, tensão emocional, problemas e situações no trabalho, no ambiente escolar ou acadêmico (Hospital Israelita Albert Einstein, 2022). Os sintomas da síndrome podem envolver sofrimento psicológico e problemas físicos, como cansaço excessivo, dor de cabeça frequente, insônia, dificuldade de concentração, alterações repentinas de humor, pressão alta, problemas gastrointestinais, entre outros (Brasil, 2023).

susceptibilidade a infecções e alterações metabólicas decorrentes das elevações nos níveis de cortisol em função do estresse crônico.

A sensação de sobrecarga da cuidadora familiar da pessoa com DA é discutida entre profissionais de saúde e pesquisadores dedicados ao tema das demências. São propostas diversas estratégias, para “cuidar de quem cuida”, como dividir tarefas e decisões com outras pessoas (familiares ou cuidadoras profissionais) e buscar grupos de apoio. Contudo, ainda que sejam implementadas tais medidas, e que elas aliviem a sensação de sobrecarga, a doença em si imprime um ônus emocional sobre a cuidadora familiar.

O caráter progressivo da perda cognitiva na DA interrompe o futuro projetado referente a um modelo de velhice considerado como “normal”, de envelhecimento ativo e dinâmico. A concepção vigente de envelhecimento saudável está associada à extensão dos valores da juventude nessa etapa da vida. A princípio, esse ideal é problemático, pois biologicamente, o envelhecimento é definido como processo degenerativo do organismo. A DA radicaliza a questão: como doença crônica que acarreta perdas cognitivas, os sintomas resultam em profunda transformação individual e perda da identidade. Afeta, portanto, a continuidade da existência da pessoa doente e suas relações. É nesse sentido que a sobrecarga da cuidadora familiar é sobretudo emocional, ainda que conte com bom suporte familiar e social nas tarefas do cuidado.

As características das entrevistadas merecem atenção, bem como os impactos sobre a relação de cuidado. Todas as entrevistadas são mulheres e, uma vez que a obrigatoriedade moral do cuidado culturalmente é distribuída de forma desigual entre homens e mulheres, segundo os relatos, a sensação de sobrecarga reflete o desequilíbrio entre gêneros. Acrescente-se que as entrevistadas pertencem a classes médias/média alta, condição que configura as possibilidades de cuidados a serem ofertados. Ainda que as entrevistadas contassem com distintas condições econômicas, todas podiam oferecer cuidados profissionais (como fisioterapeutas e cuidadoras formais) capazes de amenizar a sobrecarga (pela distribuição e delegação de tarefas de cuidado) e, até as incertezas sobre o cuidado – afinal, se o tempo e a trajetória da doença são incertos, a máxima oferta de cuidado possível é percebida pelas entrevistadas como o “melhor cuidado possível”. É em torno da noção de “bom cuidado” que incidem os impactos da pandemia da Covid-19 na atenção à pessoa com DA.

3 Impactos da Pandemia da Covid-19 no Cuidado da Pessoa com DA

Em março de 2020, a direção da OMS declarou que a disseminação e a contaminação pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) havia atingido o *status* de pandemia – termo que é uma noção da epidemiologia: quando muitos surtos de contaminação ocorrem simultaneamente e em escala global. Em menos de três meses, mais de 210 países haviam registrado contaminações, doença e morte (Matta *et al.*, 2021, p. 15). Segundo Aquino *et al.* (2020, p. 2.424), o grau de letalidade da Covid-19, enfermidade causada pelo SARS-CoV-2, é mais baixa se comparada a outros coronavírus, mas a alta transmissibilidade ocasionou mais mortes em números absolutos. Os autores afirmam que, apesar de 80% dos casos apresentarem infecções respiratórias e pneumonias leves, as formas severas, que

acometem mais pessoas idosas e portadores de doenças crônicas subjacentes, requerem hospitalização, cuidados intensivos e uso de ventiladores mecânicos.

No Brasil, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), via Recomendação n. 36, de 11 de maio de 2020, implementou medidas de distanciamento social restritivo (*lockdown*), devido ao aumento exponencial da contaminação pelo novo coronavírus e ao número alto de mortes – segundo o Ministério da Saúde, até maio de 2020, com 11.123 mortes⁷ provocadas pela doença (Brasil, 2020). Esse documento reforça e amplia as recomendações prévias da CNS que, em abril daquele ano, indicavam distanciamento social como conduta preferencial para garantir condições sanitárias e de proteção social. Segundo Redondo (2020), diante da inexistência de cura para a Covid-19, o cuidado tornou-se a única possibilidade de lidar com a doença. Trata-se de cuidado nos âmbitos individual e social: as medidas – como isolamento social e a vacina – constituem proteção individual e social, por dificultar a transmissão viral. A pandemia evidencia a vulnerabilidade e a interdependência intrínsecas à vida social, representa um fato social vinculado às desigualdades sociais, acarretando consequências mais ou menos nocivas para diferentes populações. Caracteriza-se como uma sindemia (Horton, 2020), termo que indica as conexões entre crises de saúde e crises sociais.

As entrevistas desta pesquisa foram realizadas entre maio e agosto de 2021. Nesse período, o Brasil passava pelo momento mais letal da pandemia. Os ajustes nas atividades cotidianas e os impactos emocionais após um ano de “realidade pandêmica” se tornaram rotineiros e reconhecidos pelas entrevistadas. Ao mesmo tempo, o período de realização das entrevistas é marcado pelo início da vacinação, em janeiro de 2021. Como o calendário de vacinação seguia ordem etária decrescente, com priorização de “grupos de risco”, no período das entrevistas, os familiares com DA haviam recebido a primeira dose ou completavam o ciclo de duas doses, e as cuidadoras (formais e familiares) haviam tomado ou aguardavam a primeira dose – cuidadores formais foram incluídos entre profissionais de saúde com prioridade para vacinar. Os relatos explicitam os impactos da pandemia e refletem a projeção de novas possibilidades com proteção vacinal, em futuro próximo.

Todos os entrevistados (inclusive cuidadoras familiares e profissionais de saúde) afirmaram a existência de conflito nas orientações: enquanto o cuidado de pessoas com DA preconiza exercícios de estimulação cognitiva e social, as diretrizes para prevenção da Covid-19 seguiam sentido oposto, com indicação de isolamento social. Apesar do caráter progressivo da DA, seu processo é longo (com possibilidade de muitos anos de vida com o diagnóstico) e com oscilação dos sintomas. Assim, a orientação por estímulo cognitivo e social objetiva retardar a progressão da doença, mas não a impede nem a reverte. Embora a medida preventiva seja eficaz, sua eficiência é incerta, pois a progressão é inevitável e pode ser influenciada por diversas variáveis, como internação hospitalar, passível de acelerar a produção e a manifestação de sintomas.

⁷ Em março de 2023, após três anos da primeira morte por Covid-19 registrada no Brasil, o país acumulou 700 mil vítimas fatais da doença. Em janeiro de 2021, quando teve início a campanha de vacinação, com a distribuição da primeira dose em pessoas idosas e outros grupos prioritários, o número de mortos ultrapassava 200 mil. Em abril de 2021, mês mais letal da pandemia no Brasil, em apenas 36 dias somaram-se 100 mil mortes, alcançando o total de 400 mil óbitos (G1, 2023). A redução abrupta e significativa no número de mortos a partir do segundo semestre de 2021 constitui reflexo da eficácia da vacinação em massa como forma de proteção à saúde coletiva.

Em 2018, em simpósio sobre DA, organizado pela seção Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG-RJ), uma médica palestrante afirmou a importância da estimulação cognitiva da pessoa com DA como inovação no modelo de assistência, com foco sobre a pessoa doente. Difere da proposta de reabilitação cognitiva que, por treinamento, busca adequar a pessoa demenciada ao funcionamento cognitivo considerado normal, que representaria a ideia de realidade socialmente compartilhada. A intervenção focada no doente propõe estimulação das funções cognitivas e sociais, com base na terapia de reminiscência, recorrendo às escolhas do enfermo e suas preferências.

A estimulação cognitiva adequada deve reconhecer a atualização das capacidades e limitações cognitivas da pessoa com DA, com ajustes quando necessário. Arlete, com 92 anos em 2021, com diagnóstico de com DA há mais de dez anos, é cuidada por sua filha Rosa. Em entrevista, Rosa relata que sua mãe frequentava academia de ginástica, por recomendação do cardiologista e geriatra. Com o diagnóstico de DA, a atividade adquiriu novo caráter de estimulação cognitiva, para retardar o avanço do processo demencial. Arlete ia para a academia caminhando, acompanhada pela cuidadora formal que, conforme combinado, mantinha-se à certa distância, para que os funcionários a vissem chegando sozinha, com esquema repetido na saída da academia. A pedido da cuidadora formal, por observar dificuldades no trajeto, Arlete passou a ser levada para academia de cadeira de rodas, ao chegar, levantava-se e fazia as atividades. Após algum tempo, foi necessária uma improvisação, de espaço no andar térreo da academia, pois a sala de musculação era no segundo andar e Arlete não mais subia as escadas com segurança. Passou a ter dificuldades na execução de exercícios e não obedecia às orientações. O trajeto feito com cadeira de rodas se tornou difícil, e Rosa passou a levá-la de carro, mas era difícil acomodá-la, pois os movimentos de Arlete estavam mais rígidos. Esse processo teve alguns anos de duração. Por fim, em fevereiro de 2020, com base em orientação dos médicos, Rosa optou pelo atendimento fisioterapêutico na residência, e Arlete não mais frequentou a academia.

Contudo, o plano não chegou a se concretizar: com a emergência pandêmica decretada pela OMS e a orientação de isolamento social para prevenção de contaminação e disseminação do vírus, Rosa, assim como Beth e as demais entrevistadas, interrompeu ou reduziu o “entra e sai” de profissionais do cuidado (inclusive diaristas e empregadas domésticas) da rotina da casa.

Na pandemia, o cuidado da pessoa com DA reconfigurou os dilemas da familiar-cuidadora. Antes da pandemia, as entrevistadas entendiam como “bom cuidado” todo investimento possível sobre a gestão da rotina e estimulação cognitiva da pessoa com DA – os dilemas centravam-se nas escolhas, diante de limitações financeiras ou ajustes, pela progressão da doença. A partir da pandemia e do isolamento social para proteção individual e social, as noções de cuidado e risco referentes à pessoa com DA se misturam. As orientações de cuidado, na busca por retardar o progresso da DA são conflitantes com medidas emergenciais da pandemia da Covid-19, de modo que o investimento em um tipo de cuidado acarretaria incerteza de possíveis consequências de demandas não assistidas. O dilema do cuidado da pessoa com DA na pandemia da Covid-19 evidencia a lógica do cuidado que, segundo Mol (2008), é organizada a partir da escolha ética em

que, diante da impossibilidade de prever o resultado das ações de cuidado, as decisões se centram na busca de “fazer o bem”, em prol do “melhor cuidado possível”.

A maior taxa de transmissibilidade evidenciava a existência de indagações acerca das formas adequadas de prevenir a contaminação. O isolamento social objetivava interromper (ou, pelo menos, frear) a circulação do vírus. Contudo, diante da premência de sair de casa para tarefas essenciais, como compras ou resolver questões bancárias ou de saúde, quais medidas seriam suficientes e seguras? Quais produtos de limpeza eram eficazes para desinfetar? Além de higienizar as mãos, quais ações seriam necessárias?

Diante do desconhecimento sobre o vírus, eram divulgadas sugestões de prevenção por instituições e profissionais de saúde ou, até, pelo público leigo. Com o avanço das pesquisas, aos poucos, as recomendações modificaram, mas o bombardeio de informações difusas de conhecimento científico acarretou uma criação de estratégias, com base em decisões cotidianas de higienização de si, dos outros, dos objetos, da casa, etc. Coelho (2020) considera que o desconhecimento evidenciou a presença de sentimento de angústia do contágio. Trata-se de considerar o SARS-CoV-2 como fato social: o vírus não é um mero fenômeno biológico, pode ser social, ao considerar sua agência e capacidade de mobilização (Borda; Borda, 2020).

A impossibilidade de refrear um vírus ainda desconhecido provocou medo e ansiedade, vividos coletivamente com intensidade. O medo, emoção de objeto definido, referia-se à doença e seus impactos divulgados nos noticiários. As informações e imagens de pessoas morrendo, sem acesso à assistência médica e hospitalar, fotografias do acúmulo de corpos em regiões de colapso do sistema cemiterial eram difundidas. A ansiedade, sentimento associado ao medo, porém sem objeto determinado, mirava os olhares para o futuro, na esperança de surgimento de algum meio para garantir segurança. O sentimento e a emoção caminham juntos e, segundo Ahmed (2004), a impossibilidade de contenção em um objeto produz aumento da intensidade do medo. Assim, sua ausência no presente (no sentido espacial ou temporal) o torna amedrontador.

O medo vivido coletivamente não estava somente associado à possibilidade de contaminação e complicação clínica que provocasse sofrimento pelo agravamento do quadro respiratório ou, até, da morte. Havia também o medo de transmitir o vírus e contaminar pessoas. Pesquisas dos primeiros meses da pandemia apontavam a existência de pessoas contaminadas e assintomáticas que seriam responsáveis por cerca de 2/3 das infecções (Neves, 2020). Segundo Romero (2020), o perigo representado pelos assintomáticos acarreta a produção de um novo indivíduo relacional, em que todos e cada um são possíveis ameaças silenciosas. Na incerteza da contaminação, os rituais de higienização são incorporados como novas técnicas corporais⁸ e repetidos no cotidiano em isolamento social.

Cabe ressaltar – ainda que não seja objetivo deste artigo aprofundar a análise dessa questão – a particularidade do contexto brasileiro, pois a população vivenciava simultaneamente duas crises: a crise sanitária da pandemia da Covid-19 e a crise político-institucional e anticivilizatória, promovida pelo governo Bolsonaro (2019-2022). Para Koury (2020), o presidente e sua equipe ministerial, ao serem intimados a propor soluções

⁸ Técnicas corporais são definidas como “[...] as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (Mauss, 2003, p. 401).

viáveis de enfrentamento à pandemia, utilizavam uma retórica do desespero. Políticos governistas minimizavam a gravidade da doença e da pandemia, com alegação de tratar-se apenas de “*uma gripezinha*” ou desacreditavam o caráter pandêmico. As orientações federais se opunham às recomendações da OMS pelo isolamento social, com base na concepção de que o prejuízo econômico imediato, decorrente do “fique em casa”, seria mais grave que os impactos sobre o sistema de saúde e a população.

A coexistência das duas crises é experienciada como situação-limite, definida como “[...] quebra do sistema de expectativas no interior do jogo simbólico-interativo social” (Koury, 2020, p. 17). Trata-se, portanto, de uma sensação de destruição do universo simbólico e moral construído e compartilhado socialmente, resultando em sofrimento psíquico e social. A campanha pelo “fique em casa” foi promovida, a exemplo de outros países que seguiam orientações da OMS. Contudo, no Brasil, para além da argumentação epidemiológica, o isolamento social adquiriu caráter de resistência político-social de enfrentamento à necropolítica (Mbembe, 2018) promovida pelo governo Bolsonaro. De certa forma, todas as cuidadoras familiares entrevistadas queixaram-se da falta de orientação uniforme e coesa no enfrentamento da pandemia ou criticaram a conduta do governo federal. As entrevistadas relataram conflitos morais, diante da decisão entre manter ou suspender o serviço das cuidadoras formais. Com exceção de Beth, que é aposentada, todas as entrevistadas estavam inseridas no mercado formal de trabalho e, quando não havia rede familiar suficiente, dependiam das cuidadoras formais para manter seu trabalho e renda e garantir o cuidado da pessoa com DA. Trata-se de um dilema moral, pois suspender o serviço das profissionais ameaçaria não somente o cuidado, como significaria ameaça à renda familiar das cuidadoras, em aumento da vulnerabilidade social daquelas mulheres que, devido ao recorte de gênero, classe e, até, raça, enfrentam historicamente violações de direitos e impactos das desigualdades sociais (Nakamura; Silva, 2020). Diante da falta de orientações e de políticas públicas adequadas, as entrevistadas afirmaram se sentir responsáveis pela segurança financeira e da saúde das cuidadoras formais.

Distintos atores sociais com expressão em mídias, representantes e profissionais da área da saúde e cidadãos, por vezes reunidos em organizações não governamentais agiam, na busca pelo resgate de valores morais, sob ameaça política. A campanha pelo isolamento social não foi promovida apenas pelo medo da transmissão e contaminação do vírus, mas pela vigilância social, que buscava compensar a inexistência de medidas governamentais de contenção da pandemia. As redes sociais tornaram-se um relevante meio de divulgação dessa campanha “espontânea” e de cobrança e repreensão daqueles que não cumpriam ou flexibilizavam o isolamento social. É estabelecida em estudos sociológicos a relação entre constrangimento e vergonha, como mantenedores das regras sociais e autorreguladores de comportamentos, como aspecto do processo civilizador do Ocidente (Elias, 1993). Na pandemia, essa característica é atualizada, sob a forma de “*social distance shaming*”, concernente ao modo de pressionar as pessoas a seguir regras sociais de isolamento social, pelo constrangimento moral (Rezende, 2020).

A expressão desse constrangimento moral contou com nuances, variáveis segundo recortes sociais, como classe social e idade. Entre os defensores do isolamento social, era possível compreender a importância, para pessoas de camadas populares, de sair

para trabalhar, pela exiguidade e insuficiência de políticas assistenciais. Cenas de jovens reunindo-se clandestinamente em festas e confraternização eram denunciadas em fotos e vídeos na mídia. A falta de solidariedade era objeto de críticas, sem contextualização dos diferentes grupos sociais, em determinadas situações.

Entre populações consideradas “grupos de risco”, o “*social distance shaming*” tem uma expressão complexa: a exposição ao vírus em situação de maior vulnerabilidade provocava reações, por vezes coexistentes, entre a preocupação e a raiva, traduzida em hostilidade. As pessoas idosas⁹ foram classificadas como grupo de risco pela OMS e pelo Ministério da Saúde devido a um sistema imunológico deficiente, pulmões mais frágeis, entre outros fatores (Médici, 2020). Essa classificação generalizante atribuída a um grupo heterogêneo reflete a ênfase biomédica na elaboração de políticas de saúde, ao privilegiar o corpo e a idade, em detrimento de uma noção mais ampla e relacional das pessoas em sociedade. Maior vulnerabilidade resulta em maior controle e regulação. Assim, ao mesmo tempo que a classificação objetivava proteger a população idosa, a estigmatização da velhice foi acentuada (Schuch; Vítora; Siqueira, 2021).

O estigma não se refere apenas ao corpo biológico mais vulnerável, mas a aspectos sociais. Desde o final do século XX, a construção social de envelhecimento saudável está cada vez mais associada a valores vinculados à juventude. Idealiza, como condição “normal”, um envelhecimento ativo e dinâmico. Assim, valoriza-se a pessoa idosa capaz de gerir sua vida e rotina, ao exercer de forma autônoma e independente diversas tarefas, como fazer compras ou administrar sua vida financeira. Na pandemia, devido à noção de grupo de risco, tais práticas e comportamentos tornaram-se alvo de críticas. A pessoa idosa autônoma passou a ser considerada, segundo lentes infantilizadoras, como “teimosa” e indisciplinada.

Em comparação com a moral sexual referente ao grupo de risco da epidemia de HIV/Aids na década de 1980, Coitinho Filho (2020) aponta que a ideia de velhice como grupo de risco acarreta uma regulação moral, mediante ridicularização da autonomia da pessoa idosa. Ele argumenta que, nos dois casos, o conceito não favorece a mudança de comportamento social, corrobora a estigmatização e cria a ideia de um “outro” que deve ser evitado, impedindo ou dificultando uma relação empática (Coitinho Filho, 2020, p. 603). A própria ideia de vulnerabilidade é passível de diferentes interpretações sobre políticas de saúde. Beth menciona que, quando sua mãe foi tomar a primeira dose da vacina, questionou o profissional de saúde se sua filha não receberia uma dose. A preocupação de Neide pode ser entendida a partir de dois sentidos: Beth precisaria estar vacinada para proteger Neide de uma possível contaminação e, também, precisava estar viva e bem de saúde para cuidar de Neide.

Problematizar a vulnerabilização e a estigmatização das pessoas idosas classificadas como grupo de risco não significa questionar a importância ou negar o isolamento social. Ao reconstruir os aspectos do contexto macrossocial brasileiro, trata-se aqui de evidenciar a diversidade de discursos e de emoções presentes das entrevistadas. Consequentemente, possibilita analisar o cuidado da pessoa com DA na pandemia, em relação ao contexto mais amplo e complexo.

⁹ No Brasil, são consideradas idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 2003).

Conforme mencionado, as entrevistas foram realizadas entre maio e agosto de 2021. Todas as informantes e seus familiares em processo demencial já haviam recebido pelo menos uma dose da vacina. De modo geral, é possível dividir a pandemia em dois períodos: antes e depois da vacina. O contexto e as questões apresentados anteriormente referem-se ao momento prévio às vacinas e, até, a muitas informações acerca da transmissão. Em 2023, momento da escrita deste artigo, sabe-se, com base em pesquisas científicas, as medidas necessárias para evitar contaminação e, após vacinação em massa, foi constatado achatamento na curva de novos casos e óbitos por Covid-19. Assim, nos últimos dois anos, foi possível flexibilizar as regras sociais pandêmicas até o decreto pela OMS, do fim da emergência de saúde pública, em maio de 2023 (OPAS; OMS, 2023).

Evidenciar esses dois momentos evita interpretações anacrônicas de comportamentos e emoções presentes na primeira fase da pandemia. Hoje é sabido que condutas adotadas, como higienizar compras e deixar sapatos fora da casa não constituem medidas que evitam a transmissão. Contudo, categorizá-las como “exagero” é possível após pesquisas científicas dos últimos três anos.

As entrevistas ocorreram entre esses dois momentos. À semelhança da fase intermediária da clássica definição de Van Gennep (2013 [1909]) sobre ritos de passagem, as interlocutoras viviam um período de ambiguidade. Não eram as mesmas condições de desconhecimento e medo, presentes no início da pandemia, antes da vacina, mas não contavam com segurança, obtida após confirmação dos efeitos sociais da vacina, que culminaram no fim da emergência de saúde. Conforme avanço da campanha de vacinação, as entrevistadas referiram alívio e consideravam algumas flexibilizações. Devido à sua idade, Beth, assim como sua mãe, tomaram as duas doses antes da entrevista. Em suas palavras: “*agora já sou vacinada, tomei as duas doses, então estou me achando*”, ao referir as flexibilizações e atividades que voltou a fazer com sua mãe. É dessa perspectiva intermediária que as entrevistadas narram a experiência do impacto da pandemia sobre o cuidado da pessoa com DA: relembram os momentos iniciais, quando decisões foram tomadas em meio às incertezas. Entretanto, a partir de certo momento, com maior estabilidade e adaptação à rotina pandêmica, surgiu “luz no fim do túnel” pelo anúncio da existência e acesso às vacinas.

Cabe enfatizar a sensação de incerteza que as informantes relatavam acerca do primeiro ano de pandemia, que começava a arrefecer por ocasião das entrevistas. Em meio ao bombardeio de informação, especulação e desinformação (as denominadas *fake news*), as entrevistadas deviam optar e decidir, na direção de adequação de suas rotinas ao “novo normal” pandêmico. A sociedade ocidental contemporânea deposita na ciência a esperança de respostas para males que afligem a saúde, enquanto são delegadas aos governos as responsabilidades de políticas públicas para proteger a população de forma justa (Fonseca; Jardim, 2017). À ocasião, as incertezas decorrentes da falta de informação científica vividas globalmente se somavam às incertezas sociais pela ausência de políticas públicas no Brasil.

As decisões acerca do cuidado da pessoa com DA representavam um dilema em especial: as cuidadoras familiares precisavam equacionar duas orientações de saúde antagônicas. Por um lado, a prescrição de estímulo cognitivo e, por outro, a orientação de isolamento social (que limita atividades sociais e cognitivas) para conter a transmissão da

Covid-19. Essa equação torna-se mais complexa, pois não se trata somente de equilibrar duas orientações biomédicas, mas de levar em consideração o cenário social então vigente.

De modo geral, em um primeiro momento, todas as entrevistadas priorizaram o isolamento social, com a suspensão ou restrição do serviço de profissionais do cuidado. Com o prolongamento da medida e o retorno de algumas atividades (ainda que via remota), ajustes foram feitos para tornar a rotina mais sustentável. Em certa medida, a experiência de Tatiana se distingue: após um primeiro momento de isolamento total em família quando a pandemia foi decretada, ela ficou com medo das consequências negativas pela redução das caminhadas de Solange, sua mãe. Resolveu então adaptar a antiga rotina de passeios pré-pandêmicos: como as duas residem em Copacabana, iam até a orla da praia munidas de máscaras, álcool e cadeiras de praia. Caminhavam e pegavam sol afastadas de qualquer pessoa. Geralmente Solange não queria ir, reclamava de cansaço e dor, Tatiana insistia e inventava a compra de lanche, estratégia que funcionava, pois a mãe sempre gostou de comer. Após a resistência inicial, Solange se divertia. Em fevereiro das 2021, as duas pegaram Covid-19. Tatiana sentiu-se culpada e achou que a contaminação teria ocorrido em passeio. Apesar de ter sido convencida por seu filho de que, provavelmente, foi contaminada uns dias antes, quando passou mal (sintoma não relacionado à Covid-19) e foi atendida em um hospital, Tatiana sentiu remorso e desistiu dos passeios. Diante da culpa, defende-se:

Mas no início [da pandemia] estava achando que, mais importante que tudo isso [isolamento social]... era muito álcool em gel o tempo todo! Ela ficava uma arara porque eu enchia o saco dela com o álcool e a máscara, mas tentava que ela caminhasse, se divertisse e passasse o tempo com coisas que ela sentisse prazer e não deitada [...] Porque, se deixasse, ela ficava em casa dormindo o dia inteiro.

Tatiana explica que considerava suficientes as medidas de higienização das mãos e uso de máscara, e que era possível conciliar tais estratégias com os cuidados com sua mãe idosa demenciada. Essa equação do “melhor cuidado possível” estabelecido foi viável para Tatiana devido à proximidade entre casa e praia, de modo que, segundo Longhi (2018), deve-se reconhecer a influência exercida pelo território nas noções de risco e cuidado concernentes ao envelhecimento. Por um momento, Tatiana pode oferecer cuidado amplo para sua mãe, o que não a impediu de sentir culpa – não por ter levado sua mãe ao hospital, local provável da contaminação, mas pelo “*social distance shaming*”. Assim, apesar dos argumentos de amigos e de familiares que questionavam o cuidado de Tatiana, sua decisão pela promoção de passeios diários com as medidas protetivas (atualmente tidas como adequadas) não representam negligência com sua mãe ou demais pessoas. De fato, a neuropsicóloga entrevistada na pesquisa confirmou a impressão relatada por todas as cuidadoras familiares, de declínio das capacidades cognitivas das pessoas com DA na pandemia. Ela afirma:

*[...] percebi um declínio **muito** grande dos pacientes pelo simples fato de menor estímulo a tudo: menos estímulo de comunicação, menos estímulo afetivo, menos estímulo motor. Então, nossa senhora, acho que o que evoluiria em quatro ou seis anos evoluiu em um ano – comparando o esperado de evolução. É difícil dimensionar porque cada um evolui de um jeito. Muito bizarro. E é curioso ver que muitos perderam pela falta de estímulo e não necessariamente pelo processo cognitivo demencial. Então alguns casos que não estavam andando bem, com*

a fisioterapia conseguiram recuperar, mesmo no processo demencial [...]. A gente conseguiu recuperar algumas coisas que não foram perdidas pela demência em si.

Não há consenso sobre a definição de cuidado. Em seu caráter polissêmico, pode refletir a ideia de cuidado enquanto prática, habilidade técnica exercida como trabalho e, por outro lado, indicar a disposição moral, devido ao aspecto relacional e afetivo. Contudo, tornou-se clássica a definição de cuidado de Fischer e Tronto (1990, p. 6, tradução livre) como “[...] uma espécie de atividade que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar o nosso mundo de forma que possamos viver nele da melhor maneira possível”. Cabe aqui questionar qual mundo as cuidadoras familiares buscavam manter e reparar. Apesar das incertezas e dos sofrimentos decorrentes da DA, sua evolução é conhecida e esperada. Diante de um novo mundo desconhecido, em que o medo pela alta transmissibilidade do vírus fazia com que ele se tornasse simbolicamente quase um elemento radioativo no imaginário, sobreviver à pandemia e garantir a vida dos familiares em processo demencial são entendidos como manutenção do mundo da melhor maneira possível.

O cuidado efetivado por Tatiana e por Beth podem ser considerados quase antagônicos. As duas maneiras de cuidar representam vivências “fora da curva”, que se distinguem das demais experiências narradas em entrevista. Tatiana foi a única que priorizou as orientações de cuidado referente à DA, e Beth, provavelmente, foi a entrevistada que efetivou mudanças mais radicais na condução do isolamento social (mudou-se para a casa da mãe, suspendeu momentaneamente todas as atividades e o convívio com familiares e profissionais). Contudo, os dilemas vividos ressoam com os relatados pelas demais entrevistadas: a responsabilidade de tomar decisões nos cuidados com diretrizes conflitantes e a consequente sensação de sobrecarga emocional frequentemente percebida como culpa, por considerar que o “melhor cuidado possível” contém brechas, se comparado com as orientações protocolares. Não se trata de um protocolo ideal ao comparar as duas experiências, mas de enfatizar a característica própria do cuidado. Ele é relacional, o que significa sua complexidade, não como atitude moralista de positividade. Quando se pensa no cuidado focado na pessoa doente, é preciso não ignorar nem menosprezar quem cuida, com suas possibilidades e limitações.

A aparente transgressão de Tatiana não deve ser analisada como negligência no cuidado de Solange – especialmente ao considerarmos sujeitos não humanos e sujeitos além do humano do cuidado (Bellacasa *et al.*, 2023), como o álcool em gel e a máscara nos passeios. Insistir em manter os passeios expressa um cuidado que não se limita a pensar em “fazer o bem” para Solange, como também aplacar um possível sentimento de culpa de Tatiana, ao acompanhar sua mãe dormindo ou assistindo televisão todo o dia. Da mesma forma, não se deve julgar como insensibilidade a decisão de Beth, de não mais residir com sua mãe, após 28 dias de rigoroso confinamento. Afinal, cuidado não significa fusão, tampouco se restringe a uma postura moral, mas envolve agências afetivas, éticas e práticas, com consequências materiais e concretas (Bellacasa *et al.*, 2023, p. 111).

Com a divulgação de informações baseadas em pesquisas científicas sobre as maneiras adequadas e suficientes para prevenir a contaminação e evitar a transmissão

do vírus, o cuidado pandêmico cedeu espaço para aquele concernente às especificidades da DA. Assim, as cuidadoras familiares readaptaram os arranjos de cuidado. Equipes de cuidadoras formais foram (re)contratadas, as cuidadoras familiares retornaram às suas casas, e os atendimentos rotineiros com profissionais de saúde (médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros) foram retomados. A rotina reestabelecia-se, ainda que com ajustes, como o pagamento de *uber* das cuidadoras, para evitar exposição em transporte público, novos esquemas de plantão para reduzir o “entra e sai” das cuidadoras e adaptação a atendimentos remotos, quando possível. Novas decisões refletem a busca de equilíbrio entre orientações de cuidado antagônicas, na produção do melhor cuidado possível.

O intervalo temporal entre a escrita deste artigo e as entrevistas permite um distanciamento emocional das pesquisadoras, que também vivenciaram a crise sanitária e moral do contexto brasileiro. A análise dos relatos não pretende comparar as experiências no sentido de concluir ou avaliar um “bom” ou “mau” cuidado. O cuidado é uma atividade moral, em que os “valores” se entrelaçam com os “fatos”. Nesse sentido, não é uma condição confortável para a cuidadora. A estruturação do “melhor cuidado possível” requer ações, em tentativas de “erro-e-acerto”, na busca por práticas de cuidado adequadas – “[...] você faz o que pode, você tenta e tenta de novo” (Mol, 2008, p. 78, tradução livre). A ideia de “tentativa” deve ser enfatizada, não de forma negativa ou desinteressada, mas como característica central da dimensão ética do cuidado.

4 Considerações Finais

A pandemia impõe um novo cenário de incertezas, em que decisões devem ser tomadas, mediante avaliação de riscos. O cuidado da pessoa idosa portadora de doenças crônicas subjacentes, como diabetes e disfunções cardíacas, por exemplo, demanda acompanhamento e, eventualmente, intervenções médicas para se evitar agravamentos do quadro clínico. Contudo, com as orientações dirigidas ao isolamento social para evitar a propagação do vírus e as recomendações de adiar consultas e exames médicos que não sejam de caráter urgente ou essencial, as escolhas do que configura o “melhor cuidado” não têm uma resposta de fácil equação – inclusive para profissionais de saúde.

A “nova realidade” instaurada em um mundo que vive a pandemia da Covid-19 impõe novos desafios à população global. Diante do desconhecimento de um novo vírus e da doença causada pela contaminação, surgem as seguintes questões: como ocorre a transmissão? Como evitá-la? Como tratar a doença? Entre outras. As incertezas abrangem tanto o nível individual (o sujeito em risco, o doente e seu tratamento) quanto o nível social (como a sociedade se organiza para evitar e se proteger dos efeitos de uma pandemia). Na falta de políticas públicas estruturadas de forma coesa e justa e em face do tempo de espera necessário para o desenvolvimento de pesquisas científicas para indicar a prevenção e o tratamento seguros da Covid-19, a campanha pelo isolamento social foi divulgada e instituída, apesar do posicionamento negacionista do governo federal brasileiro.

A casa tornou-se um refúgio nem sempre tranquilo diante do novo vírus: condutas inovadoras de higienização e desinfecção integraram novas rotinas e relações de convívio.

Com o prolongamento do tempo de quarentena, a segurança da casa adquiriu um caráter de prisão.

Contudo, a sensação de segurança referente ao isolamento social era, ao mesmo tempo, percebida como risco aos cuidados recomendados pela biomedicina para pessoas com DA. O isolamento social pode resultar em prejuízos para a saúde orgânica e mental e representa um risco em potencial para pessoas com doenças crônicas que demandam acompanhamento e cuidado médico contínuo.

O cuidado da pessoa com DA, devido ao caráter progressivo e com expressões sintomáticas oscilantes, é produtor de sensação de sobrecarga emocional para a cuidadora familiar, que deve ajustar os arranjos de cuidado, ao mesmo tempo que acompanha a perda – ou transformação – da identidade da pessoa doente. A sensação é reforçada – ou, talvez, agravada – com as novas regras sociais orientadas para prevenção da contaminação. Caracteristicamente, a prática do cuidado é construída com base em tentativas de “erro-e-acerto”. No entanto, as cuidadoras familiares de pessoas com DA encontravam-se diante do dilema de articular duas orientações de cuidado antagônicas.

De modo geral, em um primeiro momento, ocorreu uma escolha pelo isolamento social. O caráter desconhecido da expressão do progresso da DA em seu familiar não era tão amedrontador quanto a ameaça potencialmente fatal do *novo* coronavírus. Com o prolongamento da pandemia, houve novas tentativas em busca do “melhor cuidado” da pessoa com DA, como recontração de equipe de cuidadoras e flexibilizações, pelo retorno de algumas atividades (como atendimento fisioterapêutico e visitas de familiares).

Considerar a busca do “melhor cuidado” não significa interpretar as tentativas com foco exclusivo sobre a pessoa doente. As flexibilizações também ocorreram com base nas demandas da cuidadora familiar – seja por aspectos práticos, pelo retorno da rotina laboral (ainda que por via remota) ou por aspectos emocionais, como no caso de Beth. Por fim, não se deve ignorar que o processo decisório conta com uma emergência de emoções. Seja pela tensão centrada na responsabilidade social (não promover transmissão do vírus) ou na responsabilidade individual como cuidadora, o sentimento de culpa nas entrevistas constituiu reflexo da premência emocional da expressão de justificativas concernentes às decisões da cuidadora familiar. Nesse sentido, apesar da vasta literatura orientada às familiares-cuidadoras, a ênfase em aspectos emocionais complexifica a questão da sobrecarga experienciada no longo processo de cuidado da pessoa com DA. Abordar os dilemas do cuidado, as diretrizes conflitantes nas quais as noções de cuidado e risco se misturam, possibilita retirar o foco de um cuidado protocolar idealizado na direção de reconhecimento de esforços, prioridades, criatividade e potências da busca pelo “melhor cuidado possível”.

Referências

AHMED, Sara. Affective Economies. **Social Text**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 117-139, 2004.

AQUINO, Estela *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 25, p. 2.423-2.446, junho, 2020.

- ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BELLACASA, Maria Puig *et al.* O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 108-133, jan.-abr. 2023.
- BIFULCO, Vera Anita; LEVITES, Marcelo. A importância do cuidador no acompanhamento de doentes crônicos portadores de Alzheimer. **Archivos en Medicina Familiar**, [s.l.], v. 20, n. 4, p. 167-171, out.-dez. 2018.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- BORDA, E. W. B.; BORDA, P. Mais antigos do que a sociedade? SARS-CoV-2 pela perspectiva ator-rede. In: CASTRO, B. **Covid-19 e sociedade**: ensaios sobre a experiência social da pandemia. Campinas: Unicamp IFCH, 2020. p. 331-341.
- BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Brasília, DF, out. 2003.
- BRASIL. **Lei n. 14.423, de 22 de julho de 2022**. Brasília, DF, jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm. Acesso em: 18 maio 2023.
- BRASIL. **Síndrome de Burnout**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 18 maio 2023.
- BRASIL. **Recomendação n. 36, 10 maio 2020**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.
- CAILLÉ, A. Dádiva, care e saúde. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 42-59, maio-ago. 2014.
- CAMARANO, Ana Amélia. Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido? In: HIRATA, Helena.; GUIMARÃES, Nadia Araujo (org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012. p. 148-165.
- COELHO, Maria Cláudia. Porcos-espinhos na pandemia ou a agústia do contágio. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-10, 2020.
- COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. A (re)apropriação da categoria "grupos de risco" – da Aids à Covid-19 – e a permanência do estigma sobre sujeitos em contextos pandêmicos. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. **Cientistas sociais e o coronavírus**. São Paulo: ANPOCS, 2020. p. 601-604.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete.; RIBEIRO, Ana Clara T. (org.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 27-41.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.
- FAZZIONI, Natalia. Helou. **Nascer e morrer no Complexo do Alemão**: políticas de saúde e arranjos de cuidado. 2018. 212f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FISCHER, Berenice; TRONTO, Joan. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, Emily K.; NELSON, Margaret K. (org.). **Circles of Care**: work and identity in women's lives. Albany: SUNY Press, 1990. p. 35-62.

- FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio-ago. 2005.
- FONSECA, Claudia; JARDIM, Denise F. Promessas e incertezas. In: FONSECA, Claudia; JARDIM, Denise. F. (org.). **Promessas e incertezas da ciência**: perspectivas antropológicas sobre saúde, cuidado e controle. Porto Alegre: Sulina, 2017. p. 7-16.
- G1. **Após 3 anos da 1ª morte, Brasil chega à marca de 700 mil vítimas de Covid: Coronavírus**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- GENNEP, Arnold. Van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis: Vozes, 2013 [1909].
- GROISMAN, Daniel. **O cuidado enquanto trabalho**: envelhecimento, dependência e políticas para o bem estar no Brasil. 2015. 212f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. Pensar o trabalho pela ótica do cuidado, pensar o cuidado pela ótica das suas trabalhadoras. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. **O gênero do cuidado**: desigualdades, significações e identidades. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020. p. 17-52.
- HORTON, R. Offline: Covid-19 is not a pandemic. **The Lancet**, [s.l.], v. 396, p. 874, set. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext). Acesso em: 21 abr. 2023.
- HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. Síndrome de Burnout: quais as causas e sintomas mais comuns? **Vida Saudável**: o blog do Einstein, 2022. Disponível em: <https://vidasaudavel.einstein.br/sindrome-de-burnout/>. Acesso em: 18 maio 2023.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. As emoções em tempo de isolamento social. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Tempos de pandemia**: reflexões sobre o caso Brasil. João Pessoa: Grem-Grei, 2020. p. 13-38. [recurso eletrônico].
- LONGHI, M. R. Cuidado, velhice, gênero e deficiência social: algumas reflexões. **Anthropológicas**, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 28-48, 2018.
- LONGHI, M. R. Os dilemas de Ruth: conexões entre saúde, família e cuidados. **Revista Mundaú**, [s.l.], v. 6, p. 145-158, 2019.
- MATTA, Gustavo Corrêa. *et al.* A Covid-19 no Brasil e as várias faces da pandemia. Apresentação. In: MATTA, Gustavo Corrêa *et al.* (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. p. 15-24.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 399-422.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2020 [1923-24].
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- MÉDICI, Daniel. Por que idosos estão entre os grupos mais vulneráveis ao coronavírus? Saiba quais são os riscos. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/saiba-por-que-idosos-estao-entre-os-grupos-mais-vulneraveis-ao-coronavirus-e-quais-sao-os-riscos.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2023.
- MOL, Annemarie. **The logic of care**: health and the problem of patient choice. Abingdon: Routledge, 2008.

NAKAMURA, E.; SILVA, C. G. O contexto da pandemia do Covid-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis. *In*: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS, 2020. p. 154-158.

NEVES, Úrsula. Coronavírus: assintomáticos são responsáveis por dois terços das infecções. **Pebmed**, 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/coronavirus-assintomaticos-sao-responsaveis-por-dois-tercos-das-infeccoes/>. Acesso em: 28 set. 2023.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de importância internacional referente à Covid-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 28 set. 2023.

REDONDO, M. F. Com ênfase no trabalho doméstico: o mito do cuidado e a perspectiva do care no contexto da Covid-19. *In*: CASTRO, B. **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas, SP: Unicamp IFCH, 2020. p. 315-329.

REZENDE, Claudia Barcellos. Reflexões sobre o constrangimento e o medo na pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, p. 1-5, Reflexões na Pandemia, 2020.

ROMERO, Fanny Longa. Além da culpa e da expiação: Covid-19 e as fissuras de gramáticas emocionais. *In*: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Tempos de pandemia: reflexões sobre o caso Brasil**. João Pessoa: Grem-Grei, 2020. p. 39-61. [recurso eletrônico].

SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres Gomes; SIQUEIRA, Monalisa Dias. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. *In*: MATTA, Gustavo Corrêa *et al.* (org.).

Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 149-158.

Renata de Moraes Machado

Psicóloga, Doutora em Saúde Coletiva (IESC-UFRJ), pesquisa temas como antropologia do cuidado, das demências, das emoções, gestão da morte e do morrer e luto.

Endereço profissional: Rua Dona Mariana, n. 25, apto. 204, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22280-020.

E-mail: renatammachado@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2874-8681>

Rachel Aisengart

Médica e Antropóloga, Doutora em Saúde Coletiva (IMS-UERJ), Professora Associada do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, pesquisa os seguintes temas: antropologia do corpo, da saúde, das emoções, da Medicina, e limites da vida.

Endereço profissional: IESC, Avenida Horácio Macedo, s/n, próximo à Prefeitura Universitária da UFRJ Ilha do Fundão, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21941-598.

E-mail: raisengartm@terra.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-897-6791>

Como referenciar este artigo:

MACHADO, Renata de Moraes; AISENGART, Rachel. Doença de Alzheimer e Cuidados Possíveis em Contexto Pandêmico. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e96558, p. 60-79, setembro de 2024.

Deficiência, Tempo e Cuidado em Narrativas sobre Escolarização Formal Durante a Pandemia da Covid-19

Jéssica Nunes da Silva¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Este artigo analisa a relação entre tempo, espaço e cuidado durante a pandemia da Covid-19, sob o prisma dos processos de escolarização formal de crianças e jovens com deficiência matriculados em escolas da rede pública em Porto Alegre, RS, e região metropolitana. O texto enfatiza as (re)configurações de espaços, temporalidades e cuidados exigidas pela instauração de medidas de mitigação do contágio na educação básica por meio da experiência desses estudantes com a modalidade de "ensino remoto". A análise parte de narrativas de experiência colhidas pelas entrevistas etnográficas realizadas com estudantes com deficiência e suas famílias, docentes e com demais profissionais ligados à Educação Inclusiva. Diante das inúmeras barreiras de acesso relatadas, conclui-se que o distanciamento de Pessoas com Deficiência em relação à escola, presente na trajetória das famílias entrevistadas antes mesmo da pandemia, intensificou-se durante o período, demandando o reconhecimento das temporalidades dissidentes, representadas pela experiência da deficiência, e o trabalho do cuidado.

Palavras-chave: Covid-19; Deficiência; Educação; Cuidado; Temporalidades.

Disability, Time, and Care in Accounts of Formal Education During the Covid-19 Pandemic

Abstract

This article examines the relationship between time, space, and care during the Covid-19 pandemic, focusing on the formal schooling processes of children and young people with disabilities enrolled in public schools in Porto Alegre/RS and its metropolitan area. The text emphasizes the (re)configurations of spaces, temporalities, and care necessitated by the implementation of contagion mitigation measures in basic education, particularly through the experiences of these students with the "remote teaching" modality. The analysis draws from narratives of experiences gathered through ethnographic interviews conducted with students with disabilities and their families, teachers, and professionals involved in Inclusive Education. Faced with numerous reported access barriers, it is concluded that the distancing of People with Disabilities from school, already present in the trajectories of the interviewed families before the pandemic, intensified during this period, requiring the recognition of dissenting temporalities represented by the experience of disability and the labor of care.

Keywords: Covid-19; Disability; Education; Care; Temporalities.

Recebido em: 23/01/2023

Aceito em: 09/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Fazer Valer o Tempo Presente

Somos el tiempo. Somos la famosa parábola de Heráclito el Oscuro. Somos el agua, no el diamante duro, la que se pierde, no la que reposa (Jorge Luís Borges).

Escrever sobre a pandemia da Covid-19 agora, no momento presente, ainda me causa certa inquietação. Lembro de ter escutado, não raras vezes nos últimos meses, expressões do tipo: “2020 parece ter sido em outra vida”. A ideia de que o tempo *passou diferente* durante o período é igualmente comum. Estabelecemos, de forma tácita, uma nova forma de divisão do tempo, antes e depois da pandemia (Fasenfest, 2020). Sob tal prenoção, não encontraríamos dificuldades para enxergar uma delimitação muito clara, “antes e depois”, para balizar nossas vivências e percepções retrospectivas e, alinhando-as ao tempo presente, concluir se tratar de um tema relegado ao espaço da memória. Passou, afinal! Com um pouco mais de atenção, é claro, torna-se possível perceber o quão insuficientes seriam os esforços para explicar esse evento crítico¹ (Das, 1995, 2020; Segata; Schuch; Damo, 2021) a partir de uma concepção linear e totalizante da passagem do tempo – antes, durante e agora. Como, então, compreender as diferentes temporalidades mobilizadas no decurso da pandemia? Há relevância, sentido, em seguir perscrutando-as?

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que o esforço analítico para responder a estas e demais questões correlatas é tão válido quanto necessário, na medida em que as “[...] pandemias, de fato, excedem às narrativas lineares de começo, pico e término” (Segata; Löwy, 2024, p. 3). Balizarei essas reflexões a partir do enquadramento da relação entre *tempo, espaço e cuidado*² durante a pandemia da Covid-19, pensando tais categorias sob o prisma dos processos de escolarização formal de crianças e jovens com deficiência e analisando-as com base no aporte teórico e conceitual oriundo dos Estudos da Deficiência. Trata-se de um esforço para situar em perspectiva as diferentes temporalidades e (re)

¹ Autores como Segata, Schuch e Damo (2021) partem do conceito de “evento crítico”, tal como abordado por Veena Das (1995), para pensar a irrupção e os desdobramentos da pandemia da Covid-19. De fato, salvo as notadas diferenças entre os acontecimentos violentos que marcaram a sociedade indiana, tomados por Das (1995) como chave de leitura para sua análise acerca da assimilação de tais eventos ao nível da vida cotidiana, ao tratar a pandemia da Covid-19 nesses termos, torna-se possível evidenciar a dimensão da ruptura, o caráter de “quebra” no cotidiano causado por esse “acontecimento”, bem como seus consequentes efeitos no modo de se conceber o presente e projetar (ou temer) o futuro.

² Sigo Bellacasa (2017), Bellacasa, Böschmeier e Engel (2023), Fietz (2017, 2020, 2023) e Mol (2008) que discutem a noção de cuidado como conceito notadamente polissêmico e ambivalente, cujo caráter relacional permite o abarcamento das práticas cotidianas, familiares, morais, políticas e institucionais, do modo como se desnudam na trajetória de minhas interlocuções.

configurações de espacialidade desencadeadas pelo vírus, tomando por substrato empírico as narrativas e as experiências das pessoas com as quais dialogo. Argumento ser este um recorte expressivo, que permite o vislumbre nuançado dos efeitos desse evento em diferentes esferas, articulando a experiência da deficiência aos desdobramentos da relação entre família e escola, aprendizagem e trabalho do cuidado, em um cenário permeado por urgências e incertezas. Por nuances, me refiro, naturalmente, ao caráter marcadamente heterogêneo e diferencial daquilo que temos destacado como “impactos” da Covid-19, nesse contexto preciso. Em outras palavras, tem-se por princípio a noção de que “a pandemia é um evento múltiplo e desigual” (Segata; Schuch; Damo, 2021), que demanda análises proporcionalmente atentas às variações e às especificidades provenientes de tais características.

Assim, entre as incontáveis reconfigurações exigidas pela irrupção da pandemia em março de 2020³, este texto enfatiza aquelas desdobradas no âmbito das práticas educacionais. A instauração de medidas de mitigação do contágio, do isolamento e do distanciamento social à quarentena e ao *lockdown*, incidiu decisivamente na estrutura e na organização da educação a nível global. Com as escolas fechadas, aderiu-se ao “ensino remoto”⁴ como alternativa para dar continuidade às atividades educativas dentro das possibilidades e das contingências de cada contexto. Apesar da adoção massiva dessa modalidade de ensino, entendo que para captar em profundidade sua realização e efeitos, torna-se indispensável observá-los desde uma perspectiva local e situada. Isso pois, conforme aponta Segata (2020b, p. 2), nas pesquisas antropológicas dedicadas a eventos desdobrados em “escala global”,

[...] números, casos, estatísticas ou prevalências têm rosto, trajetória e biografia para as suas pesquisas. Eles partilham experiências e compõem ambientes singulares. Então, a pandemia precisa ser considerada como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas. Cada experiência conta; faz história. E, nós seguimos essas histórias e aprendemos com elas.

A pesquisa apresentada nas próximas páginas foi realizada no período de 2020 a 2022, guiada pelo objetivo de compreender as experiências de escolarização de crianças e jovens com deficiência diante da adoção de modalidades “remotas” de ensino, no decorrer da pandemia. Tendo por base a dimensão do “ensino remoto” e/ou “híbrido”, recursos adotados e desenvolvidos pela Rede Pública (Estadual e Municipal) de ensino básico em Porto Alegre, RS, e região metropolitana, busquei elucidar, entre outras questões: Como esses processos são vivenciados e compreendidos pelos estudantes aos quais se destinam? Quais os impactos no cotidiano dessas famílias? Como (re)pensar essa relação no bojo das diferentes temporalidades desdobradas a partir da experiência da deficiência?

Seguindo as histórias que me foram generosamente compartilhadas, procuro sanar, coletivamente, algumas inquietações que julgo pertinentes ao campo de estudos no qual

³ No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia da Covid-19.

⁴ Utilizo aspas para circunscrever o termo “ensino remoto”, em consonância com Saviani e Galvão (2020). Assim o faço para sinalizar o fato de que, no curso da pandemia da Covid-19, tanto a dimensão do ensino quanto os sufixos “remoto”, “digital”, “híbrido” e “emergencial” que este passou a assumir implicam uma característica remota, de fato, mas não apenas no que se refere à distância física demandada pelo isolamento social. Remoto, nesse caso, pode remeter também ao afastamento da própria noção de ensino e de sua contrapartida mais imediata: a aprendizagem.

se aloca a pesquisa, a saber: entre o “ensino remoto” e o espaço da escola, quais in(ex)clusões⁵ permanecem e quais se rompem? Como se situam as pessoas com deficiência diante desse panorama? Nesses termos, as dimensões de classe, raça, gênero e geração coadunam-se ao aporte dos Estudos da Deficiência (*Disability Studies*), viabilizando e embasando a discussão central em torno do caráter estrutural do capacitismo⁶ (Mello, 2016, 2021). E, para o que nos cabe, permitindo discorrer sobre a mobilização das diferentes temporalidades, desveladas mediante a reconfiguração de espaços e de cuidados, do modo como foram vivenciados cotidianamente por cada uma das famílias com quem pude estar em diálogo.

Antes de prosseguir, cabe então apresentar brevemente o escopo das narrativas do qual partiremos aqui. Originalmente, a pesquisa que apresento foi idealizada para ocorrer em espaços de escolarização formal, de modo presencial. Com a irrupção da pandemia, fez-se necessário adaptar esses objetivos às demandas e às limitações evidenciadas pelo evento. Dessa forma, a rede de interlocuções que conformou o substrato empírico de maior relevo para o trabalho constituiu-se a partir de um conjunto de estratégias de acesso: desde a divulgação da pesquisa nas redes sociais, até a mobilização de contatos previamente estabelecidos (Silva, 2019) e de outros firmados a partir do trabalho etnográfico. Tais estratégias culminaram, por fim, na relação entre cinco grupos de interlocução, distribuídos entre quatro instituições de ensino localizadas na capital do estado do Rio Grande do Sul e região metropolitana e/ou inseridos em redes de atuação ligadas à Educação Inclusiva⁷.

⁵ Neste ponto cabe um breve comentário sobre a categoria em questão. Veiga-Neto e Corcini Lopes (2012) grifam os discursos e práticas que emergem em torno do conceito de inclusão sob a alcunha de “in/exclusão”, partindo de uma postura teórico-epistemológica crítica ao alargamento e à naturalização noção de inclusão, tal como se apresenta nas primeiras duas décadas (1990-2011) de sua institucionalização. Em suas palavras, “[...] grafar in/exclusão aponta para o fato de que as atuais formas de inclusão e de exclusão caracterizam um modo contemporâneo de operação que não opõe a inclusão à exclusão, mas as articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra e por meio do sujeito, de sua subjetividade” (Veiga-Neto; Lopes, 2012, p. 130). Dentro desse viés, inclusão e exclusão não estão alocadas em oposição, mas se constituem dentro de uma mesma matriz e/ou ordem discursiva. Por outro lado, em Zoboli, Silva e Bordas (2009), encontramos uma “(in)exclusão” demarcada para descrever processos que, simultaneamente, alocam e estigmatizam determinados “corpos” dentro de complexos de inclusão e de exclusão. Tais variações de grafia denotam, de um modo ou de outro, tentativas de deslocar a dicotomia inclusão/exclusão, contemplando ora a permeabilidade, ora a heterogeneidade e/ou complexidade dos processos descritos. Opto pelo emprego de “in(ex)clusão” como recurso para descrever a imbricação das práticas idealmente inclusivas, e de um, também específico, ideário de “exclusão”, mobilizado para e nas análises sobre escolarização de pessoas com deficiência.

⁶ A partir de Mello (2016), tomo o conceito de capacitismo para referenciar a “[...] forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência [...]” balizada pela hierarquização de corpos mediante suas capacidades (Mello, 2016, p. 3.267). Assim o faço com vistas a tensionar política e analiticamente as (corpo)normatividades produzidas no âmbito da sociedade de classes, na qual se assomam lógicas produtivistas que preconizam corpos funcionais (capazes, capacitados, aptos ao trabalho) e pressupostos de normalização.

⁷ A pesquisa contou com duas fontes principais de dados: a primeira diz respeito às narrativas de experiência, advindas de entrevistas em profundidade. O segundo segmento se desdobrou na etnografia das práticas e dinâmicas em Inclusão Escolar via ambientes virtuais de aprendizagem e, principalmente, a partir de interações e “perambulações” (Leitão; Gomes, 2017) por meio das mídias sociais durante o período. Para a finalidade deste artigo, trabalharei apenas com dados advindos do primeiro segmento. Ao todo foram entrevistadas **29 pessoas**, entre as quais, os grupos de interlocução foram delineados. São eles: 1) Estudantes com deficiência e suas famílias; 2) Profissionais de Sala de Recursos (SIR/AEE); 3) Professoras(es) da Rede Pública de Ensino; 4) Profissionais ligados à Educação Inclusiva; 5) Profissionais ligados à Educação Especial. As instituições de ensino às quais boa parte dos entrevistados estiveram vinculados dividem-se entre: duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental; uma Escola Estadual de Ensino Médio; e um Centro de Educação Especial (ONG). Além disso, contou-se com entrevistas obtidas por meio da rede de interlocuções estabelecida durante o trabalho etnográfico desenvolvido no período. Importa destacar que, entre essas 29 pessoas, apenas dois dos entrevistados são homens, ambos professores vinculados às redes estadual e municipal de ensino. No que concerne às famílias, **todas as entrevistadas são mulheres**, mães de pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, que também estiveram presentes durante as entrevistas.

Ao optar por trabalhar com entrevistas etnográficas (Guber, 2001; Oliveira, 2013; Pizarro, 2014) semiestruturadas como parte da metodologia empregada na pesquisa, objetivou-se, sobretudo, alocar em um primeiro plano a dimensão da experiência dos sujeitos envolvidos. A formulação das questões que compuseram o roteiro contemplou desde as práticas de cuidado desdobradas a partir das novas demandas, limitações e possibilidades do cenário pandêmico, até as trajetórias de vida das pessoas com quem conversei; abarcou, centralmente, o cotidiano e as variáveis do “ensino remoto”, evocando a transposição das atividades escolares para a esfera doméstica. Por fim, no decorrer das entrevistas, dialogamos abertamente sobre os sentidos e (re)significações de tempo, ensino e da própria noção de *inclusão*, com base nas reflexões individuais suscitadas pelo advento da Covid-19⁸.

Cada uma dessas narrativas é singular. Não somente por carregarem em sua gênese a história das pessoas que as contam, mas, sobretudo, pelo modo como se constituíram, no tempo e espaço. Para que as pesquisas sobre a pandemia pudessem existir, foi necessário o trabalho dos(as) pesquisadores(as), e, em uma mesma medida, a consequente colaboração de seus possíveis interlocutores. Todas as histórias foram compartilhadas por pessoas que se dispuseram a dividir comigo o espaço (virtual) de suas casas, de suas famílias, seus anseios, angústias e projeções de futuro. As tomo como narrativas localizadas que, também por essa razão, não se pretendem necessariamente representativas de um panorama nacional, mais ou menos amplo. No entanto, como espero demonstrar, seu valor reside precisamente na capacidade de tornar tateis, corporificadas e reinterpretadas as vivências que retratam, concatenando-se facilmente com o cenário no qual se desenrolaram. Escrevendo-as hoje, no tempo presente, vemos tornarem-se nítidos os contornos e critérios de sua duração⁹ (Eckert; Rocha, 2000, 2013). Pois elas são, acima de tudo, testemunhos.

2 (Im)Permanência

Produzido em diálogo e fricção com o tempo no qual se construiu, este trabalho evidencia as disparidades no acesso à educação, o caráter generificado do cuidado¹⁰ (Hirata, 2016; Federici, 2018; Fraser, 2020) e a materialização do capacitismo, em suas mais diversas facetas. Por vezes, os aparentes ineditismos que a pandemia instaurou

⁸ Levando em conta as condições mais imediatas do desenrolar da pesquisa, as entrevistas foram realizadas de maneira remota, por meio das plataformas Google Meet, Zoom e chamadas de vídeo via WhatsApp. Como exceção, na reta final da pesquisa e com as campanhas de vacinação avançando à segunda dose, uma das famílias solicitou que a entrevista ocorresse de forma presencial, na escola.

⁹ Evoca-se a duração como categoria amparada pelos pressupostos de Bachelard (1988) em *A dialética da duração*, posteriormente conclamados por Eckert e Rocha (2000). A partir das asserções das autoras, compreende-se que a etnografia da duração, ao preconizar o “[...] tratamento da memória como conhecimento de si e do mundo, a partir do trabalho de recordar narrado pelos sujeitos [...]” (Eckert; Rocha 2000, p. 13) permitiria abarcar esses processos nos quais se ressignifica o presente por meio de narrativas passadas, rememoradas. A ênfase recai no entendimento dessas temporalidades como estando sobrepostas, não antagônicas.

¹⁰ A generificação do cuidado é um dos aspectos grifados pelas teorias feministas-marxistas (e/ou feministas socialistas) da reprodução social (Vogel, 2013; Federici, 2018) comprometidas com o abarcamento das formas não remuneradas de trabalho, mais especificamente do trabalho feminino. Pressuposto basilar para a manutenção da produção econômica sob o capitalismo, o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado (Hirata, 2016; Fietz, 2020) são transfigurados em uma função oculta, invisibilizada e desvalorizada.

soaram, para muitas de minhas interlocuções, como uma “novidade velha”. Pessoas com Deficiência estiveram, ao redor do mundo e no curso dos anos, sistematicamente alocadas à margem dos sistemas de ensino (Jannuzzi, 2012; Lobo, 2015; Thoma; Kraemer, 2017). No caso do Brasil, esse panorama assume contornos bem demarcados em termos de raça, classe, gênero e faixa etária, tendo como correlatos indissociáveis as categorias de normalidade/anormalidade.

Avaliemos as implicações dessa constatação. Partindo de uma genealogia da deficiência traçada em paralelo à raça e à classe, a análise de Lilia Lobo (2015) nos auxilia a vislumbrar o modo pelo qual tais preceitos operam como balizadores para a modulação de imagens e categorias passíveis de controle sobre a deficiência. Sua “história dos infames” revela como a diferença, quando pautada pela normalização, conforma-se historicamente em padrões de normalidade consolidados por meio da eugenia, de critérios de classificação e tipificação da deficiência, de intervenções via institucionalização e, por fim, de práticas e políticas de assujeitamento e marginalização (Lobo, 2015). Esses padrões culminam, paulatinamente, na estrita correlação que virá a se estabelecer entre escolarização e normalização; dependentes, por sua vez, do entrelaçamento dos saberes médicos à educação, que é prevalente no caso da deficiência, ao lado de critérios socioeconômicos e raciais.

No Brasil, as primeiras iniciativas em direção à educação formal de Pessoas com Deficiência emergem entre os séculos XVIII e XIX de forma pontual e escassa, sob a égide da institucionalização e a partir de enquadramentos assistenciais e caritativos (Jannuzzi, 2012). São, desde os primórdios, segregadas e inacessíveis à esmagadora maioria da população. Ao longo de seu desenvolvimento, a educação especializada conforma-se com base na imbricação entre as vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica. O resultado, *grasso modo*, se traduz na tomada dos preceitos de *a/normalidade* como parâmetros para balizar a diferença e, conseqüentemente, pautar o “tratamento” destinado àqueles alocados sob o escopo da “anormalidade” no âmbito do ensino: emergem, progressivamente, os modelos de institucionalização, segregação e integração (Nunes, 2023).

Na esteira dessas considerações, perfazem-se simultaneamente as diferentes formas de categorizar, compreender e abordar a deficiência. Na vasta literatura que compõe os *Disability Studies*, encontramos subsídios para entender como se dão esses agenciamentos, como se produzem e se mantêm essas categorias que, ao final, seguem em permanente disputa (Lopes, 2019). Em uma leitura já convencional do tema, alocam-se dois modelos clássicos de compreensão da deficiência: o Modelo Médico/Biomédico e o Modelo Social.

Em que pese a atualidade e a vigência de um arcabouço mais amplo de críticas e de interlocuções entre e para além dessa clássica oposição (Mello; Nuernberg; Block, 2014; Gavério, 2016; Carniel; Mello, 2021), é possível grifar, em síntese, que “[...] entre o modelo social e o modelo médico, há uma mudança na lógica da causalidade da deficiência: para o modelo social, a causa da deficiência está na estrutura social, para o modelo médico, no indivíduo” (Diniz, 2003, p. 2). Contemporaneamente, o desenvolvimento do campo de estudos sobre a deficiência viabiliza a ampliação desses modelos, tornando-se premente compreendê-la “[...] enquanto uma categoria simultaneamente política, existencial e analítica” (Carniel; Mello, 2021, p. 492).

Na esfera da educação, o Modelo Social embasa o surgimento e a consolidação do chamado “paradigma da inclusão”¹¹. No contexto da década de 1990, esse *novo* paradigma emerge como resposta para a segregação de estudantes com deficiência em classes e/ou escolas especiais, a posterior integração e, especialmente, para a exclusão como consequência das barreiras que historicamente comprometeram o acesso e a permanência desses estudantes na escola. Dos pressupostos de cada modelo, decorrem as práticas de ensino que darão forma à escolarização formal, perpassando desde o currículo até as sociabilidades cotidianas em sala de aula. Na prática, há que se destacar a centralidade de enquadrar o acesso à escola como aspecto que é constitutivo, mas também constituído, ele mesmo, em correlação permanente com a categoria de deficiência, tal como se desvela no Brasil. Esse acesso, marcadamente “inequânime” e de contornos factualmente heterogêneos, é um critério incontornável em qualquer análise que se proponha a pensar escola, ensino público e aprendizagem no país.

Em um panorama no qual a escolarização passou, obrigatoriamente, pela suspensão temporária da presencialidade, pela transposição de parte de suas atividades para a esfera do lar e pela mediação igualmente necessária da tecnologia, o quão “inclusiva” pôde ser a educação básica? Quais os efeitos dessas reconfigurações? Para responder a essas perguntas, novamente, é preciso primeiro compreender a “[...] educação escolar como parte de um projeto de sociedade construída pelos próprios homens ao longo do tempo [...]” (Padilha; Oliveira, 2013, p. 15); e assim, retirando brevemente nossa atenção da concepção de “paradigma inclusivo”, atentar para as continuidades que, mais do que rupturas pressupostas, permitem que pensemos o próprio conhecimento como um processo de acumulação histórica (Padilha; Oliveira, 2013, p. 48), cujo acesso desigual é fortemente desvinculado de seu viés emancipador. Longe da escola, material e simbolicamente, estudantes com deficiência se viram isolados, sob diversos aspectos. Diversos, mas não necessariamente “novos”, não todos¹².

A mudança social impressa vividamente durante a pandemia, por sua vez, afetou a escola e incidiu de forma especialmente drástica em segmentos específicos da população (Saviani; Galvão, 2021; Souza; Dainez, 2020; Parreiras; Macedo, 2020; Mendes; Pletsch; Lockmann, 2020; Dussel, 2020). No dia a dia das famílias, no cansaço das mães, no distanciamento dos estudantes PcD (Pessoas com Deficiência) oriundos de escolas públicas em relação às dinâmicas do “ensino remoto” e, finalmente, na ausência quase que total de orientações e de ações assertivas por parte do Estado na mitigação e no controle dos impactos da pandemia sobre a vida de cada brasileiro(a), essa incidência se materializou. Se havia poucas certezas nas quais se amparar, elas certamente foram desestabilizadas.

¹¹ *Grosso modo*, no modelo integrativo a pessoa com deficiência deve se “adaptar” (via práticas de normalização) ao meio social, sendo integrada ao ambiente escolar por meio do acesso às classes ou escolas especiais, por exemplo. Enquanto no “paradigma da inclusão”, tanto a escola quanto a sociedade de modo mais amplo deveriam “adaptar-se” com o intuito de incluir essas pessoas e todos os demais grupos sociais historicamente marginalizados.

¹² Aos dados concretos: em 2021, o Brasil atingiu a marca de 23 milhões de brasileiros (cerca de 10,8% da população total do país) vivendo abaixo da linha da pobreza; ao final do ano letivo de 2020, mais de 5 milhões de crianças e adolescentes (entre 6 e 17 anos) estiveram fora da escola ou sem atividades escolares; de acordo com relatório da Unicef (2021), são as pessoas com deficiência, negros(as), indígenas e oriundas de classe popular aquelas cujas taxas de abandono escolar, de reprovação e de distorção idade-série são expressivamente mais altas.

3 Quais (In)exclusões?

“É o novo normal!”

A frase acima, que acabou se tornando *lugar comum* tanto em nossas interações durante o período da pandemia quanto no discurso público e nos veículos de comunicação, foi também uma das manifestações recorrentes durante as longas conversas, áudios trocados por WhatsApp e, posteriormente, nas entrevistas realizadas como parte da pesquisa. A noção de “novo normal” designou, de modo geral, narrativas sobre a retomada e/ou a flexibilização de atividades cotidianas e, especialmente, das medidas de contenção do vírus, tornando-se uma “[...] premissa estruturante para a compreensão do mundo nesse processo de reabertura e de adaptação a um contexto pandêmico” (Blanco; Sacramento, 2021, p. 185).

Premissa aparentemente simples, mas que guarda pelo menos duas dimensões imbricadas, cujos desdobramentos, ao contrário, são bastante complexos: trata-se da ideia de normalidade, por um lado, e das temporalidades evocadas em torno de uma pandemia, por outro. Ambas as concepções são mobilizadas em consonância nas retóricas acerca do “novo normal”, com implicações que se tornaram objeto de vastas reflexões no âmbito das Ciências Sociais (Segata; Schuch; Damo, 2021; Segata, 2020b), e seguem merecendo a devida problematização.

Autores como Blanco e Sacramento (2021) tensionaram a ideia corrente de “novo normal” ao sublinhar que as condições de produção da pandemia da Covid-19 estão intrinsecamente ligadas a fatores, processos e estruturas de desigualdade anteriores ao evento em si¹³, “[...] questionando, principalmente, as possibilidades e os limites de vislumbrar um novo normal quando não há nenhuma ruptura com o passado” (Blanco; Sacramento, 2021, p. 198). Dessa forma, tanto quanto contemplar as mudanças que efetivamente se fizeram presentes no curso dos acontecimentos (na esfera do cotidiano, bem como em ações mais amplas de mitigação e/ou controle), vale refletir sobre as implicações da adoção de uma discursividade pautada na “excepcionalidade”, que tende, sobretudo, à “[...] endemização de fenômenos estruturais e sua posterior ocultação” (Blanco; Sacramento, 2021, p. 198).

No caso da educação, as “rupturas” são facilmente identificáveis: desde a transposição das atividades de ensino – levando “a escola para dentro de casa” – até a ausência da presencialidade física; das incertezas e das tentativas de readaptação impressas cotidianamente nas rotinas de trabalho à intensificação da comunicação mediada pela tecnologia – esta última, por sua vez, tem como pressuposto imediato o debate em torno das desigualdades digitais e/na educação (Parreiras; Macedo, 2020). São questões que demandam atenção, e cujos inúmeros desvelamentos podem ser perscrutados com maior densidade por meio da análise qualitativa em profundidade. Ainda assim, tais mudanças não falam por si. Mais do que isso: no bojo desses processos, elas formam parte de um

¹³ Grifam ainda: “As epidemias não são acontecimentos naturais inevitáveis ou desconectados das relações econômicas, políticas e culturais de um país. Ao contrário, é justamente a imbricação dessas várias esferas que conformam a experiência epidêmica tal como ela é vivenciada e, por isso, faz com que a mesma não tenha o mesmo significado e/ou impacto em todos aqueles que a experienciam” (Blanco; Sacramento, 2021, p. 199).

panorama amplo e heterogêneo de práticas, políticas e condições de possibilidade. Situam-se, as mudanças (mais ou menos radicais), em uma relação inerentemente dialética para com certas continuidades.

Partindo do pressuposto de que a educação é, antes de tudo, sobre interação, afetação mútua e diálogo (Freire, 2011, 2013), busco explorar o modo pelo qual essas dimensões se fizeram (ou não, e em que medida) presentes no cotidiano das pessoas que povoam este trabalho. Como resultado, emergiram questões para além da esfera das práticas educativas alocadas sob a égide da *inclusão escolar*. Balizando algumas das discussões aqui elencadas, o “isolamento” e/ou “distanciamento social” se converteram em um importante tópico de problematização para os Estudos da Deficiência, nos convocando a observar o fato de que as Pessoas com Deficiência já estavam, efetivamente, em “isolamento social” muito antes dessas práticas se tornarem uma necessidade frente à pandemia (Alves; Victora, 2021). Para Joana, mãe de Daniel, um jovem autista de 13 anos, a ideia de isolamento nunca lhes foi desconhecida: *“A gente já estava isolado, excluído né. Porque não tem lugar pra ser diferente. [...] A gente já estava na nossa bolha, a pandemia foi mais assustadora para quem não estava na bolha”* (Entrevista com Joana, em 14/06/2021).

A ruptura repentina nos modos de se relacionar, nas rotinas de cuidado e na mobilidade foi diferencialmente sentida, por certo. Nesse mesmo sentido, autores como Fietz, Mello e Fonseca (2020) apontaram para as implicações que as diretrizes e as políticas universais de isolamento/distanciamento e orientações acerca de rotinas de higienização das mãos, superfícies e objetos tiveram para Pessoas com Deficiência, sendo premente considerar que:

Para aquelas que dependem de alguém para realizar os mínimos gestos da vida íntima – comer, se vestir, tomar banho –, a proximidade física implicada nessas relações de cuidado complica seriamente essas normativas. Por conseguinte, o trabalho normalmente invisibilizado de uma rede densa de apoio – incluindo membros da comunidade, familiares, profissionais e serviços públicos –, sai da sombra para se tornar uma ameaça de contágio, exacerbada pelas condições precárias em que vive boa parte da população brasileira (Fietz; Fonseca; Mello, 2020, p. 6).

Além disso, entre as mães de crianças e de jovens com deficiência com quem dialoguei, a interrupção das atividades presenciais implicou uma considerável intensificação das demandas e das rotinas de cuidado, atravessadas por diferentes necessidades e por novas adaptações. Em outra esfera, por parte das profissionais de ensino entrevistadas, tal intensificação também foi sentida, sendo repetidamente relatada por professoras mulheres uma considerável sobrecarga de trabalho. A imbricação desses fatores produziu, a meu ver, a ampliação do distanciamento entre estudantes com deficiência e as relações de ensino e aprendizagem no âmbito da escolarização formal.

Em consonância com Segata (2020a, p. 277), notamos como, de fato, a “[...] pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade [...]” e desigualdade. Eventos como esse podem também se conformar como importante lócus de análise, que nos possibilita vislumbrar elementos, processos (in/excludentes) e narrativas por vezes

suprimidas no cotidiano. Enfatizá-los e problematizar seus efeitos são os objetivos que balizam as próximas páginas.

3.1 A Pandemia Desregulou Tudo!

Animada, fã de culinária e muito falante, Lavínia é uma menina 10 anos de idade. Quando conversamos pela primeira vez, ainda no período de “isolamento” demandado pela pandemia, seu diagnóstico de autismo era relativamente recente. Ao longo de boa parte da entrevista que realizei com Juliana, sua mãe, Lavínia esteve presente me contando sobre sua rotina e seus interesses, suas dificuldades com a escola e sobre sua gatinha de estimação. Juliana é uma mulher branca de 35 anos, e ela e o pai de Lavínia são professores da rede pública de ensino. A família reside em um município da região metropolitana de Porto Alegre, e nos conhecemos por meio de minhas redes de contato oriundas da divulgação da pesquisa.

Durante os primeiros minutos de nossa entrevista, realizada via Google Meet em maio de 2021, a animação de Lavínia contrastava com o cansaço aparente e confesso de Juliana, que após um exaustivo dia de trabalho havia me cedido algumas horas da sua noite de quarta-feira para falarmos. Juliana e eu já estávamos em contato pelo WhatsApp, e por lá ela havia me contado um pouco sobre o diagnóstico de Lavínia e a sobrecarga de trabalho que estava enfrentando no decorrer da pandemia. Acerca do diagnóstico clínico, mais especificamente, Juliana contou ter sido um processo iniciado a partir da identificação pela escola de características “diferentes” no comportamento de Lavínia, que até então a família não havia reparado. Após incontáveis consultas médicas para investigação, o diagnóstico de autismo foi fechado. Sobre a reação da família ela conta:

Nós piramos, guria. Eu fico pensando, eu trabalho há muito tempo com crianças especiais, meu marido também. Mas mesmo assim nos desequilibramos de uma maneira! Não sabíamos pra onde correr, foi muito complicado. [...] Pensando agora, a gente sentiu muita falta de um acompanhamento familiar. Porque tu recebes um diagnóstico e a família em si não é amparada. A criança começa a ser amparada, entre aspas, mas é um acompanhamento meio falho. O começo foi muito difícil, quando sentimos o preconceito pela primeira vez também. Desde então tem sido um dia de cada vez. [Entrevista com Juliana em 23/03/2021].

De fato, em minhas interlocuções com mães de crianças e jovens autistas, esse impacto inicial da família após o diagnóstico clínico foi um elemento bastante comum, demandando esforços analíticos convergentes com sua evocação constante nas entrevistas¹⁴. Ao considerar a preeminência do Modelo Médico da Deficiência e, por conseguinte, a autoridade que é legada aos saberes biomédicos nessa seara, torna-se possível compreender o modo pelo qual esse processo se constitui: desde a ideia de uma *quebra, um baque*, nas

¹⁴Entre as 10 famílias entrevistadas, todas contaram com os diagnósticos de Autismo e/ou Deficiência Intelectual em suas trajetórias. Não se tratou de um recorte proposital, emergindo como resultado do trabalho etnográfico e das redes de interlocução tecidas no processo. Seguindo as ponderações de Lopes (2019) e Fietz (2020), considero que tanto uma conceituação acabada de deficiência quanto a definição *a priori* da categoria de deficiência intelectual não seriam empreendimentos possíveis (e nem mesmo desejáveis) aos interesses deste trabalho. A utilização do termo deficiência intelectual, por sua vez, perfaz-se (i) pela posicionalidade demarcada dentro de um campo de debates acadêmicos e políticos (Fietz, 2020, p. 35) com o qual busco dialogar; assim como (ii) pela ciência de que, conforme aponta Lopes (2019, p. 68), uma “[...] compreensão etnográfica”, visando acompanhar como tais categorias “são empregadas nas relações sociais”, nos é tão mais produtiva quanto é interessante analítica e reflexivamente.

expectativas da família sobre um desenvolvimento idealizado da criança, até as mudanças frequentemente levadas a cabo em termos planejamento do curso de vida e trajetória familiar¹⁵. Na entrevista, Juliana seguiu refletindo sobre as mudanças que o diagnóstico de Lavínia havia trazido para a família, desde as adaptações que se fizeram necessárias na rotina, até as terapias, atividades e consultas: *“A gente tem a vida dela programada até a faculdade. Pra gente não se perder!”* (Entrevista com Juliana, 05/05/2021). Essas preocupações acabaram gerando também, nas palavras de Juliana, uma “sobrecarga mental”, que atingiu seu ponto de culminância durante a pandemia.

Profundamente alterada pelas dinâmicas do isolamento social, a rotina da família teve de ser reorganizada: com as escolas fechadas, o trabalho dos pais de Lavínia converteu-se em *home office*, suas próprias aulas foram suspensas e posteriormente transpostas para o “ensino remoto”; as atividades, terapias e atendimentos da menina, antes presenciais, também tiveram de ser interrompidos; tudo isso em meio à crescente de casos e às incertezas sobre como seguir em frente. Nesse sentido, Juliana relata: *“o ano passado [2020] foi enlouquecedor, tanto que eu precisei buscar ajuda médica porque não estava mais aguentando [aponta para a cabeça], achei que ia pirar”*.

Como Juliana e seu esposo são professores da rede pública, os dois estiveram sujeitos às consideráveis mudanças nas dinâmicas de trabalho das escolas. Por vezes, ela se perguntou: *“[...] como conciliar a produção e reorganização dos conteúdos e atividades para suas turmas, ministrar aulas online, cuidar da casa e das aulas de Lavínia?”*. Um ano após ter sido decretada pandemia, Juliana e sua família começaram a se adaptar a essa nova rotina. Fato contado por ela sem muito entusiasmo, já que as demandas do ensino híbrido e todo o debate sobre o retorno das atividades presenciais passava a se impor e “mudar tudo de novo”: *“quando eu estava começando a me adaptar, tivemos que voltar! E daí, o que eu faço com a Lavínia? Ela não voltou, e o que eu faço com ela? Não sei. As coisas não estão bem, não tem nem vaga em hospital, guria”* (Entrevista com Juliana, 05/05/2021). Pergunto a ela como havia sido o isolamento para a família, e peço para que fale um pouco sobre sua rotina em casa, ao que Juliana responde sorrindo que *“teve alguém que amou ficar em casa!”*, referindo-se à Lavínia:

O isolamento para ela foi bom, porque eles gostam né, de ficar isolados. Ela então ela está faceira em casa, está no ambiente seguro dela. Agora a aula online, foi “pra acabar”. Ano passado foi pior, porque ela não conseguiu assistir. Esse ano ela ainda consegue assistir algumas, porque não tem cobrança nenhuma. A gente desligou a cobrança. Não vamos cobrar, se não sabe fazer não faz e ponto. A gente aprendeu que não precisava botar essa cobrança nela agora. Entendeu que ela vai se atrasar, e tudo bem. Depois a gente dá um jeito de recuperar quando tudo voltar ao normal. [Entrevista com Juliana em 05/05/2021].

A reação de Lavínia ao isolamento não foi percebida com surpresa por Juliana, devido ao seu entendimento de que pessoas autistas geralmente “gostam de ficar isoladas”. Apesar de ter ouvido relatos similares de outras mães de crianças e jovens autistas, cabe grifar o necessário cuidado de não resvalarmos para acepções estigmatizantes sobre autismo.

¹⁵ Além disso, conforme indica Aydos (2019), os debates mais recentes sobre Autismo e Neurodiversidade trazem à tona uma problematização ainda mais densa sobre a produção clínica desse diagnóstico. Segundo a autora, reflete sobre a “flexibilidade e a complexidade da sua produção [do autismo] como um diagnóstico clínico” e situado em um espectro altamente diversificado, assim como sobre essa condição ser considerada uma deficiência ou uma neurodiversidade, uma “maneira diversa de ser e estar no mundo” (Aydos, 2019, p. 93).

Tal preferência pelo “isolamento” não é, de fato, algo inerente à neurodivergência, nem tampouco à diversidade de experiências de pessoas com deficiência; serão determinantes, inclusive, as condições materiais e subjetivas nas quais isso ocorre. Particularmente, creio ser interessante atentar aos elementos que podem informar, de fato, essa “preferência” destacada no caso de Lavínia e Juliana: a segurança e o conforto encontrados em casa não estariam também relacionados ao fato de ser a escola, por exemplo, um ambiente por vezes hostil à diferença¹⁶?

Enfrentando cotidianamente barreiras comunicacionais, arquitetônicas, comportamentais e sensoriais, pessoas cujas corporalidades divergem da “norma” se viram, no decorrer da pandemia, diante de situações por vezes paradoxais: ora frente às novas barreiras que comprometeram sua participação plena em espaços de trabalho, ensino e sociabilidade; ora experienciando possibilidades de interação que, ao não demandarem a exposição contínua a ambientes não inclusivos, podem ser lidas como “positivas” em alguma medida. Ao analisar os desdobramentos desse aparente paradoxo na esfera do “trabalho remoto” a partir da experiência de pessoas com deficiência, Aydos, Navarini e Oliveira (2021) argumentam pela problematização de análises binárias pautadas nas dicotomias inclusão/exclusão e/ou acessível/não acessível, ressaltando o caráter relacional e situacional da acessibilidade. Nessa chave de leitura, os autores entendem que

[...] ver o mundo na chave da deficiência nos faz ver com maior nitidez, mesmo em contextos aparentemente positivos, as desigualdades e a produção da exclusão nem sempre percebidas como capacitismos estruturais em nossa sociedade (Aydos; Navarini; Olivera, 2021).

Há, além disso, uma outra dimensão igualmente destacada no relato de Juliana sobre o isolamento social: o “ensino remoto”. Para Lavínia, as aulas *on-line* não foram uma real opção, por mais motivada que ela estivesse. Juliana conta que os pais tentaram assistir às aulas ao lado da filha, alternativa que não funcionou por haver um “descompasso” entre o ritmo das aulas e o ritmo de aprendizado de Lavínia; as atividades do Atendimento Educacional Especializado (AEE)¹⁷ não foram realizadas, tanto pela sobrecarga no envio, quanto pelo fato de serem muito “infantilizadas”, não tendo chamado a atenção da menina. As terapias transpostas para a modalidade *on-line* também não foram viáveis. Ao se dar conta da temática abordada por Juliana, Lavínia interpelou: “*Me falta velocidade. A professora fica fazendo muito rápido e eu não consigo. Ela faz muito rápido mas eu não, eu normalmente faço bem devagar*” (Lavínia, em 05/05/2021).

¹⁶ Naturalmente, há que se ponderar sobre o próprio ambiente doméstico do qual estamos falando; podendo ser este tão ou mais hostil do que instituições outras, o que torna bastante variáveis e situadas as ideias de “conforto” e, principalmente, de segurança. De acordo com dados do serviço jurídico social do Instituto Jô Clemente (IJC), o número de notificações de casos de violência ou de violação de direitos contra Pessoas com Deficiência Intelectual triplicou no período de janeiro a agosto de 2021 se comparados com os registros no mesmo período do ano anterior. Além disso, a pesquisa realizada pelo Sempreviva Organização Feminista (SOF, 2020, p. 42) apontou que, “[...] quando perguntadas sobre suas percepções, 91,2% das mulheres [entrevistadas] acreditam que a violência doméstica aumenta ou se intensifica durante o período de isolamento social”. Para acesso aos dados do IJC, consultar <https://ijc.org.br/pt-br>.

¹⁷ De modo simplificado, o AEE pode ser definido como um serviço e espaço de referência para os estudantes com deficiência que acessam as classes comuns em escolas da rede pública de educação básica. Perpassando todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, seu caráter será complementar ou suplementar; os(as) profissionais responsáveis pelo Atendimento devem ter formação específica na área de Educação Especial. Sobre a atuação do AEE, ver Silva (2019) e Nunes (2023).

Juliana conta que as aulas de Lavínia foram mistas: síncronas e gravadas, e houve uma grande carga de atividades (segundo Lavínia: “até nas férias!”). Apesar da duração relativamente mais curta, entre uma e duas horas, as aulas iniciaram com cerca de 40 crianças juntas, todas na mesma sala [virtual]. Nesse caso, Lavínia não conseguia acompanhar a aula em razão do barulho e do rápido ritmo das explicações. Após perceber que não estava dando certo, a direção da escola concluiu que isso não havia funcionado “também para os alunos especiais”, e separou as turmas. Mesmo com essa separação, Lavínia assistiu a poucas aulas. Sobre a transposição das atividades de ensino para a esfera doméstica, Juliana pondera:

Isso deixa as mães impotentes, elas não estão conseguindo. Chegou uma hora que eu me senti ‘o cocô do cachorro do bandido’, porque eu não dava conta, não consegui mesmo [ênfatisa]. Então eu acredito que as mães estejam com uma sobrecarga enorme, porque muitas mães não pararam, não tiveram trabalho remoto. Elas tiveram que dar conta dos filhos em casa, do trabalho... muitas crianças ficaram sozinhas em casa, inclusive. E tu ter que repassar um conhecimento que tu não tens... Eu não estava conseguindo pensar, eu não pensava mais. [Entrevista com Juliana em 05/05/2021].

A exasperação de Juliana faz sentido ao considerar o acúmulo de tarefas relatado por ela. Além disso, a culpabilização por não estar “dando conta” das atividades de ensino direcionadas pela escola à Lavínia também a afetou: por vezes, a “hora dos estudos” tinha de ocorrer em momentos que nem sempre eram os ideais, frustrando Lavínia que não conseguia se concentrar. Juliana afirma: “na questão da inclusão eu acredito que só piorou. Muitas crianças não tiveram inclusão nenhuma. Muitas mães abandonaram, e as escolas também” (Entrevista com Juliana em 05/05/2021).

Esse afastamento de Lavínia das atividades escolares não foi necessariamente uma novidade para a família, que já havia enfrentado um sem-número de situações de exclusão e de falta de acolhimento em algumas das escolas pelas quais a filha passou. Para a mãe, “a inclusão vai depender muito da escola e do professor. Se tu não pegar um professor inclusivo, é um ano perdido. E a escola é o norte da família. É o que vai botar a família nos eixos” (Entrevista com Juliana em 05/05/2021). Ainda que Lavínia tenha se sentido mais confortável, e até mesmo “ficado mais calma” em casa (segundo a mãe), para Juliana, a situação no geral poderia ser resumida em “caos”:

A pandemia desregulou tudo! Antes era tudo certinho os horários. Agora aqueles videozinhos com efeito [sic] para as crianças, leva seis horas. Um vídeo de dois minutos me custava seis horas, porque eu não sabia fazer. E quando via fazia errado. Eu passava a vida no computador, e ela solta: vendo vídeo, vendo televisão. E não estudava, quando eu via tinha aula online. Daí tu tem que te lembrar de limpar a casa, fazer comida, lavar roupa. E é uma sobrecarga muito grande, tu se perde. Eu perdi o médico, acredita? Teve um dia que tomei banho, ajeitei tudo, e fiquei esperando o horário do ônibus sentada no sofá. Acordei às oito horas da noite. Dormi sentada no sofá, e meu marido não viu, porque ele estava no escritório o dia todo, trabalhando. [Entrevista com Juliana em 05/05/2021].

Entre seu emprego na escola e o trabalho não remunerado do cuidado, Juliana se viu exausta e sobrecarregada, culpabilizando-se por “não dar conta de tudo”. As novas demandas impostas pela modalidade de ensino “remoto” e “híbrido”, alternando entre o presencial e o virtual, acabaram se somando a essas outras preocupações: como fazer quando ela e o pai de Lavínia estivessem de volta ao trabalho presencial? Com quem a

menina iria ficar, na medida em que suas próprias atividades anteriores à pandemia não retornavam? No dia em que conversamos, Juliana não soube como me dizer. Finalizamos nossa entrevista falando sobre a vida, com ela me contando que gostava de ser mãe, mas me aconselhando entre risadas: “*Guria, espera mais uns 10 anos para ter um filho!*”.

3.2 Temporalidades Dissidentes: cuidado e deficiência diante do tempo hegemônico

Quando nos remetemos aos “tempos de pandemia”, algumas associações se tornam inevitáveis. Afinal, entre o *tempo do isolamento* e os longos tempos de espera, vivenciamos, todos, em maior ou menor medida, *tempos de urgência*. A educação pública, historicamente alvo de políticas econômicas de cunho neoliberal, é parte crucial disso. Direcionando o olhar para a relação de pessoas com deficiência em etapa de escolarização e de suas famílias para com a escola, pode-se compreender de que forma esses processos macrosociais envolvem o cotidiano, impactando, por fim, suas projeções de vida e de futuro.

Tratando da experiência da deficiência em sua multiplicidade, ao falar em futuro, somos convidados também a pensar a dimensão do tempo, evocada em diferentes momentos nas narrativas de minhas interlocutoras. A categoria se fez presente em todo um ideário acerca dos diferentes “tempos pandêmicos”; o deslocamento causado pelas dinâmicas de isolamento social, por exemplo, foi explicitado em percepções sobre o tempo vivido “em quarentena” e suas especificidades – como no caso do “tempo desregulado” de Juliana. Gupta (1995 *apud* Gonçalves, 2020) grifa duas formulações centrais, disseminadas nos termos da “cultura pública” a nível global: uma salientando “um tempo dilatado e indiferenciado”, e outra, “um tempo de ruptura e mudança”. Entre as percepções sobre o *tempo que passa diferente* em casa, narrativas endossando a proeminência da ruptura e o “retorno à normalidade” de uma vida pré-pandêmica, outras temporalidades são também mobilizadas na experiência de cada uma destas famílias.

Para compreender essas mediações, deve ser delimitada a noção de tempo em si mesma, tal como a empregamos. Desde a antropologia, é possível encontrar em Munn (1992), com seu conceito de “temporalização”, uma leitura do tempo como processo simbólico, produzido *nas* e por meio *das* práticas cotidianas; direcionando o olhar às diferentes formas, cultural, social e historicamente situadas, pelas quais as pessoas vivenciam e se relacionam com o tempo, desnuda-se a falácia da temporalidade linear (Fietz, 2020, 2023).

Aqui, me remeto a temporalidades fundamentalmente dissidentes que, circunscritas e sobrepostas aos “tempos pandêmicos”, demandaram por parte de pessoas com deficiência, adaptações, estratégias e recursos específicos para dar continuidade às rotinas diárias de trabalho, estudo e sociabilidade (Alves; Victora, 2021; Aydos; Navarini; Oliveira, 2021). Nos estudos sobre deficiência, a dimensão temporal figura com especial relevo. Alison Kafer (2013) irá trabalhar com o conceito de *Crip Time*, ou, na tradução do sociólogo Marco Gavério (2016), “Tempo Aleijado”, para ponderar sobre essas temporalidades dissidentes, que escapam às normas do tempo dominante e linear, o tempo da futuridade (Bellacasa, 2017). Seguindo a síntese de Fietz (2020, p. 134), temos que:

O termo [*Crip Time*] foi primeiramente utilizado por Irv Zola e Carol Gill para designar uma característica comum a muitas pessoas com deficiência que precisam de mais tempo para realizar certas atividades. Esta necessidade pode ser decorrente tanto das especificidades mentais e corporais de cada pessoa, quanto das barreiras capacitistas que se apresentam no cotidiano de um mundo que não é preparado para modos outros de habitá-lo.

O “tempo aleijado” tensiona o tempo normativo hegemônico, da produtividade (Kafer, 2013) que subjaz tanto a lógica capitalista, quanto, por consequência, as relações de ensino e aprendizagem: o tempo “esperado” do desenvolvimento; o tempo necessário para realizar as atividades e/ou interações; o tempo do aprendizado, da leitura, da escrita, da apropriação dos conteúdos. Pensar sobre uma temporalidade divergente contribui provocativamente para os debates em torno da “educação inclusiva”, para além dos percalços e dos desafios da pandemia, na verdade. Com a tomada do “ensino remoto” como elemento central na (re)configuração das práticas de ensino da educação escolar, temos elementos para seguir refletindo e delineando as assimetrias na relação entre essas temporalidades diversas que as constituem.

Como vimos nos relatos de Juliana e Lavínia, durante a pandemia uma outra dimensão de tempo foi extremada, potencializada na mediação das atividades de ensino a serem desenvolvidas por esses estudantes e suas famílias, comprometidos com a tarefa inglória de manter algum vínculo com a escola. O *tempo do cuidado*, igualmente inscrito na acepção de uma temporalidade dissidente (Fietz, 2019, 2020, 2023; Bellacasa, 2017; Mol, 2008), perfaz vividamente a trajetória de vida dessas mães e de seus filhos. No trabalho de Fietz (2019, 2020, 2023) junto a mães de adultos com deficiência intelectual, vemos como essas mulheres muitas vezes reorientam “[...] o modo como experienciam o tempo, a fim de que este comporte essas diferenças [...]” (Fietz, 2023, p. 5) e, vivenciando cotidianamente a imbricação de tais experiências, “fazem o tempo” desse cuidado (Fietz, 2023, p. 5).

Ao analisar os percursos narrados por essas famílias, opto por seguir Fietz (2019, 2020, 2023), entendendo ser candente articular suas ponderações à perspectiva de Veena Das (1999, 2007) sobre um tempo que não é tão somente representado, mas dotado de uma agência que o permite “trabalhar” nas relações: este “trabalho do tempo” conforma ativamente as projeções de futuro, a reavaliação do passado e a atividade cotidiana, no presente, dessas mães em relação ao cuidado com seus filhos – crianças e jovens para os quais a experiência da deficiência é de fato corporificada.

Traço essa breve digressão para embasar duas observações. A primeira diz respeito ao enquadramento desse *tempo do cuidado*, que é “feito” por meio de práticas, tecido no cotidiano (Bellacasa, 2017; Fietz, 2020, 2023). Em uma das passagens do trabalho de Fietz (2020, p. 134), a autora aponta para o paradoxo que transparece na narrativa de suas interlocutoras:

Ao longo de minha pesquisa de campo, ouvi de muitas mães em entrevistas ou em eventos de que participei que sua experiência com a deficiência dos filhos fez com que passassem a viver um dia de cada vez, sem se preocupar com o futuro. Ainda assim, muitas de suas atividades estão voltadas para um futuro em potencial em que a vida

de seu filho será melhor do que é no presente ou do que viria a ser sem que estas práticas fossem realizadas naquele momento.

Como vimos anteriormente, trata-se de uma avaliação que transparece também no relato de Juliana sobre o diagnóstico clínico de sua filha Lavínia. Ao falar sobre o “impacto” do diagnóstico, Juliana afirma que “desde então tem sido um dia de cada vez”. No entanto, quando comenta sobre as diversas atividades nas quais Lavínia engajava-se, e que haviam sido simultaneamente interrompidas pela pandemia, ela grifa: “*A gente tem a vida dela programada até a faculdade. Pra gente não se perder!*”. Segundo Fietz (2023), trata-se de um paradoxo que é, de fato, apenas aparente: ele ocorre na medida em que as práticas de cuidado são, a um só tempo, contingentes e imprevisíveis. Diante de uma infinidade de demandas, nem sempre é possível “pensar no futuro”, não sobra tempo. Isso implica entender que “[...] o tempo do cuidado suspende o futuro e distende o presente, tornando-o mais denso por meio de uma miríade de demandas multilaterais” (Bellacasa, 2017, p. 207 *apud* Fietz, 2023, p. 8). Ao afirmar que “*a pandemia desregulou tudo!*”, Juliana fala também sobre essa imprevisibilidade: a rotina, antes organizada para dar conta das tarefas cotidianas com Lavínia, agora se encontrava fora dos eixos. Junto ao impacto da irrupção da pandemia, a mãe viu-se exausta frente à transposição das atividades escolares de filha para o formato remoto, da falta de acessibilidade por parte da escola, do cuidado com a casa e com seu próprio trabalho como professora.

A segunda observação dirige-se à relação entre o “tempo da escola” e o *crip time*. Quando ouvi o relato desapontado de Lavínia ao afirmar que não conseguia acompanhar as atividades durante o “ensino remoto” pois lhe “faltava velocidade”, não pude deixar de ser afetada. Assim como ela, todos os estudantes e famílias com os quais tive contato relataram a mesma dificuldade. Nenhum desses estudantes conseguiu acompanhar as aulas síncronas durante o “ensino remoto”, e os poucos que insistiram no acesso, frustraram-se com os resultados. A velocidade das exposições, a falta de adaptação das atividades e seu descompasso em relação aos temas abordados em aula foram apontados como os principais entraves para seu acesso às atividades e às aulas, síncronas ou assíncronas. Somando-se a isso, a falta de aporte material (computadores com acesso à internet, por exemplo) comprometeu enormemente o vínculo de estudantes oriundos de classe popular, pessoas com deficiência ou não, com a escola durante o período.

Naturalmente, em se tratando dessa modalidade de ensino no âmbito da escola pública, há um panorama mais amplo que deve ser considerado. Em Nunes (2023), são abordadas em detalhes suas implicações, por agora, cabe destacá-lo como tendo sido constituído pela sobrecarga de trabalho docente, pela falta de orientações minimamente assertivas sobre como proceder com as atividades de ensino e pela ausência de aporte estrutural para viabilizar a efetiva comunicação entre a escola, os estudantes e suas famílias. Tal cenário foi resumido em uma de minhas conversas com Angela, professora da rede pública de ensino básico em Alvorada, RS:

Jéssica: *E como está sendo esse período pra ti?*

Angela: *Catastrófico. Não tem outra palavra. É absurdo tudo isso que estamos vivendo, a falta de informação, insegurança, medo. E desorganização institucional completa, desde uma escola na vila até a presidência da república. A sensação é de ter passado o tempo todo só me livrando*

de obstáculos para atingir um único objetivo: chegar ao final do ano viva. [Entrevista com Angela em 04/11/2021].

Não é possível afirmar que esse distanciamento de pessoas com deficiência em relação à escola tenha se dado *apenas* em razão da pandemia, nem tampouco é esse o objetivo deste artigo. Ao invés disso, eu gostaria de chamar atenção para a importância de agregar as reflexões produzidas no bojo dos estudos da deficiência às análises sobre educação básica e ensino público. Mobilizando o “tempo aleijado”, busco mais do que a identificação automática para com as dificuldades apontadas por minhas interlocuções – mesmo sendo nítida a correlação.

De fato, compreendo esse descompasso entre o tempo da escola e o tempo de Lavínia, por exemplo, como uma dentre as tantas barreiras impostas ao acesso efetivo desses estudantes à escola. Entendo que quando mediados pela experiência da deficiência, os marcos de desenvolvimento, as expectativas de desempenho intrínsecas ao currículo escolar (e o próprio currículo, do modo como é organizado) e os legados tangíveis da histórica imbricação entre escolarização e normalização devem, necessariamente, modificar-se. Citando diretamente Kafer (2013, p. 26), Gavério (2016, p. 171) aponta para a centralidade de compreender o *crip time* não somente como

[...] uma acomodação para aqueles que precisam de ‘mais’ tempo, mas também, e talvez principalmente, um desafio a normativa e a expectativas de normalização de ritmo e agendamento. Ao invés de corpos e mentes deficientes curvarem-se perante o relógio, o tempo aleijado curva o relógio para encontrar corpos e mentes deficientes.

Ao mesmo tempo, atentando aos contornos do capacitismo, vale perceber esses processos como estando consequentemente vinculados a projeções de futuro, nas quais são enfatizadas tanto a “[...] ideia cronológica de crescimento e desenvolvimento global das capacidades humanas (que a deficiência ameaça a coerência) [...]”, quanto uma “[...] ocupação futura do espaço social autônoma e independente” (Gavério (2016, p. 171). Trata-se, ao final, de uma chamada a aleijar o tempo hegemônico, dentro e fora da escola.

3.3 Quando Veio a Pandemia, o Nosso Mundo Desabou...

Conheci Antonia e Bruno por meio de minha rede de interlocuções. Apressada em uma tarde de chuva, Antonia me concedeu alguns minutos do seu tempo para uma entrevista. Ela é uma mulher branca de 30 anos e é mãe de Bruno. Bruno tem 12 anos, recebeu diagnóstico de autismo na infância e à época cursava o sexto ano do Ensino Fundamental. Separada do pai de Bruno, ela me conta que naquele momento havia optado por trabalhar de casa, para poder dedicar-se apenas ao filho. Ele é quem começa falando, e dispara: “*As matérias que mais gosto são português, matemática e principalmente história. Agora tô vendo sobre outros lugares do mundo, antes era só o Brasil. E estou gostando muito!*” (Bruno, em 29/06/2021). Bruno prossegue e me conta que não estava tendo aulas *on-line*, mas que recebia as atividades e ia fazendo, mesmo sendo “*meio entediante*”. Sua mãe complementa:

Ele adora participar [das aulas], queria toda hora estar respondendo, levantando o dedo. E questionando por que a aula dele estava diferente das atividades. O mais difícil para ele era ser ouvido. Aquilo me fazia muito mal, eu via ele tentando participar, e não conseguia. Então falei com a neurologista e com a psicóloga dele, e entenderam que aquilo não estava fazendo bem para ele. [Entrevista com Antonia em 29/06/2021].

O questionamento do menino se devia ao fato de que as atividades adaptadas que ele recebia divergiam dos conteúdos que eram, de fato, abordados durante as aulas *on-line*. Sua dificuldade em ser ouvido durante as aulas afetou Antonia, que, após conversar com as médicas do filho e com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), julgou que seria melhor se ele não participasse das atividades síncronas. Bruno seguiu apenas com as tarefas enviadas pelos professores e com algumas atividades do AEE. Como as outras mães, Antonia considera que em certa medida a pandemia foi “positiva” para o filho, que gostava de ficar em casa. Entretanto, até se acostumar, eles relatam ter sentido falta da escola, que também era um espaço muito apreciado pelo menino:

Quando veio a pandemia o nosso mundo desabou. Aqui o Bruno era muito apegado à escola, ele é também muito resistente a mudanças de rotina. Como foi pego de surpresa foi um caos, pra nós dois. E agora vai ser um caos quando voltar. Agora que se acostumou, ele não quer voltar para a escola de jeito nenhum. [...] E fora que todos os dias a gente recebe muitas coisas. Coisas que eu sei que não receberíamos se estivessem em aula presencial. [...] Eles acham que porque estamos em casa tem como fazer tudo isso. Eu tô com meu psicológico super abalado, eu vi que estava no meu limite e pedi ajuda mesmo. [Entrevista com Antonia em 29/06/2021].

A principal dificuldade de Antonia era conciliar suas atividades diárias, de trabalho e da casa, com o volume de tarefas recebidas dos professores de Bruno. Esse descompasso entre os ritmos de estudo em casa e na escola estaria, segundo ela, se convertendo em uma grande carga de estresse para ambos. A ideia de que “estudar em casa é diferente de estudar na escola” era um fato óbvio, evidenciado por Antonia, que não entendia o porquê de os professores não levarem isso em conta. Bruno complementa, concordando com a mãe: “A parte mais difícil é a parte dos professores, eles mandam coisas muito difíceis que eu não consigo fazer direito” (Bruno, em 29/06/2021).

Ora, é inegável o espaço ocupado pela escola na esfera das projeções individuais e coletivas de futuro, e isso fica bastante claro na narrativa de minhas interlocutoras. Naturalmente, elas encaram a escola como etapa fundamental no desenvolvimento dos filhos, crucial em termos de aprendizado, ampliação das sociabilidades e, em especial, na construção da autonomia. Afinal, como bem aponta Fietz (2020, 2023), qualquer perspectiva de futuro, na concepção dessas mulheres, emerge de uma preocupação em comum: *quem irá cuidar de seus filhos e filhas, quando elas não estiverem mais aqui?* Essas experiências de escolarização formal, no entanto, são frequentemente atravessadas pela lógica capacitista de hierarquização de corpos e mentes (Mello, 2016, 2020, 2021), impactando as já apreensivas concepções de futuro construídas por essas famílias. Durante a pandemia, tudo isso se acentuou. Distantes fisicamente da escola e de suas redes de cuidado, essas mães, junto de seus filhos, viram-se ainda mais isolados.

Nos relatos de Antonia, a reconfiguração do espaço doméstico surge atrelada a uma sobrecarga com as atividades escolares de Bruno. Como sabemos, para famílias de classe

popular, com recursos especialmente limitados para acesso a modalidades remotas de ensino, a suspensão da presencialidade implicou no comprometimento substancial dos vínculos relativos à escolarização formal. Estudantes com deficiência, cujo aprendizado demanda níveis variados de apoio (necessitando ser, fundamentalmente, acessibilizado) vivenciaram a intensificação da exclusão, na medida em que “[...] os processos de ensino e de aprendizagem são uma prática social que ocorre na interação mediada pelo outro” (Pletsch; Mendes, 2020, p. 8). De fato, estudar em casa pode ser diferente de estudar na escola¹⁸, constatação evidenciada em distintos níveis e sob pressupostos diversos, em cada um dos relatos apresentados. Durante o período de suspensão das atividades presenciais, o apoio viabilizado por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), materializado na figura de docentes com formação específica no campo da Educação Especial e tomado tradicionalmente como ferramenta de mediação na relação entre estudantes PcD, suas famílias e a comunidade escolar, acabou se convertendo em uma das únicas vias de contato e de acesso às atividades, reforçando sua característica de ensino “especializado” – e, no limite, separado do “ensino regular”.

Além disso, nas palavras de Dussel (2020), a transposição das atividades de ensino para a esfera do lar pode ser caracterizada como uma “domiciliação do escolar”. As implicações são múltiplas: afeta as relações familiares, na medida em que os pais passariam, em certa medida, a “ver seus filhos como alunos”; produz outros níveis de proximidade, apesar do distanciamento físico, já que se passa a trabalhar e a interagir a partir do espaço de nossas casas; e implica dinâmicas de individualização do ensino, definidas, também por sua vez, pelas desigualdades nas condições de acesso. De acordo com Dussel (2020), importa o resgate das reflexões em torno daquelas características que são específicas do ambiente escolar, esmaecidas diante das dinâmicas individualizantes do “ensino remoto”. Na sala de aula, muitas das desigualdades inerentes à realidade diversa de cada um dos estudantes era, de certa forma, suspensa frente às práticas e interações próprias desse espaço; enquanto no “ensino remoto”, pelo contrário, os processos de ensino e aprendizagem são submetidos a diferentes condições de acesso, moradia e, por fim, de parentalidade.

Talita¹⁹, que é mãe de Mariana, uma moça de 23 anos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, pontuou durante uma de nossas conversas: “*Vou te ser bem sincera. Se eu estivesse trabalhando, mesmo que home office. Eu não teria como auxiliar ela, seria inviável [...] muitas coisas que eu também não sei: química e física, por exemplo, quem ensina é a irmã dela, eu não consigo!* [...] *E olha que não sou totalmente leiga, imagina uma pessoa que é leiga?*” (Entrevista com Talita, em 28/06/21). Mariana, que à época cursava o Ensino Médio em uma escola estadual da rede pública de ensino, recentemente havia perdido o pai em decorrência da Covid-19. Durante a pandemia, Talita largou o emprego para se dedicar exclusivamente aos cuidados com a filha.

¹⁸ Sobre esse assunto, ver, especialmente, Dussel (2020).

¹⁹ Talita é uma mulher branca de 45 anos. Durante três horas e meia de uma tarde de junho, ela me levou pelo celular para perambular por sua casa, em um bairro da periferia de Alvorada, RS. Além dos cuidados com Mariana, Talita dividia-se entre as demandas com a casa, a atenção à sua mãe de 73 anos, às duas irmãs de Mariana, de 22 e 26 anos, e à primeira netinha, à época, com seis meses de vida.

4 Reflexões Finais

Patrícia: *Foi complicado. Não é como no colégio, que o professor ajuda e passa as matérias. Agora tem que ir lá no colégio buscar [as atividades] e daí eu tenho que ajudar ele. Às vezes nos desentendemos, porque ele não quer fazer. E eu tenho só a parte da noite para fazer as atividades junto com ele, porque eu passo o dia fora, eu trabalho. É cansativo, mas eu até consigo ajudar ele. Nada é fácil nessa vida.*

Pedro Henrique: *A verdade é que esse coronavírus é muito chato...* [Entrevista com Patrícia e Pedro Henrique, em 26/11/2021]²⁰.

Veena Das (2020), em um artigo escrito nos primeiros meses da pandemia, apontou para os múltiplos impactos das remodulações demandadas pelo cenário pandêmico no âmbito das Ciências Sociais. Encorajando estudantes e pesquisadores a reorientarem seus trabalhos de modo a dialogar de modo propositivo com as demandas por conhecimento e reflexão geradas pelo contexto, suas considerações grifam a necessidade de se observar as variações locais e, sobretudo, as possibilidades de colaboração multidisciplinar em situações críticas. À época, guardei as ponderações de Das (2020) como uma orientação solidária sobre como seguir trabalhando na pesquisa apresentada neste artigo, mesmo em meio às incertezas. As atividades de ensino modificaram-se e foram temporariamente transpostas para a esfera doméstica. A pesquisa, em boa medida, também. Entretanto, sabemos hoje, com boa base de experiência e de análise, que essa transposição não se deu de forma equânime: entre barreiras de acesso, adaptações e modos de organização, seus resultados foram decididamente díspares.

A partir da necessária ênfase na relação entre família e escola, preocupei-me com os efeitos práticos e intersubjetivos das ações “emergenciais” desdobradas a partir do “ensino remoto”, nas quais o foco deslocou-se para a forma como estudantes com deficiência e suas famílias vivenciaram cotidianamente os processos de escolarização formal sob a égide do “novo normal”. As situações e práticas in(ex)clusivas que conformaram o período não foram, como creio ter demonstrado, necessariamente “novas” para essas pessoas. Concordando com Valim (2020, p. 74), depreende-se daí que:

O que efetivamente impede e dificulta a vida das crianças implicadas no âmbito da epidemia não é a deficiência, mas a experiência de deficiência e num contexto de precarização da vida e de extrema desigualdade social – o que a epidemia não criou, mas acentuou e colocou em evidência.

A reflexão da autora forma parte de uma análise sobre os efeitos da epidemia do Vírus Zika na vida de crianças diagnosticadas com Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). Valim (2020) trata de uma epidemia outra, mas suas ponderações acerca da ação do Estado e, por consequência, da efetiva precarização das condições de vida dessas crianças e de suas famílias alinham-se satisfatoriamente aos relatos sobre a pandemia

²⁰ O diálogo acima é parte de uma breve entrevista que realizei com Patrícia e seu filho Pedro Henrique, de 14 anos. Nos reunimos ao final de uma sexta-feira, após Patrícia retornar do trabalho; por essa razão, nossa conversa foi breve. Após me contar sobre o diagnóstico de Deficiência Intelectual de Pedro Henrique e como isso afetou, segundo ela, a relação do menino com as dinâmicas do “ensino remoto”, os dois passaram a elencar as principais dificuldades durante a pandemia. Em resumo, no entendimento de ambos, foi um período bastante cansativo, no qual Pedro Henrique teve pouquíssimo contato com a escola.

da Covid-19 elencados ao longo deste trabalho²¹. Os impactos do ponto de vista dos processos de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, nesse mesmo sentido, imbricam-se a uma gama de outros fatores estruturais condicionantes: o avanço da fome e da extrema pobreza no Brasil, o sucateamento da educação pública e, por fim, as políticas de morte como parte das estratégias de enfrentamento ao vírus (Schuch; Saretta, 2020). Sem levá-las em conta, não há como falar de futuro.

Acompanhando a intensificação das dinâmicas de cuidado vivenciadas por mulheres, mães de crianças e jovens com deficiência, que se viram sobrecarregadas nos mais diversos níveis diante das demandas de trabalho e do acompanhamento às atividades escolares de seus filhos, partiu-se da noção de cuidado para grifar seu caráter generificado e profundamente implicado pelas categorias de deficiência, classe, raça e geração (Hirata, 2016; Federici, 2018; Fraser, 2020; Fietz, 2017, 2020). Desde as primeiras entrevistas, tornou-se clara a imbricação entre os processos de escolarização formal de crianças e jovens com deficiência durante a pandemia e a sobrecarga física e mental enfrentada por suas mães. Essa sobrecarga se desvelou de modo heterogêneo, mas foi igualmente marcante o modo pelo qual atravessou de forma pungente as rotinas das famílias de classe trabalhadora, evidenciando a centralidade dos processos de reprodução e a sustentação da vida, tal como se constituem a partir das práticas e das relações de cuidado e do trabalho *invisível* realizado sobretudo por mulheres – mães, trabalhadoras, cuidadoras.

Por fim, volto a destacar que nenhum dentre os dez estudantes com deficiência cujas trajetórias foram esquadrinhadas no decorrer da pesquisa pôde acompanhar as aulas *on-line* e demais atividades síncronas durante o período do “ensino remoto”. Como causa principal apontada por eles mesmos e por suas mães, foram destacados desde o descompasso nos seus *tempos* de aprendizagem e o tempo da escola, até o fato de as aulas, as tarefas e as atividades não terem sido efetivamente acessíveis a todos, revelando a continuidade e mesmo o aprofundamento de exclusões e das barreiras previamente relatadas na história dessas famílias.

Diante de temores e de incertezas, da desinformação e da desassistência que passaram a permear suas vidas a partir da irrupção da pandemia da Covid-19, as famílias, aqui representadas pela figura de mulheres, mães solo ou não, tiveram de se desdobrar para dar conta das novas demandas que surgiam: do trabalho do cuidado à transposição das atividades escolares para a esfera do lar. Por outro lado, a ausência de orientações assertivas por parte do Estado e mesmo do aporte material para acessibilizar os conteúdos e aulas *on-line* foram evocados pelas profissionais de ensino como as principais barreiras ao acesso e à participação plena de estudantes PcD (mas não somente destes) durante o período. A sobrecarga de trabalho docente foi largamente relatada pelas educadoras, que passaram a desenvolver individualmente alternativas para garantir a participação ou, no mínimo, o contato com os estudantes e suas famílias. Vinculados a instituições de ensino público, seus relatos evidenciam de modo bastante nítido o aprofundamento de

²¹ Em Valim, Marques e Lustosa (2021), pode-se acompanhar de que forma estas famílias previamente afetadas pelo Zika enfrentaram a pandemia da Covid-19.

inequidades no acesso à educação, de modo mais amplo²², denotando ainda a necessária ampliação epistêmica e política das concepções de acesso e acessibilidade²³.

À época, optei por concluir todas as entrevistas perguntando às pessoas sobre suas expectativas para o futuro. Imaginava que naquele momento preciso, em meio a uma situação atípica e difícil, pudéssemos juntas projetar realidades outras. Algumas respostas se centravam na mudança radical que um evento de tamanhas dimensões poderia nos causar: “*Depois disso, as coisas não serão como antes, a escola não será como antes, nós não seremos*”. Outras eram mais céticas: “*Provavelmente vai voltar a ser como antes!*”. Outras diziam ainda: “*Não podemos deixar que volte a ser como antes, temos que ter aprendido alguma coisa!*”. Daqui de onde escrevo hoje, acredito que, de uma forma ou de outra, todas elas se confirmaram.

Encerro na expectativa de ter podido demonstrar como a tomada da deficiência como categoria analítica possibilita enfocar uma gama muito ampla de políticas, experiências e temas transversais: aqui, a deficiência informa sobre tempo, educação, generificação do cuidado e desigualdade. E não somente informa, como impõe a demanda pelo rompimento de preceitos normalizantes ao se fazer e pensar educação, a abertura radical às temporalidades diversas e aos diferentes modos de ser, estar e enunciar-se no mundo (Magnani, 2021). Exige que mudemos a escola para que Pessoas com Deficiência não tenham que mudar de escola. Demonstra, antes, durante e “depois” da pandemia, que a construção de uma educação fundamentalmente pública, anticapacitista e emancipadora perfaz-se, por fim, na luta diária.

Referências

ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA; ANPOCS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. **Contracartilha de acessibilidade**: reconfigurando o corpo e a sociedade. 2020. Disponível em: https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1031. Acesso em: 28 mar. 2022.

ALVES, Jéferson; VICTORA, Ceres Gomes. Corpo Deficiente e Técnicas de si na Pandemia. **Vivência: Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 1, n. 58, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/27601>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AYDOS, Valéria. A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 93-116, 2019.

AYDOS, Val; NAVARINI, Daniela; OLIVEIRA, Bernardo, The paradox of “remote working” in Covid-19 pandemic times: disability, inclusion, and accessibility in Brazil, **Disability Studies Quarterly**, [s.l.], v. 41, n. 3, 2021.

BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. São Paulo: Ática, 1988.

²²Ver Peres e Oliven (2022) para uma perspectiva comparada entre as esferas pública e privada de ensino durante o período pandêmico e de adoção do “ensino remoto”.

²³A “*Contracartilha de acessibilidade*: reconfigurando o corpo e a sociedade” elaborada por Anahí Guedes de Mello, Marco Gavério, Olívia Von der Weid e Valéria Aydos engendra esse debate, propondo pensar a “[...] acessibilidade como algo relativo à participação e inclusão social das pessoas com deficiência, mas que não se esgota em práticas que visem ‘setorializar’ ou ‘especificar’ novamente estes indivíduos” (ABA; Anpocs, 2020, p. 4).

- BEAUD, B.; WEBER, F. “reparar e negociar uma entrevista etnográfica. *In*: BEAUD, B.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, Vozes. 2007. p. 118-150.
- BELLACASA, Maria Puig de la. **Matters of Care**: Speculative Ethics in More than Human Worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- BELLACASA, Maria Puig de la; BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; ENGEL, Cíntia. O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 48, n. 1, p. 108-133, 2023.
- BLANCO, Lis Furlani; SACRAMENTO, Jonatan. Pós-pandemia ou a “endemiação do (extra) ordinário”? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 27, n. 59, p. 183-206, 2021.
- CARNIEL, Fagner; MELLO, Anahí Guedes de. Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro? **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/60X29>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Contracartilha de acessibilidade**: reconfigurando o corpo e a sociedade. Brasília, DF; São Paulo; Rio de Janeiro: ABA; Anpocs; UERJ, 2020.
- DAS, V. **Critical events**: an anthropological perspective on contemporary India. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 14, n. 40, p. 31-42, jun. 1999.
- DAS, Veena. **LifeandWords**: Violence and the descent into the ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007.
- DAS, Veena. Encarando a Covid-19: meu lugar sem esperança ou desespero. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões da pandemia, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-26>. Acesso em: 1º fev. 2020.
- DINIZ, Debora. **Modelo Social da Deficiência**: a Crítica Feminista. Brasília, DF: Letras Livres, 2003. (Série Anis 28).
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo, Brasiliense, 2012.
- DUSSEL, Inés. La escuela en la pandemia. Reflexiones sobre lo escolar en tiempos dislocados. **Práxis Educativa**, [s.l.], v. 15, p. 1-16, 2020.
- ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia da Duração**. Porto Alegre, Marcavizual, 2013.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Imagens do Tempo nos Meandros da Memória: Por uma Etnografia da Duração. **Iluminuras**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/8928>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- FASENFEST, David. On the Threshold of a New Era. **Critical Sociology**, [s.l.], v. 46, n. 7-8, p. 961-964, 2020. DOI: 10.1177/0896920520960699.
- FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018. 388p.
- FIETZ, Helena Moura. Deficiência, cuidado e dependência: reflexões sobre redes de cuidado em uma família em contexto de pobreza urbana. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, p. 101-113, 2017.

- FIETZ, Helena Moura. **Construindo futuros, provocando o presente**: cuidado familiar, moradias assistidas e temporalidades na gestão cotidiana da deficiência intelectual no Brasil. 2020. 280p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218580>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- FIETZ, Helena. Espera, cuidado e deficiência: as produções do tempo na trajetória de mães de adultos com deficiência intelectual. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 67, 2023.
- FIETZ, Helena Moura; MELLO, Anahi Guedes de. A Multiplicidade do Cuidado na Experiência da Deficiência. **Revista AntHropológicas**, [s.l.], v. 29, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/238990>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- FIETZ, Helena Moura; MELLO, Anahí Guedes de; FONSECA, Claudia. Conexões íntimas e corporalidades singulares: deficiência em tempos de pandemia da Covid-19. **Boletim Cientistas Sociais**, [s.l.], n. 61, Anpocs, 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2387-boletim-n-61-cientistas-sociais-e-coronavirus>. Acesso em: 1º dez. 2022.
- FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Revista de Filosofia**, [s.l.], v. 27, n. 53, p. 28, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GAVÉRIO, Marco. A. Resenha de Feminist, Queer, Crip. Alison Kafer. **Revista Florestan Fernandes**, [s.l.], ano 3, n. 1, p. 165 -173, 2016.
- GAVÉRIO, Marco Antônio. Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. **Argumentos – Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 95-117, 2017.
- GONÇALVES, João Felipe. Tempos de viralizações: reflexões temporárias. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo, Florianópolis: ANPOCS; Tribo da Ilha, 2020. p. 472-475.
- GUBER, Rosana. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001.
- GUPTA, A. **Red tape**: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.
- HIRATA, Helena. O Trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s.l.], v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- KAFER, Alison. **Feminist, Queer, Crip**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.
- KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. A Modulação das Condutas das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional Brasileiro de Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s.l.], v. 25, p. 421-434, 2019.
- LEITÃO, Débora K; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropológica**, [s.l.], n. 42, p. 41-65, 2017.
- LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficiente no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- LOPES, Pedro. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 67-91, 2019.

- MAGNANI, Luiz Henrique. Camuflar, Autistar, traduzir e os desafios de enunciar-se Autista. *In: RÜCKERT, Gustavo Henrique; MAGNANI, Luiz Henrique. Linguagem e autismo: conversas transdisciplinares*. Catu: Bordô-Grená, 2021. p. 117-134.
- MCRUER, Robert. Aleijando as políticas queer, ou os perigos do neoliberalismo. **Educação em Análise**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 105, 2021.
- MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 28, n. 64, p. 7-29, 2022.
- MELLO, Anahí Guedes de. Corpos (in)capazes. **Jacobin Brasil**. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- MELLO, Anahí Guedes de. Conexões íntimas e corporalidades singulares: deficiência em tempos de pandemia da Covid-19. **Dis-críticas en tránsito – Boletín del Grupo de Trabajo Estudios críticos en discapacidad**. 2020. Disponível em: <https://www.clasco.org/boletin-1-dis-criticas-en-transito/>. Acesso em: 1º fev. 2022.
- MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, p. 3.265-3.276, 2016.
- MELLO, Anahí G.; NUERNBERG, A. H.; BLOCK, P. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. *In: SCHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. G. (org.). Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 91-118.
- MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; PLETSCHE, Marcia Denise; LOCKMANN, Kamila. Apresentação – Seção temática: Adiado o fim da escola: perspectivas internacionais sobre Educação em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, [s.l.], v. 15, p. 1-6, 2020.
- MOL, A. **The Logic of Care: Health and the problem of patient choice**. London, NY: Routledge, 2008.
- MUNN, Nancy. The cultural anthropology of time: a critical essay. **Annual Review of Anthropology**, [s.l.], v. 21, 1992.
- NUNES, Jéssica Silva. **Escolas fechadas, aprendizagem remota: narrativas sobre escolarização formal e deficiência durante a pandemia da Covid-19**. 2023. 224p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266765>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- OLIVEIRA, Amurabi. Algumas pistas (e armadilhas) na utilização da Etnografia na Educação. **Educação Em Foco**, [s.l.], v. 16, n. 22, p. 163-183, 2013.
- PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, Ivone Martins de. Universalização da educação escolar: embates, resistências e anúncios. *In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. (org.). Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar*. 1. ed. Campinas: Papirus, 2013. v. 1. p. 153-159.
- PARREIRAS, C.; MACEDO, R. M. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. *In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo; Florianópolis: Anpocs; Tribo da Ilha, 2020. p. 496-501.
- PERES, Fabíola de Carvalho Leite; OLIVEN, Ruben George. De um lado, sobrecarga de trabalho; de outro, falta de concentração: a relação entre docentes e estudantes de escola pública e privada de Porto Alegre durante o ensino remoto emergencial na pandemia de Covid-19. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 48, n. 3, 2023.

- PIZARRO, Cynthia. La entrevista etnográfica como práctica discursiva: análisis de caso sobre las pistas meta-discursivas y la emergencia de categorías nativas. **Revista de Antropología**, [s.l.], v. 57, n. 1, p. 461-496, 2014.
- PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19. **Práxis Educativa**, [s.l.], v. 15, p. 1-16, 2020.
- SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na Pandemia: a falácia do ensino remoto. **Universidade e Sociedade Andes-SN**, [s.l.], ano XXXI, jan. 2021.
- SCHUCH, Patrice; SARETTA, Mário. Deficiência, Coronavírus e Políticas de Vida e Morte. **Boletim Cientistas Sociais**, [s.l.], n. 35, Anpocs, 2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2349-boletim-n-35-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 26, n. 57, p. 275-313, 2020a.
- SEGATA, Jean. Covid-19: Escalas da Pandemia, Escalas da Antropologia. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 2, 2020b. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus-2>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei Sander. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], n. 59, p. 7-25, 2021.
- SEGATA, Jean; LÖWY, Ilana, Covid longa, a pandemia que não terminou, **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 30, n. 70, p. e700601, 2024.
- SILVA, Jéssica Nunes da. **A escola deve ser, antes de tudo, inclusiva e plural**: uma abordagem etnográfica das práticas e políticas em inclusão escolar de pessoas com deficiência no contexto do ensino público regular. 2019. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- SOUZA, Flavia Faissal de; DAINEZ, Débora. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, [s.l.], v. 15, p. 1-15, 2020.
- THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **A Educação de Pessoas com Deficiência no Brasil**: Políticas e Práticas de Governamento. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.
- UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar – reprovação, abandono e distorção idade-série**. 2021. Disponível em: <https://trajetoriaescolar.org.br/>. Acesso em: 30 nov. 2022.
- VALIM, T. Crianças. In: FLEISCHER, S.; LIMA, F. (org.). **Micro**: contribuições da antropologia. Brasília, DF: Athalaia, 2020. p. 65-75.
- VALIM, Thais Maria Moreira; MARQUES, Barbara Marciano; LUSTOSA, Raquel, “It feels like we’re going back in time”: rights of children with Congenital Zika Virus Syndrome and their caregivers in the face of two epidemics, **Disability Studies Quarterly**, [s.l.], v. 41, n. 3, 2021.
- VEIGA-NETO, Alfredo; CORCINI LOPES, Maura. La inclusión como dominación del otro por él mismo. **Pedagogía y Saberes**, [s.l.], n. 36, 2012. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/1806>. Acesso em: 28 fev. 2022.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Leiden, Boston: Brill, 2013.

ZOBOLI, F.; SILVA, R. I.; BORDAS, M. A. G. Corpo e alteridade nos complexos de (in)exclusão. *In: DÍAZ, F. et al. (org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 211-221. ISBN: 978-85-232-0928-5.

Jéssica Nunes

Antropóloga, licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre e Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS-UFRGS. Realizou pesquisas sobre Deficiência, Família e Escola, com ênfase nos desdobramentos da Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19. É Educadora Social e atualmente desenvolve pesquisa junto aos Povos Ciganos do Rio Grande do Sul.

Endereço profissional: Av. Bento Gonçalves, n. 9.090, Prédio 42501, Agronomia, Porto Alegre, RS. CEP: 91540-000.

E-mail: jess.nunes@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3914-6907>

Como referenciar este artigo:

NUNES, Jéssica. Deficiência, Tempo e Cuidado em Narrativas sobre Escolarização Formal Durante a Pandemia da Covid-19. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e98255, p. 80-106, setembro de 2024.

A Dança como Gesto de Escuta: estratégias pedagógicas em um curso universitário durante a pandemia da Covid-19

Maria Acselrad¹

¹Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Resumo

Este artigo faz uma reflexão sobre as estratégias pedagógicas criadas para sustentar a relação entre professores e estudantes, destes com seus corpos e de seus corpos com o mundo, num curso universitário de dança que, assim como tantos, entre 2020 e 2022, precisou interromper as atividades presenciais devido à pandemia da Covid-19. Mais do que sobre pausas ou suspensões, queremos chamar atenção para a natureza dos movimentos possíveis, sobretudo aqueles relacionados à escuta. Se a tecnologia permitiu uma experiência de hipervisualização e de hiperexposição, por meio de câmeras que exibiam aquilo de que éramos privados no contato físico, pouco se falou sobre a escuta. As aulas de áudio, no caso, possibilitaram a criação de um espaço comum e íntimo, simultaneamente. A preocupação sobre como os sentidos do corpo podem ser abalados pela dimensão da catástrofe apontou para a importância da escuta na pesquisa antropológica e para os desafios da compreensão de um mundo pós-pandêmico.

Palavras-chave: Escuta; Corpo; Saber; Ensino da Dança; Pandemia.

Dance as a Gesture of Listening: pedagogical strategies in a university course during the Covid-19 pandemic

Abstract

This article reflects on the pedagogical strategies created to sustain the relationship between teachers and students, between them and their bodies and their bodies with the world, in a university dance course that, like so many, between 2020 and 2022, had to interrupt in-person activities due to the Covid-19 pandemic. More than about pauses or suspensions, we want to draw attention to the nature of possible movements, especially those related to listening. If technology allowed an experience of hypervisualization and hyperexposure, through cameras that displayed what we were deprived of in physical contact, little was said about listening. The audio classes, in this case, made it possible to create a common and intimate space, simultaneously. The concern about how the body's senses may be shaken by the scale of the catastrophe pointed to the importance of listening in anthropological research and the challenges of understanding a post-pandemic world.

Keywords: Listening; Body; To know; Dance Teaching; Pandemic.

Recebido em: 27/09/2023

Aceito em: 14/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Dançando em Tempos Pandêmicos¹

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, as atividades pedagógicas do Curso de Dança, da Universidade Federal de Pernambuco, assim como de todas as universidades do país e do mundo, foram suspensas devido ao risco de contaminação pelo coronavírus.

Depois dos primeiros quatro meses convivendo com essa situação – que matou cerca de 7 milhões de pessoas no mundo, segundo a Organização Panamericana de Saúde e Organização Mundial de Saúde (OPAS; OMS, 2023) – compreendendo a nova realidade que se impunha, foi instituído o ensino remoto nas universidades públicas do país. Com aulas mediadas por meio de plataformas digitais, a tela passou a ser o lugar possível e seguro do ensino-aprendizado entre estudantes e docentes. Mas como dançar em tempos pandêmicos?

De acordo com especialistas, a pandemia foi um acontecimento que pode ser caracterizado como uma catástrofe. A catástrofe “[...] é aquela mudança negativa que causa ou ameaça provocar mutação na solução de continuidade. A catástrofe quebra o tempo humano, abre um abismo entre passado e futuro, ameaça quebrar o elo entre as gerações” (Pomian, 1977, p. 789). Ao mesmo tempo que é uma “[...] ameaça contra a ordem do mundo e pode corresponder a um evento político, um desastre natural, um crime ambiental [...]”, é também “[...] matriz de identidade coletiva e determina, com frequência, que aqueles que a experimentam conjuntamente se organizem comunitariamente” (Leiroz; Sacramento, 2021, p. 389).

A narrativa científica mais aceita naquele momento, pelo que era possível deduzir da literatura disponível e de livre acesso, atribuía o novo coronavírus à passagem do vírus de uma espécie de morcego (*horseshoe bat*) que vive nas florestas chinesas para o ser humano, morador de centros urbanos. De acordo com Els Lagrou (2020, p. 2-3):

A hipótese se baseia no sequenciamento do genoma do vírus da Covid-19 e suas grandes semelhanças com um coronavírus presente nestes morcegos. [...] Os primeiros casos do novo coronavírus foram detectados em um grande mercado de Wuhan na China, onde se vende animais selváticos vivos, entre os quais morcegos e muitos pangolins, apesar de sua captura e comercialização serem proibidas. O “zoonotic spillover” de viroses que convivem com espécies selváticas, sem causar-lhes mal, [nos] seres humanos, onde causam assustadoras pandemias, não começou nem terminará com o novo coronavírus. Outras epidemias recentes – como a malária, a aids e a febre amarela – foram resultado do spillover

¹ Este artigo se baseia em comunicação oral apresentada na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul de 2023, realizada entre os dias 1º e 4 de agosto de 2023, Niterói, RJ, no GT 126: Saber Sentir: Experimentações em Antropologia e Arqueologia Sensorial.

[infecção por transbordamento ou transbordamento patogênico] entre floresta e cidade. O problema é especialmente interessante para a antropologia em geral e a etnologia em particular porque nossa disciplina se interessou desde o começo pelas complexas relações entre humanos e animais, Natureza e Cultura, cidade e floresta. Agentes patogênicos, que convivem de forma simbiótica com seus hospedeiros animais, podem representar diferentes graus de perigo para os humanos, dependendo da cultura ou sociedade específica em questão. As regras de dieta e de negociação em torno da caça apontam para um saber acumulado, por parte dos povos da floresta, do potencial patogênico dos animais. Estes possuem seus próprios hábitos e habitats que precisam ser respeitados se quiserem que a caça não se vire contra o caçador.

Na tentativa de expressar o que se passava, uma literatura abundante foi produzida, também no que diz respeito a interpretações metafóricas. Ainda no calor dos acontecimentos, Franco Berardi (2020, p. 37) escreveu:

Essa noite me ocorreu que toda essa história de coronavírus poderia ser lida metaforicamente assim. Em 15 de março de 2019, milhões de meninas e meninos saíram às ruas gritando: vocês nos deram à luz num mundo onde não dá para respirar, vocês empestearam a atmosfera. Parem com isso! Reduzam o consumo de petróleo e o carvão, reduzam a poeira fina. Talvez eles esperassem que os poderosos do mundo ouvissem seus pedidos. No entanto, como sabemos, decepcionaram-se. A cúpula de Madrid, em dezembro, o último dos inúmeros eventos internacionais que discutem a redução das mudanças climáticas foi apenas mais um fracasso. A emissão de substâncias tóxicas não diminuiu na última década. O aquecimento global segue sem controle, as grandes empresas de petróleo, carvão e plástico não pretendem desistir. E então, a certa altura, os garotos ficam putos da vida e fazem uma aliança com Gaia, a divindade que protege o planeta Terra. Juntos, lançam um massacre de advertência e os velhos começam a morrer como moscas. Tudo para. E, finalmente, passado um mês, os satélites fotografam uma Terra muito diferente [...].

Não é nossa intenção aqui aprofundar reflexões científicas ou metafóricas que deem conta de explicações acerca do que vivemos, mas destacar, a partir do exercício imaginativo de Berardi, o que o autor classificou como uma *crise do corpo*. Mais do que isso, da presença de nossos corpos neste espaço, que chamamos de planeta Terra, abalados diretamente “[...] pelas complexas relações entre humanos e animais, Natureza e Cultura, cidade e floresta [...]”, apontadas por Lagrou (2020). Perante a magnitude dessa crise, Berardi (2020) afirmou que teríamos duas possibilidades: “a chance de reiniciar a máquina depois de um tempo, podendo decidir fazê-la funcionar como antes”, com a consequência de nos encontrarmos mais uma vez com novos pesadelos, ou “reprogramá-la de acordo com a ciência, a consciência e a sensibilidade”. Para nossa infelicidade, logo ficou evidente que o mundo continuou a operar praticamente da mesma forma que antes. Tendo inclusive aprimorado muitos de seus mecanismos de exploração e de enriquecimento por parte das grandes corporações. Por outro lado, é fato que nossa sensibilidade foi profundamente marcada por essa experiência, transformando significativamente a perspectiva sobre nosso corpo e o ambiente ao redor.

Segundo Castro (2021), há uma antropologia dos sentidos que se baseia em investigações de base empírica, comparando formas de sensibilidade em diferentes culturas, estabelecendo um sistema de base analítica. Há também uma etnografia sensorial que reúne pesquisas cujas contribuições à disciplina se dão por meio da mobilização de teorias da percepção sensorial, dando destaque a sua dimensão metodológica, isto é, nos lembrando que para fazer etnografia há que se levar em conta a experiência sensorial.

Não é intenção aqui situar nossa perspectiva em um campo ou em outro, ou ainda enfatizar suas possíveis ressonâncias e dissonâncias. Mais do que sobre pausas ou suspensões, queremos chamar atenção para a natureza dos movimentos possíveis ligados ao sentido da escuta que se deu pelo corpo. Durante o período de isolamento social, num tempo em que se tornou evidente, para quem ainda tinha alguma dúvida, que algo precisava ser radicalmente descoreografado, ensinar e aprender a dançar, a salvo do vírus e das estratégias de controle do Estado, passou a ser um desafio, ao mesmo tempo que uma ação contradiscursiva. Uma descoreografia para o nosso tempo.

Por descoreografia, em outra oportunidade (Acselrad, 2022), nomeamos as práticas de ação que fazem frente e oposição ao sentido disciplinar que carrega o termo coreografia. Essa formulação se deu a partir da leitura de *Orchésographie* (Arbeau, 1589 *apud* Lepecki, 2009). Nessa obra, a coreografia aparece como aparato de dominação dos corpos e das subjetividades. A dança seria privilégio de alguns e não de todos. Havendo um tempo, local e modo específicos para se dançar. A dimensão descoreográfica do movimento, por sua vez, pressupõe como dança também aquilo que escapa, articulando o visível com o invisível, por meio do imprevisível, o que no caso a ser analisado mais adiante, deve ser compreendido para além do aparato da visão, envolvendo a ativação e articulação de outras formas do sensível.

Se as atividades presenciais foram substituídas por uma relação feita à distância em que a tela, como outrora o espelho, promoveu o enquadramento de corpos e subjetividades – além de recuperar a noção de modelo, já bastante ultrapassada no ensino da dança –, descoreografar implicava assegurar espaço e tempo, além de qualidade de experiência, para que a dança pudesse de fato ser dançada. A descoreografia, nesse caso, consistia em criar condições para que as diferentes forças que movem os corpos que dançam pudessem se expressar. Mas como isso se daria?

Se, por um lado, a tecnologia permitiu uma experiência de hipervisualização e hiperexposição, por meio de câmeras que exibiam aquilo de que éramos privados no contato físico, por outro, pouco se falou sobre a experiência da escuta, sentido que sugere uma forma outra de contato. A audição é considerada o sentido da interioridade: traz o mundo para o centro do indivíduo e, também, da imersão: promove um mergulho na realidade (Le Breton, 2016).

Mas a escuta também permite o contato com a alteridade, deixando entrar o que vem de fora, transformando o distante em próximo. Que tipo de abertura do corpo envolve o processo da escuta? Quais saberes encontram-se aí envolvidos? Seria o gesto da escuta uma postura (Flusser, 1994) ou um movimento corporal, expressando disponibilidade para o outro? Essas questões amplificam a preocupação sobre como os sentidos do corpo podem ser abalados pela dimensão da catástrofe, assim como a importância da escuta na pesquisa antropológica e como ela nos desafia a compreender um mundo pós-pandêmico.

2 O Corpo como Território dos Sentidos, Político e Cultural

Entre 2020 e 2022, estive responsável por ministrar algumas disciplinas teórico-práticas, obrigatórias, do Curso de Licenciatura em Dança, na UFPE, pelas quais a metodologia das audioaulas foi desenvolvida. Algumas dessas aulas funcionam aqui como material etnográfico para a reflexão que pretendo desenvolver. Somam-se a elas, os audiorrelatórios, material que serviu de retorno dos estudantes acerca da experiência que procurei discutir, mais especificamente, a partir do que foi vivenciado ao longo da disciplina de Oficina de Dança 5.

Essa disciplina tinha como objetivo desenvolver o conhecimento, a experimentação, a reflexão e a composição, a partir de diferentes manifestações coreográficas, atravessadas pela relação corpo, dança e território, numa abordagem somática que contemplava, também, questões identitárias, políticas, sociais, étnicas e culturais. Quando oferecida pela primeira vez nesse formato, entre janeiro e abril de 2021, segundo ano da pandemia, a disciplina fez uso de metodologias como: aulas teóricas e práticas remotas; leitura e discussão de textos; exibição e discussão de vídeos; desenvolvimento de processos de pesquisa e criação de movimento; experimentação criativa por meio da linguagem da videodança. Embora todos esses recursos possam, em alguma medida, nos informar sobre questões relativas ao sentido da escuta, durante o período pandêmico, para este artigo, me concentrei apenas na experiência das audioaulas². Enviadas pelo Google Classroom, ferramenta virtual que permite o compartilhamento de textos, vídeos e também arquivos de áudio, as audioaulas eram disponibilizadas na página das atividades semanais.

As audioaulas começavam sempre com um convite para que o espaço fosse preparado de modo a oferecer as condições necessárias para que a experiência pudesse ser realizada da melhor forma possível. Alguns acordos eram previamente estabelecidos: o primeiro era que a audioaula só fosse escutada quando de fato fosse realizada, de modo que a experiência fosse experimentada por todos os sentidos necessários para sua realização, simultaneamente. O segundo combinado era que todos os aparelhos fossem desligados durante a audioaula, a fim de não ter interferência. Então, se fosse o caso, era preciso *baixar* a aula no celular ou no computador, para que nenhuma notificação, ligação ou qualquer outro estímulo pudesse interferir na prática. Por fim, era necessário que só fosse comentada a experiência com quem já tivesse passado por ela. Assim, não haveria nenhuma informação prévia a ser acessada antes da prática da audioaula em si. Todos esses acordos tinham como objetivo favorecer a integração dos sentidos necessários para a realização da experiência, potencializando a sensação de presença do corpo no espaço em que ele se encontrava – ou seja, na maioria das vezes, a casa – aspecto bastante prejudicado devido ao quadro de angústia e ansiedade experimentado pela maioria dos estudantes.

Entre as audioaulas discutidas, destacarei aqui apenas três, que se intitularam: 1) o corpo como território dos sentidos; 2) o corpo como território político; e 3) o corpo

² Como avaliação processual, a disciplina fez uso de exercícios individuais, de modo a possibilitar um diálogo mais estreito com os estudantes. Já como avaliação final, foi desenvolvida uma criação coletiva em grupo, que resultou na videodança intitulada *CORPOgrafias*. Para consultar essa informação, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=bYJmkykS9IA&t=983s>, disponível em 21 de agosto de 2023.

como território cultural. Essa seleção se deu pelo fato de terem sido essas três aulas as primeiras desenvolvidas junto aos estudantes, o que possibilita uma reflexão sobre as primeiras impressões e impactos dessa experiência. Também por terem como propósito refletir sobre a relação corpo e território, questão que ganhava proporção existencial devido à pandemia.

As audioaulas duravam, aproximadamente, de 40 minutos a 1 hora. Importante dizer que, enquanto as gravava, com aplicativo apropriado no celular, também me movimentava. Primeiro, porque no “modo presencial” é assim que costumo dar aulas. Segundo, porque me facilitava estabelecer contato com as possíveis sensações que os convidava a vivenciar por meio das sugestões de movimento que eu mesma lhes fazia. Ou seja, era uma forma de estarmos juntos, na medida do possível, ainda que separados pelo tempo e pelo espaço.

Com ajuda de um computador, em alguns momentos, fazia inserções de música, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento de improvisações e explorações de movimento. O som que cercava o ambiente, no caso da minha casa, era captado pela gravação. Isso envolvia tanto o som de crianças brincando, talheres tilintando, como também buzinas de carro, aviões passando, ambulâncias transportando os doentes da Covid-19 para os hospitais. Fazer comentários acerca desses sons contribuía para um reconhecimento da realidade vivenciada por todos nós, ao mesmo tempo que conferia um sentido de localização.

A partir de agora, com a transcrição de trechos dessas três audioaulas, busco compartilhar parte dessas proposições, tal como foram enviadas para os estudantes.

1. O corpo como território dos sentidos: o convite é para que você prepare o espaço criando as condições para realizar essa aula, de modo que ele possa melhor te acolher e você possa acolher esse espaço dentro de si. Desligue todos os aparelhos que não sejam necessários para essa experiência que teremos juntos. Use o tempo que for preciso para criar essas condições. Respire. Tão logo possível, escolha um lugar no chão e se deite. Relaxe o corpo, procurando desfazer-se das tensões, dos pesos. Se acomode no seu próprio corpo. Faça apenas aquilo que seu corpo pede para fazer. E ao realizá-lo, na medida, na dimensão, no tamanho que for, utilize esses movimentos como um documento que firma um acordo entre você e você mesmo, em que fique claro que você não “sairá do seu próprio corpo” por nada, experimentando a sensação e a consciência do que é “estar no corpo”. Conectado com todos os sentidos que fazem do seu corpo, um corpo humano. Por meio desses movimentos, ou da quietude também, nos micromovimentos internos do seu corpo, procure ir desfazendo as tensões, transformando a dor em prazer, o cansaço em alívio, o desconforto em relaxamento. Pela respiração, percorra os espaços internos do corpo, buscando ampliá-los. Inicie um inventário das partes do corpo em contato com o chão. Percorra todo ele com sua atenção, intenção e imaginação. Localize as partes do seu corpo no espaço, sem precisar mover-se, apenas tomando consciência sobre elas. Com uma régua imaginária, procure calcular a distância que liga um ouvido ao outro, entre a língua e o céu da boca, entre um olho e outro, entre os ombros, entre as cristas ilíacas, entre

os joelhos, entre os tornozelos, entre o calcanhar e os dedos, dos pés à cabeça. Passeie pelo seu corpo como uma terra recém-conhecida. Tal como um viajante, percorra esse território que é o seu próprio corpo. Permita que essa viagem envolva a ampliação das partes em contato com o chão. Imagine-se massageando o casco de uma tartaruga gigante, e, ao massageá-la, sinta que ela te massageia também. Suavemente. Viaje pelo corpo, e, ao mesmo tempo, pelo espaço. Respire fundo, respire sempre. Acorde os sentidos da pele, ao longo desta viagem. Procure manter os sentidos do seu corpo conectados com as suas necessidades, com aquilo que ele te apresenta. Não sei se você está de olhos fechados ou abertos, fique à vontade, mas procure se relacionar com os olhos como superfície porosa que também troca informações com o espaço. Sinta o cheiro deste espaço onde você está. Procure abrir os ouvidos para os ruídos que o atravessam, que entram, que habitam esse espaço contigo. Será que tem alguma voz distante, um talher, um barulho de obra, um avião passando, uma criança brincando perto de você? Com isso, aprimore seu sentido de localização. E agora sim, de olhos abertos, procure ganhar mais propriedade sobre a verticalidade e se ainda não fez isso, comece a construí-la. Abra bem seus olhos e ouvidos, sensibilize seu olfato, deixe a língua passear e saborear a saliva dentro da sua boca. Abrace o espaço com seus olhos, capturando o máximo de informação possível. Imagine que os seus sentidos são como frestas e janelas, buracos e passagens para o que está dentro e fora. Ao tomar consciência sobre o que você sente, fazendo uso de todos os sentidos combinados, se desloque pelo espaço como uma grande alga que alterna o peso do corpo de um lado para o outro. De cima abaixo, de frente para trás. Explore essa sensação de porosidade, entre o dentro e o fora. Assim como você pode olhar para o espaço, o espaço também pode olhar para você. Experimente o que isso te ensina [Inserção de música para o experimento]. Desloque-se pelo espaço, expandindo-se e depois buscando ocupar o mínimo espaço possível. Alterne essas duas possibilidades. Escolha um lugar no espaço. E procure imaginar seu corpo como uma paisagem. Mapeando-o como uma montanha firme, estável, feita de pedra, de terra, de árvores na sua crosta. A cabeça como um cume, topo de uma cadeia montanhosa que envolve as costas, os ombros. Experimente esse corpo-montanha, íntegro e denso. Que resiste ao vento, às chuvas, aos raios. Outra paisagem é a das águas de uma cachoeira. Que qualidades no seu corpo te informam sobre isso? Uma ducha forte, uma queda d'água poderosa que deságua num rio caudaloso. Que pode estar contido por margens mais estreitas ou largas, mas que pode transbordar, vazar. O que existe no seu corpo de fluido, fugidio, corrente, potente? Respire fundo, respire sempre. Uma última paisagem é a do vale, da pradaria, da planície, do vasto horizonte. O que existe no seu corpo que ressoa como um campo sem limites, imenso, contínuo, pacífico? Sem limites ou interposições, livre. Que qualidades te informam sobre isso? Que espaços no seu corpo te informam sobre essa paisagem? Se por acaso não estiver de olhos fechados, convido a fechá-los e abri-los para dentro. O que é possível enxergar dentro, no fundo de si? Que sensações você tem, que sentimentos te atravessam neste momento? Reconheça-os.

- Agora sim, de olhos abertos, encontre um lugar para se camuflar no espaço, buscando se misturar a ele. Sem deixar de estar atento aos seus próprios sentidos. Mas percebendo que o que te separa do espaço é também o que te liga. Experimente diferentes espaços. Brinque um pouco com isso. Num espaço escolhido, experimente espreguiçar-se aproximando e afastando as extremidades, no caso cabeça e cóccix, posicionado as mãos sobre essas extremidades. Imaginando que a coluna é uma escada em que cada degrau precisa ser percorrido, um de cada vez. Se os braços cansarem pode trocá-los de posição. Ao passo que você experimenta essa movimentação, observe como seus pés apoiam-se no chão. Aumente o espaço entre as pernas, fazendo deslocamentos de peso mais ousados. De um pé para o outro. De dois pés para um pé. De um pé para dois pés. De dois pés para dois. Desloque-se pelo espaço massageando seus pés com o chão e amortecendo os degraus da escada que é a sua coluna. Aproxime os pés, e produza uma pequena vibração, no eixo vertical, com os pés agora bem firmes no chão. [Inserção de música para o experimento]. Sacuda o corpo, os braços, as pernas, a cabeça, os ombros, as mãos. Com ou sem deslocamento, como você quiser. A essa altura não sei se você ainda se encontra em movimento ou em quietude. Te convido a ir sossegando. Trazendo a atenção para a respiração. Escolha um lugar no espaço, enrolando a coluna e deitando-se novamente. Se esparrame, se espraie, aterre. Registre para você mesmo essa viagem pelos sentidos que você acaba de fazer, com ajuda dessa sagrada capacidade da imaginação que te permitiu percorrer paisagens no seu próprio corpo. Te agradeço pela escuta.
2. O corpo como território político: [Respiração]. Há no espaço uma lógica de organização? Algo parece ser priorizado? Como estão localizadas as coisas, como elas se relacionam e ocupam o espaço onde você se encontra? Independentemente de ser uma sala, um quarto, um terraço, um corredor, uma varanda, um quintal, um jardim. O que as coisas dizem sobre uma possível hierarquia espacial? O que é importante neste espaço? Observe também o espaço livre, vazio. O espaço das possibilidades, daquilo que não é estável, fixo ou pré-ocupado por alguma coisa. Procure se colocar neste lugar, neste espaço livre, ocupe esse espaço. Respire. Nesta posição, em que você se encontra, apenas respire. Faça apenas o que for necessário, suspire, espreguice. A dispersão faz parte, então se isso acontecer, a ideia é redirecionar a atenção, sem julgamento, sem pressão, voltando para a ação que estiver sendo desenvolvida. Mesmo que a aula siga, saiba que você tem a liberdade para retomar a prática quando puder. Procure chegar no seu corpo, como alguém que chega em casa, fazendo os rituais necessários para se sentir à vontade, como tirar o sapato, se desfazer de uma mochila pesada, como quem entra no chuveiro para se refrescar. Chegando no próprio corpo, escolha um espaço vazio, livre, e observe o espaço dessa nova perspectiva. O que é possível observar, que antes não era? Caminhe para diferentes pontos no espaço e o observe, novamente, a partir das novas perspectivas que se inauguram, desses novos pontos de vista. Incluindo a sua própria posição no espaço, observe que as posições envolvem oposições. Quando nos aproximamos de algo, nos distanciamos de outro algo. Brinque com isso. No jogo das posições,

estão em jogo oposições. E que essas oposições são alimentadas por tensões espaciais, mas também musculares e articulares. Mesmo na respiração, elabore, promova, dissolva as tensões do corpo. Ao expandir, algo se contrai. Ao contrair, algo se expande. Observe este movimento interno do corpo. Essas tensões não necessariamente precisam ser ligadas ao acúmulo de contrações; estão mais ligadas a uma tensão vital de base, um tônus. Neste meio tempo, a atenção vai se deslocando do diafragma, região central do corpo, para as periferias. Como é respirar com as extremidades do corpo: pés, mãos, pernas, braços, cabeça, e toda a superfície da pele? Se essa respiração te levar a se deslocar pelo espaço, deixe isso acontecer. Como você sente o ambiente por meio da sua pele, como você sente os contornos do seu corpo? Qual o limite que divide seu corpo do espaço? Quanto que seu corpo deixa de impressão no espaço onde você está? Quanto que o espaço penetra no seu corpo, por meio de sensações e imagens? Observe a superfície dos seus pés, a depender de como cada um encontra-se no espaço. Outras superfícies podem te ajudar a observar esse limite do corpo com o espaço, por vezes ambíguo. Como está o tônus do seu corpo, maleável ou resistente ao espaço? Relaxe as articulações. Respire fundo. Deixe o ar que entra abrir espaço no seu corpo. Em um novo lugar no espaço, procure afrouxar as articulações dos joelhos, experimentando um *plié*, investigando as oposições envolvidas na sua forma de executar esse movimento. [Inserção de música para experimentação]. Lembre-se que o *plié* é um afundar no chão, um ceder, um se entregar, uma reverência à terra. Por outro lado, ao se alongar, ao resistir, você responde à esta atração com uma reverência ao céu, se distanciando da terra, mas sem perder este contato. Ceder e resistir. Experimente esses movimentos, alternadamente. E da próxima vez que você se dobrar, deixe-se esparramar no chão. Brinque com essa possibilidade de entregar-se ao chão e recuperar-se. Descendo ao chão e “subindo ao céu”. Utilizando-se das possibilidades de fazê-lo em espirais. Fazendo uso dos apoios necessários, mãos, braços, pés e pernas. Imprimindo a presença no chão e no ar. Marcando sua passagem pela terra e pelo céu. Experimente fazer isso observando o papel do quadril nesta movimentação. Pare e escute o pulso da circulação e da respiração. Experimente mover o quadril “desenhando um oito” no espaço, alternando um arco para um lado, e para o outro. Desenhando a forma do infinito, horizontalmente. Transferindo o peso de um pé para o outro. Se for do seu agrado, apoie as mãos na cintura. E a partir dessa movimentação, inicie uma dança que “mobiliza uma cobra” que supostamente encontra-se na sua bacia. Com isso, massageie e espreguice o quadril. Alterne a espiral com o círculo. Veja se um desses movimentos te convida a passear pelo espaço. De frente, de costas, de lado, circulando. Muda alguma coisa? Experimente alternar as possíveis lideranças do corpo que esse movimento te propõe: procure fazê-lo orientado pelas cristas ilíacas, pelo trocanter, pelo púbis, pelo cóccix. Para muitas culturas, a bacia é onde reside a energia vital. Que tensões e oposições podem ser mobilizadas nesta região? Deixe essas tensões te mobilizarem microscopicamente, telescopicamente. Livremente. [Inserção de música para o experimento]. Dizem que é possível sorrir com a bacia. Explore os diferentes

- níveis espaciais com esta movimentação. Caso você esteja no plano alto, procure ir até o chão, no seu tempo, encontrando um caminho novo, menos conhecido. E chegando lá, relaxe, descanse, se esparrame, se entregue, e respire profundamente. Aproveite para observar que lógicas de organização corporal são possíveis de ser percebidas e identificadas. Que relações se encontram evidentes: tensões, posições, hierarquias podem ser observadas? Que partes do seu corpo estão sensíveis, entregues, presentes? Que relações de correspondência, de equivalência, de simetria ou assimetria, você consegue observar? Alguma parte do seu corpo precisa de mais atenção em relação a outra? Neste momento, registre essas sensações, num “caderno imaginário de viagens pessoais”. Te agradeço pela escuta, pela entrega, pela dança partilhada neste chão. E, lembre-se que toda terra, mesmo essa em que você se encontra, é indígena [Inserção de música para finalizar].
3. O corpo como território cultural: o espaço está pronto. E você também. Ao olhar para esse ambiente onde você se encontra, perceba como tudo tem um lugar. Cada objeto, cada móvel, as janelas, as portas, as paredes. Cada qual com sua forma, suas dimensões, sua consistência, suas cores. E você também tem um lugar nesse ambiente. Cada parte de você também ocupa um lugar. Cada parte se liga a outra parte, que se liga a outra, e assim por diante. Perceba como você se relaciona com as partes do seu corpo. Como você as compreende? Até que ponto elas estão separadas ou juntas? Formam uma grande parte? Será que se atravessam, se sobrepõem, formando um todo? Sendo parte ou todo, você ocupa um lugar nesse espaço. Se encontre nesse espaço, com tudo que você é, com tudo o que te constitui. Tente olhar, perceber, sentir o que te rodeia como se o fizesse pela primeira vez. Com uma curiosidade infantil. Em movimento ou não. Descubra o espaço com o todo que você é. O chão, a sua matéria. As paredes, do que são feitas. O encontro das paredes com o chão. A brisa do vento que entra pela janela. Imagine que tal como uma teia de aranha as partes do seu corpo encontram-se ligadas. E ao mesmo tempo em que te interligam também te ligam ao espaço. Deixe-se dançar por essa relação, brincando com essas teias que se projetam de você e se agarram em diferentes pontos no espaço. [Inserção de música para experimentação]. As partes do corpo estão carregadas de significados atribuídos ao longo do tempo e da experiência. Como, ao se mover, elas movem significados para você? Experimente escolher uma parte do corpo para liderar sua movimentação. Desenhe linhas no espaço com ela, imprima sua presença por meio dela. Deixe com que todas as outras partes do seu corpo se movam a reboque dela, em decorrência, em consequência de como ela se move. Como se dessa parte, se projetasse uma flecha, um raio, uma vela de um barco e ela te levasse a passear pelo espaço. Transfira essa liderança para outra parte. Explore o espaço a partir dessa outra parte. E outra, e outra. O que ela te leva a fazer? A partir desse jogo de alternância de lideranças, deixe a dança dançar. Deixe as partes do seu corpo dançarem juntas. Dance com seus “pés de valsa”, sua “cabeça de vento”, seu “olho grande”, suas “costas quentes”, sua “bunda mole”, seu “peito aberto”, sua “boca suja”, sua “cara de pau”, seus “olhos de água”, sua “cabeça fria”, seu “ouvido de tuberculoso”, seu “pulso firme”, seu

“nariz em pé”, seu “coração aberto”. Encontre uma pausa, respire, enraíze os pés no chão, abrindo bem o espaço entre os dedinhos. Se estiver sentado ou deitado procure a verticalidade. Procure dividir bem o peso do corpo sobre os pés. Encontre a firmeza dessas “raízes”, a profundidade delas, dando uma folga nas articulações. Deixe sua cabeça levemente solta. Como uma brisa que bate. Quando nos movemos, um mundo de coisas se move em nós. Observe agora as danças que ocorrem dentro de você, nessa aparente imobilidade. Dos seus afetos, dos seus desejos, das suas repulsas, dos seus medos, das suas angústias, dos seus pensamentos, dos seus julgamentos, das suas atribuições de valor, dos seus impulsos. Quando você se move, você também se comove. Se projete para dentro de você, por meio das teias que também ligam você por dentro. Deixe essa dança acontecer. Mais uma vez encontre um lugar no espaço e faça uma pausa no movimento. Encontre um pequeno balanço, uma pequena transferência, e desenvolva uma pequena dança consigo mesma. Mantendo a conexão dentro e fora. Em cima e embaixo, um lado e outro, frente e trás. Perto e longe. As partes e o todo. E veja como a respiração pode te ajudar nisso, como o piscar dos seus olhos pode te ajudar nisso, como o sentido da escuta pode te ajudar nisso, como a pele do seu corpo pode te ajudar nisso, como a posição do seu corpo todo no espaço pode te ajudar nisso. Te agradeço pela escuta, pela entrega pela dança partilhada neste momento. E te convido a dançar com tudo aquilo que te toca, te travessa, te constitui. [Inserção de música para experimentação]. Seja o ar que você respira, a luz que entra pela janela, o vento que corre, as pessoas da sua casa, o chão, o teto, as paredes, os móveis, sua mãe, seu pai, sua irmã, seu irmão, seu namorado, sua namorada, seus amigos, presentes ou distantes, suas ideias, suas fantasias, seu amor [Som de ganzá tocando, enquanto a música segue].

3 A Dança como Gesto de Escuta

A experiência pedagógica das audioaulas só pode ser realmente compreendida por meio de uma análise de como foram vivenciadas pelos estudantes do Curso de Licenciatura em Dança da UFPE que, se utilizando do mesmo recurso, me permitiram o acesso às suas impressões, também pelo sentido da escuta, enviando-me audiorrelatórios³. Alguns deles foram gravados logo após a realização da aula, outros pouco tempo depois. Quase todos vêm acompanhados da sonoridade ambiente do espaço onde se encontravam, geralmente a própria casa, o que me possibilitava também a escuta de sons de pássaros, vendedores ambulantes, crianças brincando, pessoas andando, etc. Era possível perceber por meio de suas vozes o efeito da realização da audioaula, como prazer, alívio, relaxamento, mas, por vezes, também incômodo, tristeza, angústia, desespero e frustração. Compartilho

³ O uso desses audiorrelatórios foi autorizado pelos estudantes para fins de pesquisa. Suas identidades, no entanto, foram preservadas por codinomes. Neste *link*, é possível escutar uma pequena edição dos audiorrelatórios aqui transcritos: https://youtu.be/5qz_89V-1hg. Agradeço aos estudantes pelo tempo e disponibilidade para se mover em um momento tão difícil do mundo. Agradeço também a Alessandro Rivellino com quem tive a primeira experiência de audioaula, por meio da sua colaboração no processo de criação de Descoreografia, videodança por mim concebida e dirigida, em 2020, durante a pandemia da Covid-19.

aqui alguns deles, na intenção de destacar aspectos que acredito poderem contribuir para uma reflexão acerca de como a dança foi experimentada como gesto de escuta, revelando alguns dos impactos que a pandemia como acontecimento de dimensão catastrófica teve no corpo desses estudantes.

3.1 Voz é Corpo: transporte e presença

Estou deitada, acabei de fazer a aula, e escolhi gravar o áudio agora pra que nenhuma das minhas sensações vá embora. Antes de tudo quero agradecer e juro que estou me imaginando numa roda, no CAC [Centro de Artes e Comunicação/UFPE], retribuindo sorrisos e compartilhando o que cada um sentiu. Foi uma experiência incrível, nunca tinha feito uma audioaula, nunca tinha sentido no meu corpo como seria. Eu me transportei, parecia mesmo que eu estava te vendo, parecia mesmo que você estava me vendo, os movimentos que eu fazia, parecia que estava do meu lado, sentia que você enquanto falava, sorria. Você dizia que não sabia se estávamos de olhos abertos ou não, mas não parecia. Em alguns momentos, os comandos tinham muito a ver com o que estava acontecendo. Foi muito mágico. Pude perceber e sentir o que você estava dizendo. Eu explorei bastante o lugar das sensações, o território-corpo. E, já de antemão, vou amar fazer outras audioaulas. Obrigada pela sua entrega também e por nos transportar para outros lugares. (Adriana)

Eu senti que tive uma escuta muito mais ampla, por não estar ligada ao olhar. Estar vendo você, mas não fisicamente. A gente presta muito mais atenção à fala. O áudio mudou muito o ambiente. Não eram sons daqui, já tornando o ambiente diferente. Tinha buzinas, talheres, no seu áudio. Sobre os comandos de distanciamento, eu senti muito eu engolindo o espaço e o ambiente me engolindo quando eu ficava menor, depois de prestar mais atenção. Senti muita intimidade com meu quarto, por mais que estou nele há anos. Foi massa ter experimentado isso. De ficar muito tempo em alguns cantos dele. Os móveis são meio baixos, então o eco ficou bem mais presente na sua voz, botei na caixinha de som, foi maravilhoso. (Neide)

3.2 Corpo-Mundo: lógicas de organização e cuidado

Na audioaula o que ficou mais em mim, é que quando a gente reconhece o espaço, quando traz essa sensação de reconhecimento do espaço, do corpo da gente, das partes, a gente se sente mais pertencido e integrado ao espaço que a gente se dispõe a fazer as movimentações corporais propostas. O que me chamou atenção bastante foi a parte de pôr limite onde começa e onde termina o corpo e o espaço. (Branca)

Esse início da audioaula me lembrou muito a aula anterior, quando eu constatei que, mesmo de modo inconsciente, eu organizava as coisas no meu quarto de modo a facilitar o meu dia. E pude observar que quando me acordo vejo meu tapete de alongamento e isso desperta um gatilho em mim que eu possa fazer alguma atividade de movimento, ou me alongar, durante o dia. O momento do plié, de experimentar ele com diversas tensões, e pensando em diversos tipos de relação, foi bastante interessante. Também fiz muito a relação, antes de chegar no final da aula, de pisar, já associava o mastigar do chão, associando o texto à música, e para mim foi bastante marcante quando você falou que toda a terra é indígena, isso pra mim foi bem forte, porque antes de ouvir, eu já estava fazendo essa relação. (Eliel)

Então, essa é a primeira aula que eu faço, na verdade. Porque a anterior, eu esperei o melhor momento pra fazer, e ele não chegou. Meu bebê acorda muito. Mas dessa vez, ele só acordou um minuto depois de terminar a aula. No começo eu estava exausta, porque era de noite. Fiquei olhando pro teto, seguindo as instruções, como se o teto fosse um chão. Às vezes, eu faço isso.

Porque aqui é forro de laje, parece um chão. Fiquei viajando nisso. Aí depois comecei a me pegar. E nossa, esse é o meu corpo? Eu passo o dia usando meu corpo, e nem percebo de tanta correria que é. Fui chegando nesse corpo, percebendo as fronteiras. Aproveitando esse tempo só para isso. Aí depois quando você falou para gente se mexer e mudar de lugar no espaço, eu fui rastejando. Fiquei no chão mesmo, só que de barriga para baixo. E mesmo estando no mesmo lugar, já mudou tudo! Porque o chão virou o chão mesmo. Eu só mudei o sentido e mudou tudo. E fiquei pensando quanto que o território do meu corpo, a hierarquia, a lei principal é o meu bebê. Eu estou na casa da minha mãe, que não é uma casa preparada pra um bebê, mas daí a gente fez adaptações com o que dava. Meu corpo também tá muito em função dele, eu fico muito sozinha com ele. Mas foi ótimo, porque teve um momento da aula que eu entrei muito. Quando me levantei para fazer plié, achei que ia morrer, porque estava muito cansada, mas quando veio a parte de movimentar a bacia, a pelve, não sei, veio muita energia e eu me movimenteí muito rápido, tanto que fiquei toda suada. No início eu estava morta, e no final cheia de energia. (Lígia)

Tão sendo incríveis essas áudioaulas, porque eu estou me escutando muito mais, fazendo tudo mais no meu tempo, mais devagarzinho. Então, hoje fazendo essa aula fiquei pensando que o corpo fala, em qualquer ocupação de espaço. Hoje senti meu corpo muito presente e muito criativo. Até na hora de observar o espaço, vieram muitas ideias de dança mesmo, mas também de reorganizar o espaço de outra forma, me reorganizar no espaço de outra forma. Até a cor da parede eu quero mudar agora! Acho que o jeito que você se coloca no espaço diz muito sobre representação, ação, intenção. Hoje a gente trabalhou a bacia e eu senti uma conexão gigantesca com a terra. No final, ao escutar as batidas do meu coração, percebi que eu estava dividida, da cintura pra baixo e da cintura pra cima, uma mais leve e a outra mais presente. (Neide)

Este momento é meu. Sim, estou em mim mesma. Desvendando esse território que é meu corpo, que é meu templo. E no fim das contas, é só o que tenho. A gente só tem a ele, até o fim da gente nesse território-mundo. O espaço que me encontro é meu, tão meu em mim, que sinto como se eu me preparasse para recebê-lo, para entrarmos um no outro, nesse processo de reciprocidade e intensidade. E chego com muito cuidado no meu corpo, como quando chego em casa, aqui e agora. Com mais cuidado que o normal, digo com mais cuidado com que costumava ser: Cuidado enquanto autodefesa a estes tempos, a estes outros. E, também como autocuidado, como auto escuta, aos sinais, que o corpo sempre diz. Além disso, porque na minha casa tanto de dentro, como de fora, habitam outros, e as tensões, os tónus, os perigos são inevitáveis. O movimento é isso, a vida é isso, o corpo é isso, o território é isso. (Renata)

[Suspiro] Eu permaneço em mim. A tensão parte de minha orelha esquerda, dói, dói, dói, e se dissolve através do meu corpo. Nesse mundo que é tão grande, meu corpo é tão pequeno. Mas meu corpo é tão grande, maior que o mundo. O espaço me olha como parte dele, como espaço, meu espaço. Quando fecho os olhos de fora, vejo profundamente meu espaço de dentro, vejo a montanha, os picos e os vales, vejo o que sinto, da forma que posso, da forma que não tenho linguagem, mas vejo profundamente. (Renata)

Queria começar admitindo que não consegui me manter presente durante toda a experiência, me distraí em vários momentos. Parte por minha causa, por estar muito agitada nessa nova configuração. Parte porque o ambiente é complicado. Parte porque a energia do grupo, perceber o outro quando a energia começa a falhar, você se sente inspirada a mudar a movimentação às vezes. Na parte dos olhares, me senti como se tivessem várias câmeras, existem muitos objetos, muitas pelúcias no meu quarto com muitos olhos, muitas fotos, muitas janelas através da minha janela, parecia como se tivessem muitos olhos, muitos espelhos me observando. Isso me fez pensar como seria essa movimentação se estivesse sendo filmada por ângulos diferentes. Fiquei com essas impressões. Teve um momento em que foi usada a palavra paisagem, e me lembrei de um texto que li recentemente e que falava num “silêncio sambaqui” [Lamas, 2019], parece paisagem, mas tudo continua transformando, só que num tempo diferente. Parece estar parado, mas é só uma impressão. Outro momento, foi de achar um espaço e se fundir com esse espaço, e desaparecer. Essa palavra “desaparecer” me machuca muito. Fiquei muito grata de ouvir em seguida que a ideia era continuar sendo corpo no espaço. Isso foi

uma coisa que fiquei bastante interessada, mas foi o tempo suficiente para eu me entregar um pouco a essa expressão e logo em seguida ficar refletindo: ah, sim, dá pra ser desse jeito. Eu gostaria de ter me dito isso antes, mesmo se eu “desaparecer”, me fundir com o espaço dessa forma, não posso deixar nunca de sentir, de ser corpo, de perceber as sensações que são completamente minhas e me tornam viva. (Juliana)

3.3 O Comum e o Íntimo: exercícios de liberdade e descoberta

E como assim a aula já acabou? Muito, muito, muito obrigada. Não sei se era essa a proposta, mas considerando que a gente está super livre para fazer os que a sensações nos trazem, depois que você finalizou e colocou a trilha musical, eu dancei com o corpo todo. Eu estou tendo muitas conexões quando estou fazendo essas audioaulas. Perceber os balanços, explorar o espaço, os objetos, olho fechado, olho aberto, com a sensação de que você está na minha frente, ou na sala de dança rodeada dos meus colegas, e ao mesmo tempo com uma introspecção que nunca tinha experimentado. (Adriana)

Durante esse período de quarentena nunca tinha passado por isso, só ouvir e sentir no meu corpo. Amei porque também a gente não tem que ficar olhando pro celular o tempo inteiro ou para tela de um computador. Ocorreram momentos de eu pensar em outras coisas, é bem difícil a gente se concentrar, mas no fim deu certo, consegui focar. Sentir o corpo massagear o chão, sentir meus músculos, meus ossos, como se tivessem se auto massageando. Nossa, relaxei demais! Eu me senti muito livre para me movimentar do jeito que eu quisesse. Porque numa sala de aula ou numa audição, tem muito julgamento, e aqui não, eu me senti super livre para fazer o que eu quisesse. Na parte de me camuflar no espaço, eu fiz isso como se fosse entrar alguém. Me lembrei do pique esconde, quando era criança. Recuperar essa sensação foi ótimo. Na parte de sentir os pés no chão, a transferência de um pé para o outro, eu particularmente adorei, porque durante o dia a gente faz tudo com os pés e não costuma dar atenção a isso. Eu procuro sentir, é sempre uma experiência muito boa. Eu adoro essas atividades com os pés. Na parte de me balançar pelo espaço e sacudir o corpo, eu já tinha feito essa proposta, mas hoje fiz de um jeito que eu nunca tinha feito antes. Pensei: nossa, como assim? (Isabel)

4 Ressonâncias

Esses depoimentos, que me chegaram da mesma forma com que foram enviadas as audioaulas, ou seja, por meio de gravação da voz por aplicativo de celular, disponibilizados por meio do Google Classroom, sugerem algumas reflexões sobre a dança como gesto de escuta. Mas, inicialmente, o que seria um gesto? De acordo com Flusser (1994), os gestos são movimentos do corpo, e num sentido mais amplo, de ferramentas ou instrumentos unidos ao corpo. Os gestos também são movimentos que expressam uma intenção, o que inclui questões ligadas à subjetividade e à liberdade da sua interpretação. Por isso, nunca poderemos compreendê-los se não soubermos interpretá-los, o que deve ser feito de forma empírica, alerta o autor.

Em relação ao gesto de escutar, Flusser defende que este gesto não se resume a um movimento ou deslocamento espacial, mas a uma posição corporal, ainda que esta não seja fixa, nem imóvel. Esta distinção parece apontar para o fato de que há na modulação corporal, no sentido de sua intensidade e expressividade, uma abertura para a alteridade,

o que talvez, possa ser considerado um movimento dos mais significativos, em tempos pandêmicos, e por que não, pós-pandêmicos.

Mais do que *evidências*, esses audiorrelatórios nos apontam para *ressonâncias* (Nancy, 2002). Pelo fato de que repercutem, mais do que revelam. O que significa que me deterei mais em amplificar impressões, do que tecer conclusões. Como sabemos, os ouvidos não têm pálpebras. O som penetra profundamente em nós. Por outro lado, ouvir é diferente de escutar.

Diferentemente da audição, a escuta é acionada voluntariamente, sendo continuamente formada e informada [...], tanto pela corporeidade quanto pela intelectualidade. [...] Escutar também se distingue do ouvir quando incorpora atividade perceptiva (Lima, 2022, p. 35).

Escutar, nesse sentido, seria uma ação incorporada, ou ainda, carregada de afetos, de intenções.

A abertura do corpo para o outro, numa experiência como esta, parece ter viabilizado um tipo de contato mediado pela voz que trouxe para perto, por exemplo, o sentimento da presença, inclusive de si mesmo no espaço. A possibilidade de estarmos próximos, dessa forma, também trouxe a consciência sobre a liberdade de cada estudante para seguir ou não as proposições feitas por mim, criando ou descobrindo um espaço comum, porém livre e íntimo, ao mesmo tempo.

A ampliação da consciência do corpo, articulada ao espaço envolvente, parece ter favorecido também, a transformação da perspectiva sobre as escolhas e modos de organização do espaço, porque “quanto melhor se escuta, melhor se vê” (Flusser, 2018, p. 108), contribuindo para um aprofundamento da consciência acerca das diferentes possibilidades de presença do corpo no mundo, o que envolveu cuidados consigo, com os outros e com o entorno. Além da articulação entre os sentidos, pois já dizia Merleau-Ponty é possível “ver com os ouvidos”. Portanto, “[...] quando digo que vejo um som, quero dizer que ecoo a vibração do som com todo meu ser sensório” (Merleau-Ponty, 1962, p. 234 *apud* Ingold, 2008, p. 23).

À luz do conceito de cronotopias da intimidade, de Arfuch (2005), que nos propõe pensar a vivência da casa como um cronótopo, por meio da relação entre espaço, tempo e investimento afetivo também podemos refletir sobre como foi possível localizar no corpo essa casa. Se os limites da casa nos separaram uns dos outros, por meio dos sentidos, pudemos estabelecer relações muito próximas entre nossos corpos, compartilhando as dores e os prazeres de habitá-lo, naquele momento específico. Pela escuta, foram mobilizadas memórias, sensações, experiências. A relação dicotômica que opõe interior e exterior, tal como a metáfora da porta de Simmel (1986), ou da ponte em De Certeau (1994), que tanto une como separa, funciona se pensamos o corpo como separado do espaço, ou de outros corpos.

Porém, o sentido da escuta, se pensamos o ouvido como um túnel, fez com que durante este tempo da catástrofe experimentado por meio da pandemia da Covid-19, nos percebêssemos em relação de continuidade ou ainda de passagem, mesmo que temporariamente, alterando a forma com que nos relacionamos com nossos corpos, e ao mesmo tempo, com os espaços por onde transitamos, sejam presenciais ou virtuais.

Se considero o tempo passado entre as primeiras escutas desses audiorrelatórios, no período pandêmico, e as segundas escutas já a fim de elaborar este artigo, algumas considerações podem ser feitas. No primeiro momento, escutá-los me permitiu reconhecer os corpos dos estudantes por meio de suas vozes. Eles estavam vivos e nós podíamos estabelecer contato. Eu me sentia ávida por escutá-los e ser tocada por seus depoimentos. Isso também significava a eficácia da iniciativa pedagógica que, mesmo diante de tantas dificuldades, permitia a sustentação de nosso vínculo. No segundo momento, o que se apresentou foi de minha parte uma dificuldade em começar a escutá-los, pois as vozes dos estudantes eram como ondas sonoras que me transportavam imediatamente para aquele tempo tão sofridamente vivido. Desse novo ponto de vista, éramos sobreviventes de uma catástrofe. E, embora fosse doloroso revistar esse tempo, agora era preciso elaborá-lo, sendo esse o motivo principal a impulsionar uma nova escuta, o que gerou outros enquadramentos sobre a experiência e, finalmente, este artigo.

Enfim, vale lembrar tal como afirma Nancy (2002), que escutar também significa compreender. Se é possível afirmar que nossa sensibilidade foi marcada profundamente pela experiência da pandemia, afinal, o que teremos compreendido, de fato, com tudo isso? Essa resposta ainda nos parece distante e imprecisa. Mais do que uma *evidência*, talvez ela apenas *ressoe* em nossos corpos marcados pela escuta ecoante desse tempo pandêmico por nós vivido.

Referências

- ACSELRAD, Maria. **Avança Caboclo! A dança contra o Estado dos caboclinhos de Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2022. 191p.
- ARBEAU, Thoinot. Orchésographie: méthode et théorie en forme de discours et tablature pour apprendre a danser. **Digibook**, [s.l.], 2008.
- ARFUCH, Leonor. Cronotopias de la intimidad. In: ARFUCH, L. (org.). **Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias**. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 237-290.
- BERARDI, Franco. **Extremo: crônica da piscodeflação**, São Paulo: Ed. UniSP, 2020.
- CASTRO, Marina Ramos Neves de. A antropologia dos sentidos e a etnografia sensorial: dissonâncias, assonâncias e ressonâncias. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 64, n. 2, 2021.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editores Vozes, 1994.
- FLUSSER, Vilén. **Na Música**. São Paulo: AnnaBlume, 2018. (Marta Castello Branco organizadora)
- FLUSSER, Vilén. **Los Gestos – fenomenologia y comunicación**. Barcelona: Herder, 1994.
- INGOLD, Tim. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. **Ponto Urbe**, [s.l.], v. 3, 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1925>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- LAGROU, Els. Nisun: a vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, [s.l.], 2020.
- LAMAS, Flavianny. **Movimentos do Silêncio: uma dança cartográfica**. 2019. 138p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

LEIROZ, Flavia Pinto; SACRAMENTO, Igor. Cronotopias da intimidade catastrófica: testemunhos sobre a covid-19 no Jornal Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 384-404, maio-agosto, 2021.

LEPECKI, André. Planos de composição: dança, política e movimento. *In*: RAPOSO, Paulo *et al.* (org.) **A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance**. Florianópolis: EdUFSC, 2009. p. 111-122.

LIMA, Sergio Godoy. **Escuta e criação como rede**: caminhos de individuação musical. 2022. 213p. Tese (Doutorado) – Universidade de Aveiro, Portugal, 2022.

NANCY, Jean-Luc. **À L'écoute**. Paris: Galillé, 2002.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Painel da OMS Covid-2019**: número de casos de COVID-19 notificados à OMS. 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

POMIAN, Krzysztof. Catástrofe. *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Volume 2**. Turim: Einaudi, 1977. p. 789.

SIMMEL, G. **El individuo y la libertad**. Barcelona: Península, 1986.

Maria Acselrad

Professora adjunta do Departamento de Artes, da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do PPGSA-UFRJ. Atua nas áreas de antropologia do corpo, da dança e da *performance*. Coordena o grupo Pisada: pesquisas interdisciplinares em dança e antropologia. Autora dos livros *Viva Pareia! corpo, dança e brincadeira no cavalo-marinho de Pernambuco*, publicado pela EdUFPE em 2013, e *Avança Caboclo! A dança contra o Estado dos caboclinhos de Pernambuco*, publicado pela EdUFPE em 2022.

Endereço profissional: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Av. Prof. Moraes Rêgo, n. 1.235, Cidade Universitária, Recife, PE. CEP: 50670-901.

E-mail: maria.acselrad@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4673-1541>

Como referenciar este artigo:

ACSELRAD, Maria. A Dança como Gesto de Escuta: estratégias pedagógicas em um curso universitário durante a pandemia da Covid-19. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e96500, p. 107-123, setembro de 2024.

Emergência Climática, Natureza e os Trabalhos do Tempo: ruminções sobre uma pandemia

Fernando José Ciello¹

¹Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

Resumo

Durante a pandemia pelo coronavírus, as mídias sociais ocuparam um lugar central na mediação das relações entre diferentes agentes, contribuindo para o contorno de eventos e as práticas relacionadas ao distanciamento social, ao enfrentamento da crise, aos tratamentos de saúde, e para a experiência da pandemia como um todo. Este ensaio analisa quatro vídeos publicados no Facebook que abordam a emergência climática e suas relações com a pandemia, com especial atenção para a mobilização de questões relativas à natureza e à pandemia como oportunidades de transformação. Busca-se analisar os conteúdos dos vídeos levando em consideração a agência do tempo na retórica ali desenvolvida e elaborar uma tese sobre como tais enunciados tencionam conduzir à ação. Argumento que as diferentes narrativas sobre crise no contemporâneo compartilham um campo de ressonâncias e que os apelos desses agentes não estão distantes de outros produzidos no contexto do neoliberalismo, sendo o tempo um fator central nos modos de interpelação aí desenvolvidos.

Palavras-chave: Pandemia; Emergência climática; Tempo; Facebook; Discurso ambiental.

Climate Emergency, Nature and the Workings of Time: ruminations on a pandemic

Abstract

During the coronavirus pandemic, social media occupied a central place in mediating relations between different agents, contributing to the contouring of events and practices related to social distancing, coping with the crisis, health treatments, as well as the experience of the pandemic as a whole. This essay analyzes four videos published on Facebook that address the climate emergency and its relation with the pandemic, with special attention to the mobilization of categories related to nature and the pandemic as an opportunity for transformation. The aim is to analyze the contents of the videos taking into account the agency of time in the rhetoric developed there and elaborate on how such statements intend to lead to action. I argue that the different narratives about contemporary crisis share a field of resonances and that the appeals of these agents are not far from others produced in the context of neoliberalism, with time being a central agent in the modes of interpellation developed there.

Keywords: Pandemic; Climate emergency; Time; Facebook; Ambiental discourse.

Recebido em: 31/01/2024

Aceito em: 13/05/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

Ruminar, verbo talvez incomum no uso cotidiano da língua portuguesa, indica o ato de regurgitar e mastigar o alimento novamente, comportamento associado aos animais conhecidos como ruminantes. Um segundo sentido associa a palavra ao próprio ato de pensamento, reflexivo, de meditar sobre uma ideia antes de torná-la pública. Simbolicamente, trata-se de voltar a ideia para dentro antes de que ela saia definitivamente para o mundo, diferente, portanto, dos ruminantes, que colocam o alimento para fora e depois novamente para dentro, para então incorporá-lo.

A ambiguidade nas aplicações do verbo convoca a uma interessante reflexão, principalmente porque o sentido figurativo deriva do sentido primeiro, de “mastigar novamente”. A evolução do sentido “original” para o sentido metafórico também não deixa de ser interessante, apesar de não ser o objetivo deste ensaio. Enquanto o verbo *ruminare*, do latim, indicaria esse “mascar novamente”; entre os animais humanos, apesar de a igualmente recair sobre o processo de tornar a fazer alguma coisa, o tom se construiu em torno da abjeção ou do desgosto envolvido na prática.

Em buscas na internet, o sentido figurativo de ruminar vai desde o “ponderar” até o “cismar”, sugerindo a manutenção de uma ambiguidade nesse incerto ato. O dicionário Michaelis *on-line* diz que ruminar é “pensar exaustivamente”. A expressão “ruminções” aparece ainda capturada por outros terrenos, dos saberes *psi*, por exemplo, em que o ato pode indicar pensar demais ou apresentar pensamentos intrusivos, sintomas típicos de transtornos de ansiedade e depressão, transtornos obsessivos, entre outros. Aqui e acolá, em diversos lugares, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5 (APA, 2013), por exemplo, elenca a “ruminção de pensamento” como um ato perigoso em diversos quadros diagnósticos.

De alguma maneira, a ruminção chegou ao contemporâneo com esta ambígua marca: de reflexão filosófica, argumentação e aprofundamento, por um lado, e de perigo, exagero e obsessão, por outro. Essa ruminção inicial é um preâmbulo ao problema de *pensar a pandemia*, ato ao qual a antropologia vem se dedicando desde que o pensamento sobre ela ainda não havia sido primeiramente regurgitado. Falar sobre as agências do tempo implica um certo tipo de ruminção, pois estamos diante de um problema contemporâneo interessante e também ambíguo: superar a pandemia e não mais pensar no que se passou é um desejo que coexiste com a necessidade de ainda buscar compreender o que se viveu e os efeitos daqueles momentos.

Proponho aqui, entendendo a própria antropologia como uma espécie de perigosa ruminção, tecer um comentário sobre alguns vídeos disponibilizados no Facebook no ano de 2020, nos quais a pandemia é tratada como um tempo de transformação, fazendo convergir questões relativas à emergência climática e noções sobre natureza e humanidade. Tomo esses vídeos como artefatos significativos para pensar antropologicamente em termos do que Cesarino (2022) chamou de causalidades circulares ou coemergentes, sendo o tempo um mediador (inesperado) no trabalho realizado pelas postagens nas redes sociais, conforme argumentarei mais adiante. O artigo oferece um comentário sobre os vídeos e tenta contribuir para imaginar como essas formas midiáticas tencionam conduzir à ação nos tempos em que vivemos, fazendo convergir e atravessar temas e questões inesperadas.

Tento dialogar com ideias presentes nos trabalhos de Veena Das (2020), Munn (1992) e Cesarino (2022), embora não somente, revendo situações em que se pode apreciar o trabalho do tempo como categoria significativa na experiência da pandemia a partir das redes sociais. Importa aqui destacar a pluralidade da pandemia, ao invés da homogeneidade pretendida, por exemplo, pelos saberes biomédicos; e tecer um comentário antropológico sobre temas que tiveram amplo debate nas redes sociais e que facilmente podem passar como representações naturalizadas sobre cultura e humanidade.

As publicações feitas em redes sociais se tornaram uma atividade comum ao longo da pandemia, um modo de acessar o mundo de fora. Embora o tom aqui seja propositalmente ensaístico, os conteúdos apresentados são fruto de uma vivência e de uma observação das redes sociais naquele período. Nesse sentido, a pesquisa se deu em um momento ambíguo em que se vivenciava as dores da pandemia; mas também se buscava pensar o que vivíamos. Busco, por esse motivo, fomentar uma conversa com as ideias de ambiguidade e de fragmentação, com o intuito de ressaltar as mídias sociais como um contexto relevante para o estudo sobre as culturas contemporâneas, novos modos de subjetivação, articulações, agenciamentos e transformações de processos antes tomados como estáveis.

No período de distanciamento social, especialmente entre 2020 e 2022, mantive um diário virtual com postagens de redes sociais, especialmente Facebook e Instagram, juntamente com cópias de textos, imagens e notícias jornalísticas. Os temas de interesse eram todos relacionados à ideia de que a pandemia era um tempo de transformação que deveria ser aproveitado. A variedade de discursos associados à noção de “pandemia como oportunidade” é ampla, envolvendo agências governamentais, profissionais de diversas áreas e enunciados nos campos da saúde, economia e política.

Em 2023, retornei a esse diário e passei também a acessar novamente algumas das postagens e notícias. Comecei também a usar as ferramentas disponíveis nos aplicativos do Instagram e Facebook para rever as interações que tive com outros usuários, de certa forma, me provocando a revisitar também as sensações e produções do período, tentando reavaliá-las em uma outra temporalidade. Ao meu modo, portanto, também, eu rumei a pandemia a partir dessa seleção de conteúdos das redes sociais, voltando sempre àqueles enunciados, postagens e imagens de certa forma “imortalizados” nas interações que ficaram em anos passados. Como veremos aqui, no entanto, o tempo não

é apenas forma de representação cronológica, mas uma maneira de elaborar e reelaborar narrativas, fazer emergir sujeitos e permitir novas experiências.

Venho tentando refletir sobre os discursos que tomaram a pandemia como oportunidade, especialmente em suas articulações com outros temas recorrentes no contemporâneo, tais como crise, saúde mental e neoliberalismo (Ciello, 2024). Tomar o digital como contexto legítimo para a pesquisa implica reconhecer que este ambiente ruminante de notícias – que publicadas hoje, podem tornar-se centenas de novos artefatos e narrativas amanhã, bem como revisitadas ainda outras vezes em qualquer outro tempo – produzem novos sujeitos ou colocam antigos atores em novos lugares.

Neste ensaio, o objetivo é seguir pensando a esse respeito, mas com foco para outro conjunto comum de narrativas ao longo da pandemia, especialmente relacionadas a temas como a emergência climática e a natureza. A ideia de ruminção que evoco aqui não é mera alegoria, mas ainda mais uma imagem que pode nos aproximar de uma antropologia do contemporâneo, ou de uma ciência da complexidade, nos termos que sugere Cesarino (2022). Não se trata de potencializar argumentos que invalidam os discursos ambientalistas ou realizar uma crítica parnasiana das iniciativas tomadas pelas pessoas durante a pandemia. Ao contrário, entendendo que pode ser o momento de uma antropologia engajar em comentários mais arrojados sobre o mundo no qual vivemos, para além da acumulação de casos etnográficos (Ingold, 2015); e que, por meio das palavras, podemos forçar a elaboração de um outro futuro (Stengers, 2015), este ensaio busca tecer contrapontos a essa ideia de que a pandemia foi um tempo de oportunidades e que por meio dela chegaríamos a um novo e verdejante mundo.

A página Hope no Facebook, a partir de onde os vídeos foram estudados, é uma página ativa de compartilhamento de conteúdo relativo às emergências climáticas e a busca por uma *saída verde*. Seus canais de publicação podem ser encontrados no Instagram, no Facebook e também no YouTube. Além das redes sociais, a Hope também mantém uma *home page*, denominada www.hoperevolution.earth. Nesta última, o trabalho que realizam é caracterizado por eles como sendo o de *transformar a ciência climática e ecológica em vídeos virais*¹. Na mesma página, estão disponíveis alguns dados significativos, como o de que, entre os anos de 2020 e 2021, eles foram *a página sobre meio ambiente com mais impacto no mundo no Facebook* e que possuem mais de 600 milhões de visualizações de suas produções e 1,8 milhão de seguidores em suas redes. A escolha dos vídeos se deu principalmente pelo impacto em sua circulação pelas redes e também por que abordavam de modo explícito a pandemia e a noção de crise como oportunidade. O interesse aqui não é o de pensar especificamente essa página, seus participantes ou a validade de suas contribuições, mas sim o de tentar compreender o apelo dos argumentos apresentados nos vídeos, especialmente naquilo que eles têm em comum com outros discursos do período, em que a pandemia foi amplamente entendida como oportunidade.

¹ Esses vídeos estão disponíveis em: <https://hoperevolution.earth/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

2 Os Animais Tomam o Mundo: pandemia e natureza

Em abril de 2020, a página espanhola no Facebook, *Hope. En pie por el planeta*, publicou o vídeo *Los animales toman el mundo*². Na produção, de aproximadamente quatro minutos, cangurus, crocodilos, ovelhas, leões, rinocerontes, entre outros animais, aparecem ocupando residências e espaços urbanos em diversos lugares ao redor do planeta: na Austrália, nos Estados Unidos, na África do Sul, Argentina, Nepal. Ao longo da quase totalidade do vídeo, é possível ler os nomes das cidades e dos respectivos visitantes animais, bem como o título, que anuncia a invasão animal mundo afora.

Na primeira parte do vídeo também se escuta uma composição de Edvard Grieg, *In the hall of the mountain king*. Em seu contexto original – na peça de teatro norueguesa *Peer Gynt* – a música acompanha as provocações e as ameaças de *trolls* à personagem principal da peça, até sua bem-sucedida fuga de uma montanha. A peça musical pode ser reconhecida por sua estrutura repetitiva e pelo aumento do volume e do andamento em cada uma das repetições do tema principal, que lenta e implacavelmente fazem chegar a um clímax envolvente e dominado por muitos sons.

O vídeo no qual os animais tomam o mundo coincide com o tom inexorável de sua música de fundo: há algo de supostamente inevitável na tomada do mundo pelos animais. Ainda que timidamente, como no início da melodia, os animais tomarão o mundo. De um pequeno canguru passeando pelas ruas de Adelaide, rinocerontes tomando uma rua no Nepal, até um elefante exigindo passagem em alguma rua na Índia, o tempo dos animais haveria, enfim, chegado, e, implacavelmente, eles voltariam a tomar o mundo.

A primeira parte do vídeo, com imagens de animais ora destemidos e ora brincalhões, junto a uma música de fundo que reforça um tom apressado e persecutório, contrasta fortemente com a segunda parte. Quando a música encerra, um narrador começa a contar que, apesar de as imagens serem bonitas, elas estariam servindo para veicular a falsa mensagem de que o ser humano seria o *câncer do planeta* [*sic*] e que não haveria saída para o contexto de crise. A fala do narrador ataca em cheio um comentário que foi bastante comum durante a pandemia, relativo à responsabilização dos humanos pelo contexto de crise.

O vídeo defende que, em oposição a uma culpa dos humanos pela devastação do planeta, o verdadeiro câncer, o vírus que estaria destruindo o planeta, não seria o ser humano, mas sim um modelo econômico baseado no crescimento infinito, nos combustíveis fósseis, na ambição e na luta de todos contra todos. Ao contrário da suposição de que a situação não poderia ser mudada pelo fato de a espécie humana *ser o que é*, o modelo econômico, sim, poderia ser mudado.

O contraste entre a primeira e a segunda parte do vídeo ilustra posições que foram bastante significativas no período pandêmico: por um lado, uma compreensão de que o humano é como um *câncer* [*sic*] do planeta, um vírus, o culpado pela situação de crise climática vivida pela humanidade; por outro, em contraposição ao primeiro, de que o verdadeiro câncer não seria o humano em si mesmo, mas sim o modelo econômico capitalista, baseado na exploração.

² Esses vídeos estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/watch/?v=413858276628813>. Acesso em: 30 jan. 2024.

O vídeo se opõe à ideia de que os seres humanos são os culpados pelo aparecimento das crises naturais, por ser um argumento que distribui as culpas pela destruição da natureza entre todos da espécie humana, ao passo que não responsabiliza o modelo econômico por essa destruição. Se há crise, ela não deveria ser identificada apenas na natureza ou apenas entre os humanos e seus comportamentos, mas também no modelo econômico e nos valores da cobiça que têm feito o mundo desejar um crescimento infinito.

O conteúdo apresentado no vídeo é uma produção realizada no âmbito da crise mundial pelo coronavírus e consegue articular o alarme em torno de uma crise de saúde com as ideias de uma crise na natureza e também uma crise de representação sobre a espécie humana. O vídeo termina afirmando que a crise do coronavírus ensina que a natureza é poderosa e incontrolável e não uma máquina que os humanos podem submeter, incorporando aí, portanto, também a *natureza* do coronavírus como de possível transformação, de ensinamento e de potência para a *espécie humana*. No mesmo período, um outro vídeo, semelhante a este, chamado ¿Somos el virus? *Cuidado con esos mensajes*³, é publicado pela página Hope, agora com novas imagens, de baleias no porto de Biscaia na Espanha, golfinhos na Turquia, seguidos ainda por imagens de ar limpo em capitais antes poluídas e novamente o insólito canguru pelas ruas de Adelaide, na Austrália.

Los animales toman el mundo foi publicado duas outras vezes, posteriormente, na mesma página, em maio e em dezembro de 2020, com a hashtag #*lomásvistoen2020*, contabilizando mais de 3,4 milhões de visualizações e aproximadamente 72 mil compartilhamentos, pouco mais de 60 mil reações e milhares de comentários. O vídeo está entre os mais vistos do canal e é disponibilizado também na página de YouTube do mesmo coletivo. Embora os números não sejam tão impressionantes quanto outros conteúdos que são publicados nas mídias sociais, o vídeo revela um engajamento significativo em torno de uma ideia que foi corrente durante a pandemia, relativa à retomada do mundo pelos animais e à reconstrução da natureza no período do distanciamento social. Com a divulgação de imagens de animais ocupando ambientes urbanos e de capitais antes poluídas agora com ar limpo, muito rapidamente as redes sociais foram ocupadas por comentários sobre os aprendizados que a pandemia trouxe, a falência dos modelos de consumo humanos, a necessidade de mobilização rápida para mudar o mundo, entre mensagens semelhantes.

Vários vídeos produzidos pela página, especialmente ao longo do ano de 2020, mostravam já uma diversidade de questões que estavam pairando durante a pandemia. Nessas narrativas, os argumentos de urgência ressoaram com outros discursos de urgência advindos da crise sanitária e da crise política e econômica, conferindo sentidos que podiam ser mutuamente encontrados nesses diferentes campos. O anúncio, pela página, de que seus conteúdos tiveram grande destaque nos anos de 2020 e 2021, período em que o distanciamento social e a pandemia estiveram em alta, de certa forma, oferece testemunho do apelo que tais narrativas tiveram no período em que as redes sociais foram um espaço potencializado de mediação. A busca por uma intervenção com base em vídeos virais expressa o interesse do grupo de *trasladar la información a la calle*, como dizem em seu *site*, para garantir que os cidadãos compreendam que estamos em uma

³ Esse vídeo está disponível em: <https://fb.watch/phD6FE89Tg/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

emergência. O grande alarme já solidificado pela ciência, conforme se lê no *site*, ainda não estaria suficientemente difundido pelo mundo.

Dois outros vídeos da página chamam ainda atenção, também publicados outras vezes e também com grande número de compartilhamentos: *La vacuna contra la pandemia la teníamos en frente*⁴ e *#ReconstrucciónVerde*⁵.

Em *La vacuna*, o fundador da página apresenta em primeira pessoa o enunciado de que sempre tivemos a vacina ideal para a pandemia, mas que a havíamos destruído. Em seguida, passa a palavra para o que pode ser entendido como uma autoridade no assunto, pesquisador associado ao CSIC (Espanha) e consultor da página, para quem a proteção contra as pandemias, a evitar os saltos de patógenos dos animais para humanos, seria uma natureza saudável e equilibrada. O vídeo, com mais de 11 milhões de visualizações, aborda, em pouco mais de três minutos, a pandemia por coronavírus e seu salto do mundo animal para os humanos; e segue para um comentário sobre a derradeira invasão do mundo por vírus e bactérias, ressurgindo pela degradação do permafrost. Vemos aí expressões que remetem à destruição do planeta *como se não houvesse amanhã*, ou *se vamos esperar para agir quando a próxima pandemia vier?* entre outras.

O último vídeo, enfim, *Reconstrucción Verde*, inicia já com uma imagem perturbadora e que, de certa forma, também elabora em torno de outros temas abordados nos demais vídeos, de um englobamento da crise sanitária do coronavírus pela crise climática. Na imagem de abertura, um minúsculo nadador é perseguido por um tubarão, que é, por sua vez, perseguido por um imenso monstro. O tubarão sendo o coronavírus e, o grande monstro, a emergência climática. Também aqui, novamente, aparecem frases de ordem, como a busca pela saída da crise como sendo uma última oportunidade, entre outras. A narrativa recorda a existência de vírus e de bactérias antigas nas geleiras em processo de degelo, assim como a peste bubônica, e outras pandemias que poderiam retornar face ao degelo. Faz, ainda, um último apelo, lembrando a cepa de Antrax descoberta na Sibéria após uma onda de calor que infectou dezenas de pessoas, bem como o impacto do aquecimento global no espriamento de doenças tropicais pelo mundo. A frase final é, enfim, significativa: *Iremos transformar nossa economia para frear o aquecimento global? Ou vamos esperar para ver como será a próxima pandemia?*

Todos os vídeos tem uma estrutura narrativa semelhante, com uma parte inicial impactante, com imagens belas, cômicas ou perturbadoras, enunciados taxativos, seguida por explanações com músicas comoventes, e uma parte final com soluções e chamadas à ação. Chamam atenção, nesse sentido, o esforço pela construção de discursos persuasivos, lidando com diferentes afetos e imagens, bem como a capacidade de descontextualizar e de recontextualizar as múltiplas imagens que apresentam. Há também um conjunto de argumentos que não escapam ao observador contemporâneo que habita o mundo digital, como a presença de figuras de autoridade, seja por meio de cientistas, membros de organizações, ou artistas que engajam na temática ambiental, numa retórica que emprega a ciência e os dados científicos. Mesmo os dados científicos, no entanto, aparecem em um enquadramento relativo ao que tem sido chamado de “*alt-science*” (Cesarino; Silva, 2023).

⁴ Esse vídeo está disponível em: https://fb.watch/phBVU_KeMj/. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵ Esse vídeo está disponível em: <https://fb.watch/phBXBBGTUB/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

3 Trabalhos do Tempo, Natureza e a Questão Ambiental

Os vídeos da página Hope expressam a delicada engenharia das diferentes maneiras pelas quais, diz Latour (2020a), a ecologia pode nos deixar [*sic*] loucos. Habitamos em um tempo em que constantemente somos alarmados por desventuras naturais, ambientais, climáticas, e somos conclamados a uma posição com relação ao impacto do humano na natureza. A retórica dos vídeos, ao globalizar a crise, confere uma sensação de perda iminente e de urgência, também notada por Latour (2020b, p. 14) quanto ao tempo de crise no qual vivemos:

[...] a impressão de vertigem, quase de pânico, que atravessa toda a política contemporânea deve-se ao fato de que o solo desaba sob os pés de todo mundo ao mesmo tempo, como se nos sentíssemos atacados por todos os lados em nossos hábitos e bens.

Embora fique evidente que a intenção é de que não nos deixemos dominar pela ideia de que os humanos são um câncer destrutivo e pernicioso, também fica claro que o humano tem um lugar central seja na entrada ou na saída da crise nos discursos elaborados no vídeo. Embora argumentando pela distribuição equânime das responsabilidades pela destruição da natureza, os vídeos desembocam em uma ideia de reconstituição da natureza que investe novamente na responsabilização do humano, pois a proteção da natureza se daria às custas do aumento do controle sobre ela e sobre aquilo que lhe causa danos.

Para Foladori e Taks (2004), o discurso dos movimentos ambientalistas contemporâneos, como acontece com os vídeos da página Hope, ainda distinguem um polo social/cultural/humano de outro tecnológico/técnico, atribuindo as crises ambientais ao desenvolvimento tecnológico e industrial. Esse seria um argumento problemático, pois parte do pressuposto de que a técnica evolui autonomamente, sem participação humana ou de processos e redes sociais (Foladori; Taks (2004). A discussão sobre as mudanças climáticas, que passou a tomar a cena dos movimentos ambientais a partir de meados dos anos 1980, “[...] delegou à ciência o papel de avaliar seus impactos [...]”, criando uma grande “[...] elitização e tecnicização dos problemas ambientais” (Foladori; Taks, 2004, p. 331).

Fonseca e Bursztyn (2007) já indicaram também que o discurso ambientalista acompanha a própria percepção da questão ambiental em diferentes momentos históricos. Nas últimas décadas do século XX, a incorporação do discurso ambiental pode ser percebida, segundo os autores, em diferentes setores e no domínio público de várias coletividades. Inspirados pela obra de Pierre Bourdieu, os autores argumentam que, no início dos anos 2000, a questão ambiental passava a tornar-se um campo simbólico relativamente autônomo, pela capacidade de determinar modos de pensar e de agir no interior desse campo, bem como “[...] a crença na validade das ‘verdades universais’ da temática em foco, em determinado recorte espaço-temporal” (Fonseca; Bursztyn, 2007, p. 171).

A consolidação de um campo ambiental, no entanto, envolve também diferentes arranjos morais quanto à prática dos discursos ambientalistas pelos sujeitos sociais, o que conduz a uma paisagem variada de incorporação dos valores tomados como centrais nesse campo. O valor social de prestígio do discurso ambientalista (Fonseca; Bursztyn, 2007), ainda que sujeito a diferentes agenciamentos, não necessariamente traduzidos

em prática social, é constantemente reavaliado nas arenas de debate público, como acontece nas redes sociais. É preciso, assim, considerar também o impacto da circulação de notícias nas redes para os regimes de verificabilidade e de legitimação do discurso ambientalista, pois os atravessamentos aí passam a ser outros e articulados com novos problemas e interpretações.

O apelo à natureza é um dos traços marcantes dos vídeos apresentados, e ele esteve presente na pandemia de diferentes formas: como momento para reencontrar a humanidade perdida; o elo entre humano e natureza; a busca por relações mais significativas com o planeta; a apreciação adequada de nosso tempo na terra, entre outras. Os vídeos da página Hope evocam uma responsabilidade e compromisso humano com o planeta, na mesma medida em que também buscam estabelecer regimes de verdade sobre a crise ambiental. Longe de ser uma categoria dada, portanto, *natureza* se espalhou por muitas direções e produziu outros artefatos ao longo da pandemia. A rigor, *natureza*, em toda sua potência semântica, é quem constantemente aparece como agente interpelativo nestes discursos: a natureza em si mesma, como uma entidade dada, capaz ou não de autorregulação; a natureza humana; a natureza da crise climática; a natureza da pandemia; a natureza do coronavírus, entre outras naturezas.

Em contraposição ao discurso comum na pandemia de que havia uma transformação do ambiente (canais limpos em Veneza, ar limpo na Índia, golfinhos nos portos, etc.), muitos desses conteúdos terminaram por fortalecer a imagem da natureza como ente objetivo, externo, representativo do belo, da harmonia. Essa concepção não é estranha na história dos discursos ambientalistas, nascidos também da representação idílica e paradisíaca feita pelas nações coloniais sobre os territórios colonizados (Pareschi, 1998, 2002). Antes mesmo dos trabalhos geralmente tidos como fundantes dos discursos ambientalistas, no século XIX, a percepção da finitude dos recursos promoveu uma raiz fisiocrática para os discursos ambientalistas ainda nos séculos XVII e XVIII (Pareschi, 1998). A incorporação de ideias ambientalistas, de criação de reservas, construção de jardins botânicos, e de uma noção de conservação de modo geral, só se implementou à sombra da busca de maximização dos recursos das metrópoles coloniais e de controle dos lugares colonizados. Ao contrário de uma desestabilização, o período pandêmico, que ocuparia um tempo mítico de transformação, parece ter de fato reanimado e reinstaurado controvérsias em torno da natureza (Latour, 2020a).

O discurso desenvolvido pela Hope nos vídeos não é inteiramente diferente de outros disponíveis nas redes e que tem a questão ambiental como temática central. Os discursos ambientalistas são tipicamente caracterizados por um uso da retórica de urgência e de ação imediata, assim como obedecem a uma certa narrativização, com finalidade de difundir, inspirar, problematizar e questionar (Hannigan, 2023). Os recursos visuais de alto impacto emocional utilizados nos vídeos não são, certamente, uma particularidade da pandemia, mas o uso das imagens do distanciamento social e as articulações com as diferentes crises podem indicar um contorno dos modos de mobilizar as questões ambientais no ambiente virtual e no contemporâneo.

Sugiro, assim, que é na ideia desse *tempo especial*, crítico, emergente, também bastante destacado nos vídeos, que possamos imaginar um nexos para interpretar os vídeos. A falta de tempo instigada nos vídeos contribui para pulverizar o conceito de

natureza, a questão ambiental e as emergências da crise climática, e não se pode negar também que os vídeos foram produzidos em um contexto de ampliada crise política, econômica, de guinada à extrema direita em diversos países do mundo. Sua capacidade de engajamento e de busca para conduzir à ação, portanto, envolvem modos por meio dos quais discursos típicos do contemporâneo parecem se sobrepor e se retroalimentar nos tempos em que vivemos.

Aos poucos, percebe-se, na observação das páginas nas redes sociais, que há um discurso sobre tempo, temporalidade, usos do tempo, urgências, que dominam as narrativas que estão envolvidas com a questão ambiental. Em narrativas como as que emergiram durante a pandemia, sobre fim do mundo, catástrofe, falência da humanidade, recomposição da natureza, que estão bem representadas nos vídeos da página Hope, podemos ver expectativas importantes quanto ao trabalho do tempo. Os vídeos conclamam para a ação descrevendo situações em que se perdeu ou se está perdendo tempo para agir, contextos em que se acelera a destruição do planeta, ao mesmo passo em que se mostra que em tão pouco tempo já se percebia uma mudança no ambiente com o distanciamento, de que o tempo está passando de modo muito acelerado, que perdemos tempo, que devemos aproveitar a oportunidade da pandemia, etc.

O fato de que o tempo (ou a ausência dele), por meio desses enunciados, aparece como um agente capaz de nos interpelar e conduzir (ou não) à ação testemunha que ele opera também na construção de nossos modos de habitar/fazer o mundo, portanto, também em nossa subjetividade. O tempo aparece nos vídeos em algumas fórmulas que possuem bastante apelo. Na retórica da emergência e da responsabilidade, o tempo trabalha como um agente necessário para a interpelação. Os argumentos em favor do tempo de mudança de certa forma potencializaram, portanto, uma visão tecnicista, elitizada e colonialista da natureza, por assim dizer, confirmando que a ação humana prejudica o meio ambiente e contradizendo a própria narrativa de distribuição mais equânime das responsabilidades pela crise climática.

Sobre a questão do tempo, sabe-se que, por um lado, a antropologia tem investido já há bastante tempo na discussão sobre as diferentes formas de construção sociocultural de categorias temporais. Já se falou sobre como cada cultura desenvolve seus próprios modos de registrar a passagem do tempo, seus usos, terminologias, e a categoria do tempo já foi revisitada de diferentes maneiras (Gell, 2014; Evans-Pritchard, 1939, 2008; Geertz, 1978). Por outro lado, como destacou Das (2020), mais preocupada com as relações entre tempo e subjetividade, tais contribuições tocariam apenas em uma parte do problema.

Para Das (2020, p. 126), o tempo não é apenas uma representação de uma forma de passagem cronológica de eventos, mas um “[...] agente que trabalha nas relações – permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, às vezes sobrescritas”. A narrativa de Manjit, que a autora conta em *Vida e Palavras* (Das, 2020), raptada durante a Partição da Índia e resgatada anos depois pelo exército indiano, mostra os poderes do silêncio e da espera na produção da vida da família com a qual Manjit passou a viver depois de um casamento arranjado. Como diz Das (2020, p. 125), “era preciso que o tempo passasse”, não no sentido da espera passiva, mas no sentido da espera pelos momentos em que Manjit – mulher sobre a qual pesavam diferentes tipos de silenciamentos – pudesse expressar sua visão dos eventos que aconteciam em sua família. O tempo, portanto, não

é apenas um artefato culturalmente objetificado, mas também integrante de processos de subjetivação. Ele opera nos processos cotidianos, na construção de vidas, de projetos, de agência.

A pandemia funciona como um operador discursivo que permite evidenciar a passagem do tempo no campo ambiental. A forte presença do discurso ambientalista na modernidade e o potencial de ganhos simbólicos na adoção de tais discursos (Fonseca; Bursztyn, 2007) já dão uma ideia do apelo e penetração social dessas ideias. Ao mostrar de modo taxativo que a pandemia era uma oportunidade para acelerar práticas de transformação ambiental, os discursos da página Hope colocam em movimento a ideia de que enfim chegara o tempo em que se mostrava a relevância ou a veracidade dos reclames ambientalistas. As imagens e os dados funcionam como comprovações de que havia, sim, um impacto humano, ao mesmo tempo reinstaurando informações sobre as emergências climáticas já disponíveis em representações coletivas, mas também recontextualizando a urgência e a vitalidade do discurso ambiental a partir do enquadre pandêmico.

A narrativa da pandemia como uma crise equivalente ou pior do que a crise climática, da qual também faz parte a crise econômica, usa de uma linguagem que é ela própria assentada numa certa construção sobre o tempo e que não é diferente de outros discursos que contemporaneamente tem tratado das muitas urgências que nos cercam (Latour, 2020a; Dardot; Laval, 2016; Stengers, 2015). O tempo não aparece nessas narrativas como uma forma objetificada, mas como uma forma já incorporada aos processos culturais dos quais participamos.

Sobre isso, vale a pena retomar os comentários de Munn (1992), para quem qualquer discurso, mesmo aqueles que analisam o tempo, ocorrem de forma *temporal*. Isto é, tanto nos meios utilizados para descrever ou representar, quanto nos resultados de qualquer análise, estão presentes códigos, conceitos e linguagens que já incorporaram uma certa noção do tempo. Nossa produção, diz a autora, “[...] está sempre dentro do nosso próprio tempo – socioculturalmente/historicamente informado – e ainda assim, por meio delas, também ajudamos a construir o próprio tempo do qual tomamos parte” (Munn, 1992, p. 94, tradução livre).

Podemos pensar com Munn (1992), ainda, de duas maneiras. Como artefatos que ocupam um lugar que promove novas mediações (Cesarino, 2022) no mundo contemporâneo, os vídeos da página Hope não somente refletem o tempo de crise e de urgência que caracterizam o discurso de diferentes agentes contemporâneos, mas também operam realizando uma associação *com* o tempo, prescrevendo um modo correto de interpretar os tempos pandêmicos. Além disso, ao narrar a pandemia desde uma certa perspectiva e leitura, os vídeos também a inscrevem em uma certa temporalidade. As narrativas desenvolvidas nos vídeos são constituídas em torno da retórica da urgência, e os argumentos disponíveis sobre danos ambientais já percebidos servem como forma de validar essa urgência. Dessa forma, a prescrição de uma forma de conceber temporalmente a pandemia é uma de suas principais marcas: um tom quase sempre persecutório, para não dizer ameaçador, de que devemos, enfim, fazer alguma coisa, sob pena de perder a oportunidade de ver mais uma vez a crise se instalar, de destruir o planeta, de perder nosso tempo, entre tantas outras alegorias evocadas nos vídeos. De certa forma, portanto,

apesar de o conteúdo dos vídeos reforçarem a responsabilidade do modelo econômico nas crises climáticas, a intervenção principal recai sobre os cidadãos comuns.

4 Neoliberalismo, Crises e Oportunidades

A interpretação da pandemia como um tempo de transformação apareceu em diferentes frentes, seja em manifestações religiosas, místicas, técnicas, econômicas, entre outras. Na seção anterior, indiquei que o tempo é uma categoria significativa para compreender os enunciados que envolvem a pandemia e a emergência climática presentes nos vídeos estudados. Ali percebemos a produção de enunciados que mostram conformidade com as noções de tempo vividas no contemporâneo (tempo das crises, tempo de urgência), como também que, ao fazê-lo, os vídeos contribuíram para a prescrição de uma certa forma de inscrever a pandemia no tempo. Ao lado disso, também foi mostrado que há ambiguidades, considerando as outras crises mencionadas recorrentemente nos vídeos e o manuseio do conceito de natureza. Nesta seção, por sua vez, busca-se elaborar mais detidamente sobre a articulação de diferentes crises no contexto dos vídeos e como o tempo trabalha aí como um mediador desse processo.

Na década de 2000, Stengers (2015) descreveu algumas das consequências que se seguiram à crise financeira que abateu o mundo econômico. A cobrança, como já acontecera antes, seria a de que *não haveria outro jeito*, seria necessário que todos se esforçassem para *relançar a economia*, para *não perder tempo*, para não deixar que outros aproveitassem a oportunidade (Stengers, 2015, p. 9-10). Apesar de o ideal de progresso ter tido sucesso em demonstrar o avanço de múltiplas crises, sua capacidade de resposta não sai da *triste ladainha*, diz Stengers (2015, p. 17), de que “não temos escolha”, de que devemos estar atentos/as, em constante mobilização. O argumento de *não ter escolha* não é diferente da chamada à ação dos vídeos da página Hope ou dos discursos ambientalistas de modo geral, para quem os humanos enfim teriam conseguido destruir o planeta, sem se preocupar com o amanhã, tornando urgente a ação.

A ambiguidade inerente é de que a retórica do *tempo perdido* e do *não temos mais tempo*, por mais interpelativa que possa ser para as causas ambientalistas, não destoa de outros movimentos contemporâneos, especialmente relacionados ao neoliberalismo e ao desenvolvimento de uma necessidade constante de adaptação, não somente subjetiva, mas também do Estado, a condições sempre cambiantes (Dardot; Laval, 2016). A adoção da retórica do tempo é intrigante, pois ao mesmo tempo que busca promover uma movimentação para a mudança do modelo econômico (pensando nos termos dos vídeos da página Hope), o faz também por meio de uma fórmula já quase canônica para a movimentação do mercado e dos trabalhadores.

A perspectiva cibernética, recentemente recuperada por Cesarino (2022), pode servir para pensar esses paradoxos e oscilações, bem como a retroalimentação entre diferentes campos quanto às relações entre a pandemia, a emergência climática, o mercado e as crises políticas e econômicas.

No mundo do avesso que descreve a autora, aspectos não premeditados da agência das mídias digitais podem ser percebidos constantemente, impondo a necessidade de

lançar olhares diferentes aos processos sociais. Essas novas miradas envolvem suspender os pressupostos lineares das visões determinísticas. O torpor causado pela resistência à vacinação, pelo negacionismo, anticientificismo, por exemplo, eventos coetâneos à pandemia, resultou de uma percepção de sua localização em um sistema em que ideias como o valor da ciência ou da política permaneceriam inalterados. Ao contrário, a crise política, crise de validação da ciência, ou a “crise do sistema de peritos”, como nomeou Cesarino (2021), foram todos eventos presentes na lida cotidiana da pandemia, tornando paradoxais sistemas que antes poderiam ser tomados como confiáveis.

Sumariamente, a cibernética propõe olhar sistemas não lineares, aqueles que não correspondem a relações estáveis de incentivo e resposta, relações em que a causalidade não é linear entre os agentes: “[...] a perspectiva cibernética atenta para padrões de coemergência de agências em um mesmo campo dinâmico de complexidades [...]” (Cesarino, 2022, p. 30). Um dado sistema não evolui fora de um campo dinâmico em que ocorrem ressonâncias entre os agentes, cada um mutuamente se influenciando e oferecendo respostas. Há uma causalidade circular entre o sistema e seu entorno, que faz com que continuamente sejam produzidas respostas e o direcionamento do sistema como um todo.

Cesarino (2022) toca ainda na questão das ressonâncias entre o bolsonarismo e outras teorias (conspiracionistas, ciências alternativas, populismo digital) no panorama político-econômico brasileiro, e o modo como estes ressoavam com o modo particular de funcionamento das mídias sociais. A análise linear dos eventos que envolvem a crise política brasileira desde 2013, pontuada pela pandemia em 2020 e 2021, teria menos sucesso de compreender tais movimentos, do que uma análise cibernética. Apoiada em Victor Turner, Cesarino (2022) vai sugerir que as mídias sociais funcionam de modo antiestrutural, tensionando com as formas *antigas* de significar e de representar sistemas antes tomados como estáveis:

As novas mídias participam de modo central nessa dialética entre estrutura e antiestrutura de pelo menos duas formas. Ao aumentarem drasticamente a velocidade do fluxo dos sistemas sociotécnicos, elas ajudam a acelerar processos de mudança estrutural que de outro modo teriam acontecido mais lentamente. Essas mudanças envolvem, por um lado, processos de desintermediação, ou seja, de desengajamento dos elementos do sistema de sua estrutura normativa anterior. Isso se reflete, por exemplo, no modo como as mídias digitais acirram a desconfiança dos usuários com relação à “grande mídia”, aos intelectuais e acadêmicos, às instituições da democracia representativa. Ou então, no modo como os especialistas da ciência biomédica *mainstream* são deslocados pelos “novos peritos” – médicos influenciadores, pacientes experts, mídias alternativas – que se popularizaram na internet durante a pandemia da Covid-19 (Cesarino, 2022, p. 16).

Em um “mundo do avesso” (Cesarino, 2022, p. 16), portanto, os incongruentes eventos da pandemia precisam ser pensados em face de novas mediações, pois seus lugares foram modificados e algumas das verdades estruturais que erigiam sistemas de confiabilidade e de legitimação já não ocupam mais os mesmos lugares. Argumentos de autoridade não somente científicos, mas também morais (no sentido de uma busca da humanidade perdida), místicos, religiosos, colaboraram para o estabelecimento de

uma retórica – que pode ser percebida, por exemplo, nos vídeos – de que aquele era o tempo da mudança.

A questão de que o emprego de enunciados orientados para uma percepção da temporalidade (urgência, tempo apressado, aproveitar as oportunidades, etc.) tenham sido utilizados na pandemia em discursos ambientalistas, como no caso dos vídeos da página Hope, talvez tenha menos a ver com a pandemia em si mesma, mas com o fato de que o discurso ambientalista tem evoluído conjuntamente aos discursos político-econômicos, fazendo com que inevitavelmente – ao despontar de uma crise – tais discursos já estivessem engatilhados. A ideia de um campo de ressonâncias proposta por Cesarino (2022) é relevante nesse sentido, pois há uma continuidade entre os discursos que referem as diferentes crises, econômica, política, ambiental, sanitária que, apesar dos conteúdos diferentes, compartilham um campo de ressonâncias.

Uma das ressonâncias centrais entre esses discursos, a ser percebido mesmo nos enunciados que emergem no pós-pandemia, é precisamente o da urgência. Diferentes mídias desde 2020, mesmo antes do fim da pandemia, já vinham anunciando que uma nova pandemia seria praticamente inevitável, sendo a degradação ambiental um fator desencadeador⁶. Do ponto de vista das relações estruturais entre os campos da política e da ciência, no mundo pré-pandemia, talvez fizesse sentido imaginar a pandemia como uma *lição* ou como *oportunidade* – o que foi feito, como disse, por diferentes atores. Afinal, uma crise de proporção mundial, com implicações para a saúde, para os mais diferentes modos de existência, para a economia, para o ambiente, isto é, cujos conteúdos têm ressonância com uma grande variedade de narrativas da humanidade, não teria como passar ilesa a qualquer processo interpretativo. Ao mesmo tempo, a pandemia pelo coronavírus ocorreu em um tempo que não somente já se experimentava a digitalização da vida (Segata; Rifiotis, 2021), como também se passou a potencializar justamente um contexto de modelagem das relações que é dominante em nosso tempo, as mídias sociais. Isso fica evidente, por exemplo, no caso da grande capilaridade recebida pelos discursos sobre tratamento precoce no período da pandemia, potencializados por um ecossistema de “ciências alternativas” (*alt-sciences*) difundida nas mídias sociais e seguindo a abertura do vazio político na governança da crise do coronavírus (Cesarino; Silva, 2023).

Agamben (*apud* Cesarino, 2003, p. 185) chama atenção para o fato de que ainda não foi oferecida uma perspectiva temporal pelas críticas revolucionárias que fizesse frente ao tempo burguês capitalista (quantificável, linear, homogêneo). Para o autor, não tendo sido oferecida uma reforma da noção do tempo do capital, toda a obra revolucionária subsequente ao trabalho de Marx teria incorporado a temporalidade capitalista, fazendo fracassar outros conceitos importantes, como a ideologia e o conceito de história. Uma revolução que tivesse condições de rever estruturas econômicas precisaria primeiro revolucionar o tempo. Cesarino (2003) discute a presença da questão do tempo no trabalho

¹² Essas mídias podem ser acessadas em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2021/11/01/precisamos-de-uma-mudanca-fundamental-na-forma-como-vivemos-na-terra-alerta-declaracao-sobre-saude-planetaria.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2024; <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/06/coronavirus-para-evitar-pandemias-respeitar-a-natureza>. Acesso em: 30 jan. 2024; <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2023/06/o-mundo-deve-se-preparar-para-enfrentar-uma-proxima-pandemia-alerta-a-oms>. Acesso em: 30 jan. 2024; <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53758807>. Acesso em: 30 jan. 2024; <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/09/15/nipah-quais-sao-as-chances-de-virus-mortal-chegar-ao-brasil-ou-causar-nova-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2024; <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52389645>. Acesso em: 30 jan. 2024.

de diferentes autores, recuperando o trabalho de Karl Marx, e defende a existência de uma busca pela superação da temporalidade capitalista em seu trabalho. Casarino (2003) vai aportar suas fichas na ideia de que, enfim, *o tempo importa*.

Em síntese, os vídeos da página Hope, assim como uma diversidade de outros artefatos nas redes sociais e também a modelagem das relações exercida no contexto dessas mídias, trabalham inevitavelmente com o tempo. Mas não é somente a ideia de *uma* temporalidade capitalista inequívoca que está presente. Um aspecto crucial da discussão sobre a relação entre a pandemia e seus tempos é o de que ela aconteceu em diversas temporalidades, pois os sujeitos estiveram imersos de diferentes maneiras não somente em um macroevento *pandemia*, mas cotidianamente nos múltiplos eventos que dela fizeram parte, que a ela se associaram, que dela decorreram, entre outros. Para Bear (2016), diferentes formas temporais e conflitos sobre a percepção do tempo estão entre os elementos cruciais da experiência da desigualdade, pois variam as formas por meio das quais as pessoas planejam suas vidas e, evidentemente, concebem o tempo. A própria questão da incerteza e da crise, sobre as quais muito tem se falado e que são amplamente narradas como universais, também estariam aí como um debate a ser empreendido (Bear, 2016).

O que a pandemia parece ter evidenciado, nesse sentido, é a necessidade de pensar as formas temporais com as quais nossas instituições dialogam e/ou as prescrições de uso do tempo (não nos esqueçamos de que o distanciamento social provocou uma sensação de *não ter tempo* para todas as atividades do *novo normal*) e as novas inscrições no tempo que elas realizam.

5 Considerações Finais

Neste ensaio, buscou-se analisar quatro vídeos disponibilizados no Facebook em 2020 que tematizaram a relação entre a pandemia e as emergências climáticas. A fim de recapitular o que foi desenvolvido ao longo do texto, apresento aqui algumas conclusões.

Uma questão a destacar é a de que os vídeos da página Hope podem ser percebidos aqui a partir de duas perspectivas. Uma delas relaciona-se ao que diferentes autoras (Casarino, 2022; Segata; Rifiotis, 2021) têm discutido a respeito da centralidade das mídias sociais no redesenho de nossos modos de vida. Afirmo, em diferentes momentos do ensaio, que os vídeos (assim como outros objetos que provêm das redes sociais) podem ser tomados como artefatos significativos para a análise do contemporâneo, para sondar maneiras de compreender um tempo em que diferentes sistemas aparentam combinarem-se de novas e inusitadas formas.

Fazendo parte de uma certa temporalidade e assumindo que estamos inscritos, todos, em uma certa forma de conceber o tempo, os vídeos comunicam-se de forma coerente com as formas temporais por nós compartilhadas (Munn, 1992). Ou seja, os vídeos refletem as ideias de pressa e de urgência que podem ser percebidos em outros ambientes, mesmo para além do discurso ambientalista. Sibilía e Galindo (2021, p. 204), por exemplo, chamam atenção para o espraiamento de um discurso de consumo ilimitado a partir do uso das plataformas de *streaming*, inscritas em uma “[...] peculiar

temporalidade implícita nos processos de digitalização da vida”. Está evidente em diferentes contribuições que essa nova temporalidade já não é mais uma total estranha, especialmente nos destaques aqui conferidos para as análises sobre o neoliberalismo e o aparecimento do sujeito neoliberal.

Decorrendo da primeira, vemos, assim, a segunda perspectiva a considerar com relação aos vídeos: de que eles não somente refletem um certo tempo, mas também contribuem para desenhar os contornos de uma nova temporalidade, que, ao compartilhar aspectos infraestruturais com os outros campos, se expressa também de modo semelhante a elas.

O recurso aos trabalhos de Cesarino (2021, 2022) serviu para colaborar, nesse sentido, para uma análise de artefatos – como os vídeos discutidos aqui – cujos contextos e correlações com os sistemas imediatamente invocados (economia e natureza, por exemplo) não são necessariamente autoevidentes. O tempo aparece, nesse sentido, ainda de outra maneira importante a partir da análise das narrativas contidas nos vídeos: como um elemento que faz ressoar as aproximações entre os diferentes campos, como um novo mediador (dado que incorporado em toda e qualquer forma sociocultural, portanto, também nos sistemas e estruturas sociais) capaz de fazer despontar sensibilidades culturalmente relevantes e que, ainda que discrepantes, podem se combinar de diferentes formas. Parece ser o caso, por exemplo, do discurso sobre “não perder tempo”, já fortemente entranhado em nossas representações sobre trabalho e projetos de vida, capturados por discurso ambientalistas.

Retomando o último parágrafo da seção anterior, gostaria de caminhar para o fim deste ensaio, refletindo sobre a importância de incluir, portanto, o tempo em nossas análises do contemporâneo.

Um aspecto da ruminção sobre a pandemia é o de que ela tomou forma durante o evento, pois não houve propriamente um momento fixo no qual se passou a pensar sobre seus efeitos. Alguns marcos foram fornecidos pelas muitas instituições, entre elas, a OMS, as universidades, os governos, entre outros, instaurando datas na vida pandêmica: quando começaria a pandemia, quando o isolamento inicial deveria acontecer, quando se tornaria grave, quando estava melhorando, quando iniciaria a vacinação, que tipo de atividades poderiam retornar e quando, quando a pandemia iria findar, quando findou, quando as atividades seriam presenciais, quem poderia voltar, etc.

Para Das (2020), no entanto, a instauração de uma data não determina que o evento fique fixo em um tempo passado, nem que os efeitos a ele associados pertençam a uma classe de eventos de uma temporalidade superada. A autora argumenta que o tempo demanda uma interpretação mais sensível do que aquela que divide um tempo estável e um tempo dos fenômenos. Ao contrário, Das (2020) vai sugerir que o tempo é simultaneamente passado, presente e futuro, e que o que está em jogo, antes das datas, são os modos com que os sujeitos estão imersos nas formas temporais, o que enfim acabaria por definir o próprio evento. Por essa razão, de alguma forma, os eventos nunca deixam propriamente de aparecer, ainda que, em alguma temporalidade, eles possam pertencer a algum passado.

O argumento de Veena Das (2020) com relação ao tempo é voltado para a constatação de que, passada a Partição da Índia,, a violência sofrida não apenas residia em alguma temporalidade superada, mas seguia aparecendo, presentificando-se na vida de suas

interlocutoras. A força da linguagem e do ordinário, dos rumores, foi notada pela autora, fazendo então compreender que havia um trabalho sendo realizado pelo tempo na constituição dos sujeitos mesmo no pós-Partição.

A pergunta agora talvez seja, enfim, sobre quando de fato a pandemia terminou, e se terminou, ou o que terminou. É preciso assumir, me parece, que, em alguma temporalidade, a pandemia ainda não acabou, demandando aceitar o desafio de ainda ruminar sobre esses eventos, assumindo também o desgosto não somente de voltar, mas de compreender como o evento segue sendo reatualizado em diversos lugares da vida social. O tempo se coloca, nesse sentido, como uma categoria crucial, se pensamos para além do tempo linear, homogêneo do capitalismo, e pensamos nas múltiplas formas de incorporação dos sujeitos no tempo. *Vida e Palavras* (Das, 2020) destaca não uma narrativa histórica objetiva da Partição da Índia ou do Assassinato de Indira Ghandi, mas a sobrevivência, os resquícios de tais eventos nas vidas das pessoas.

No caso da pandemia – sem sombra de dúvidas um evento violento – podemos questionar sobre os modos como os eventos da pandemia aparecem, seja na expectativa de um apagamento do que se passou, seja na transformação da vida social em torno de novos atores em busca de um novo tempo. O que esse novo tempo envolve e como ele lida com as temporalidades, com o ambiente e com o modelo econômico ainda é, no entanto, incerto. Reconhecendo que neste presente o passado aparece de modo inescapável, vivemos também um tempo no qual desejamos superar a pandemia, produzindo coletivamente uma certa experiência sobre essa pandemia que a joga para o passado, simultaneamente ofuscando, mas também fortalecendo algumas narrativas sobre ela.

Olhar hoje para a pandemia não necessariamente demanda voltar ao passado, pelo menos não somente no sentido de contar um evento passado demarcado, mas estar atento ao tipo de efeitos e rumores que ela deixou. Um desses rumores é a confirmação da *perda de tempo*. Que tempo estamos perdendo, enfim? E qual a oportunidade da pandemia para a reflexão sobre o tempo? A ideia de temporalização, proposta por Munn (1992), deve assim ser lembrada aqui, pois pode ser uma contribuição premente da antropologia a de analisar as diferentes formas por meio das quais continuamente o tempo segue sendo construído nas práticas cotidianas em nosso tempo, especialmente em face da agência desestabilizadora das mídias sociais.

Como estão (re)organizados os atores na era digital assumindo, como propôs Cesarino (2022), que as mídias promovem a desestabilização e a recontextualização de agentes dentro dos sistemas? Se a desorganização gerada pelas novas mídias caminha ao lado de iniciativas de reorganização, então podemos pensar que vídeos como o da página Hope podem ser imaginados dentro das possibilidades de mudança que irão emergir de dentro do próprio sistema, dialogando e aproveitando de sua linguagem. A antropologia pode contribuir para esperar por um novo mundo, que não seja, enfim, destruído pela degradação ambiental e por um modelo econômico predatório. No entanto, o tempo não pode estar ausente dessas análises, pois a própria imaginação de um novo mundo dependerá da imaginação de um novo tempo. As estratégias de transformação, como a proposta de fazer vídeos virais sobre a ciência ecológica, são elas próprias constituições conjunturais, remanescentes de processos muito variados e híbridos de diferentes processos sociais que coevoluem junto às ambiguidades do capitalismo e do neoliberalismo: como

iremos pensar essas coemergências e esses artefatos impuros (Latour, 1994) é uma tarefa nova frente a esses novos atores, e o estudo das temporalidades e do tempo fornece ideias interessantes nessa empreitada.

Referências

- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5th Edition**. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.
- BEAR, Laura. Time as technique. **Annual Review of Anthropology**, [s.l.], v. 45, p. 487-502, 2016.
- CASARINO, Cesare. Time Matters: Marx, Negri, Agamben, and the Corporeal. **Strategies: Journal of Theory, Culture & Politics**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 185-206, 2003.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, fev., 2021.
- CESARINO, Letícia Maria Costa da Nóbrega; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas. Pandemic States of Exception and the Alt-science of Early Treatment for COVID-19 in Brazil. **Latin American Perspectives**, [s.l.], v. 50, n. 4, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/104827831/Pandemic_States_of_Exception_and_the_Alt_science_of_Early_Treatment_for_COVID_19_in_Brazil_w_Victor_Silva_Latin_American_Perspectives_2023_. Acesso em: 2 out. 2024.
- CIELLO, Fernando J. **“Nunca desperdice uma crise”**: saúde mental e o lado “b” da pandemia. [S.l.: s.n.], 2024. (No prelo).
- DARDOT, Pierra; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida para o ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Nuer Time-Reckoning. **Africa**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 189-216, 1939.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.
- FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-348, out. 2004.
- FONSECA, I. F. da; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 169-186, jul. 2007.
- GEERTZ, Clifford. Pessoa, Tempo e Conduta em Bali. *In*: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 149-183.
- GELL, Alfred. **A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HANNIGAN, John. **Environmental Sociology**. 4. ed. New York: Routledge, 2023.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.
- LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza do Antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020a.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MUNN, Nancy D. The cultural anthropology of time: a critical essay. **Annual Review of Anthropology**, [s.l.], v. 21, p. 93-123, 1992.

PARESCI, Ana Carolina Cambeses. **Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos**: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais. 2002. 380p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2002.

PARESCI, Ana Carolin C. A Ilha e o Jardim: imagens paradisíacas nas origens do ambientalismo. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 267-76, 1998. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6716>. Acesso em: 2 out. 2024.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. Digitalização e dataficação da vida. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 186-192, 2021.

SIBILIA, Paula; GALINDO, Manuela A. Correndo para não perder nada: temporalidade ansiosa e a frustração do (i)limitado. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 203-213, maio de 2021.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Fernando José Ciello

Professor do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima e, atualmente, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da mesma instituição. Licenciado em Ciências Sociais pela Unioeste em 2009; mestre pela UFPR em 2013; e doutor em Antropologia Social pela UFSC em 2019. Tem interesse na pesquisa antropológica com saúde, saúde mental e questões do contemporâneo. Pesquisador efetivo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural (INCT-IBP) e pesquisador afiliado ao Center for Global Mental Health (UC San Diego).

Endereço profissional: Avenida Brasília, Aeroporto, Boa Vista, RR. CEP: 69310-030.

E-mail: Fernando.ciello@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8463-6150>

Como referenciar este artigo:

CIELLO, Fernando José. Emergência Climática, Natureza e os Trabalhos do Tempo: ruminções sobre uma pandemia. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e98355, p. 124-142, setembro de 2024.

Novas Arquiteturas do Tempo: uma conversa com Emília Araújo

Mónica Franch¹

Rosamaria Giatti Carneiro²

Daiana Maria Santos de Sousa Silva²

Susi Francis Amaral Piva²

¹Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

²Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo

Esta entrevista foi realizada com a socióloga portuguesa especialista em estudos do tempo, Emília Araújo, docente do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga (Portugal), no mês de junho de 2024, por meio de tecnologias de aproximação digital. Mónica Franch e Rosamaria Carneiro dialogaram com a pesquisadora sobre sua trajetória intelectual, história no campo dos estudos sociais sobre o tempo e sobre as principais publicações e associações voltadas para seu debate. Em seguida, chegaram até a pandemia de Covid-19 como ponto de inflexão nas e das leituras sociais sobre o tempo, seus usos e possibilidade de leitura. Por essa ocasião, a entrevista envereda pelos debates sobre tempo, casa, gênero, cansaço e exaustão.

Palavras-chave: Estudos do tempo; Trajetória intelectual; Produção científica; Pandemia.

New Architectures of the Time: a conversation with Emília Araújo

Abstract

This interview was carried out with Portuguese sociologist Emilia Araújo, professor at the Department of Sociology at the Institute of Social Sciences at the University of Minho, Braga (Portugal), specialist in time studies, in the month of June 2024 and through technology digital approach. Monica Franch and Rosamaria Carneiro spoke with the researcher about her intellectual trajectory, the history of the field of social studies about time and the main publications and associations focused on her debate. To then reach the Covid-19 pandemic as a turning point in social readings about time, its uses and reading possibilities. On this occasion, the interview embarks on debates about time, home, gender, tiredness and exhaustion.

Keywords: Weather studies; Intellectual trajectory; Scientific production; Pandemic.

Recebido em: 31/01/2024

Aceito em: 05/10/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

Professora Associada com agregação no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Braga (Portugal), Emília Araújo é uma das vozes mais influentes nos estudos sociais do tempo na atualidade e referência inescapável para quem adentra nessa temática. Socióloga, fez sua licenciatura na Universidade do Minho, mestre pela Universidade de Lisboa e doutora pela Universidade do Minho, instituição na qual atua como docente desde 1998. Seus primeiros interesses voltaram-se para as áreas da Sociologia do Trabalho e das Organizações, tendo redigido sua dissertação de mestrado em 1998 sobre um tema que ganhou inesperada relevância três décadas depois, por ocasião da crise provocada pela Covid-19: o teletrabalho. Já sua tese de doutorado, defendida em 2005 na Universidade do Minho e, posteriormente, transformada em livro (Araújo, 2006), toma o tempo como objeto, a partir das experiências de docentes universitários no período de licença (ou dispensa) para realização de seu doutorado.

Atualmente, Emília atua como pesquisadora e docente no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e é também pesquisadora colaboradora do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (Socius) na Universidade de Lisboa. Seus interesses de pesquisa incluem a sociologia do tempo, gênero, cultura, estudos sociais da ciência e da tecnologia e o futuro. Destacamos a relevância de suas pesquisas sobre trabalho acadêmico, um ponto de convergência entre a sociologia do tempo e do trabalho. Os resultados de seus estudos foram publicados em livros e em periódicos nacionais e internacionais, inclusive no Brasil (Araújo, 2008; Araújo, 2011; Araújo, 2014; Araújo, 2015; Araújo; Barros, 2017; Araújo; Silva, 2015).

Essa entrevista aconteceu na parte da manhã no dia 13 de junho de 2024. Emília Araújo foi entrevistada de modo remoto por meio da plataforma Google Meet por Mónica Franch, antropóloga e docente na Universidade Federal da Paraíba, e por Rosamaria Carneiro, antropóloga e docente na Universidade de Brasília, ambas integrantes da Rede AntropoCovid. Elas estiveram juntas por mais de duas horas de diálogo. O material bruto foi transcrito, gravado, analisado e editado pelas autoras da entrevista, com a participação das discentes Daiana Maria Santos de Sousa Silva e Susi Francis Amaral Piva, ambas do Programa de Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília.

A escolha da entrevistada ocorreu devido à sua importância no campo dos estudos sociais sobre o tempo e a atualidade de suas investidas empíricas e analíticas. Na primeira

metade da entrevista, Emília nos apresentou sua trajetória acadêmica e pessoal pelos domínios da sociologia do tempo, além de introduzir as principais referências, periódicos e centros de estudos sociais do tempo na atualidade. Já na segunda metade da entrevista, o foco se voltou para os efeitos da pandemia de Covid na organização cotidiana do tempo e para as novas “arquiteturas do tempo” que o atual desenvolvimento do capitalismo anuncia. Ao trazer esta entrevista como última contribuição do dossiê Cronotopos e Covid-19, esperamos inspirar outros pesquisadores e pesquisadoras a darem seguimento a uma agenda de pesquisa que ainda tem muito a nos oferecer.

Mónica Franch: Emília, conte-nos, por favor, um pouco sobre a sua trajetória no campo dos estudos do tempo e sobre o caráter das suas pesquisas.

Emília Araújo: Eu fiz licenciatura em Sociologia e fiquei bastante ligada à área de Sociologia do Trabalho e das Organizações. Por volta de 1997, fiz o mestrado na atual Universidade de Lisboa, na área de Organizações, sobre o teletrabalho (Araújo; Bento, 2002). Nessa altura, me interessava muito a questão do espaço, porque o teletrabalho era feito em casa, então tinha a ver com o espaço. Mas logo em seguida comecei a me interessar pela questão do tempo, embora eu tenha percebido desde o início que esse não era um tema muito usual nem muito considerado na Sociologia.

Inicialmente, me interessei pelos usos do tempo, pelos orçamentos do tempo. Essa é uma área extremamente interessante e relevante, mas desde o início eu dizia para mim mesma ser importantíssimo fazer estudos quantitativos sobre os usos do tempo, mas sempre me interessei mais por fazer uma análise mais teórica, para perceber a dimensão das representações, dos sentidos do tempo no dia a dia, no cotidiano, na cultura, nos modos de organização social. Outro interesse que veio crescendo foi o estudo pelos horizontes temporais – o passado, o presente e, sobretudo, o futuro. Esse interesse coincide com a época em que eu fiz meu doutoramento, que tinha como pano de fundo os estudos do tempo e como tema principal o próprio processo de realização do doutoramento. Por indicação de um colega na área da teoria social, a minha cossupervisora foi a Barbara Adam¹, que é uma grande referência nos estudos sociais do tempo. Nas conversas com ela, eu fui percebendo a densidade do conceito do tempo, quanto é importante nos definir como seres vivos a partir do tempo; quanto o tempo pesa na nossa vida individual e coletiva, e isso despertou em mim o interesse em me aprofundar nos outros subconceitos, como a percepção do tempo, as representações, a experiência da valorização do tempo, a importância atribuída ao tempo, bem como a dimensão da variação entre contextos culturais. À parte do entendimento filosófico e histórico, comecei a me interessar mais profundamente pelas contribuições de Durkheim e de Marcel Mauss. Parte do interesse veio

¹ Socióloga britânica, professora emérita da Universidade de Cardiff, especializada em teoria social, especialmente nos estudos sociais do tempo. Foi fundadora e editora do periódico *Times & Society*.

também da antropologia, com o trabalho de Edward Hall², principalmente nos livros “*A linguagem silenciosa*” e “*A dança da vida*”. A abordagem de Durkheim é central para entender o papel e a relevância do ritmo social. A abordagem que Hall seguiu, com base na etnografia, foi uma grande fonte de inspiração para perceber as diferenças nos usos, nas representações e nas figurações do tempo entre contextos culturais e ecológicos. Para mim, esses autores continuam muito atuais e inspiradores, embora, com a globalização e com o desenvolvimento das mídias, tendemos a pensar que muitos aspectos que caracterizavam esses contextos culturais já não estejam ali.

Outro dos autores que também foi muito importante para mim na antropologia foi o Georges Balandier (1955)³, todo o trabalho dele, mas em concreto, a análise que ele faz da forma como os países europeus fizeram da imposição do horário, da disciplina e da organização do tempo um importante instrumento de dominação. Juntaria ainda Bourdieu (1963), com o estudo sobre a cultura Kabyla em que demonstra a dimensão social, cultural e “construída” do tempo (Araújo; Barreto, 2013). Mas existem muitos outros autores inspiradores e centrais a considerar, particularmente na antropologia, e que, justamente, demonstram como estamos, com todos os seres vivos, unidos por ritmos, por processos de sincronia e de dependência temporal, ritmos esses que são submetidos à construção, que resultam em horários, calendários e estruturas tão fundamentais como a semana ou o mês. É certo que houve influências diversas para este meu interesse, não esquecendo o meu percurso acadêmico e as pessoas que fui encontrando, mas, fazendo agora um exercício de autoanálise, talvez haja algo de biográfico a explicar esse foco, porque eu nasci na Venezuela, vim para Portugal criança e, essas questões sobre as diferenças culturais entre um contexto latino-americano e o contexto português já passavam, de certo modo, por pensar o tempo, embora de forma talvez mais espontânea e sensorial. Costumava pensar e ter algumas conversas com o meu pai, por exemplo, sobre os motivos de em Portugal, na ocasião, se pagar o salário ao mês, ou por que os tempos festivos – de nascimento e morte – eram tão diferentes à época entre Venezuela e Portugal. Talvez por ser também migrante, mulher, essas questões relacionadas com os significados do tempo e do espaço e a sua relação com a identidade e a desigualdade também faziam sentido profundo, porque, efetivamente, quando falamos de tempo, falamos de divisão social e sexual do trabalho e, em especial, do trabalho doméstico e de cuidado. De qualquer modo, sempre me interessaram as questões das variações culturais, da construção social dos horários e dos calendários e da importância dos ritmos e das temporalidades religiosas na nossa vida e, mais recentemente, como se constroem também os discursos sobre a aceleração, a paragem ou a espera, e quais implicações sociais têm inclusivamente na relação com o passado

² Antropólogo estadunidense, que viveu entre 1914 e 2009 e dedicou parte de seus esforços aos estudos comparativos do tempo. Autor, entre outras obras, dos livros: *The silent language* (Garden City, NY: Doubleday & Company, 1959) e *The dance of life: the other dimensions of time* (Garden City, NY: Doubleday & Company, 1989).

³ A exemplo, no livro: *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire* (Balandier 1955).

e o futuro. Pensar o tempo social é pensar a complexidade, o poder, as relações de interação e de desigualdade.

Mónica Franch: Sua tese de doutorado tem um caráter que hoje podemos pensar como reflexivo, já que você resolveu estudar sobre o processo de doutoramento no momento em que o estava vivenciando. O que motivou essa escolha?

Emília Araújo: Foi por causa da experiência com o teletrabalho, porque na ocasião eu estava interessada em continuar com esse tema, mas as experiências que funcionavam eram sobretudo ainda nos países nórdicos, na Alemanha e na Holanda. O meu interesse era nas situações do trabalho em que não havia propriamente um horário fixo, uma estrutura temporal predeterminada por uma terceira parte. Aí nasceu a ideia de que talvez eu pudesse estudar o que acontecia em uma situação sabática para doutoramento que, à época, era designado como “dispensa para doutoramento”. O desafio da tese foi perceber o que representava esse tempo na vida das pessoas, estudar o que ocorre quando as pessoas deixam de ter um horário de certo modo “imposto” e passam a dispor, de alguma forma, de poder de controle de todo seu tempo, tendo à partida, que terminar a tese dentro de um certo intervalo de tempo. O tempo de/para doutoramento é bastante complexo porque se refere a um intervalo de tempo considerável, em termos quantitativos, e porque alberga um conjunto de transformações identitárias que estão, de certo modo, enredadas em teias de poder invisíveis com influência na passagem do tempo e no próprio desenvolvimento do processo doutoral e da carreira.

Na ocasião, foi uma oportunidade para adentrar mais profundamente nos estudos sociais do tempo e conhecer esses desenvolvimentos teóricos aos quais me referi antes, tentando perceber a importância de algumas variáveis no tempo doutoral, como o gênero ou a área científica. Penso que o que ficou mais relevante deste trabalho foi mesmo o interesse heurístico do conceito de “fase” e a anotação da influência do doutoramento (Araújo, 2005) na carreira acadêmica, não em termos do tema em que trabalhamos propriamente dito, mas do que fazemos durante esse tempo, das relações que construímos, dos lugares por onde passamos, das pessoas que conhecemos, ou das atividades em que nos envolvemos.

Hoje as pessoas se matriculam em um doutoramento e têm que fazer cursos, portanto, sua organização de tempo é, à partida, mais estruturada. Mesmo assim, há muitas questões ainda a explorar do ponto de vista do tempo de/para doutoramento porque sabemos que as pessoas atrasam, não conseguem completar o doutorado no tempo formalmente previsto. Há, com certeza, um conjunto de variáveis sociológicas por detrás desses atrasos que não se prendem apenas com questões financeiras, mas que estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento e à capacidade de lidar com os tempos da ciência e da investigação. Lembro de ter escrito um artigo resultado dessa pesquisa sobre gênero, tempo e trabalho em casa, no qual eu analisei as dificuldades de organizar as fronteiras temporais do

trabalho acadêmico em casa (Araújo, 2008). Dois anos atrás, propus um projeto para a Fundação Ciência e Tecnologia (FCT), que tinha como título “*Deadline*”, justamente para analisar o que se passa no tempo do doutoramento no quadro atual da organização do doutoramento, e, dessa vez, com ênfase sobre gênero, mas não foi financiado.

Rosamaria: Emília, antes de entrar no debate da pandemia, que é o objeto das nossas próximas questões, pensando nas pessoas que vão ler este artigo na *Ilha*, e sabendo que o tempo ainda não é um tema muito conhecido, queríamos fazer uma pergunta mais abrangente. Se pensarmos em Portugal e em um contexto mais ampliado, quais são os autores, as autoras mais importantes para os estudos sobre o tempo, quais são os centros de referência e quais as revistas que versam sobre o tempo?

Emília Araújo: A primeira grande referência nos estudos sociais do tempo é a Barbara Adam. Não quer dizer que não tivesse havido tentativas antes dela de fazer uma sociologia do tempo. Há um artigo muito interessante nos anos de 1990 do Bergmann (1992), sobre o problema do tempo na sociologia, ou Pronovost, que sintetiza bastante bem a história da Sociologia do Tempo, e há vários autores e autoras fundamentais na consolidação dos estudos sociais do tempo, a exemplo de Merton e Sorokin, Eviatar Zerubavel, Helga Nowotny, Ulrike Felt, entre outros. O tempo de certa forma é aquele “todo”, como refere Santo Agostinho, que está em toda a parte e se oferece a olhares desde as artes até a física, passando pela antropologia, filosofia e sociologia. Essa amplitude do tempo que se apresenta sempre como enigma e nos leva a viajar da madalena de Proust ao tempo líquido de Dali é deveras fascinante. Para o campo estrito da Sociologia, eu diria que quem fez efetivamente a grande sistematização do conhecimento foi a Barbara Adam. Ela tem um livro intitulado “*Time and Social Theory*”, de 1990, que analisa a história da reflexão e se refere ao o tempo por meio de vários domínios homenageando autores e autoras com grande detalhe, de certa forma “extraíndo” do pensamento social e filosófico os contributos específicos que nos permitem dar centralidade ao tempo na análise, na compreensão e na intervenção em todos os fenômenos sociais. Nesse livro, ela não só conseguiu explicitar o conceito de tempo em vários autores, como também conseguiu fazer um diálogo entre eles e tornar claras as fronteiras conceituais, permitindo chegar àquelas que são questões de tipo, digamos, “mais sociológicas” relacionadas, quase sempre, com as questões da centralidade do tempo como eixo de organização, de poder de controle e produtor de desigualdades sociais diversas.

Quero fazer uma nota para a inspiração que foi para mim o espanhol Ramon Ramos⁴, que, de certa forma, fez um trabalho similar ao de Barbara Adam, escrevendo sobretudo espanhol e com foco sobre os autores e as autoras latino-

⁴ Sociólogo e catedrático espanhol, foi presidente do Centro de Investigaciones Sociológicas entre setembro de 2010 e janeiro de 2012.

americanos, até para a cronobiologia. O grupo que ele liderou ao longo dos anos da sociologia do tempo em Espanha, com investigadoras e investigadores de reconhecido mérito, foi e continua a ser altamente inspirador. O mesmo eu poderia dizer a respeito dos [investigadores] e das investigadoras na mesma área que se organizam em torno da antropóloga Guadalupe Valencia, na Universidade Central do México. Há uma certa tendência para sobrevalorizar os estudos anglo-saxônicos, até pela dinâmica de publicação que impera, mas não posso deixar de mencionar a aprendizagem que tenho tido feito ao longo dos anos junto de vários autores e autoras brasileiros, entre as quais está você, Mónica, com os seus trabalhos particularmente centrados no alinhamento de Alfred Gell⁵ e Marcel Mauss e muitos outros que interrogam particularmente as dimensões patológicas do tempo, associadas à exploração e à desvalorização do tempo pelo modelo capitalista, na esteira de Karl Marx e vários outros autores que, justamente como disse antes, perspectivam o tempo como recurso, seja no tempo de trabalho, seja no tempo livre, na vida privada, ou no próprio corpo.

De Portugal, há vários autores e autoras a citar, mas eu retomaria particularmente a inspiração a partir dos trabalhos de Hermínio Martins, um dos grandes sociólogos do tempo e da tecnologia, pelas análises que inscreve não apenas para a temporalidade da teoria social e a sua robustez para suportar o estudo das dinâmicas sociais, mas pelo entrecruzamento que estabelece com a tecnologia o seu poder sobre a sociedade.

Quando estava no meu doutoramento, conheci a obra do William Grossin⁶, um autor francês que é referência nos estudos de tempo na França. Eu, ainda recém-chegada à academia, lhe escrevi, aliás, uma carta dizendo que gostaria muito de falar com ele porque eu tinha um trabalho em que usava o conceito de temporalidades sociais – um conceito que ele utilizará em seus livros para explicitar como pessoas com atividades diferentes se confrontavam com temporalidades distintas nos espaços familiares e pessoais. Grossin me disse que não poderia se deslocar até Portugal, porque estava muito debilitado, mas me deu várias referências e me apresentou a revista *Temporalités*⁷, que é uma das revistas centrais nos estudos sociais do tempo, embora reflète o trabalho principalmente de autores franceses, entre os quais estão dois grandes estudiosos do tempo social – Claude Dubar e Thoemmes. Central nessa área é a revista *Time & Society*⁸, iniciada por Barbara Adam e liderada por ela durante muito tempo e que hoje integra, entre outros, Robert Hassan, um dos autores contemporâneos dos estudos sociais do tempo. São fundamentais, de fato, estas revistas – a *Temporalités*, a *Time & Society*

⁵ Antropólogo Inglês, formado pela Trinity College, de Cambridge. É autor da obra: “*A Antropologia do Tempo – construções culturais de mapas e imagens temporais*”.

⁶ Autor da obra *Le Travail Et Le Temps*. (Anthropos: Paris, 1969).

⁷ A revista *Temporalités* surgiu como um desdobramento do boletim *Temporalistes*, fundado por William Grossin. Seu editor atual é Jens Thoemmes. Pode ser acessada no seguinte link: <https://journals.openedition.org/temporalites/>.

⁸ O Periódico *Tempo e Sociedade* é revisado por pares e publica artigos, resenhas e comentários acadêmicos, que fazem contribuições originais para a compreensão das relações entre tempo, temporalidade e vida social. Pode ser acessada no seguinte link: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/journal/time-society>.

e mencionaria ainda a *Kronoscope* ou a *Tempo Social*, na qual também encontrei trabalhos sobre o tema.

Nessas publicações, eu tenho percebido que está faltando um entrosamento maior com os trabalhos em língua portuguesa e em espanhol, sobretudo os trabalhos produzidos na América Latina, particularmente as pesquisas sobre cronobiologia. Recentemente, tenho integrado algumas atividades do grupo de colegas na Universidade Central do México, liderados por Guadalupe Valencia García, que criaram uma unidade chamada Suetis [Seminario de Estudios sobre el Tiempo Social]⁹. É um seminário permanente dedicado aos estudos do tempo, apoiado pela universidade. Na Espanha, já mencionei o grupo ligado ao Ramón Ramos, do qual faço parte, e que atua como uma seção dentro da federação nacional da sociologia – o Comité de Investigaciones y Estudios sobre el Tiempo¹⁰. Aqui em Portugal, apesar dos esforços e de várias iniciativas que temos desenvolvido, ainda há muita invisibilidade sobre o tema, e é necessário evidenciar mais o “peso” do tempo para a compreensão tanto da “estática”, como da “dinâmica” social, sem se esquecer de que estudar o tempo não significa unicamente produzir um conhecimento sobre um assunto, mas levá-lo a ter impacto social, por exemplo, em tudo o que se refere a contribuir para melhor organização e valorização do tempo, ou no que se refere a questões de antecipação, retardamento, sincronização ou espera.

São as pessoas, são as coisas, os seres vivos e os processos sociais em geral que se implicam em tempo – como se percebe pelo contexto de emergência em catástrofe que temos vivido ultimamente. A meu ver, é necessário que as associações nacionais de sociologia possam criar uma área de trabalho de sociologia do tempo, apesar de termos hoje muitos mais pesquisadores que direta ou indiretamente versam sobre o tempo em suas áreas de estudo – da sociologia da arte à sociologia da ciência e tecnologia. Acredito que, com as diversas ações que estamos a levar a cabo, na Universidade do Minho e no projeto Time HUB (no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) e frente a novas problemáticas, se torna premente investigar nas diversas áreas, se tornará ainda mais evidente a necessidade de, como se refere Barbara Adam, “levar o tempo a sério”.

Atualmente, há muitos grupos de pesquisa que fazem parte da Associação Internacional de Estudos dos Usos do Tempo, a Iatur¹¹ [International Association for Time Use Research]. A Iatur é uma associação muito ativa e tem atraído cada vez mais pessoas da área da sociologia da família, da sociologia do gênero, mas acho que ainda falta trabalhar melhor a ligação entre esses estudos de usos do tempo, que são mais quantitativos, e os estudos do tipo qualitativo. Nesse sentido, e do ponto de vista da intervenção, é de mencionar o trabalho da Time Use Initiative¹² de Barcelona – uma agência que se dedica a estudar os usos do tempo e propor e acompanhar as políticas públicas neste domínio. A Time Use Initiative

⁹ Pode ser consultado em: <https://educacioncontinua.unam.mx/index.php/dependencia/ver/188>.

¹⁰ Pode ser consultado em: <https://fes-sociologia.com/comite/Sociolog%C3%ADa-%20del-Tiempo>.

¹¹ Pode ser consultada em: <https://www.iatur.org/>.

¹² Pode ser consultada em: <https://timeuse.barcelona/>.

tem feito um trabalho de posicionar o tempo como um assunto central na agenda política nos mais diversos setores, desde a mobilidade à organização do tempo escolar e nas organizações de trabalho, almejando, por isso, grande influência sobre as temporalidades e a qualidade de vida familiar, social e individual.

Existem outras, mas queria ainda citar o acompanhamento que fui dando, sempre que possível, aos trabalhos da sociedade Internacional para o Estudo do Tempo¹³, que é multidisciplinar, unicamente dedicada a aspectos temporais, sendo de se destacar os trabalhos na área da arte que têm essa capacidade de nos oferecer a visão do mundo ao inverso, muitas vezes, assinalando esse esmagamento do ser vivo pelo tempo, Cronos matando os seus filhos.

Rosamaria: Pensando, especificamente, na pandemia, que tipos de questões emergiram num primeiro momento em meio às políticas de confinamento? Como isso aconteceu em Portugal, como foi vivenciado, e se você tem conhecimento de pesquisas que foram feitas, sobre esse primeiro momento, pensando mais 2020, ou 2021?

Emília Araújo: A pandemia, como já escrevi (Araújo; Castañeda-Rentería, 2021), suspendeu a estrutura normal dos tempos sociais e obrigou-nos como indivíduos e coletivos a negociar os tempos para, assim, negociar a própria crise. Tudo se suspendeu e, na verdade, o tempo emergiu como um dos eixos mais salientes de todo o quadro, desde logo no esforço de sincronização das medidas e programas por parte dos governos, performando um ritmo coletivo. A partir daí, há uma série de arritmias, como diria Lefebvre, que se foram instalando e gerando novos desafios e dificuldades. É muito difícil separar ou selecionar aspectos que tenham diretamente a ver com questões do tempo, porque, efetivamente, a pandemia define-se por ser um fenômeno social total de suspensão de horários, calendários, expectativas, ritmos. Portanto, na realidade, todos os processos sociais e individuais, mesmo os ritmos corporais, tiveram implicações relacionadas com a necessidade de se ajustar a um contexto de paragem, com forte necessidade de restrição de movimentos e grandemente remetido ao espaço doméstico. Logo imediatamente após a entrada em vigor do estado de emergência (em si mesmo um objeto temporal), as pessoas, nos seus mais diversos enquadramentos temporais, começaram a perguntar: o que nos vai acontecer? O que vai ser da nossa vida? E imediatamente começamos a perceber a necessidade de reajustar ritmos, sobretudo no espaço doméstico para receber o tempo de trabalho e/ou o tempo escolar, e isso implica todo um novo ajuste de temporalidades familiares. Analisadas sob o prisma da falta de tempo de convívio, aumentaram a extensão do tempo de partilha, mas analisadas sob o prisma da sincronia, criaram conflitos e tensões derivados da coexistência de tempos e de espaços.

O teletrabalho veio rapidamente como uma solução, mas o fecho das escolas e a entrada das crianças e jovens em casa foi um desafio enorme, quer em termos materiais – por falta de recursos – quer em termos emocionais, devido

¹³ Pode ser consultada em: <https://studyoftime.org/>.

à sobreposição de tarefas, e na sua maior parte estávamos a falar de tempo: do tempo pessoal, do tempo livre e de lazer que ficou dentro de casa, do tempo de trabalho que se sobrepôs ao tempo familiar, do tempo vazio que colide com o tempo ocupado das crianças, das outras pessoas que vivem no mesmo espaço e dos vizinhos. Por vezes, houve intensificação do trabalho e dos indicadores de produtividade, o que aumentou a dessincronia e a dessintonia de ritmos, com impactos na saúde, necessariamente. Mas podemos falar de vários outros aspetos que se relacionam com o tempo: a espera pelo levantamento de proibições, a espera por tratamento hospitalares que foram adiados, a espera pelas vacinas e pela vez de vacinação, a espera por familiares emigrados ou retidos em aeroportos, fronteiras e barcos, entre outros atrasos criados em todos os sistemas dos quais somos dependentes. Há de se mencionar aspectos que tiveram que ver com a adoção rápida de novos meios de acesso a bens alimentares e de consumo em geral, com a frenética explosão de empresas domiciliárias, entre outras. Foram várias as pesquisas realizadas sobre a pandemia durante o período, praticamente todas as universidades se mobilizaram para pensar a crise, explicar fenômenos em emergência e assinalar também contribuições para a melhoria de políticas públicas dirigidas a minimizar os impactos pela perda de emprego nas famílias e mesmo da extinção de serviços, nas mais diversas áreas, em particular turismo e restauração.

Eu participei de um projeto chamado SolPan¹⁴ [Solidarity in Times of Pandemics], que surgiu um ano depois do primeiro confinamento, com pessoas de vários países, incluindo da América Latina. O projeto implicou entrevistas que demonstraram as dificuldades das respostas das famílias ao trabalho e à escola em casa e a forma como essas implicações foram vividas de forma desigual entre grupos sociais, desde logo atendendo à disponibilidade de tempo e espaço. Recordo que, em algumas das entrevistas que fizemos em Portugal, mulheres em particular nos confessavam sobre as dificuldades do trabalho e da escola em casa, desejando não ter de passar pelo mesmo outra vez, o que vincula ainda o peso que tem a possibilidade de dividir tempos na nossa sociedade, mas para outros/as tinha sido o melhor dos mundos.

Foi extenso o número de publicações que surgiram com a pandemia, e o mesmo aconteceu em relação aos eventos, como eventos e seminários a distância. À medida que nós fomos ouvindo e lendo estudos em outros países sobre os usos e representações do tempo, fomos percebendo que o panorama era muito similar ao de Portugal. A variável classe social (associada também à atividade profissional) foi muito evidenciada, assim como o gênero, a idade e a etnia. Houve aqui uma certa dualidade entre os “estabelecidos” e os “outsiders”, usando a terminologia de Norbert Elias (1998). De um lado, as pessoas que já tinham liberdade na organização de seu tempo, estavam habituadas a estar em casa e poderiam, perfeitamente, fazer toda sua vida à volta da tecnologia e da casa; e de outro, as pessoas que viram os seus ritmos alterados deixaram de sair, de

¹⁴Pode ser acessado em: Solidarity in times of a pandemic (SolPan) (univie.ac.at)

separar os tempos, de vender o tempo sob a forma de trabalho, e ficar em casa correspondeu à perda e ao vazio.

Penso que a pandemia nos mostrou a necessidade de pensar mais sobre a pobreza do tempo ou as diversas pobreza de tempo que atravessam grupos sociais, gêneros, idades e etnias e que se refletem nos vários tempos estruturantes da vida social e, nomeadamente, do tempo para a participação social, para o envolvimento em questões públicas. Isso porque, de fato, as pessoas nos diziam nessas entrevistas que ficaram com mais tempo para se dedicar à formação, para procurar conhecer mais o espaço onde vivem, ou para participar de iniciativas culturais.

Escrevi um texto com a Liliana Castañeda-Rentería, que se chama “*Atrapadas em casa: maternidad (es), ciencia y COVID-19*” (2021), com base em algumas entrevistas com mulheres acadêmicas em que analisamos as relações complexas com os tempos do espaço doméstico, e penso que esse tema merece mais aprofundamento, mesmo no que se refere ao planejamento urbano e à oferta de transportes e redes de mobilidade – este é um tema que tem me interessado cada vez mais devido à influência que existe nos usos do tempo em nosso dia a dia.

Os horários estruturam nosso tempo e nossa vida. Mas podemos ter horários definidos por nós ou por outros. Ultimamente estamos a passar por uma mudança cultural relativamente ao horário. Passamos do modelo simétrico dominante (horários estipulados a seguir e a combinar) para a valorização e uma certa interiorização do modelo espontâneo (usando a terminologia de George Simmel¹⁵): a ideia de poder trocar as atividades conforme surge a oportunidade, realizar atividades distintas a qualquer hora, inventar formas de combinar tempos.

Eu fiz uma entrevista com uma jovem da área do *design*, que está em uma fábrica têxtil, e ela dizia que ter um horário a respeitar na ida para a empresa todos os dias é, para si, uma experiência que lhe faz lembrar alguém que está preso. Essa transformação cultural que altera não só a valorização do tempo em si, mas das estruturas que o organizam, em particular dos horários, das escalas, dos planos e dos prazos é um desafio muito premente para as organizações de ensino, para as empresas e, enfim, para as entidades públicas, pois estamos a falar de formas completamente novas de avaliar a pontualidade e a presença física.

Mas se desenvolveram vários estudos, até com vertente sobre o gênero, revelando como as mulheres prenderam o seu tempo muito mais do que os homens às exigências da pandemia, devido às exigências do cuidado. O teletrabalho, o trabalho acadêmico, os tempos de consumo constituíram objetos de análise relevantes. Gostaria de destacar, aliás, os estudos sobre os rituais e as festividades e a forma como as comunidades e, em geral, as famílias se debateram para suprir a falta dos momentos de celebração e de ritual, escrevendo memórias da perda, ou tentando transladar para as redes sociais pedaços dessa dimensão emocional e simbólica (Araújo; Fernandes; Ribeiro, 2020).

¹⁵ No livro *Filosofia do Dinheiro* (1900) do sociólogo e filósofo alemão Georg Simmel.

Rosamaria: Enquanto eu estava te ouvindo, Emília, eu estava pensando na interface do espaço e o tempo, como esse pouco uso do espaço, ou essa redução do uso do espaço, vem travestida por uma ideia de que menos espaço, mais tempo, no sentido de: eu vou me deslocar menos para ter mais tempo. Eu moro em Brasília, que é uma cidade planejada, e ela foi pensada em tese pelo Lúcio Costa e pelo Oscar Niemeyer para que, nas superquadras, a gente tivesse escola, mercado, o posto de saúde, lógico que o projeto foi sendo corrompido pela própria vida social, mas existia esse anseio de uma organização do espaço que otimizasse o tempo. Mas eu venho de São Paulo, eu venho de uma grande cidade, e minha família vive em São Paulo e alguns dos meus familiares foram essas pessoas que disseram: *eu não quero voltar para o trabalho presencial*. Porque eles faziam a conta do tempo de deslocamento, até chegar ao seu local de trabalho e voltar. Embora a casa fosse aquele espaço de sobreposição do trabalho e da escola, era mais interessante estar ali, inclusive afetuosamente falando. Então, eu queria te fazer uma provocação que tem a ver com a pandemia. Você acha que essa relação entre o espaço e o tempo, essa redução do espaço para que a gente tenha mais tempo, ela se acentuou num contexto pós-pandêmico? É uma herança do que a gente experimentou na pandemia?

Emília Araújo: Em um nível estrutural, a crise pode ser delineada por um período de ruptura seguido por uma fase de calma, comumente conhecida como normalização. No entanto, de forma objetiva e concreta, a crise se prolonga ao longo do tempo devido aos efeitos das negociações que ocorrem na vida das pessoas e na temporalidade social em geral. Concordo plenamente com o que você disse. O primeiro princípio no desenvolvimento tecnológico é a redução do tempo e o controle do tempo. Em Portugal, como em muitas outras sociedades, ainda predomina a ideia de que as pessoas podem morar longe dos espaços de trabalho, ensino ou consumo, porque podem dispor de um carro, de uma infraestrutura tecnológica que permite compensar a distância em tempo despendido na viagem. A pandemia de fato favoreceu o reforço daquela ideia, devido à crença no poder das tecnologias para reduzir as distâncias. Como você disse, esta era uma tendência anterior à pandemia, mas foi exacerbada, com a desvantagem de poder criar um certo imaginário que não corresponde às possibilidades concretas, porque as pessoas precisam se deslocar fisicamente, atender a serviços, relacionar-se fisicamente e, na verdade, várias análises começam a indicar que a mobilidade, em especial de automóvel, retomou os padrões anteriores à pandemia. Essas questões do tempo e da cidade são deveras importantes hoje. O certo é que a tecnologia está bastante focada nas questões que já mencionei. O controle do tempo, reduzindo o seu dispêndio em tarefas diárias, mas também ampliando o poder de antecipar o futuro e de reconstruir o passado. Há uma espécie de reversibilidade temporal que a tecnologia permite e que ainda não está estudada.

As questões das quais você falava antes têm muito a ver com o tempo-corpo, com a forma como o corpo subsume os vários ritmos – como dizia o Levine (1987), que falava dos problemas cardíacos associados à pressão do tempo – mas que se encontra na maior parte dos estudos sobre ritmos voltados para a análise das consequências da exploração dos tempos do corpo – o corpo que consome, trabalha, alimenta as redes sociais. Talvez estejamos a entrar agora numa veia mais futurista, mas parece evidente essa centralidade econômica do tempo, já não do tempo de que se dispõe em termos materiais e no dia a dia, mas do tempo todo – o tempo que pode ser controlado, administrado ou extraído para a máquina e/ou o processo tecnológico; o tempo que pode ser previsto, ganho, armazenado, de forma invisível, mas dramaticamente performativa.

Um campo de grandes experiências e onde essas questões da relação da tecnologia com o tempo se manifestam e visibilizam refere-se aos espaços das lojas comerciais que constroem uma espécie de aquários automatizados para as pessoas pagarem as compras, reduzindo, como acontece em vários outros serviços, o trabalho humano. Facilmente aceitamos esses processos como normais e de certa forma até lhes achamos piada, mas efetivamente o que está a acontecer é de fato que a tecnologia está a ser usada para maior extração de mais-valia pelo tempo que rentabiliza, invisibiliza e transfere.

Mónica Franch: Uma ideia que me interessou bastante das que você coloca é a do tempo-corpo. Nas nossas entrevistas, escutando sobretudo as mulheres trabalhadoras, ouvimos muitos relatos de exaustão, mulheres falando de como foi difícil ser educadora, mãe, psicóloga, trabalhadora, tudo ao mesmo tempo. Parece que houve uma intensificação das demandas, não que não estivessem antes, mas que elas se intensificaram, e isso tudo levou a uma situação de esgotamento, de cansaço extremo. Como podemos pensar essa questão do cansaço a partir da ideia do tempo-corpo?

Emília Araújo: As nossas entrevistas e os trabalhos que têm sido feitos não só com foco no tempo, mas sobre o estilo de vida e os modos de vida na pandemia, todos eles focam, secundam ou subscrevem aquilo que você disse, Mónica, que é o cansaço, a intensificação, ou, no fundo, a necessidade de realizar cada vez mais tarefas, e tarefas diversas no mesmo tempo físico. O que aconteceu é que foram as pessoas as que acabaram por ter que resolver os seus problemas, podendo ou não ter recorrido a especialistas em saúde mental, ou outros. O que me parece interessante ter em conta para os estudos do tempo, e talvez aprofundar, é a relação mais tensa com os horários, por um lado, e a predisposição mais acentuada para expressar a centralidade do tempo nas suas vidas, dito mais simplesmente, a capacidade de ter o tempo à flor da pele. Muitas questões sociais podem ser explicadas por tensões entre personalidades, mas a pandemia nos mostra que elas podem ter a gênese no tempo, ou melhor dizendo, na experiência do tempo (por exemplo, no conflito que se gera entre quem está desancando ou em espera

e lentidão e quem está apressado para responder a algo). As mulheres, sempre as mulheres e os mais vulneráveis, se sobressaem na luta pelo e contra o tempo na pandemia, incluindo o tempo de vida hipotecado na expectativa da vacinação. Fizemos um ciclo internacional de conferências durante a pandemia (Castañeda-Rentería; Araújo, 2023), nas quais participou a Rosa, e havia colegas que tinham feito uma investigação específica, por exemplo, sobre as relações conjugais durante a pandemia. E, ao darem conta dos resultados, mostravam que se a pandemia trouxe mais tempo disponível para as relações, também significou mais dificuldade de manter as fronteiras entre tempos pessoais, individuais e coletivos, o que nos leva a essa experiência do excesso de tempo-corpo no mesmo espaço e, ao mesmo tempo, a sua intensificação por via das exigências do tempo de trabalho, escolar e familiar. Nessas entrevistas que nós fizemos, encontramos muitas pessoas que tiveram de estar em isolamento devido ao trabalho e à necessidade do controle do contágio e que, se sentiam como se tivessem dado tempo aos outros, também sentiram ter roubado tempo da família e de si próprias. É claro que depois nesse corpo, nós temos as diferenças de gênero, em particular as dificuldades acrescidas para as mulheres. Isso é algo bastante evidenciado em vários trabalhos. Muitos dos efeitos negativos da pandemia não aconteceram porque foram amortecidos não pelo tempo das mulheres, mas pela temporalidade feminina, pela capacidade de retribuição, de reciprocidade das mulheres.

De um modo geral, na pandemia, muitas pessoas sentiram que tiveram que dar muito mais tempo de si, tempo do seu próprio corpo, tempo dado. E isso foi mais evidente em algumas atividades profissionais, como médicos, médicas e cuidadoras, porque essa exigência não ocorria só no espaço de casa, mas também fora. Mas sem dúvida que o cansaço é um assunto que nos deve preocupar na perspectiva daquilo que pode eventualmente vir a acontecer em crises similares, e a forma como o Estado e os governos vão se posicionar relativamente às tais medidas, porque esse é um assunto crítico. Esse cansaço ainda hoje é visível.

Aliás, na universidade, estamos vivenciando um fenômeno muito importante de analisar: as pessoas passaram mais de três anos em aulas virtuais, e isso afetou profundamente a capacidade de comunicação e de interação deles. Recentemente, fizemos um grupo de foco com alguns desses estudantes, e muitos confessaram algo surpreendente: *“Eu me acostumei... Acostumei-me a não falar com ninguém”*. Mais uma vez, são tendências que se acentuaram com a pandemia e que têm a ver com a natureza das vivências do tempo, a extensão e a densidade relacionais. Agora, essa falta de socialização direta, essa ausência de contato, vai marcar a vida dessas pessoas – seja na universidade, na futura carreira profissional ou nas relações interpessoais. Alguns conseguem perceber e refletir sobre isso, mas outros ainda não se deram conta da profundidade dessa mudança e o que ela significa como desafio político.

A pandemia trouxe uma grande mudança na nossa relação com o dia, a noite, a luz, o sol e as horas em geral. Com o espaço cada vez mais ocupado pela tecnologia – um fenômeno para o qual também temos responsabilidade –, a ideia de estar sempre disponível, descrita por Zerubavel (1948) como *availability*, ganhou

força. A noção de fronteira entre trabalho e vida pessoal foi se tornando cada vez mais difusa. A Time Use Initiative, da qual já falei anteriormente, pretende levar ao Parlamento Europeu uma proposta para uma política do tempo, e um dos pilares dessa proposta é a desconexão digital que obviamente tem vantagens e desvantagens. Em Portugal, um dos focos de estudo tem sido o cansaço – especialmente o cansaço emocional, que afeta de forma mais acentuada as mulheres e profissionais de áreas de cuidado ou que exigem grande envolvimento emocional. Inclusive, várias organizações vêm defendendo o aumento do número de psicólogos e a ampliação das consultas de psicologia, justamente devido a uma série de questões que surgem das ondas de choque da pandemia e que afetam essa experiência social e fenomenológica do tempo, não esquecendo tendências sociais estruturais como a inflação, a subida dos preços da habitação ou o exacerbar das migrações por razões econômicas e sociais face a temporalidades incertas e marcadas pelo risco.

Eu queria mencionar que a pandemia é conhecida como um intervalo de experimentação que abriu janelas de oportunidades em várias frentes temporais, incluindo as que se referem à nossa relação com o mundo natural. No projeto Solpan de que eu falava antes, pudemos perceber que a pandemia também trouxe à tona o que cada indivíduo poderia melhorar em sua vida, especialmente em termos de bem-estar. Neste momento, há interessantes pesquisas a serem realizadas sobre como a pandemia mudou a nossa visão e a nossa postura face ao futuro e como poderá ter-nos tornado ainda mais imediatistas e centrados no presente, por incerteza e receio da continuidade do futuro. Mas são, na maioria, hipóteses e/ ou resultados não generalizáveis.

Rosamaria: A gente aqui em Brasília, Emília, está voltando a escutar pessoas que foram escutadas nos anos de 2020 e 2021, tentando entender os impactos da pandemia a longo prazo, porque no campo da saúde se fala muito da Covid Longa. Então a ideia é explorar um pouco como esse cansaço foi se cronificando ou não, se as estratégias de sobrevivência que mulheres criaram nos anos de 2020 e 2021 se mantiveram ou não, auxílios econômicos que deixaram de ser oferecidos, o empobrecimento, o acesso à moradia.

Emília Araújo: Sim, esse tema é muito relevante, enquadra-se no que Barbara Adam (1998) denomina “paisagens temporais” da modernidade. Numa altura em que existem ainda muitos mal entendidos sobre o que é o tempo melhor, aquele que permite uma boa vida, sem cair em polarizações sobre o caráter socialmente construído do tempo, eu queria aproveitar a sua fala para falar de algumas questões que tenho tentado trabalhar mais recentemente, algumas relacionadas com a relação entre tecnologia e tempo, nomeadamente a partir das inovações prometidas pela Inteligência Artificial e da necessidade de adentrar um pouco mais sobre temáticas que estão ainda de algum modo situadas noutras áreas de investigação, mas que a meu ver devem ser trazidas para os estudos do tempo, aprofundando

as questões de poder e de desigualdade associadas ao tempo. Refiro-me em geral à necessidade de estudar mais profundamente a relação entre tempo e políticas públicas, explorando a influência dessas temporalidades sobre a qualidade das democracias e a capacidade de estas se sustentarem no tempo. Temporalidades que se inscrevem em áreas concretas, como a da educação, saúde ou ambiente, mas que também atravessam o sistema legal e o direito, por se referirem a fenômenos que são potencialmente negativos e que devem ser considerados no curto tempo, “a tempo” de se prevenirem consequências no futuro. Associado à cronopolítica, um assunto de enorme interesse para mim e que se entrecruza com os meus interesses na sociologia do poder, é mesmo a análise das formas de “constituição” dos tempos de violência e de opressão de classe, etnia, gênero e idade e de como estes representam tempos perdidos e/ou ganhos pela espera que alimentam, pelas suspensões e pelos intervalos que introduzem no tempo cronológico que passa, instigando novos desafios de compreensão das (frágeis?) democracias do futuro que se avizinha muito mais tecnológico com os avanços da Inteligência artificial e certamente da relevância de uma disciplina de estudos sociais do tempo e da sociedade (Araújo; Bento; Silva, 2022).

Referências

- ADAM, B. **Timescapes of modernity**: the environment and invisible hazards. London: Routledge, 1998.
- ARAÚJO, E. A política de tempos: elementos para uma abordagem sociológica. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 34, p. 19-40, abril de 2011.
- ARAÚJO, E. Ecos do tempo: a mobilidade de investigadores e estudantes brasileiros em Portugal. **Sociologias**, [s.l.], v. 16, n. 37, set.-dez. 2014.
- ARAÚJO, E. **O doutoramento**: a odisseia de uma fase da vida. Lisboa: Colibri, 2006.
- ARAÚJO, E. O tempo dos(para) os docentes e pesquisadores numa perspetiva do gênero. **Revista Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades**, [s.l.], v. 20, p. 39, 2015.
- ARAÚJO, E. Technology, gender and time: a contribution to the debate. **Gender, work & Organization**, [s.l.], v. 15, n. 5, p. 472-503, September, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2008.00414.x>.
- ARAÚJO E. Understanding the PhD as a phase in time. **Time & Society**, [s.l.], v. 14, n. 2-3, p. 191-211, 2005. DOI:10.1177/0961463X05055133.
- ARAÚJO, E.; BARROS, V. Modo deadline: uma análise sobre o tempo das mulheres académicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [s.l.], v. 10, n. 22, p. 173-186, maio-ago. 2017.
- ARAÚJO, E.; BARRETO, A. A importância do tempo no desenvolvimento: esboço de uma problemática. **Configurações**, [s.l.], v. 11, p. 161-174, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1854>. Acesso em: 28 out. 2024.
- ARAÚJO, E.; BENTO, S. **O Teletrabalho e a aprendizagem**: contributos para uma problematização. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

ARAÚJO, E.; BENTO, S.; SILVA, M. Politicizing the future: on lithium exploration in Portugal. **European Journal of Futures Research**, [s.l.], v. 10, n. 23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40309-022-00209-3>.

ARAÚJO, E.; CASTAÑEDA-RENTERÍA, L. El tiempo y las pandemias: reflexiones sobre la crisis del tiempo. **ARXIUS de Sociología**, [s.l.], v. 45, p. 67-82, 2021. ISSN: 1137-7038. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/83013>. Acesso em: 28.10.2024.

ARAÚJO, E.; FERNANDES, A.; RIBEIRO, R. A urgência dos ritmos festivos: análise a partir do caso de S. João de Sobrado. In: SALES, C.; ARAÚJO, E.; COSTA, R. (org.). **Tempo e sociedade em suspenso**. Lisboa: CIES_ISCTE, 2020. p. 143-157. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/70048>. Acesso em: 28.10.2024..

ARAÚJO, E.; SILVA, Sa. Temos de fazer um cavalo de Troia elementos para compreender a internacionalização da investigação e do ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.

BALANDIER, G. **Sociologie actuelle de l'Afrique Noire**: dynamique des changements sociaux en Afrique centrale. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

BERGMANN, W. The Problem of Time in Sociology: An Overview of the Literature on the State of Theory and Research on the 'Sociology of Time'. **Time & Society**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 81-134, 1992.

BOURDIEU, Pierre. La société traditionnelle: attitude à l'égard du temps et conduite économique. **Revue Sociologie du Travail**, [s.l.], v. 1, p. 25-45, 1963.

CASTAÑEDA-RENTERÍA, L.; ARAÚJO, E. Atrapadas en casa: maternidad (es), ciencia y COVID-19. **Brasilian Journal Education, Techonology and Society**, [s.l.], v. 14, p. 75-86, 2021.

CASTAÑEDA-RENTERÍA, L.; ARAÚJO, E. (ed.). **Tiempo y sociedad**: Reflexiones y temas emergentes (p. 15-42). [S.l.]: Sb editorial, 2023.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LEVINE, R. V. **The geography of time**. New York: Basic Books, 1987.

SILVA, A. M.; ARAÚJO, E. Calendário letivo, ritmos e tempo COVID-19: uma reflexão sobre o doutoramento. In: SALES, C.; ARAÚJO, E.; COSTA, R. (org.). **Tempo e sociedade em suspenso**. Lisboa: CIES_ISCTE, 2020. p. 159-172. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/73747>. Acesso em: 28.10.2024

Mónica Franch (entrevista e edição)

Doutora em Antropologia (PPGSA-UFRJ), professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 pelo CNPq.

Endereço profissional: Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Câmpus Jardim Cidade Universitária, João Pessoa, PB. CEP: 58050-585.

E-mail: monicafranchg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3845-3841>

Rosamaria Giatti Carneiro (entrevista e edição)

Doutora em Ciências Sociais (PPGCS-Unicamp), professora da Universidade de Brasília (UnB), coordenadora do Grupo de Pesquisa CASCA (Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva). Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq.

Endereço profissional: Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Câmpus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF. CEP: 70000-000.

E-mail: rosacarneiro@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1271-7645>

Daiana Maria Santos de Sousa Silva (transcrição e análise)

Mestra em Direitos Sociais e Reivindicatórios (IESB), Mestra em Saúde Coletiva (FS-UnB), Doutoranda em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas – PPGEcSA (UnB). Professora Universitária do Curso de Direito.

Endereço profissional: Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, SIGA Área Especial para Indústria, Lote 2/3, Scc St. Leste Industrial, Gama, Brasília, DF. CEP: 72445-020.

E-mail: daianagcel@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7612-1429>

Susi Francis Amaral Piva (transcrição e análise)

Mestra em Direitos Humanos (PPGIDH-UFG), Doutoranda em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA-UnB). Coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos no Distrito Federal (ReBEDH-DF). Professora da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Endereço Profissional: EC 114 Sul, SQS 114, Área Especial, s/n, Asa Sul, Brasília, DF. CEP: 70.377-000.

E-mail: susipiva1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2041-4502>

Como referenciar esta entrevista:

FRANCH, Mónica *et al.* Novas Arquiteturas do Tempo: uma conversa com Emília Araújo. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e103728, p. 143-160, setembro de 2024.

Das Agriculturas Holocênicas ao Controle Colonial da *Plantation*: as (r)existências das sementes crioulas

Josiane Carine Wedig¹

Helena Rodrigues Lopes^{2,3}

Brendo Henrique da Silva Costa⁴

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, Brasil

²Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³Articulação Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil²

⁴Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

Resumo

Este ensaio propõe seguir as sementes que são parte fundante da constituição da vida no planeta e da composição das agriculturas holocênicas. Argumenta-se que as agriculturas foram profundamente alteradas com o colonialismo e a imposição da *plantation*, processo que foi ampliado em meados do século XX e teve consequências devastadoras. Desse modo, a emergência do Antropoceno – nomeação que remete às alterações geológicas provocadas pelo avanço do extrativismo colonial de florestas, minérios e monoculturas, reduziu, enormemente, a sociobiodiversidade da Terra. Os conhecimentos de coletivos indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros, também foram erodidos em nome de uma racionalidade moderna colonial que se impôs violentamente sobre esses povos. Em contraposição, é possível identificar formas de (r)existências que criam ressurgências por meio de socialidades multiespécies. Nesse sentido, a análise que apresentamos é inspirada em duas etnografias realizadas com sementes crioulas, uma no Nordeste e outra no Sul do Brasil.

Palavras-chave: Relações Multiespécies; Colonialismo; Ciência Moderna; Revolução Verde; Antropoceno/Plantationoceno.

From Holocene Agriculture to Colonial Control of Plantation: the resistances of creole seeds

Abstract

This essay proposes following seeds, which are a fundamental part of the constitution of life on the planet and of the composition of Holocene agriculture. It argues that agriculture was profoundly altered by colonialism and the imposition of plantations, a process that was extended in the mid-20th century and had devastating consequences. In this way, the emergence of the Anthropocene – a name that refers to the geological changes caused by the advance of colonial extractivism of forests, minerals and monocultures – has greatly reduced the Earth socio-biodiversity. The knowledges of indigenous peoples, quilombolas, peasants and others have also been eroded in the name of a modern colonial rationality that has violently imposed itself on these peoples. In contrast, it is possible to identify forms of resistances that create resurgences through multi-species socialites. In this sense, the analysis we present is inspired by two ethnographies carried out with creole seeds, one in the Northeast and the other in the South of Brazil.

Keywords: Multispecies Relationships; Colonialism; Modern Science; Green Revolution; Anthropocene/Plantationocene.

Recebido em: 16/01/2024

Aceito em: 14/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

As sementes compõem as formas de vida na Terra ao longo de bilhões de anos. Foram elas que permitiram, junto a outros entes, a emergência das agriculturas, no período geológico do Holoceno, há cerca de 12.000 anos. Elas diferem, infinitamente, entre si e são organismos vivos situados dentro de profundas e emaranhadas histórias, criando socialidades multiespécies entre plantas, animais, humanos e outros seres, que tornaram possível o florescimento de diversos ecossistemas, com suas singularidades (Tsing, 2019).

No entanto, essa enorme sociobiodiversidade do planeta foi profundamente alterada nos últimos 500 anos, a partir da instituição do padrão de poder moderno colonial, que estabeleceu a *plantation*, caracterizada pela apropriação da terra – transformada em latifúndios –, pelo avanço das monoculturas e pela escravização de povos da Abya Yala e da África. Foi por meio da eliminação massiva de florestas, pelo extrativismo de minérios e pelo genocídio, etnocídio, ecocídio de coletivos, que esse modelo foi violentamente imposto.

Para as *plantations*, foi selecionado um número reduzido de sementes, que passaram a ser confinadas e manejadas para maximizar a produção (Tsing, 2015), com cultivos estendidos em larga escala. Isso provocou a extinção em massa de sementes das agriculturas holocênicas. Tal modelo destrutivo foi acelerado, sobretudo, em meados do século XX, com a Revolução Verde, que intensificou o controle das sementes, por meio da conexão entre agricultura e indústria. As sementes passaram a integrar um pacote tecnológico que englobava também fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e máquinas movidas por combustíveis fósseis.

Desse modo, neste ensaio, argumentamos que a produção colonial das *plantations* acarretou destruições de relações multiespécies e dos modos de vida holocênicos, provocando mutações climáticas de escala planetária, nominadas de Antropoceno/Plantationoceno. Em contraponto a esse avanço monocultural, apresentamos modos de (r)existências que comunidades indígenas, quilombolas e camponesas realizam com as sementes crioulas em suas roças, quintais, casas, festas e feiras.

Cabe salientar que o termo “sementes crioulas” é utilizado, de forma ampla, por diferentes movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos e coletivos que atuam com as sementes e há uma variedade de nomes em cada região/território/comunidade, a exemplo de “sementes da paixão”, “sementes da gente”, “sementes da vida”, “sementes nativas”, “sementes tradicionais”. Os coletivos, que se relacionam com as sementes crioulas, criam espaços para cuidar, compartilhar e celebrar, cultivando refúgios e ressurgências diante do Antropoceno. As sementes crioulas estão

emaranhadas às vidas humanas e geram existências mútuas e complexas cosmoecologias. São, portanto, essas sementes que se distinguem daquelas da *plantation* – controladas pelos grandes proprietários e, posteriormente, pela indústria, transformadas em patentes.

As duas etnografias, que deram base para este ensaio, estão enraizadas em comunidades locais. Uma delas foi realizada na Região Nordeste do Brasil, mais precisamente no semiárido do Ceará, onde as histórias das sementes crioulas são atravessadas pela composição das “Casas de Sementes”, criadas na década de 1970 por agricultoras/es para armazenamento e disponibilização de sementes para o período de plantio, quando as chuvas anunciam sua chegada. A outra foi feita na Região Sul do país, no Sudoeste do Paraná, lugar em que ocorrem festas e feiras de sementes crioulas que se popularizaram no início dos anos 2000, como uma forma de resistência frente ao avanço das sementes transgênicas.

As diferentes formas de circulação de sementes crioulas entre as comunidades possibilitam o cultivo da diversidade de suas roças e quintais. É, portanto, essa relação que buscamos discutir aqui, com intuito de compreender como as práticas de ressurgência holocênica são criadas por meio de composições multiespécies. Consideramos que perceber as vidas biográficas e políticas desses emaranhados permite trazer para a pesquisa as agências de diversos seres e suas implicações (Kirksey; Helmreich, 2020).

Este ensaio está dividido da seguinte forma: na primeira seção, fazemos uma análise mais ampla sobre a violência colonial que se sobrepôs às florestas, aos povos e às suas agriculturas. Discutimos como o controle sobre as sementes é parte central da *plantation* e foi ampliado com o avanço agroindustrial que transformou as sementes em patentes e *commodities*. Argumentamos que o crescimento das monoculturas, em milhões de hectares, é um dos fatores principais da destruição socioambiental no Antropoceno/*Plantationoceno*. Na seção seguinte, abordamos como a Ciência Moderna, a partir da perspectiva hegemônica de conhecimento, tem promovido o avanço do modelo colonial de agricultura e como os saberes de coletivos indígenas, quilombolas e camponeses, têm sido desconsiderados. Em seguida, apresentamos o contexto de realização das duas etnografias e alguns dos principais elementos das relações dos coletivos com as sementes crioulas. A parte final do ensaio é composta de considerações que indicam desdobramentos possíveis da análise aqui realizada.

2 As Violentas Transformações das Agriculturas Holocênicas pelo Avanço do Colonialismo, das *Plantation* e da Revolução Verde

A história das sementes está relacionada à composição da vida no planeta, marcada pelos vínculos constituídos entre os diferentes seres (Carson, 2010). Também a humanidade foi gerada nessas densas redes de compartilhamentos (Dooren; Kirskey; Münster, 2016). Anna Tsing (2019) salienta que a vida depende dessas relações, nas quais ocorre a conjunção entre variadas conectividades de interdependência, que criam coletivos.

A era geológica mais recente, denominada Holoceno, é o período em que emergiram as condições para o surgimento das agriculturas, em que as relações multiespécies cocriaram

territórios sociobiodiversos. Tal interação permitiu que florescessem cosmo-ontologias e conhecimentos complexos entre humanos e outros seres, que geraram múltiplos modos de existência, com distintas formas de práticas de cultivo, coleta, habitação, alimentação e saúde. Essas tecno(eco)logias foram desenvolvidas em diferentes lugares do planeta (Tsing, 2019).

A título de exemplo sobre essas relações, pode-se destacar a discussão de Kistler *et al.* (2018), que, por meio de análises linguísticas, arqueológicas e dos genomas das plantas ancestrais de milho, apresentou como ao longo de mais de 9.000 anos os humanos e essas plantas se relacionaram e tiveram o México como seu centro de dispersão. Esses movimentos permitiram que as sementes de milho chegassem até a América do Sul há 6.500 anos.

Observa-se que se relacionar com as sementes requer práticas minuciosas de atenção aos diversos tipos de vida (Dooren; Kirskey; Münster, 2016). Essas artes de notar nos levam a prestar atenção às habilidades regenerativas da Terra e às conexões entre as diversas formas de vida e os envolvimento entre humanos e outros seres.

As relações multiespécies e as agriculturas holocênicas foram profundamente alteradas com o colonialismo, a partir do século XV e XVI, por meio dos processos de extinção provocados pela *plantation* – como um modelo de agricultura baseado no latifúndio, na escravização, na monocultura e na exportação da produção para as metrópoles europeias. Nesse período, também foi difundida a noção do excepcionalismo humano que marca o controle, a classificação e a categorização dos seres como recursos exploráveis, provocando a eliminação massiva de inúmeras espécies vivas, conduzidas à catástrofe, com uma rapidez sem precedentes.

Lugones (2014, p. 938) demonstra que a imposição do padrão de poder moderno colonial estabeleceu a gestão e o controle sobre os seres por meio da introdução da forma “instrumental da natureza”. Tal concepção antropocêntrica converteu múltiplos entes em objetos manipuláveis, com fins de rentabilidade e de acumulação, afetando, violentamente, a sociobiodiversidade do planeta. Isso criou simplificações dos ecossistemas e bloqueou paisagens multiespécies, exterminando aqueles que não eram vistos como passíveis de transformação para ganhos econômicos, extinguindo seres constituídos ao longo de bilhões de anos de história terrestre.

É dessa forma que, na *plantation*, ao impor um número reduzido de espécies cultivadas em largas extensões, as plantas foram coagidas a crescerem em linhas administradas e, com isso, foram eliminadas, gradativamente, as florestas – definidas como caóticas –, e todas aquelas plantas – decretadas como ervas daninhas¹ –, animais e outros entes, que não são vistos como espécies lucrativas. Conseqüentemente, foi sendo extraída a vitalidade da terra, das águas e do ar, diminuindo o campo de relacionalidade entre espécies devido à extinção em massa da sociobiodiversidade (Tsing, 2019).

Cabe salientar que o excepcionalismo humano forjado nesse paradigma foi aticulado também ao racismo e ao eurocentrismo. Conforme aponta Kilomba (2019), o racismo

¹ Carson (2010) explica que essas noções remetem, em geral, às plantas silvestres que não são vistas com alguma utilidade imediata e, portanto, não são cultivadas, e sua presença pode ser considerada indesejável ou indiferente, e, por isso, são condenadas à destruição imediata. Situação semelhante também ocorre com os animais, por exemplo, os insetos e as aves. Atualmente, essa eliminação ocorre pela aplicação de agrotóxicos, substâncias que afetam os seres diretamente alvos da pulverização e todos aqueles ao alcance dos resíduos desses produtos químicos.

foi a base do empreendimento colonial ao estabelecer hierarquizações em que povos indígenas e africanos foram submetidos a estruturas discriminatórias, que atribuíram humanidade apenas aos homens brancos, europeus, cristãos e heterossexuais, enquanto sobre os demais povos foram estabelecidas categorizações como selvagens, primitivos, bárbaros e irracionais, desumanizando-os.

Dessa forma, aquelas pessoas consideradas como não brancas foram violentamente destituídas da terra pelo genocídio e pela escravização nas *plantations*. Fanon (2005) analisou a brutalidade dessas ações militares, executadas pelo Estado colonial, que destruíram modos de vida, formas de pensamento e os territórios de coletivos afro e indígenas.

A *plantation* foi, portanto, o principal motor da expansão colonial europeia que produziu um modo de controle sobre o globo, mediante o mercado de distribuição internacional de produtos (Tsing, 2015). Trata-se de um padrão de poder que maximiza a velocidade de replicação, por meio do disciplinamento e da coerção dos entes, transformando-os em recursos e “removendo-os de seus mundos de vida” (Tsing, 2019, p. 235). São, portanto, projetos escaláveis que são expandidos para diferentes lugares do globo, com foco no crescimento e no lucro (Tsing, 2019).

Com isso, as mercadorias produzidas nas colônias foram escoadas para o abastecimento dos países centrais do sistema-mundo moderno colonial, que acumularam lucros enormes, enquanto nas periferias foram geradas misérias extremas (Quijano, 2005). Sobre esse aspecto, Fanon (2005) observou que, enquanto os lugares que foram subdesenvolvidos com o colonialismo atravessaram situações de uma geografia da fome, as elites dos países colonizadores (ou mesmo as elites internas dos países colonizados) mergulharam na opulência ostensiva, construída pela violência do extrativismo do trabalho das pessoas que foram escravizadas e da riqueza arrancada da terra das regiões colonizadas.

A situação colonial e a colonialidade que é perpetuada demonstram como esse sistema retirou e segue retirando seus bens dos países colonizados. No termos de Fanon (2005), a história da colonização é de pilhagem, roubo e violação. Ainda sobre essa questão, Ferdinand (2022) demonstra que tais encadeamentos produziram uma maneira violenta de habitar a Terra – o habitar colonial – por meio da destruição de modos de vida de povos e dos ecossistemas.

Esse padrão de poder operou (e segue operando) sobre codificações (Deleuze; Guattari, 1997) das diversidades existentes, desmantelando modos de existência dos povos da terra e dos demais seres, impondo sobre eles um tipo de codificação, regido pelo Estado e pelo mercado, que transforma os territórios desses coletivos em propriedade privada, difundindo a produção monocultural de *commodities* e do pensamento.

Mesmo com a abolição da escravização no século XIX, a *plantation* não parou de funcionar, perpetuando-se por meio das formas de exploração e de precarização do trabalho; da concentração de terras e do avanço das monoculturas sobre as áreas de florestas e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Com isso, esses povos foram perdendo o direito de permanecer em seus lugares de vida e impedidos de realizar suas ecologias de práticas e saberes (Stengers, 2005), que incluem uma diversidade de modos de existência.

Ao longo de séculos, essas violências coloniais foram escamoteadas e elaboradas como narrativas oficiais, em nome daquilo que os colonizadores definiram como civilização, progresso, crescimento e desenvolvimento. Essas noções têm como base a concepção da flecha do tempo única, linear e universal, que se move das comunidades que foram classificadas como “selvagens e primitivas” para as sociedades “modernas”, cujo ponto de chegada são aquelas euro-norte-globais (Stengers, 2009).

Tal modelo colonial e capitalista da *plantation* foi ampliado em escala, velocidade e sincronidade após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo, com a denominada Revolução Verde, que provocou a grande aceleração e a expansão agrícola-urbano-industrial. Nesse contexto, o controle econômico, político, social e ambiental da produção intensificou-se com a criação dos oligopólios agroindustriais que difundiram agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, realizaram modificações laboratoriais de sementes (híbridas e, em seguida, geneticamente modificadas) e adaptações das máquinas de guerra para a mecânica da agricultura. Com isso, passa a ser disseminada, internacionalmente, uma forma de fazer agricultura altamente dependente de insumos exógenos, processados e transportados em largas distâncias, provocando intensa poluição.

Esse modelo de desenvolvimento recebeu/recebe vultosos investimentos públicos aportados por governos, além de financiamentos de instituições internacionais e de corporações, por meio dos quais Estado, Mercado (Indústria) e Ciência se interligam com o intuito de produzir e de difundir tal padrão agroindustrial. De acordo com Bonneuil *et al.* (2011), entre os principais eventos que marcam esse período, destaca-se a produção industrial de sementes (e grãos) de soja, milho e trigo, definidos como *commodities* no mercado internacional.

Esses arranjos passaram a ser nomeados como agronegócio, que remete a uma agricultura monocultora, ampliada em escala e velocidade, centrada em cadeias longas de processamento e de distribuição de produtos ultraprocessados, controladas pelos impérios constituídos pelas corporações transnacionais, que bloqueiam, cada vez mais, a autonomia e a diversidade de cultivos das comunidades locais (Ploeg, 2008). Tal expansão das monoculturas está conectada também ao aumento vertiginoso da produção industrial de carne (fundamentalmente, frangos, porcos e gado), ligada à disseminação de megacidades, em todos os continentes, globalizando o modelo estadunidense de crescimento (Haraway, 2018).

No Brasil, esse pacote tecnológico passou a ser propagado durante as décadas de 1960 e 1970, período da Ditadura Militar, tendo como consequência a concentração, cada vez maior, da terra e do poder político e econômico, provocando intenso êxodo rural em todas as regiões do país (Palmeira, 1989). De acordo com Krenak (2019), essa aceleração da modernização arrancou ainda mais as pessoas do campo e da floresta, deslocando-as de seus coletivos, lugares de origem e da terra, jogando-as em periferias urbano-industriais, precarizando a vida.

Em consequência das devastações provocadas pelo avanço do extrativismo, das *plantations* e da industrialização, vêm ocorrendo intensas mutações climáticas em escala planetária. Elas são observadas na contaminação, envenenamento, esgotamento e exaustão da terra, da água, do ar; na simplificação dos ecossistemas e na morte de pessoas e de outros seres. Diversos cientistas têm denominado o atual período, em que

ocorrem profundas alterações geológicas da Terra, provocadas pelas atividades humanas, como Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000). No entanto, Haraway (2016, 2018) e Tsing (2019) consideram que caberia bem mais nomeá-lo como Plantationoceno, pois as destruições são decorrentes da homogeneização da biota da Terra, provocada pelo modo de produção que reduziu as interações multiespécies holocênicas e, com isso, ameaça a habitabilidade, pela destruição dos “espaços-tempos de refúgio” (Haraway, 2016, p. 144).

Haraway (2018) demonstra que, nas últimas décadas, intensificaram-se as operações de controle e normatizações impostas para o avanço urbano-industrial e a criação de metrópoles em todos os continentes. Nesse contexto, ocorrem modelagens globalizantes, que definem quais seres são forçados a nascer – para a maximização e a acumulação de lucros – e quais são aqueles forçados a desaparecer – submetidos às políticas de morte, de genocídio e ecocídio, perpetuadas pelas forças de repressão do colonialismo, dos Estados-Nação e daqueles que concentram o capital. A autora explica que tal época é marcada por multiplicações do viver e do morrer sem precedentes, conectadas à reprodução de uma estrutura desigual de riqueza e de consumo.

Frente a esse processo em curso, concordamos com Ferdinand (2022) que há uma relação entre o colonialismo, a escravização e as sistemáticas agressões ambientais. Tal padrão de poder segue sendo perpetuado e intensifica as mutações climáticas em escala planetária, de forma cada vez mais acelerada. Também Tsing (2016) tem analisado como as *plantations* movem patógenos e são criadoras de virulências, provocando devastações no planeta. Esse novo regime climático, segundo Latour (2020), está no centro dos problemas geopolíticos, ligados às injustiças e às desigualdades, e que, no entanto, está varrendo as fronteiras nacionais e seus muros, em razão da erosão, poluição, destruição dos *habitats*, etc. O autor chama a atenção para como os planos de modernização e de desenvolvimento não são compatíveis com o planeta. Em seus termos, os modernos seguem saqueando o solo, usando e abusando dele e, assim, a Terra começou a revidar de forma cada vez mais violenta às suas investidas.

Na próxima seção, analisamos como a Ciência Moderna (régia) está intrinsecamente ligada às *plantations* e como as formas distintas de ecologias de práticas e ciências experimentais são fundamentais para fortalecer alianças contracoloniais (Santos, 2015) entre os povos da terra, das águas e das florestas para que se possa criar outros modos de habitar o planeta.

3 A Ciência Moderna e a Propriedade Industrial das Sementes

Nesta seção, discutimos como as sementes, que permitiram a emergência das agriculturas holocênicas, passaram por processos de captura com o avanço das *plantations*, por meio da classificação e da hierarquização daquelas que deviam ser reproduzidas nas monoculturas e de outras que seriam eliminadas como pragas. Nos propomos a abordar, ainda, como a Ciência Moderna – instituída a partir do século XVI – participa de procedimentos ligados ao controle das sementes e dos seres que foram definidos como recursos. A racionalidade moderna está fortemente ligada ao poder colonial que estabeleceu a racialização dos povos e, nessa classificação, “[...] qualquer forma de saber

que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada” (Kilomba, 2019, p. 53).

No contexto da *plantation*, das monoculturas, as sementes passam pelo controle biopolítico de vida e morte, pois algumas delas são forçadas e coagidas a existirem – em estruturas industriais de larga escala de reprodução do capital –, enquanto outras são eliminadas por meio de pulverizações cada vez mais intensas de agrotóxicos, já que foram concebidas na linha ontológica ocidental e colonial do não ser. Nesse padrão de poder e de produção, poucas espécies e variedades de sementes são confinadas e manejadas para maximizar a fertilidade (Tsing, 2015). Além disso, Coccia (2018) analisa como a sociedade moderna fala pouco das plantas e quase não sabe seus nomes, sendo que, nas metrópoles, elas são tratadas como bibelôs e, fora desses muros, a maioria delas é considerada erva daninha.

Stengers (2009) assinala que a transformação da terra em propriedade privada provocou a destruição dos meios de vida e de inteligências coletivas, concretas e situadas, ligadas aos modos de existência comuns dos quais todos os seres dependiam. A autora afirma que ocorreu uma “operação de erradicação cultural e social”, cometida em nome da “civilização” e da “razão”, em que a destruição de humanos e de outros seres, nos territórios, está associada à eliminação correlata de seus conhecimentos (Stengers, 2017, p. 9). De maneira semelhante, Lugones (2014, p. 938) enuncia que o colonialismo apagou práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem e do cosmos.

Para Shiva (2003), a imposição do saber ocidental dominante, estipulado como único e universal, provocou a erosão dos saberes de diversos povos da terra, submetendo-os a políticas de eliminação e de invisibilização. Essa estrutura de poder, expressa pela violência epistêmica da colonialidade do saber, desqualificou conhecimentos de coletivos definidos como não modernos, declarando-os inválidos, mesmo quando se apropriou deles sem os reconhecer como emergentes em contextos não eurocêntricos (Kilomba, 2019).

Nos termos de Latour (1994), aqueles que se definiram como modernos estabeleceram categorizações e separações dicotômicas entre aquilo que designaram como racional e irracional, falso saber e verdadeira Ciência, humano e não humano. Essa classificação permeou também oposições entre o que foi definido como sociedade e natureza, impondo uma concepção antropocêntrica – feita em termos da afirmação da superioridade humana, em oposição aos outros seres – que difunde um paradigma que transforma tudo em recurso (Tsing, 2019). Nessa racionalidade hegemônica, uns se sentiram “livres para estudar e categorizar outros” (Stengers, 2017, p. 2).

Desse modo, a imposição da Ciência Régia (com C maiúsculo), centrada no Estado e no mercado global, se autoafirmou como superior frente a outros sistemas de saberes, associados a diversos povos, aos quais foi atribuída a irracionalidade e a crença (Stengers, 2017). Foi outorgada racionalidade somente ao que era elaborado por elites intelectuais europeias (Federici, 2017). Tsing (2019) argumenta que a Ciência Moderna se pauta no excepcionalismo humano, em uma concepção de Homem, o qual se considera autônomo e soberano em relação aos outros existentes. Os demais seres, definidos como não humanos, passaram a ser vistos como fontes de matérias-primas para a acumulação do capitalismo mundial. Essa suposta superioridade do *Homo sapiens* nega as interdependências multiespécies, o que fica visível no controle da *plantation*.

De acordo com Shiva (2003), a partir desse saber científico dominante, produziu-se também uma monocultura mental, análoga à monocultura da *plantation*, que tenta fazer desaparecer os conhecimentos plurais e multidimensionais. Dessa maneira, são ocultados milênios de saberes dos diversos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Tais conhecimentos ancestrais, ligados aos distintos modos de fazer agriculturas, foram julgados como obstáculo à produção de mercadorias coloniais. Essa economia do conhecimento hegemônica torna-se a base da formulação régia da Ciência Moderna (Stengers, 2009).

Também as sementes, cultivadas ao longo de milhares de anos, nas agriculturas holocênicas, foram consideradas ineficazes, primitivas e inferiores – pela perspectiva eurocêntrica do ser, do saber e do poder –, mesmo quando seu valor nutricional é comprovadamente maior (Shiva, 2003). Desse modo, o modelo de agricultura da *plantation* foi ampliado em escala e em padronização ao operar sobre a propriedade industrial das sementes.

No último século, as sementes foram, cada vez mais, objetificadas, manipuladas e transformadas em mercadorias ao serem inseridas nos sistemas das corporações, por meio do registro de patentes. Sobre esse aspecto, Shiva (2003) discute como a engenharia genética e a biotecnologia passam a privar as sementes de suas capacidades autorregenerativas e de reprodução, colonizando-as por meios técnicos. Frente a isso, a cada novo ciclo de plantio, as famílias agricultoras são obrigadas a comprá-las dos oligopólios pagando *royalties*. Conforme salienta a autora, tal apropriação dos processos vitais das sementes tem sido uma das violências fundamentais sobre as agriculturas dos povos, principalmente daqueles do chamado “Terceiro Mundo”. Em oposição, as organizações camponesas, em diversos lugares do mundo, denunciam as multinacionais das sementes pela produção de dispositivos técnicos que manipulam as sementes para a esterilização a partir da segunda geração.

Também Stengers (2009) analisou como as sementes foram transformadas em propriedade privada industrial, instituída na década de 1990, nos Estados Unidos da América, por intermédio da lei que autorizou o registro de patentes de organismos vivos. Ainda sobre essa forma de poder, que captura a agência das sementes, a autora discute como foi exacerbada a apropriação no final do século XX e início do XXI, a partir da produção de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou transgênicos, sementes que contêm genes modificados e resistentes, por exemplo, a herbicidas. Tal domínio foi instaurado por meio de pressões internacionais, como da Organização Mundial do Comércio (OMC), de multinacionais e seus *lobbys*, combinadas com a promulgação de leis pelos Estados.

Shiva (2003) explica como o sistema agroindustrial passou a controlar as sementes e inseriu no mercado variedades denominadas como de alto rendimento (VAR) que, no entanto, são altamente dependentes de adubos químicos e agrotóxicos. Para referir essa dependência, Shiva (2003) as considera como variedades de grande receptividade (VGR). A autora discute como as corporações multinacionais visam, cada vez mais, criar formas universais e globais de controle das sementes, enquanto aquelas sementes que circulam de outras maneiras pelo mundo, ligadas às formas contextuais e relacionais de agriculturas, são eliminadas, definidas como inferiores e consideradas como empecilho

para o crescimento monocultural. Isso provocou a erradicação de milhares de sementes tradicionais que compunham as roças de coletivos camponeses, indígenas e quilombolas.

Cabe salientar que as sementes passaram para o domínio industrial mediante ações fomentadas por institutos de pesquisa públicos e privados, pelo crédito agrícola e pela extensão rural, subsidiados pelo Estado, com investimento público. No Brasil, assim como ocorreu em vários outros países, essas sementes foram difundidas pelo Estado, em consonância com empresas multinacionais dos Estados Unidos da América (Carvalho; Nodari; Nodari, 2017).

Como já discutimos, esse controle industrial da agricultura (e também da silvicultura e produção animal) acelerou a destruição das florestas e expulsou da terra aqueles coletivos humanos que não adotaram essa forma de produção (do pacote tecnológico) e que são classificados como atrasados (Shiva, 2003). Além disso, essa padronização, que amplifica o modelo monocultural da *plantation*, torna as plantas cada vez mais vulneráveis a todo tipo de doenças, provocando o aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos que são pulverizados sobre as lavouras, por via aérea e terrestre, acarretando ainda mais destruição de relações multiespécies.

Frente a essas aceleradas devastações dos ecossistemas e extinções em massa, em escala planetária, há a necessidade de engajamentos em experimentações que busquem criar possibilidades de um futuro que não seja catastrófico. Nesse sentido, há urgência de articulação entre as ecologias de práticas e saberes dos coletivos e as ciências experimentais, que se opõem a formulações gerais e consensuais de um modelo universal da Ciência Moderna (Stengers, 2009).

Quando consideramos as dinâmicas das agriculturas dos povos, constata-se que, ao longo de milhares de anos, elas foram realizadas sem sementes industriais e transgênicas, a partir de conhecimentos locais integrados aos ecossistemas (Toledo; Barrera-Bassols, 2008; Tsing, 2019). Os povos indígenas, quilombolas e camponeses resistem, desde há 500 anos, às violências coloniais, por meio de outras formas de fazer agriculturas, criadas nas margens da *plantation* e ligadas às relações multiespécies. Os refúgios e as ressurgências dessas agriculturas holocênicas são parte das lutas por descolonização e contracolônização (Santos, 2015). Também as ciências experimentais, como a agroecologia, abrem possibilidades de se compreender outros modos de existir, ao reconhecer socialidades nas quais os seres estão vinculados uns aos outros, de forma variada (Wedig; Ramos, 2023).

Nos interessa, portanto, discutir, a partir de duas experiências etnográficas, como as sementes crioulas compõem as agriculturas de coletivos e constituem formas de resistências às *plantations*, cultivando outros modos de habitar o planeta, em que, ao invés da destruição massiva de seres, fazem ressurgir alianças multiespécies nas roças e quintais.

4 Semear, Cuidar e Compartilhar: (re)criando ressurgências com as sementes crioulas

Mesmo com a onipresença das *plantations*, elas não estão em todas as partes, e em suas margens (r)existem refúgios de paisagens multiespécies (Tsing, 2016). Os coletivos que cultivam ressurgências, diante do intenso processo das mutações climáticas do Antropoceno/Plantationoceno, são aqueles que seguem ligados à terra e que foram classificados, pelo colonialismo, como sub-humanidade, a saber, os povos indígenas, quilombolas, caiçaras, quebradeiras de coco, seringueiros, assentados e acampados de reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos, camponeses e outros (Krenak, 2019). São povos que cultivam relações com a terra, a água e a floresta e com diversos seres que compõem suas cosmo-ontologias.

Nesse sentido, o que propomos nesta seção é contar histórias de alianças com as sementes crioulas, feitas por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, em duas diferentes regiões do país, que estabelecem (r)existências frente ao avanço violento das sementes (transgênicas), difundidas pelos oligopólios agroindustriais multinacionais e pelos Estados Nacionais. Entendemos que é nas margens da *plantation*, das monoculturas, que se estabelecem resistências e cocriações outras, marcadas por intensas relações multiespécies (Tsing, 2019). Discutimos, portanto, como coletivos têm cultivado agriculturas holocênicas em oposição ao agronegócio e suas *plantations*. Para os coletivos dos locais envolvidos nas pesquisas o valor mais essencial é a terra e seus modos de vida comum, sendo reconhecida como a matriz do mundo (Ferdinand, 2022), com a qual se estabelece uma cosmopolítica e se criam alianças entre humanos e outros seres. A terra enreda territórios nos quais são acionados diversos modos de existência e de conhecimentos.

Um componente central dessas (r)existências é a manutenção das sementes crioulas, que permitem o cultivo de suas agriculturas. Nas duas pesquisas de campo, as quais apresentamos a seguir, pode-se observar inúmeras estratégias para compor mundos com as sementes. É possível perceber como regiões distintas, como o Nordeste e o Sul brasileiros, estão conectadas, cada uma à sua maneira, pelas estratégias de cultivo, cuidado, armazenamento e compartilhamento das sementes crioulas, relacionadas aos modos de vida dos povos.

Na pesquisa de campo realizada por umas das autoras deste artigo (Lopes, 2022), o principal objetivo foi apreender as dinâmicas associadas às Casas de Sementes organizadas de forma coletiva no semiárido do Ceará, desde a década de 1970. As primeiras Casas de Sementes, ou Bancos de Sementes, como eram chamados à época, são parte de um trabalho coletivo que envolvia agricultoras/es, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e líderes da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação e à Teologia da Enxada² e que se iniciou na região de Tauá, Ceará, se expandindo para todo o estado.

As Casas de Sementes se localizam na região do semiárido brasileiro, onde há baixo nível de umidade, escassez de chuvas anuais, precipitações irregulares durante

² Trata-se de orientações teológicas populares, consideradas como emergentes da realidade do povo, especialmente a partir das populações empobrecidas, residentes nas periferias urbanas e no meio rural, e que podem ser caracterizadas como progressistas no âmbito da Igreja Católica (Calado, 2018).

o ano, longos períodos de carência hídrica, solos parcialmente salinos e ausência de rios perenes (Ab'Sáber, 1999). Contudo, para além das descrições edafoclimáticas, há outras problemáticas que atravessam a vida das populações camponesas, a exemplo da concentração colonial das terras.

As condições precarizadas de vida no campo foram um dos motes da organização das Casas de Sementes pelas famílias agricultoras, para garantir o acesso à documentação, à terra e a outros direitos. No que se refere diretamente às sementes, a cada período de plantio, as famílias enfrentavam problemas de acesso, sobretudo, porque viviam na condição de empregadas/os nos latifúndios e, para conseguir as sementes, era necessário trabalhar primeiro para o “patrão”, quem controlava a terra, o trabalho das/os agricultoras/es e a própria produção nos roçados.

Como o período de chuva no semiárido é bem delimitado, muitas vezes, as famílias agricultoras perdiam o momento do solo molhado, inviabilizando o plantio dos seus roçados e, com isso, ficava ameaçada a sua provisão de alimentos. Não poder plantar para si é não ter alimentos e nem reservas de sementes para o próximo plantio, o que aprofundava as relações de dependência com o “patrão”. Em uma carta datada de 1976, é possível compreender tal situação a partir das palavras do agricultor cearense Antônio Sabino:

Então, o que fazia [quando a chuva chegava]? Ia na casa de um proprietário [“patrão”] aventureiro que sempre guarda para essa ocasião. Acontece, então, que chove pela noite, o pobre levanta pelas 5h da manhã e vai lá. Chega e diz: “seu fulano, me arrume um legumezinho para eu plantar”. Ele responde: “trouxe a enxada para trabalhar?”. Ele [o agricultor] diz: “não”. O proprietário fala: “pois vá buscar que de tarde leva [as sementes]” (Esplar, 2015).

Eram essas as condições impostas às/aos agricultoras/es e que motivaram o trabalho coletivo com as sementes. De acordo com o Padre Holmes, uma das lideranças nas décadas de 1970/1980, na região de Tauá, Ceará: “[...] se o pessoal tivesse a semente, aí não precisava pedir dinheiro emprestado ao patrão. E aí poderia trabalhar com um pouco mais de liberdade” (Esplar, 1992, p. 14). No período em que começou a organização das Casas de Sementes, o contexto era de vigilância e de repressão da Ditadura Militar, no qual o Batalhão de Emergência³ ia “desorganizando o povo todo”, com perseguição, prisões de religiosos e de agricultoras/es, visando conter os esforços a quaisquer possibilidades de transformações fundiárias.

Nesse contexto, as sementes eram parte da mobilização social, ligadas a um problema anual enfrentado pelas famílias agricultoras, a saber, “a dependência das sementes do patrão” e, conseqüentemente, a garantia de alimentos. Desse modo, passaram a se reunir todos os sábados, “[...] num salãozinho discreto lá no Alto Brilhante, cada um trazia um pouquinho de feijão, de jerimum, o que tinha para partilhar na hora do almoço” (Esplar, 1992, p. 26). Assim, as Casas de Sementes “nunca foram só sobre sementes”, ali se conversava de “tudo”, sobre como conseguir sementes, como armazená-las, os desafios da seleção, a dificuldade de conseguir ferramentas e também sobre análises da

³ Refere-se à ação do Exército, responsável por vigiar as obras da seca no Nordeste, assim como as organizações políticas da região.

conjuntura municipal, quem eram os donos da terra ou os “patrões”, o mapa fundiário da região, o Estatuto da terra, aprovado em 1964, entre outros assuntos.

Portanto, as Casas de Sementes e o direito à terra são continuidades. De acordo com as/os agricultoras/es envolvidas/os na pesquisa e participantes do armazenamento coletivo de sementes na região de Sobral, Ceará, a principal importância desses espaços é que eles trouxeram “autonomias das sementes do patrão”, mesmo que parcela significativa das famílias ainda viva nas chamadas “terras dos patrões”. Dessa ótica, elas evidenciam as relações assimétricas de poder estabelecidas entre “patrões”, agricultoras/es e sementes, imputando formas específicas de viver e de habitar. Contudo, ainda que determinadas condições permaneçam, não há dúvidas sobre a importância do acesso garantido às sementes. As práticas e os saberes agrícolas com as sementes permitem novos contornos na relação com terra e com os demais seres que habitam as roças e quintais, abrindo questionamentos que outrora eram inimagináveis.

Hoje, existem na região de Sobral, Ceará, 231 Casas de Sementes, envolvendo mais de 5.000 agricultoras/es, assentadas/os da reforma agrária e quilombolas, que têm organizado estratégias coletivas com as sementes crioulas nesses espaços. O armazenamento inicia-se com uma seleção prévia das sementes. No milho, por exemplo, são escolhidas somente as sementes do meio da espiga e que não apresentam danos, consideradas “as mais bonitas” e as “mais saudáveis”. Após a seleção, são armazenadas em vasilhames à espera do próximo plantio. Esse processo cíclico é parte do modo de (re)produção da vida da agricultura camponesa da região. Além do estoque de sementes, as Casas são reconhecidas pelas/os agricultoras/es como espaços de organização política, social e econômica.

Ao longo do tempo, variedades dadas como desaparecidas, em consequência das limitações de plantios e também das secas prolongadas, que têm se intensificado na região, foram reaparecendo, devido aos pequenos estoques domésticos que perduraram, já que as/os agricultoras/es mencionaram que a prática de armazenamento de sementes, em suas moradias, ocorre desde “sempre”. Também é fundamental o trabalho compartilhado na identificação de variedades, e o aprendizado de novos conhecimentos e técnicas, que passam a envolver a atuação de distintos agentes, como as ONGs, com destaque para o Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, integrante dessa história na região desde a década de 1970. Dessa forma, a “autonomia das sementes do patrão” é também compreendida como parte de uma agir coletivo que envolve múltiplos atores, os quais se agregam nas Casas de Sementes.

Observamos que os saberes e os aprendizados coletivos nesses espaços seguem se transformando ao longo do tempo. As práticas com as sementes suscitam ações para fazê-las “pegar novamente”, porque como ensinam as/os agricultoras/es, as sementes “mais bonitas” e “mais saudáveis” pertencem ao que virá, anunciando possibilidades de criar mundos e ciências e de resistir às catástrofes que assolam a Terra.

Figura 1 – Casas de sementes na região de Sobral/Ceará



Fonte: Lopes (2022)

Já a pesquisa com sementes crioulas, desenvolvida na Região Sudoeste do Paraná, ocorreu com guardiãs e guardiões que as cultivam e as compartilham em festas e em feiras específicas (Silva Costa, 2023). Esses eventos passaram a ser organizados a partir do início do século XXI, quando as famílias agricultoras vivenciaram o avanço da difusão dos transgênicos em todo o território nacional. Foi no III Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, em 2003, que a Via Campesina lançou a campanha intitulada “Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” para salvaguardar as sementes crioulas. Em conexão com essa discussão, na referida região, as/os agricultoras/es passaram a organizar eventos anuais, para que pudessem compartilhar sementes, ampliando a biodiversidade de suas roças e quintais.

As festas regionais de sementes crioulas são espaços de compartilhamento em que nada é comercializado. Nelas se reúnem camponeses, indígenas e quilombolas que passam a integrar coletivos em defesa de seus territórios. Nessas celebrações, as sementes são percebidas como dádivas, contrapondo-se ao controle industrial (Silva Costa, 2023).

Desde o ano de 2004 se organizam e se celebram as festas e as feiras de sementes crioulas anualmente. Na Região Sudoeste do Paraná, elas foram inspiradas na Festa do Milho Crioulo de Anchieta, Santa Catarina, que ocorre desde o ano 2000. As duas primeiras edições da festa na região ocorreram na cidade de Francisco Beltrão, Paraná, e, a partir da terceira edição, a festa tornou-se itinerante, permitindo que ela fosse realizada em diferentes territórios. A cada edição da festa, as pessoas interessadas em sediar a próxima se dirigem ao palco e apresentam as justificativas para que seu município

seja escolhido. A escolha do local fica a cargo do Fórum Regional das Organizações de Movimentos Sociais, que congrega diversos coletivos na região.

Cada uma das edições da festa tem um tema que orienta as atividades a serem realizadas durante o evento. Assim, as seguintes temáticas compuseram os encontros: 1º) *Garantir a reprodução da vida*; 2º) *Pela liberdade das sementes: sem monopólio, sem monoculturas, sem agrotóxicos, sem transgênico*; 3º) *Sementes: autonomia x dependência*; 5º) *Sementes na mão, alimentos para a nação*; 7º) *Proteger a semente é proteger a vida: sua escolha faz a diferença!*; 8º) *Sementes crioulas: passado, presente e futuro*; 9º) *Agroecologia vida e agrotóxicos morte*; 10º) *Sementes: este patrimônio é nosso!*; 11º) *Sementes crioulas: produzir, multiplicar e partilhar*; 12º) *Sementes livres: socialização da riqueza e controle popular*; 13º) *Sementes da resistência: construindo o projeto popular*; 14º) *Semeando biodiversidade, colhendo comida saudável para o campo e a cidade*; 15º) *Sementes da resistência: compromisso das gerações*; 16º) *Partilhar sementes, plantar resistência e cultivar o projeto popular*; 17º) *Sementes crioulas: resistindo, partilhando e preservando*; 18º) *Multiplicar a diversidade, como ferramenta de combate à fome*.

Cabe salientar, que a definição de cada temática resulta das reivindicações e das demandas das comunidades da região (Henn; Grígolo, 2014). Nas imagens que seguem, apresentamos a divulgação de duas das festas de sementes crioulas.

Figura 2 – Cartazes de duas festas regionais de sementes



Fonte: Assesoar (2023)

Uma das festas acompanhadas durante a pesquisa, a 17ª edição, ocorreu no município de Mangueirinha, no ano de 2022. Nesse município, está localizada a Terra Indígena (TI) Mangueirinha, onde vivem povos Guarani e Kaingang. A escolha desse local se deu com o objetivo de chamar a atenção para o debate do marco temporal, que ocorria na esfera nacional, além de ressaltar a importância dos povos indígenas na defesa da sociobiodiversidade.

As atividades iniciaram com um café da manhã coletivo e cada grupo que chegava trazia alimentos para serem compartilhados. Havia um espaço da cozinha em que foram preparadas as refeições por pessoas voluntárias. Quando todas/os já se encontravam no grande salão comunitário, iniciou-se a mística, que, na ocasião, contou com a presença

de crianças que jogavam sementes para o alto com peneiras, representando a abundância das colheitas. Ainda pela manhã, ocorreu um seminário sobre resgate e conservação de sementes crioulas com um professor pesquisador. Após essa atividade, as pessoas interessadas em sediar a próxima edição do evento fizeram as suas apresentações, às quais o público reagiu com entusiasmo. Sediar a festa das sementes é uma forma de reforçar os compromissos locais com a sociobiodiversidade.

Também ocorreu um momento emblemático em que uma antiga família guardiã compartilhou um cesto com diversas sementes crioulas com uma família guardiã iniciante no processo de salvaguarda de sementes. Esse gesto é um compromisso de continuidade assumido por todas/os as/os participantes da partilha, visando garantir que as sementes continuem circulando pelas roças, quintais e festas. Para Grígolo (2016, p. 196), “[...] o comprometimento assumido não é [apenas] com aquele que lhe doou as sementes, mas com todas as pessoas presentes, um compromisso de cuidar das sementes. A troca é um compromisso”.

Em seguida, foi realizada a leitura da carta-manifesto dessa edição, na qual os coletivos presentes expuseram suas preocupações com a destruição da biodiversidade e o desmonte de políticas públicas destinadas à agricultura familiar camponesa. Após a benção das sementes, realizadas por padres católicos, foi liberado o espaço da partilha das sementes, e as/os participantes percorriam grandes mesas cobertas de diversas sementes. As/os agricultoras/es que entregaram sementes à organização de suas caravanas receberam uma fita roxa que permitia a entrada antes do público geral. Isso foi feito como uma forma de recompensar aquelas/es que trouxeram sementes e de incentivar outras/os participantes a levarem sementes nas próximas edições da festa. Em seguida, o espaço foi aberto para o público em geral. Em instantes, uma imensa fila se formou e as mesas que antes estavam cheias de cores, com as mais diversas variedades de sementes, ramos de mandioca e ovos ficaram quase vazias. As imagens a seguir retratam a busca por sementes pelas/os participantes da festa.

Figura 3 – Momento da partilha das sementes na 17ª Festa Regional das Sementes



Fonte: Silva Costa (2023)

Durante a partilha, foi possível ver a alegria daquelas/es que conseguiram as sementes que desejavam. Essas festas são apontadas pelas/os agricultoras/es como o principal espaço para acesso à diversidade de sementes, que passam a ser cultivadas em suas roças e quintais. Para quem participa da organização da Festa há 18 anos, como a ONG Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (Assesoar), partilhar as sementes é fortalecer o cuidado para que elas possam permanecer com os coletivos que as cultivam, opondo-se ao controle realizado pelas empresas multinacionais. Além disso, as festas são espaços de celebração, de comer juntas/os, de música, de sacralização/benção das sementes, de conversas e de compartilhamentos (Silva Costa, 2023).

Essas experiências com as sementes crioulas, em dois distintos contextos, seja no Nordeste ou no Sul do Brasil, podem ser percebidos como ressurgências de agriculturas holocênicas, e como ecologias de práticas e saberes, ligadas à perspectiva rizomática⁴. É por meio das sementes crioulas que é possível observar reconexões com aquilo do que fomos separados pelo colonialismo e pela *plantation*, reconhecendo o caráter animado da Terra, que respira. Nessas agriculturas camponesas, residem as práticas de reativação, de recuperação e de regeneração daquilo que foi envenenado pelas monoculturas e pela modernização/industrialização da agricultura (Stengers, 2017).

A organização das Casas e das Festas de Sementes Crioulas podem ser entendidas, nos termos de Haraway (2016, p. 141) como união de “[...] forças para reconstituir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis [...]”, em um “[...] renovado florescimento generativo”. Trata-se de práticas que buscam reestabelecer as conexões entre humanos e outros seres, exercendo responsabilidades mútuas, reintegrando os vínculos com os ecossistemas, que são a base das práticas agrícolas ancestrais e que foram rompidas com o advento da agricultura colonial.

Conforme destaca Tsing (2019), é preciso atentar para os mundos sociais que outras espécies ajudam a construir. As relações com as sementes crioulas evidenciam socialidades multiespécies, constituindo o que a autora definiu como ritmos polifônicos das paisagens, que envolve muitas histórias conjuntas. Observa-se que, nos modos como as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas cultivam suas sementes, estão presentes artes de perceber, pois estão implicadas com aquilo que é capaz de ser conhecido e sentido. Nessas organizações, ocorrem lutas por mundos que requerem levar outras alteridades a sério (Dooren; Kirskey; Münster, 2016), e onde as sementes crioulas estabelecem coexistências.

5 Considerações Finais

Neste ensaio, discutimos como as agriculturas holocênicas foram profundamente alteradas com as *plantations*. Damos ênfase, principalmente, às sementes crioulas que tiveram suas variedades erodidas cada vez mais por uma agricultura moderna e industrial,

⁴ O conceito de rizoma foi proposto por Deleuze e Guattari (1995, p. 32) e remete a inter-relações de diversos agentes, saberes e práticas, nos quais pode ocorrer a conexão “[...] de um ponto qualquer a outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza [...]”. Ele não é feito de unidades, mas de dimensões e direções movediças. Não tem começo e nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda”.

que as transformou em patentes e *commodities* no mercado internacional, em que o controle feito pelos poderes coloniais seguem vigentes, seja por meio dos latifúndios (“os patrões”), seja no domínio agroindustrial dos oligopólios sobre as sementes transgênicas.

Em contraponto à violência colonial sobre os povos e sua diversidade de agriculturas, apresentamos (r)existências de coletivos que estabelecem alianças com as sementes crioulas e compõem relações multiespécies em seus territórios. Essas relações envolvem ecologias de saberes e práticas de plantio, colheita, cuidado, armazenamento, compartilhamento, celebração e memórias. Desse modo, os povos da terra têm resistido em seus territórios, criando formas de ressurgências e relacionalidades com os seres que coabitam o planeta. Essas conexões são (re)criadas, cotidianamente pelos coletivos que as estimulam por meio da interação nas paisagens, espalhando sementes e cultivando a interdependência entre espécies que propagam a vida na Terra.

No decorrer da pesquisa, nos perguntamos como podem ser amplificadas as reivindicações dessas comunidades com as sementes crioulas que compõem seus territórios, para que elas possam circular livremente, sem o controle das corporações? Esses coletivos criam formas de contestação ao padrão de poder da agricultura moderno colonial, mesmo que não pelo enfrentamento direto, mas por meio de um processo contínuo de composição de espaços coletivos que são criados nas Casas de Sementes, nas festas e nas feiras que ocorrem nas diversas regiões.

Essas agriculturas dos povos, nas quais a sociobiodiversidade não se opõe aos fazeres e saberes agrícolas, permitem o estabelecimento de relações tecno(eco)lógicas com os ecossistemas, envolvendo relações simbióticas entre água, solo, plantas, animais e humanos. Nessa compreensão, as agriculturas compõem as florestas, nas quais habitam inúmeros seres, de onde provêm alimentos diversificados, compostos orgânicos e remédios naturais (Shiva, 2003). Elas estão, intimamente, relacionadas também aos circuitos curtos e descentralizados de produção, de consumo e de comercialização de alimentos, em contraponto às monoculturas e aos sistemas agroindustriais dos impérios alimentares.

Tais coletivos buscam realizar cultivos de alimentos livres de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados, exercendo a soberania alimentar. Desenvolvem também estratégias para identificar o que é bom ou nocivo, envolvendo práticas de cuidado, proteção e compartilhamento de experiências, por meio de formas de sentir, de pensar e de imaginar outras agriculturas. Em seus quintais e roças, são criadas formas de (r)existir por meio de alianças multiespécies, coabitando a terra com os demais seres e gerando ressurgências.

Esses grupos de interconhecimento, compostos na relação com os outros seres nas sociabilidades de parentesco e de vizinhança, reafirmam projetos comuns de coexistência (Godoi; Menezes; Marin, 2009). Seus conhecimentos locais se convertem em elementos-chaves das ressurgências frente ao Antropoceno/Plantationoceno e rompem com o excepcionalismo humano, que é a marca do colonialismo e da modernidade.

Haraway (2018) propõe resistir ao Plantationoceno por meio da *sympoiesis*, que se refere a fazer-com, tornar-se-com, compor-com os demais seres, em relações multiespécies, e romper com a noção moderna que se apropriou de tudo como recurso. Para a autora, é preciso imaginar e praticar a criação de parentes multiespécies para (r)existir frente às

ruínas. Imaginar essa oposição ao Antropoceno só é possível por meio das alianças nas lutas de coletivos que têm feito, há séculos, a resistência a esse modelo do habitar colonial.

As sementes, que permitem o nascimento de plantas nos quintais e nas roças, são aquelas cultivadas pelos coletivos humanos, mas também espalhadas pela sementeira promovida por outros seres – como os pássaros, o vento e a água. Essas paisagens são compostas de distintos entes pela simbiose (Tsing, 2015), constituindo ecologias indomáveis, nos termos de Myers (2022), muito distintas das linhas de controle das *plantations*. Essas composições se opõem ao modelo da escalabilidade e ocorrem nas margens dos projetos da economia do agronegócio (Tsing, 2019). As sementes crioulas, que estabelecem relações com esses coletivos humanos, são cultivadas e compartilhadas há muito tempo, “desde sempre”, como afirmam as/os camponesas/es. Nessas composições, entre humanos e essas sementes, são estabelecidos modos de proximidade, convivência e cuidado mútuo.

Essas agriculturas constroem possibilidades de descolonizar e de contracolonizar o padrão de agricultura moderno – da *plantation* e das *commodities* – e da colonialidade do ser, do saber e do poder. São formas de (r)existências que permitem conectar as pluralidades de experiências e de conhecimentos de diferentes povos que abrem possibilidades para outras formas de habitar e de enfrentar as lógicas extrativas que ameaçam a existência coletiva na Terra.

Referências

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. **Revista Estudos Avançados**, [s.l.], v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- ASSESOAR – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Últimas Notícias**. 2023. Disponível em: <https://assesoar.org.br/>. Acesso em: 14.jul. 2023.
- BONNEUIL, Christophe *et al.* Outra forma de inovar? A pesquisa ante o surgimento e um novo regime de produção e regulamentação do conhecimento em genética vegetal. *In*: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência, sociedade. Brasília, DF: MDA, 2011. p. 172-224.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. A Teologia da Enxada como ação do espírito no povo de Deus pelos caminhos da História. **Teologia Nordeste**, [s.l.], 10 jun. 2018.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Gaia, 2010.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 75-91, jan. 2017.
- COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas: uma metafísica da mistura**. Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, 2018.
- CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, [s.l.], v. 41, p. 17-18, maio, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v. 5.

- DOOREN, Thom Van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atividade. **Climacom**, [s.l.], ano 3, n. 7, 2016.
- ESPLAR – PROGRAMA DE RESGATE, CONSERVAÇÃO E CONTROLE DE RECURSOS GENÉTICOS. **I Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS-CE)**: Relatório de Projeto. Novib. Fortaleza: Acervo documental do Esplar, 1992.
- ESPLAR. MEMÓRIAS DO ESPLAR: CARTA DO AGRICULTOR ANTÔNIO SABINO (1976). **Esplar**, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://Esplar.com.br/imprensa/memorias-do-Esplar/item/208-memorias-do-Esplar-carta-do-agricultor-antonio-sabino-1976>. Acesso em: 01 mar. 2020
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Editora Ubu, 2022.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. São Paulo; Brasília, DF: Ed. Unesp; Nead, 2009.
- GRÍGOLO, Serinei César. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura**: o caso das festas das sementes crioulas no Sul do Brasil. 2016. 294p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, [s.l.], n. 5, p. 139-146, 2016.
- HARAWAY, Donna. Making Kin in the Chthulucene: reproducing multispecies justice. In: CLARKE, Adele; HARAWAY, Donna (org.). **Making Kin Not Population**. Chicago: University of Chicago Press, 2018. p. 67- 99.
- HENN, Iara Aquino; GRÍGOLO, Serinei Cesar. As festas das sementes crioulas: espaço de circulação de conhecimentos e produção de movimentos sociais. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [s.l.], n. 10, p. 39-52, 2014.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. A emergência da etnografia multiespécies. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 273-307, 2020.
- KISTLER Logan *et al.* Multiproxy evidence highlights a complex evolutionary legacy of maize in South America. **Science**, [s.l.], v. 362, n. 6.420, 2018.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MYERS, Natasha. Ecologias indomáveis: descolonização do sensorium ecológico em um acontecimento natural 10.000 anos de idade. **ClimaCom – Políticas vegetais**, Campinas, ano 9, n. 23, dez. 2022.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES LOPES, Helena. **“Fazer pegar novamente, como se diz das plantas”**: um estudo sobre ecologia das práticas das Casas de Sementes da Rede de Intercâmbio de Sementes na Região de Sobral-CE. 2022. 268p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília, DF: INCT, 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SILVA COSTA, Brendo Henrique da. **Sementes crioulas**: resistência camponesa à colonização da vida no sudoeste do Paraná. 2023. 127p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2023.

STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. **Cultural Studies Review**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 183-196, 2005.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes**: résister à la barbarie qui vient. Paris: La Découverte, 2009.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**: la importância ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

TSING, Anna Lowenhaupt. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. Earth Stalked by Man. **The Cambridge Journal of Anthropology**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 2-16, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s.l.], v. 1, n. 86, p. 16-30, 2023.

Josiane Carine Wedig

Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ) e doutorado-sanduiche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Pós-doutora em Sociología na Universidad Autónoma Metropolitana do México (UAM) e em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (PPGAS-Unicamp). Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Endereço profissional: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Via do Conhecimento, s/n, KM 01, Fraron, Pato Branco, PR. CEP: 85503-390.

E-mail: josiwedig@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

Helena Rodrigues Lopes

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). É pesquisadora visitante na University of Natural Resources and Life Sciences (Boku University), em Viena, Áustria. Trabalha na Agenda de Saúde e Agroecologia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e integra a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Endereço profissional: Av. Brasil, n. 4.365, Mangunhos, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21040-900.

E-mail: helenaeo.agro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3195-0063>

Brendo Henrique da Silva Costa

Engenheiro Agrônomo e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco, atualmente doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Endereço profissional: Departamento de Economia Rural, Avenida Purdue, s/n, Câmpus Universitário, Edifício Edson Potsch Magalhães, Viçosa, MG. CEP: 36570-900.

E-mail: brendohenrique08@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7890-6345>

Como referenciar este artigo:

WEDIG, Josiane Carine; LOPES, Helena Rodrigues; SILVA COSTA, Brendo Henrique da. Das Agriculturas Holocênicas ao Controle Colonial da *Plantation*: as (r)existências das sementes crioulas. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e98184, p. 161-182, setembro de 2024.

O Impossível Plausível: transformações e história dos contatos de Grupos Jê – Cayapó

Marcel Mano¹

¹Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil

Resumo

O artigo apresenta dados acerca da história dos contatos de grupos Jê – Cayapó no século XVIII com a intenção de intervir nas discussões relativas aos problemas das transformações. A partir da análise de documentos históricos referentes às regiões hoje conhecidas como sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo, o artigo dialoga com a Antropologia e a História e discute como, nessa história indígena, transformações analógicas da ordem da cultura se retroalimentaram com transformações históricas da ordem da conjuntura. Ao reabilitar uma leitura antropológica da documentação, busca-se então encontrar as forças das transformações dessa história indígena nas imbricações entre as ordens da estrutura e da estratégia.

Palavras-chave: Povos Indígenas no Brasil – Cayapó; História Indígena; Contatos e Transformações; Estrutura e Estratégia.

The Plausible Impossible: transformations and history of contacts of the Jê Groups – Cayapó

Abstract

The article presents data about the history of the contacts of the Jê – Cayapó groups in the 18th century, with the intention of intervening in the discussions related to the problems of transformations. Based on the analysis of historical documents referring to the regions known today as the south of Goiás, Triângulo Mineiro and northern São Paulo, the article dialogues with Anthropology and History and discusses how, in this indigenous history, analogical transformations of the order of culture feedback with historical transformations of the order of conjuncture. By rehabilitating an anthropological reading of the documentation, it then seeks to find the forces of the transformations of this indigenous history in the imbrications between the orders of structure and strategy.

Keywords: Indigenous Peoples in Brazil – Cayapó; Indigenous History; Contacts and Transformations; Structure and Strategy.

Recebido em: 1º/08/2023

Aceito em: 22/05/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

No dia 15 de outubro de 1809, o vigário de Porto Feliz, SP, escreveu ao governador da Capitania de São Paulo sobre sua intenção em contatar grupos Cayapó¹ às margens do alto rio Paraná. Nessa correspondência, o padre se referiu a esses indígenas como “[...] uns povos sem fereza [...] aparecem a todos que por ali passam dando festivos sinais de paz e amizade [...]” (Botelho, 1913a [1809]², p. 106). Pouco mais de 60 anos antes, as autoridades coloniais relatavam, ao contrário, “[...] os repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubos [do] Gentio bárbaro de nação Cayapó [...] com tão bárbara crueldade [...] nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma [...]” (Mascarenhas, 1896a [1745], p. 185).

O contraste notável entre essas duas narrativas coloca em franca evidência o problema das transformações. No caso em tela, em pouco mais de meio século, as formas históricas de contatos de alguns desses grupos indígenas mudaram radicalmente. Quais forças teriam aí agido?

Desde pelo menos a segunda década do século XVIII, grupos documentalmente conhecidos como Cayapó ocupavam as regiões dos atuais sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo; justamente nos caminhos das minas de Goiás e Cuiabá. Inicialmente descritos como cruéis, bárbaros, selvagens, traiçoeiros (Campos, 1976 [1723], p. 182; Barros, 1976, p. 148-149; Camello, 1976 [1727], p. 115), na verdade, esses grupos indígenas foram o maior obstáculo para o acesso luso-brasileiro às minas auríferas e, por isso, contra eles se voltou a política indigenista colonial em suas duas fases. Na primeira, marcada pela guerra “justa”³ e ofensiva, as ordens eram para “[...] os passarem a espada sem distinção ou diferença alguma de sexo [...]” (Mascarenhas, 1896b [1742], p. 168). Na segunda, marcada pela vigência do Diretório dos Índios (1757-1798), as ordens eram para “[...] na abalroada que fizerem as Aldeias do dito Gentio Cayapó cercando-as para lhes poderem falar [...] de amizade não lhe fazer mal algum [...]” (Menezes, 1919a [1780], p. 135).

¹ Neste texto, optou-se pelo uso do termo Cayapó com “C” e não Kayapó com “K” por duas razões. Primeiro para diferenciar seu uso na documentação histórica e na etnologia. E, segundo, que o termo Cayapó na documentação talvez não se refira apenas a grupos dos Kayapó, mas a outros grupos da família linguística Jê. Daí às vezes o uso neste texto do neologismo Jê – Cayapó.

² Aqui e doravante, os documentos históricos publicados serão apresentados com duas datas. A primeira corresponde a de sua publicação e a segunda, entre colchetes, a de sua escrita. Quando se tratar de documentos históricos inéditos, será indicada apenas a data de sua escrita.

³ O termo “guerra justa” foi utilizado pela administração colonial como mecanismo de atualização da guerra como modo estruturante do império ultramarino português e, especialmente, da guerra santa contra os não católicos. Portanto, guerra justa foi a tentativa de legitimação religiosa dos ataques contra grupos indígenas que, na América portuguesa, não tinham sido catequisados e que não estavam sob o controle das missões e/ou da administração colonial.

Quando se observam os fatos a partir apenas dessa perspectiva, as forças daquelas transformações parecem residir nos métodos da “desinfestação” e do extermínio e/ou da persuasão e da civilização aplicados pela política indigenista. Disso brota uma resposta fácil na qual a história dos contatos desses grupos indígenas traçou uma rota da guerra à extinção e/ou assimilação. Carvalho Franco (1989, p. 104), ao mencionar as guerras “justas”, afirmou ter sido “[...] uma refrega tão crua que por muito tempo os caiapós não ousaram aproximar-se das lavras mineiras [...]”. E sobre a política de aldeamento do Diretório em Goiás, Chaim (1983, p. 155) concluiu que apesar de “[...] sentir as dificuldades de adaptação a uma cultura alienígena, o silvícola, grosso modo, gradativamente nela se mescla, sobretudo pela miscigenação [...]”. E, enfim, um ilustre etnólogo sentenciou em 1940: “[...]. Hoje os Kaiapó meridionais desapareceram como tribo” (Nimuendaju, 1982, p. 219).

De fato, esses grupos não passaram ilesos por sua história dos contatos. Estima-se apenas em um ano –1741 – o aprisionamento e a escravização de oito mil pessoas do povo Cayapó (Karasch, 1997, p. 33). A abrupta redução populacional, a inevitável fuga e abandono de suas aldeias e a repentina desarticulação sociopolítica e econômica tiveram obviamente consequências avassaladoras para o regime de produção e de reprodução social desses grupos indígenas. Ao continuar a observar por essa mesma perspectiva, essas forças podem facilmente explicar as transformações e o caso dos indígenas do padre Botelho. A julgar pelo fato de dois caciques do grupo Cayapó do alto Paraná no início do século XIX se apresentarem com nomes de batismos portugueses, Antônio e José (Botelho, 1913b [1810], p. 128), é possível que esses grupos fossem egressos do aldeamento de Maria I, onde, desde 1781, tinham sido aldeados grupos Cayapó do Camapuã e do Triângulo Mineiro (Menezes, 1919c [1784], p. 155).

Desse ponto de vista, a sina histórica desses grupos pareceu óbvia, mas a resposta fácil pode ser também enganadora. De saída, essa aqui não considerou os processos de negociações, de adaptações e de respostas ativas e criativas dos grupos indígenas em situações de contato. Em consequência, não considerou a possibilidade de variação concomitante de ações e de estratégias empregadas pelos seus diferentes grupos. E não considerou também o fato de os Cayapó meridionais “renascerem das cinzas” (Giraldin, 2000); pois, com base em fontes documentais e etnográficas, há um consenso atual em considerar parte desses grupos como sendo os atuais Panará ou Kreen-Akroré, grupo dos Jê setentrionais localizados na região do rio Peixoto de Azevedo – sul do Pará (Ewart, 2015, p. 203; Giraldin, 1997, p. 121; Heelas, 1979; Turner, 1992, p. 312-313; Schwartzman, 1987, p. 264-265).

Quando os fatos a partir dessa nova perspectiva são observados, abrem-se rotas de fugas e desenham-se diferentes direções para a história desses grupos indígenas. No lugar de uma história cujo ponto inicial foi a guerra e o ponto final a aculturação e/ou extinção, pode brotar então uma outra, marcada por múltiplas vivências e experiências, diferentes escolhas, trajetórias, rotas, itinerários e destinos distintos. Nessa história dispersa, o traçado deve corresponder a uma gesta política e cultural tortuosa durante a qual não foram unânimes as decisões, tiveram debates e cismas dentro dos grupos sobre a melhor forma de atuação nas relações de contato, foram diversas as estratégias e as ações, e resultaram em diferentes destinos históricos. Isso implica pensar a “paz e a amizade”

relatada pelo vigário de Porto Feliz como apenas uma das escolhas desses grupos Cayapó dentro de um repertório de possibilidades.

Se essa história não foi, então, o resultado de um único devir possível, é certo situar as forças das transformações na objetividade dos eventos e nas avaliações e agenciamentos diferenciados que cada sujeito e/ou grupo manteve em suas relações de contato. Há nisso a assertiva da realidade ser criada por atores. Mas essa assertiva deve implicar em outra: a de que sujeitos e grupos agem orientados por seus mundos. Afinal, se uma aliança proposta entre Antropologia e História levasse em conta apenas a *agency* – agência (Santos, 2017, p. 346), ela deixaria de lado um elemento fundante da Antropologia: a de que os sujeitos são informados por seus esquemas simbólicos e conceituais. Por isso “[...] importa recuperar o sujeito histórico consciente que agia de acordo com sua leitura do mundo [...]”, leitura essa mediada “[...] tanto pelos códigos culturais de sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos” (Monteiro, 1999, p. 248). Propõe-se, assim, pensar uma história indígena dos contatos na qual não haja oposição entre estrutura e estratégia, agência e símbolo, interior e exterior, consciente e inconsciente, interesse e signo. Como esferas mutuamente reflexivas que se dobram sobre si mesmas, à semelhança das garrafas de Klein (Lévi-Strauss, 1986, p. 201), entre elas não há dualismos ou fronteiras nítidas, mas indistinções e imbricações. São nessas imbricações entre interior e exterior, entre estrutura e estratégia que apostamos encontrar as forças das transformações históricas desses grupos Cayapó. Essa história indígena seria então feita, como já se tem apontado (Lévi-Strauss, 1983; Sahlins, 1990, 2008), de duas ordens irremediavelmente imbricadas – a do evento histórico e a da estrutura cultural. A primeira foi regida pelas situações concretas das relações de contato nas quais as estratégias, as ações e as intervenções conscientes dos sujeitos articularam redes com o mundo exterior. A segunda foi regida por diferentes combinatórias de princípios estruturantes, num jogo de possibilidades que representaram cadeias de relações entre códigos (Lévi-Strauss, 1996). Essa última ordem é, por óbvio, prenhe da noção de cultura como um “[...] conjunto de estruturações potenciais das experiências [...]” (Viveiros de Castro, 1992, p. 33) e, por isso, reconhece uma história na qual essas estruturações potenciais, que Sahlins (1990, 2008) chamaria de “prática da estrutura”, “fornecem a arquitetura lógica” para as ações, a lista dos encaminhamentos possíveis. Mas essa lista dos concebíveis não quer e nem pode abolir o sujeito histórico, pois só as avaliações conscientes e as ações concretas dos sujeitos podem determinar os caminhos efetivamente trilhados; e nesse jogo decidir pode ser, afinal, apenas os cálculos de um futuro possível (Rovelli, 2018, p. 130).

Com base nisso, e a partir de um conjunto etnológico preciso, a história dos contatos de grupos Cayapó no século XVIII nas regiões dos atuais sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo deverá servir para mostrar como duas estratégias aparentemente diferentes e antagônicas, as guerras - “os repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubos [...]” (Mascarenhas, 1896a [1745], p. 185) – e as negociações - “[...] os festivos sinais de paz e amizade [...]” (Botelho, 1913a [1809], p. 106), representaram simultaneamente transformações de códigos dentro de um repertório de possibilidades e estratégias conscientes e criativas de ação. Espera-se, ao final, superar o entendimento de parte de uma história indígena no Brasil segundo a qual a análise desses povos na história

como sujeitos conscientes deva se descolar das análises estruturalistas (Santos, 2017, p. 338), como se no próprio horizonte do estruturalismo já não estivessem pressupostas as inseparáveis e contínuas imbricações entre a lógica simbólica da cultura e a lógica prática das ações.

2 O Combate Violento

Durante o primeiro meio século de contatos, desde a menção ao termo em 1723 até a negociação do aldeamento em 1780, grupos documentalmente conhecidos como Cayapó⁴ foram os maiores obstáculos para o acesso luso-brasileiro às minas auríferas do Centro-Oeste. Os documentos do período são unânimes ao relatarem os contínuos ataques desses grupos não só a outros grupos indígenas (Campos, 1976 [1723], p. 182; Noronha, 1749; 1980 [1751]) como também, e sobretudo, aos não indígenas. Nesse intervalo de tempo, e com relação a estes últimos, não parece ter havido trégua alguma. Eles atacavam impiedosamente os viajantes, os roceiros e os mineradores. Mesmo quando contra eles se voltaram as guerras de extermínio e escravização (Mascarenhas, 1896b [1742], p. 168), uma vez “[...] batidos, não tardavam a voltar à carga em novas e terríveis correrias” (Taunay, 1975, p. 247).

Ao agirem violentamente durante esse primeiro período dos contatos, esses grupos aterrorizaram inclusive a imaginação dos diferentes sujeitos a se dirigirem para a região; pois “[...] todos temem muito e com razão, o gentio caiapó, que se valendo das noites, queimam as casas e mata a gente [...]” (Barros, 1976, p. 151). Ainda que essa documentação obviamente retrate esses grupos do ponto de vista colonial e, por isso, mereça ser relativizada, há nela pistas e sinais (Ginzburg, 1989) que permitem ultrapassar as alegorias e encontrar certas formas de contatos estabelecidas por esses grupos com os não indígenas. A rápida apresentação de alguns desses eventos, subtraída dos discursos e das representações coloniais, pode servir para depreender um modo operante dos seus ataques, cuja estrutura e conteúdo se mantiveram praticamente inalterados.

Embora no contato que resultou na primeira menção histórica ao termo Cayapó, no atual sul de Goiás, não tenha ocorrido incidente de beligerância, o sertanista que os descreveu foi bastante contundente em relação à índole guerreira desses grupos: “[...] e seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar [...]” (Campos, 1976 [1723], p. 182). E não tardou para suas ações alcançarem também, e com toda violência, os não indígenas a cruzarem seu território. A partir daí os documentos oficiais passaram a estar repletos das mesmas notícias. De Vila Boa de Goiás, o governador Luís de Mascarenhas escreveu ao rei em março de 1742 sobre as “[...] hostilidades do gentio Cayapó nas quais executou algumas mortes, incêndios, destroços de plantas [...] que costuma de sua barbaridade [...]” (Mascarenhas, 1742). Três anos depois, em nova correspondência esse mesmo governador notificou os

⁴ Durante o século XVIII, o termo Cayapó foi usado de forma indistinta e indiscriminada a vários grupos indígenas da família linguística Jê do Tronco Macro-Jê. Entre eles, hoje já foram identificados (Mano, 2022), além dos Kayapó, grupos dos Jê centrais (Xavante, Akroá, Xakriabá, etc.) e Jê setentrionais (Panárá).

[...] insultos, contínuas mortes, estragos e roubos que o Gentio bárbaro da nação Cayapó, [...] matando e roubando aos viajantes que vão, e vem, e aos roceiros insultando-os em suas próprias casas, queimando os sítios, e os paióis em que tem recolhido os seus frutos matando também os seus escravos, cavalos, porcos, e mais criações [...] (Mascarenhas, 1896a [1745], p. 185).

Pouco depois, o administrador dos contratos das entradas das Minas de Goiás solicitava providências “[...] porque a estrada que vai de São Paulo para as mesmas minas são frequentes os insultos do Gentio Cayapó em mortes, roubos feitos as viajantes que vão por aquele caminho [...]” (Azeredo, 1747). Após uma década, e mesmo depois de acionada a política indigenista da guerra “justa” e ofensiva contra esses grupos que culminou nos aldeamentos do Triângulo Mineiro (Ravagnani, 1989; Lourenço, 2005; Mori, 2015), as notícias desses ataques continuavam perturbadoras para a visão colonial. Mães viúvas solicitavam à administração, em seu nome e de seus filhos órfãos, moratórias de dívidas em face do “[...] marido ter falecido em 1755 na sua lavra no ribeirão da Onça, juntamente com quarenta e três escravos, devido a um ataque dos índios Cayapó” (Neves, 1762). Em carta ao rei, datada de 6 de novembro de 1757, os oficiais da Comarca de Vila Boa de Goiás insistiam na guerra ofensiva como único meio de repressão às

[...] tão frequentes mortes, insultos que traiçoeiramente a cada passo está fazendo o gentio Cayapó nas vizinhanças desta Vila [Boa de Goiás], e com tal tirania executam as pessoas [...] depois que cometem [...] põem logo em fuga espalhando-se pelos campos ou matos [...] fazendo sempre caminho para as suas aldeias (Carta [...], 1757).

Ainda na década de 1750, e de acordo com a documentação, a quantidade de mortes provocada pelos ataques desses grupos Cayapó continuava alta. Em 1758, em consulta ao rei, o Conselho Ultramarino deu notícias de carta do governador de Goiás na qual ele foi

[...] avisado pelos moradores do Arraial das Antas que o gentio Cayapó tinha insultado o guarda-mor daquelas minas matando dezenove escravos, havendo menos de um ano tinham matado quarenta e cinco em uma lavra, junto com o senhor no distrito do mesmo Arraial [...] (Consulta [...], 1758).

Na década seguinte, um ofício do governador de Goiás, datado de 1764, informou que “[...] o bárbaro gentio Cayapó assaltou com sua costumada ferocidade algumas roças desta Capitania matando parte dos pretos que a cultivavam, e dois brancos que nela assistiam, e levando os despojos as reduziram a cinzas [...]” (Melo, 1764). Entre 1772 e 1773, foram ainda muito comuns nas regiões dos atuais sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo as notícias desses ataques e os desesperos da administração colonial. Recorrentemente, noticiava-se que “[...] o bárbaro Cayapó tem hostilizado esta capitania bastantemente de sorte que bem perto desta Vila [Cuiabá] distante duas léguas, chegou a matar gente” (Araujo, 1773a). Ou ainda sobre

[...] estrago e morte que tem feito o bárbaro gentio Cayapó no distrito de Mogi-Guaçu [...] de sorte que a cinco do presente mês [05/09/1772] mataram seis pessoas junto do Arraial três léguas e queimaram duas casas [...] matando alguns soldados (Gouveia, 1772a).

Sob a sombra desses contínuos ataques, mortes, roubos e destruições deliberadas, as tentativas infrutíferas do poder colonial eram para

[...] afugentar o gentio Cayapó a fim de evitar os danos que com sua bárbara ferocidade estão fazendo aos viajantes do caminho de Goyazes e moradores do distrito de Mogi-Guaçu nos limites desta Capitania [...] quando andam matando e roubando [...] (Gouveia, 1772b).

[...] pelos repetidos acometimentos do Bárbaro Cayapó de que nos tem matado muitas pessoas e se este um mal de que andamos trabalhando para nos vermos livre dele, mas é dificultoso o remédio (Araujo, 1773b).

Repetidas com exaustão ao longo da documentação oficial e subtraídas de seu teor colonial, é possível verificar como as investidas desses grupos indígenas eram sorrateiras e sempre muito bem direcionadas aos propósitos de espalhar pânico; matar o maior número possível de não indígenas, independentemente de gênero, cor ou idade; queimar as propriedades imóveis; e levar o butim na forma de bens materiais móveis (ferramentas, armas, plantas, etc.). Com base nisso, e se o papel da ciência é edificar sobre os dados do concreto um modelo racional que permita estudar suas propriedades (Marx, 1978, p. 116-117; Lévi-Strauss, 1989, p. 87; Lévi-Strauss, 2004, p. 55), as guerras contra os não indígenas durante o primeiro meio século de contato foram de saques sem cativos (Giraldin, 2001; Mano, 2020). Isso devia significar, numa simbólica da alteridade, que os não indígenas figuravam como inimigos que deviam ser mortos e seus bens apropriados e incorporados internamente por esses diferentes grupos Cayapó.

3 O Combate Negociado

Mas “os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos” (Rosa, 1994, p. 412), e esses grupos mencionados no século XVIII já se encontravam então em um ambiente marcado por disputas de interesses, negociações e conflitos entre diferentes sujeitos (indígenas, não indígenas – missionários, administradores coloniais, mestiços, pretos e pretas escravizados, forros, quilombolas, etc.). A consciência dessa nova situação mostrou a insustentabilidade da manutenção de conflitos violentos permanentes com os não indígenas. Os cálculos de um futuro possível, concebível, ou de um impossível plausível, em face de tantos outros inconcebíveis ou impossíveis, levaram alguns desses grupos a negociarem seu aldeamento em 1780.

Naquele ano, um grupo Cayapó da região do Camapuã, liderado por um velho “[...] fazendo as vezes de cacique e 6 mais homens de guerra com suas famílias que perfaziam no total 36 pessoas [...]” (Menezes, 1919b [1781], p. 139), procurou o governador da Província de Goiás para negociar o aldeamento. O cacique e o grupo permaneceram aproximadamente 25 dias entre a capital da Província (Vila Boa de Goiás) e o aldeamento de São José de Mossamedes⁵. Em 16 de outubro de 1780, “[...] o velho cacique sai da Capital com sua gente carregando presentes” (Menezes, 1919b [1781], p. 139). Sete meses depois, ele retornou com 237 pessoas de ambos os sexos de diferentes idades,

⁵ Construído em 1775 para abrigar inicialmente os Akroá, esse aldeamento recebeu também indígenas dos grupos Javaé e Karajá; e entre 1813 e 1832 os últimos Cayapó aldeados.

contando dois caciques. No grupo havia jovens, velhos – alguns dos quais com “avançada idade” – muitas crianças e gestantes, cujos filho/as nasceram após a chegada do grupo em Vila Boa.

[...] no dia 12 do mês de junho próximo passado [1781] na minha presença a 113 dos quais pelas suas pequenas idades, julgou o Reverendo Pároco desta Matriz podiam receber esta graça [o batismo], e mais 6 que nesta Capital nasceram e uma velha que pela sua avançada idade e grande instâncias com que pediu [...] (Menezes, 1919b [1781], p. 141).

A característica populacional desse primeiro grupo aldeado permite inferir que se tratou do deslocamento de aldeias inteiras. Para acomodá-las, o governador mandou erigir um aldeamento exclusivo, em local escolhido pelos índios (idem), batizado de Maria I. Em dezembro de 1782, o censo demográfico oficial do aldeamento apontou “[...] 555 índios da referida nação Cayapó [...]” dos quais 328 eram batizados (Menezes, 1919c [1784], p. 153). Três anos depois de sua criação, e de acordo com esse mesmo censo, Maria I era um “[...] estabelecimento de mais de 600 homens de guerra da dita nação Cayapó” (Menezes, 1919c [1784], p. 154).

Nos dois primeiros anos, o aldeamento recebeu somente grupos da região do Camapuã; mas, em 1783, grupos Cayapó da região de divisa dos atuais Triângulo Mineiro e norte de São Paulo também procuraram o aldeamento. Em visita, dez guerreiros oriundos desses grupos, após verem como viviam os aldeados, “[...] se resolveram a ir buscar as suas gentes, [...] ser a sua Aldeia situada nas margens do Rio Grande, mais na Capitania de São Paulo do que nesta de Goiás” (Menezes, 1919c [1784], p. 153). Assim, e de acordo com os dados oficiais, em janeiro de 1784, apenas três anos depois de sua fundação, encontravam-se aldeadas em Maria I ao menos quatro aldeias Cayapó do Camapuã e uma do Triângulo Mineiro: “[...] 4 aldeias de índios da nação Cayapó que se acham aldeados habitavam as Campanhas do varadouro de Camapuã [...]. Os que presentemente chegaram [...] são os que habitavam as margens do rio Grande [...]” (Menezes, 1919c [1784], p. 155).

A facilidade desses grupos em aceitarem o aldeamento e o vertiginoso crescimento populacional de aldeados em um curto período já levaram alguns autores (Karasch, 1981, p. 105; Karasch, 2017, p. 29; Giralдин, 1997, p. 94; Giralдин, 2000, p. 167) a situar as forças das transformações desde fora, exógenas a esses grupos Cayapó. Entre elas, listaram-se: a incapacidade prática e social de continuarem em guerra; uma seca prolongada e a fome daí derivada; e uma epidemia de varíola. Os renovados votos de sucesso da política indigenista pareciam assim coincidir com as circunstâncias e com os fatos decorrentes da negociação do aldeamento. Por isso foi lícita a escolha daquelas forças exógenas como impositivas para a escolha desses grupos Cayapó. Mas como acontece na maioria dos casos, as respostas derivadas apenas da ordem objetiva podem ser apenas parte da resposta. Por mais sombrias, considerá-las como únicas é negar que a avaliação para a negociação do aldeamento possa ter direção vinda também de dentro. Como estamos a sugerir que as forças das transformações históricas se encontram nas imbricações entre a ordem da cultura e a ordem da conjuntura (Sahlins, 1990, 2008; Lévi-Strauss, 1983), num processo no qual “[...] o exterior estava em incessante processo de interiorização, e o interior não era mais que um movimento para fora [...]” (Viveiros de Castro, 1992, p. 39), ir da guerra

à paz não parece ter significado um corte abrupto, profundo e definitivo entre essas duas estratégias conscientes de ação.

Isso porque a guerra não é uma coisa, um ser perene ao longo do tempo. Antes disso, talvez ela seja um conjunto de eventos com duração limitada espacial e temporalmente, uma relação entre acontecimentos, um nó de nós numa rede de relações nas quais as mudanças não têm direção privilegiada. À luz dessas orientações, parece certo considerar que a aceitação do aldeamento durante a política do Diretório dos Índios (1757-1798) não tenha significado uma rendição ou o sucesso da política indigenista colonial. Sejam por suas virtudes ou por seus defeitos, não é pela ótica dessa política, nem somente pela ótica das condições objetivas nas quais se encontravam esses grupos indígenas, que se revelam as forças das transformações. Senão, vejamos os fatos.

4 Da Guerra e da Paz: estratégias e estrutura

Desde os primeiros movimentos para a negociação do aldeamento, bens e serviços foram ofertados livre e abundantemente para os indígenas que decidissem se aldear. Em todas as ocasiões em que ocorreram as atrações desses grupos, as bandeiras levavam “[...] todos os instrumentos d’agricultura e de várias miçangas, espelhos, navalhas, tesouras, fitas e outras bagatelas, além de vestidos de homem e de mulher [...]”; “[...] promessas [e] vantajosas proposições se quisessem aldear-se” (Vasconcelos, 1919 [1775], p. 112-113). Mesmo quando a primeira comitiva de indígenas procurou o governador da Capitania de Goiás, após 25 dias usufruindo da hospitalidade e generosidade dos não indígenas, ela parte “[...] para as suas terras levando um igual presente de ferramentas e mais trastes, de que eles têm conhecimento e fazem estimação [...]” (Menezes, 1919b [1781], p. 140). Quando aldeados, também foi a administração colonial provedora das construções e da subsistência desses grupos: “[...] mandei fazer uma grande roça para os novos habitantes, a fim de que vendo todas as suas comodidades prevenidas vão dissipando a desconfiança inicial” (Carvalho, 1919 [1774], p. 100). Além de abrir roças e construir as moradias, o governador decidiu ainda aproveitar “[...] para a sua subsistência da fazenda de gado que ali se estabeleceu para a aldeia de São José de Mossâmedes [...]” (Menezes, 1919b [1781], p. 142). Em face dos altos custos do empreendimento, esse mesmo governador “[...] não deixa também de fazer algum receio, de que as forças e atuais aplicações não possam suprir as despesas que serão indispensáveis fazerem-se com a civilização de um número semelhante de gente [...]” (Menezes, 1919b [1781], p. 142). Cinco anos depois, a situação da subsistência desses grupos aldeados em Maria I chega, finalmente, a uma situação crítica. Em 1781, uma junta responsável por estabelecer uma nova fazenda de gado para assistir esses grupos Cayapó aldeados relatou que eles tinham “[...] consumido os fornecimentos desta criação feitos pela Real Fazenda, passando a matar os gados dos moradores vizinhos [...]” (Resolução [...], 1786).

Se essas narrativas servem para alguma interpretação, parecem ser para mostrar como esses grupos Cayapó se lançaram com extrema voracidade sobre os bens, presentes, serviços, provisões e comodidades oferecidas pelos não indígenas. Mas apesar dos constantes esforços do poder colonial, o sargento regente do aldeamento de Maria I

relatou, em janeiro de 1784, as “[...] desconfianças e falsidades dos índios [...]” em uma situação que levou o governador de Goiás a “[...] elevar a companhia de pedestres ao estado de 178 praças soldado para pôr uma guarnição de 80 soldados naquela aldeia [...]” (Menezes, 1919c [1784], p. 154-155).

Sob essa perspectiva, a situação no aldeamento nunca pareceu estar sob controle do poder colonial, fato demonstrável não só nas preocupações e precauções dos administradores, como na “[...] malícia e os mais claros conhecimentos que tem esta Nação de Gentic [...]” (Menezes, 1919d [1784], p. 137). No desabafo das autoridades, a situação era tal que “[...] os índios aldeados tratando com os bárbaros da sua nação conservam a sua língua, e os seus ritos supersticiosos e seus costumes; facilmente desertam e se rebelam [...]” (Mascarenhas, 1919 [1806], p. 279). Foi por isso que em carta ao rei, datada de 28 de dezembro de 1784, o governador informou que

[...] já representou a Vossa Majestade a ferocidade, a ingratidão e rebeldia que cada uma das nações destes índios que não querendo aprender ofício se conservam aldeados por tanto tempo quanto forem sustentados à custa da Real Fazenda e que uma vez desamparados se tornavam a meter nos matos [...] (Menezes, 1919e [1784], p. 168).

E, assim, concluiu:

[...] à sombra da paz em que vive com quase todas as nações [...]. Mas esta felicidade seria bem depressa perturbada pela natural inconstância dos Índios se com efeito os desamparássemos porque tornariam a internar-se pelos sertões e nos fariam mais cruel e desvantajosa guerra ficando sempre precária e duvidosa nossa subsistência (Menezes, 1919e [1784], p. 169).

Inconstância, desconfiança, malícias, traições, rebeldias, roubos, fugas foram, então, as palavras privilegiadas nessas narrativas oficiais para se referirem aos Cayapó aldeados. Nessa situação, ir da guerra à paz não parece ter sido um ponto liminar ou de inflexão na história Cayapó, aquele a partir do qual não existe mais possibilidades de retorno. Num grupo de transformações o tempo não tem direção privilegiada (Barbosa de Almeida, 1999) e as “[...] mudanças não acontecem numa única ordem” (Rovelli, 2018, p. 90). A estrutura temporal de relações entre eventos é também uma máquina de reversibilidade, e a curta duração dos aldeamentos Cayapó parece indicar essa equação. Bastaram três décadas (de 1781 a 1813) para o aldeamento de Maria I ser desativado e os últimos indígenas transferidos para São José de Mossâmedes, onde permaneceram até 1832 quando os últimos “Cayapo” abandonaram o aldeamento. Em 11 de maio de 1833,

[...] de acordo com proposta do Sr. Presidente, era desnecessária a permanência do vigário Missionário na Aldeia de São José de Mossâmedes; tendo-se retirado para o mato os índios da nação Kayapó que residiam nesta aldeia (Atáides, 2001, p. 97).

É bem provável que fossem alguns desses indígenas dos aldeamentos que o Padre Botelho encontrou em 1809 na região do alto rio Paraná, já que dois deles apresentaram-se ao padre como Antônio e José (Botelho, 1913b [1810], p. 128), nomes portugueses comuns usados nos batismos dos indígenas aldeados.

Assim, em 1780, um grupo Cayapó iniciou uma etapa nas relações de contatos durante a qual, em troca da paz, a reciprocidade indígena exigiu, pediu, negociou e regateou uma série incomensurável de bens materiais. Ferramentas, roupas, alimentos e os mais diversos produtos manufaturados, descritos nos documentos como “benefícios”, “presentes”, “bagatelas e drogas”, “trastes”, “comodidades”, etc. continuaram a afluir para as mãos dos indígenas. E estes mesmos objetos, como sabemos, eram, no modelo das guerras de saque sem cativos, adquiridos somente mediante guerras, mortes, pilhagens e roubos. Com base nisso, as negociações do aldeamento após o primeiro meio século de contato permitiu edificar um modelo racional (Marx, 1978, p. 116-117; Lévi-Strauss, 1989, p. 87; Lévi-Strauss, 2004, p. 55) definível como um combate negociado ou um saque sem guerras (Mano, 2020, 2021).

As transformações de um modelo a outro devem indicar as áreas coloniais como zonas de contato e ambientes fecundos para a criação e adaptação criativas. Afinal, de um combate a outro a mudança de estratégia de contato de alguns grupos Cayapó foi escolha criativa e consciente. No controle da situação de aldeados, esses grupos demonstraram “[...] malícia e os mais claros conhecimentos” (Menezes, 1919d [1784], p. 137). Em face das novas circunstâncias, eles colocaram em construção um impossível plausível: depor armas e, mesmo assim, direcionar suas negociações para fins explícitos da continuidade dos saques. Ao agirem de maneira estratégica em direção aos seus interesses, esses grupos estavam de fato adaptando-se e situando-se conscientemente no quadro das condições objetivas dadas pelas relações de contatos. Mas do ponto de vista aqui adotado, a mudança de estratégia deve ter permanecido indissociavelmente imbricada às mudanças na ordem do signo, em especial na simbólica da alteridade. Como se sabe, a mudança estratégica que os levaram da guerra à barganha não lhes foi exclusiva (Garcia, 2009), e, em cada contexto etnológico, as forças das transformações devem ser estudadas em seus próprios termos. Com base nos dados históricos referentes aos grupos indígenas dos Jê – Cayapó, isso deve ter significado, no mínimo, que a alteração das estratégias de ação foi acompanhada de uma relativa mudança do *status* do não indígena nessa simbólica da alteridade. Isso quer dizer que a reorientação das estratégias de contato foi dinamizada por uma avaliação da conjuntura em relação a um campo semântico de significação; afinal, os não indígenas como inimigos saqueados na guerra passaram a possíveis amigos saqueados na paz. Situar as forças das transformações nas imbricações entre as ordens objetiva e subjetiva implica ao menos em duas questões, uma geral, outra particular. A primeira é a de que não há sobreposição entre essas duas ordens, mas imbricações históricas. A simbólica da alteridade, tal como a linguagem, não possui valor apenas intrínseco, mas também contextual porque dada simultaneamente com a realidade que expressa (Carneiro da Cunha, 2014, p. 244). A segunda implicação, de ordem particular, é a de que de um combate a outro (das guerras de saque aos saques sem guerras), mudanças podem também indicar continuidades, pois em ambos os modelos os bens dos não indígenas foram apropriados e incorporados internamente por esses diferentes grupos Cayapó. De modo paralelo, etnografias de grupos Xikrin também têm chamado a atenção para essa mesma forma de contato com os não indígenas.

Guerra ou paz, o interesse dos Mebêngôkre não era tanto o kube [branco] em si, mas aquilo em que nele se objetivava e que dele se pretendia

apropriar: seus objetos, sua cultura material, sua expressividade técnica e estética (Gordon, 2006, p. 143).

5 De uma Época e de uma Série a Outra num Grupo de Transformações

Do modelo das guerras com saques ao modelo dos saques sem guerras, as transformações nos modos de relação desses grupos indígenas com a alteridade não indígena parecem ser inversões de uma série em outra. Tais inversões foram de certo acionadas pelas condições práticas do contato. Mas, ao se realizarem, elas foram correlativamente transformações históricas da ordem dos eventos e transformações analógicas da ordem da estrutura. Nessa história dos contatos, no início, como no fim, passar de uma série a outra, de um presente a um futuro concebível como possível, ou a um impossível plausível, foi mudança orientada tanto pelas “estruturas potenciais das experiências” definidas por Viveiros de Castro (1992, p. 33) como cultura, como pelas conjunturas históricas vividas.

Do ponto de vista da ordem interna da cultura, já são inúmeros os trabalhos de etnologia a demonstrar como as diferentes cosmologias indígenas sempre incorporam os não indígenas ao seu escopo. Lévi-Strauss (1993) o demonstrou na História de Lince; Sahlins (1990, 2008), por meio do conceito de mitopraxis, na história dos contatos no Havaí; e nas terras baixas sul-americanas desde os anos 1980 proliferaram contribuições entre diferentes povos e grupos linguísticos (Hill, 1988; Santili, 2002; Erikson, 2002; Wright, 1989, 2002; Turner, 1992; Teixeira-Pinto, 2002; Albert, 1992; Gallois, 1989; Gallois, 2002; Chernela, 1988; Farage, 2002; Menéndez, 1989, entre outros) que enfatizaram as interpretações míticas e históricas na história dos contatos. Apesar da incorporação cognitiva e semântica da alteridade não indígena ser contextual e particular a cada um dos recortes etnológicos e históricos, é comum as cosmologias das terras baixas sul-americanas associarem os não indígenas a seres ou “espíritos” maléficos, destruidores, canibais, comedores de terra e de floresta, propagadores de doenças, enfim, inimigos.

A associação não parece ter sido diferente para a história dos contatos daqueles grupos Cayapó. As homologias entre estrangeiros e inimigos parecem ter sido o alicerce sobre o qual se edificaram as primeiras relações de contato com os não indígenas. E essa hipótese tem lastro não só no modelo histórico das guerras de saque sem cativos, mas também nas cosmologias de grupos Jê – Cayapó e nas relações de contato que mantinham com alguns outros grupos indígenas. No último desses casos, desde a primeira menção ao termo (Campos, 1976 [1723], p. 181-182) eles foram descritos como povo cujo “[...] maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar [...]”. Os relatos históricos desses ataques a outros grupos indígenas (Noronha, 1749, 1980 [1751], p. 131; 1751) retrataram ações nas quais eles matavam todos os homens adultos, roubavam o que podiam e levavam mulheres e crianças como cativos; o que fez definir esses ataques num modelo de guerras de saque com cativos (Mano, 2020), em clara analogia ao modelo das guerras

de saque sem cativos movidas contra os não indígenas⁶. Portanto, independentemente do inimigo e o de que cada um poderia oferecer (num caso somente bens, noutro bens e pessoas), a guerra foi, naquele momento, o modo relacional e simbólico do contato Cayapó com alguns grupos estrangeiros. E esse mesmo tratamento belicoso e hostil com a alteridade aparece em suas cosmologias. Em mais de um relato a definição de uma humanidade plena sugere a morte e o roubo de bens de suas entidades míticas. Atributos de personificação e elementos de cultura e sociabilidade, tais como a bravura, o fogo, as pinturas corporais, os nomes bonitos, as danças e os adornos plumários foram, no tempo mítico, tomados, roubados ou pilhados dos outros seres, como os peixes, a onça e a águia (Lukesch, 1976; Vidal, 1977; Gordon, 2006). Em face desse lastro, é possível perceber, como já alertava Lévi-Strauss (1993), que o lugar do não indígena já estava reservado nas cosmologias e ações históricas de contato. Esses grupos Cayapó colocaram então em ação um modelo relacional e simbólico⁷ no qual os não indígenas, representados como estrangeiros inimigos, deviam ser mortos e saqueados. Tal conclusão vale não apenas para a história, mas pode ser consubstanciada com etnografias de grupos Jê. Entre os *Kayapó-Menkragnoti*, Verswijver (1992) observou a existência das guerras externas, ataques movidos por grupos de jovens guerreiros a estabelecimentos de brasileiros, cujo objetivo era sobretudo o butim. Entre os *Xikrin Mebengokré*, Górdon (2006, p. 213) sugere, a partir de relatos míticos, que a construção da pessoa passa pela transformação de um estado passivo (*uabô*) para ativo (*akré*) quando eles se tornam guerreiros e caçadores valentes, bravos e perigosos. Esse mesmo autor, ratificado por Turner (1992), também já demonstrou como boa parte dos objetos aferidos dos não indígenas serviam como objetos de prestação e circulação interna entre as pessoas (Gordon, 2006, p. 305).

Dizer que a estrutura da guerra de saque tem lastro na história dos contatos com os não indígenas e nas formas comuns de relação desses grupos Cayapó com a alteridade, não significa dizer, porém, que ela é da ordem apenas da cultura. Não é por já estar dada naquele momento como possibilidade tangível que a escolha pela guerra aboliu o sujeito histórico. Entre os concebíveis possíveis e os impossíveis plausíveis que estruturaram potencialmente as diferentes linhas de atuação, foi necessário a esses grupos indígenas escolherem e agirem em direção a uma delas. Foi, portanto, de forma reativa aos sucessivos ataques e invasões territoriais sofridas pela ação das frentes de expansão dos não indígenas que os Cayapó escolheram de maneira consciente, planejada, estratégica e deliberada atacar, matar e saquear os não indígenas. E deve ter sido também de forma consciente e deliberada que buscaram, internalizaram e fizeram circular os bens obtidos em suas guerras de saques.

Se considerarmos esses fatos do ponto de vista tanto de uma política de ação como de uma simbólica da alteridade, o modelo das guerras de saque sem cativos parece indicar uma série de correspondências e analogias. Na verdade, há tempos sabe-se que o protótipo ou arquétipo da alteridade entre povos das terras baixas sul-americanas

⁶ As implicações e as diferenças profundas entre os dois modelos de guerra de saque (com cativos e sem cativos) foi explorada em Mano (2020) e, por isso, não serão aqui abordadas de forma aprofundada.

⁷ A ideia aqui empregada de atualização das estruturas não significa a existência, antes dos contatos com os não indígenas, de uma estrutura original e/ou tradicional. Ela era a estrutura possível naquele momento histórico de seu desenvolvimento. Afinal, o próprio Lévi-Strauss (2008) argumentou que novas estruturas são transformações de estruturas antecedentes, e, assim, a história não pode mesmo ter começo. Pensar a história indígena com base na noção de que ela começa com os contatos com os não indígenas não passa de uma perniciosa e já superada ilusão.

pode se estender do outro inimigo (Viveiros de Castro, 2013) aos mortos (Carneiro da Cunha, 1978) e aos animais (Árhem, 1993; Descola, 1986; Erikson, 1987). No caso em tela, entre o estrangeiro inimigo, sua morte e o saque de seus bens, a guerra pode ter sido concebida como estratégia homóloga à caça (Fausto, 2001) e a onça, senhora da caça, pode ter fornecido o protótipo do outro – inimigo (Viveiros de Castro, 1992, 1996). Mas para sermos coerentes, essas analogias não podem ser apenas de ordem cultural, subjetiva ou do espírito. Antes de qualquer inferência é preciso considerar a caça uma atividade empírica primordial voltada para a morte violenta do animal, tal como a guerra para a morte violenta do inimigo. Na práxis da caça as relações entre homem e animal são, por isso, de punção ou de “trocas negativas”, porque marcadas pelas assimetrias (Carvalho, 1985, p. 178; Carvalho, 2015, p. 38). Além disso, e empiricamente, as relações assimétricas podem exigir compensação e mudar de direção, pois não só o caçador pode dar morte ao animal como pode, ele mesmo, ser morto e atacado por animais/feras selvagens, cujo protótipo é então a onça. Talvez por isso Lévi-Strauss (1996, p. 87) tenha notado “[...] o jaguar e o homem termos polares, cuja oposição é duplamente formulada na linguagem comum: um come comida crua; e, sobretudo, o jaguar come o homem, mas o homem não come o jaguar”. Uma última associação entre caça e guerra pode ainda ser feita: quando bem-sucedidas, na caça e na guerra a morte infligida ao outro resulta no saque das qualidades dos vencidos. Em face disso, o campo de associações que liga estrangeiro inimigo a animal abatido e/ou fera predadora parece não depender apenas de uma máquina de conversão de códigos, mas é coextensivo a uma prática objetiva com estratégias conscientes de ação. Se essa análise dos dados estiver correta, as analogias e correspondências que o modelo das guerras de saque sem cativos sugere podem ser pensadas na expansão de uma equação inicialmente apresentada por Fausto (2001). Guerra : inimigo :: Caça : fera selvagem :: Insulto e morte : saque violento. Isso significa que nas guerras os não indígenas eram inimigos, à semelhança de como, na caça, as feras são selvagens; assim como a eles, inimigos e feras, se dá morte e se saqueiam violentamente seus bens.

A conversão de códigos e a tradução de uns nos outros não esteve, porém, como temos insistido, alheia ou acima da conjuntura. A história dos contatos desses grupos mostra a insurgência do tempo, a passagem de uma época a outra dentro de um grupo de transformações históricas, assim como mostra que a estrutura tem uma diacronia interna (Sahlins, 1990, 2008). Frente às novas condições do contato, um repertório de possibilidades de ação deve ter se aberto para esses grupos indígenas. Alguns escolheram a migração, como atestam as relações desses grupos do século XVIII com os atuais Panará, como acima mencionado (Ewart, 2015, p. 203; Giralдин, 1997, p. 121; Heelas, 1979; Turner, 1992, p. 312-313; Schwartzman, 1987, p. 264-265). Nesse caso, o caminho tomado foi o inverso do contato, porque a migração sugere fuga, evitação, distanciamento e silêncio frente ao inimigo – fera omnipresente. Outros grupos, porém, ao invés da migração escolheram a aproximação, o diálogo, a negociação, a domesticação e amansamento do inimigo – fera. Ao escolherem esse caminho, traçaram a rota à sua maneira, por suas escolhas conscientes e por uma política de ação cujo resultado continuou sendo o saque. Assim, a passagem de uma época de guerras para uma época de paz pode mostrar como a

negociação do aldeamento foi simultaneamente escolhas de estratégias de ação – agências e interesses – e atualização e transformações na simbólica da alteridade.

As transformações para a negociação do aldeamento agiram como mudança histórica de estratégias de contato e inversão analógica numa estrutura de correspondência. Comparativamente ao modelo das guerras de saque sem cativos, o modelo dos saques sem guerras atuou como transformação daquela série anterior, pensadas na equação. Paz : amigo :: criação doméstica : dócil :: Reciprocidade e diálogo : saque negociado. Isso significa que, por inversão do modelo das guerras de saque, no de saque sem guerra, mediado pela paz, os não indígenas eram amigos, à semelhança de como animais domésticos são dóceis; assim como com eles, amigos e domesticados, se estabelecem reciprocidade e diálogo com vistas ao saque negociado.

Mas se “[...] o essencial numa estrutura de um grupo de transformações é que as transformações não têm direção privilegiada” (Barbosa de Almeida, 1999, p. 176), passar da guerra à paz ou vice-versa sempre foram alternativas abertas. Mesmo durante os combates negociados, os dados históricos atestam as inconstâncias, desconfianças, malícias, traições, rebeldias, roubos e fugas; a tal ponto de as autoridades coloniais seguidamente afirmarem que “[...] à sombra da paz [...] seria bem depressa perturbada [...] porque tornariam a internar-se pelos sertões e nos fariam mais cruel e desvantajosa guerra” (Menezes, 1919e [1784], p. 169). Como na física moderna (Rovelli, 2018, p. 90 e ss.), nessa história dos contatos, as mudanças, a estrutura temporal de relações entre os eventos “[...] não acontecem numa única ordem [...]”, e nela “[...] não existe tempo comum nem direção privilegiada de mudança”. Nesse caso, a metáfora linguística dos impossíveis plausíveis talvez possa ser a do palíndromo – palavra, ou frase, que independentemente da direção em que é escrita e lida (de frente para trás ou vice-versa) – mantém o seu sentido.

6 Considerações Finais

As evidências de um conjunto histórico e etnológico concreto como aqui traçado parecem indicar que essa história indígena dos contatos articulou relações entre estrutura e estratégia sem sobreposições hierárquicas. Esses grupos indígenas foram agentes conscientes da história vivida, agiram e articularam redes com o mundo exterior *pari passu* às transformações históricas que vivenciavam. Fizeram escolhas em defesa de seus interesses, e, por meio do controle dessa política do contato, trilharam conscientemente os caminhos escolhidos. Mas, parece, a escolha dos caminhos pode ter sido realizada à base de um inventário de possibilidades de ação. Das guerras de saque sem cativos às migrações ou aos saques sem guerras, a simbólica da alteridade também se transformou dentro de uma máquina de conversão de códigos que não teve direção privilegiada. Daí, na simbólica e na história, ir da guerra à paz e da paz à guerra sempre foram alternativas possíveis.

Se a história indígena quer estar em consonância com a Antropologia, ela deve minimamente admitir que os códigos da cultura – as tais “estruturas potenciais das experiências” – devem servir para informar ou situar os homens no mundo. E, ao contrário

do que pensa uma história indígena no Brasil (Santos, 2017, p. 338), essas análises não nos parecem alheias, externas às sociedades indígenas. Pelo contrário, encontram nos signos parte das forças das transformações. Nessa perspectiva, os signos não podem, porém, ser tomados apenas com base em seus valores intrínsecos, internos, mas em suas relações conativas com as realidades que representam. Mesmo na linguística a proeminência da língua em relação a fala não abole nem o sujeito falante, nem as relações e sentidos dos signos que usa com o contexto no qual e para o qual fala. E, afinal, na etnologia também já está demonstrado como elementos da cultura adquirem significações simultaneamente dadas pelo contexto da cultura e pelo contexto dos contatos (Carneiro da Cunha, 2014, p. 239). Do mesmo modo, a estrutura cultural não abole e não determina o sujeito histórico que age; ela apenas fornece os encaminhamentos possíveis, os impossíveis plausíveis e os completamente impossíveis que serão avaliados e traçados por meio apenas das escolhas e ações consciente dos sujeitos. Nessas escolhas, devem de certo haver cismas e debates dentro do grupo, e as possibilidades de ação podem constituir uma multiplicidade de trajetórias. Tomadas em seu todo elas não desenharam estruturas, mas traçados tortuosos, estratégias diversificadas e diferentes destinos históricos. Isolada dessa rede não estruturada, a transformação da guerra em “paz e amizade” foi apenas uma das escolhas desses grupos Cayapó. Justamente por isso, esses sujeitos não foram filtros de suas realidades ou marionetes de seus esquemas simbólicos, mas seus próprios criadores.

De um só golpe, nessa Antropologia, parecem cessadas as antinomias entre estrutura e estratégia, interno x externo, lógica cultural x lógica histórica, consciente x inconsciente, interesse x signo, cuja metáfora pode ser tomada do exemplo clássico da garrafa de Klein (Lévi-Strauss, 1986, p. 201), superfície não orientável na qual não são claramente definíveis e/ou consistentemente separáveis o dentro (interior) e fora (exterior); a estrutura e conteúdo. Pensar ou propor uma história indígena apartada ou situada em apenas em um dos termos é insistir na reprodução de um determinismo das circunstâncias práticas ou num estruturalismo limitado, limitante, binário, fixo e estático. Em todo canto, uma nova leitura antropológica de “base estruturalista” tem incorporado o conceito de estratégia ao conceito de estrutura (Bensa, 2015; Viveiros de Castro, 1995). Estrutura e estratégia são, então, esferas coextensivas e indissociáveis, e nos parece ser essa uma das próprias condições metodológicas do estruturalismo. Com base nele e além dele, diversas etnografias dos povos indígenas amazônicos têm mostrado que para entender esses povos como agentes históricos é preciso entender os significados culturais de suas ações, tanto no presente quanto no passado. Seja por meio de narrativas históricas do contato que tenham por referência o parentesco (Gow, 1991), ou por aquelas que tenham por referência os mitos e suas transformações (Albert, 1992; Carneiro da Cunha, 2014; Gow, 2001; Hill, 1988), já se encontra bem desenvolvida na etnologia a compreensão das indissociabilidades e imbricações entre estrutura e estratégia. Aquelas oposições nefastas e caducas encontram-se desde sempre solucionadas e superadas; porque “[...] na verdade existem regras e estratégias [...]” (Lévi-Strauss; Eribon, 1990, 134) e, por isso, está “[...] aberta uma via intermediária entre a ordem da estrutura e a do evento [...]” (Lévi-Strauss, 1983, p. 1229); afinal, “[...] é necessário que, por colaboração entre tradição coletiva e invenção individual se elabore e se modifique continuamente uma estrutura” (Lévi-Strauss, 1989, p. 210).

A história dos contatos de alguns grupos Jê – Cayapó com os não indígenas durante o século XVIII parece mostrar também como suas ações e transformações históricas dependeram tanto de suas simbólicas das alteridades como do contexto prático de negociações. As primeiras forneceram as estruturas potenciais e os concebíveis da ação, e a segunda aponta o contexto das experiências vividas; e ambos foram arsenais em interação constante e renovação contínua. Houve ações estruturadas e ações estruturantes e, por isso, parece sensato neste caso situar as forças das transformações nas imbricações do campo pragmático de ação com o campo cultural das significações.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para o desenvolvimento de projeto de pesquisa, cujos resultados possibilitaram a elaboração deste artigo.

Referências

- ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 89, p. 151-189, 1992.
- ARAUJO, Francisco Lopes de. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo [Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão], Cuiabá, 16 de setembro de 1773**. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, catálogo Arquivo de Mateus, código: MS 553 (17) doc. 68, I-30, 9, 26, n. 3, 1773a.
- ARAUJO, Francisco Lopes de. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo [Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão], Cuiabá, 5 de julho de 1773**. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, catálogo Arquivo de Mateus, código: MS 553 (17) doc. 67, I-30, 9, 26, n. 2, 1773b.
- ÁRHEM, Káj. Ecosofia makuna. In: CORREA, F. (org.). **La selva humanizada: Ecologia alternativa en el tropico humedo colombiano**. Bogota: Instituto Colombiano de Antropología, 1993. p. 109-126.
- ATAÍDES, Jézus M. **Documenta indígena do Brasil central**. Goiânia: UFG, 2001.
- AZEREDO, Jorge P. **Requerimento do administrador dos contratos das entradas das Minas de Goiás, ao rei [D. João V] solicitando providencias quanto os insultos cometidos pelos índios Caiapós e Acroá-Assú nos caminhos que vão para as ditas Minas [...]**. Goiás, 23 de fevereiro de 1747. (Arquivo Histórico Ultramarino, código: AHU-ACL-CU-008, cx. 4, d. 326).
- BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro. Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura em Lévi-Strauss. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 42, n. 1 e 2, p. 163-197, 1999.
- BARROS, Manoel de. Notícia 7ª Prática – Roteiro verdadeiro das Minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varradouros, e descarregadouros das canoas. In: A. TAUNAY, A. E. (org). **Relatos monçoneiros**. São Paulo: Livrara Martins, 1976. p. 141-147.
- BENSA, Alban. **Después de Lévi-Strauss: por una antropologia de escala humana**. México: FCE, 2015.

- BOTELHO, Manuel Ferraz de Sampaio. Carta ao governador de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta. Porto Feliz, 15 de outubro de 1809. **Documentos Interessantes para a história e os costumes de São Paulo**, São Paulo, v. 3, Tipografia Cardozo e Filhos, p. 105-108, 1913a.
- BOTELHO, Manuel Ferraz de Sampaio. Plano para a catequização dos gentios à margens do Paraná. Porto Feliz, 17 de fevereiro de 1810. **Documentos Interessantes para a história e os costumes de São Paulo**, São Paulo, v. 3, Tipografia Cardozo e Filhos, p. 109-113, 1913b.
- CAMELLO, João Antônio Cabral. Notícias práticas das Minas de Cuiabá e Goias que dá ao reverendo Padre Diogo Soares 1727. In: TAUNAY, A. E. (org). **Relatos monçoneiros**. São Paulo: Livraria Martins, 1976. p. 114-123.
- CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos. 20 de maio de 1723. In: TAUNAY, A. E. (org). **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins, 1976. p. 181-200.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os mortos e os outros**: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios krahó. São Paulo: Hucitec, 1978.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosaic & Naif, 2014.
- CARTA dos oficiais da Comarca de Vila Boa, ao rei [D. José], expondo as atrocidades cometidas pelos índios Caiapós e insistindo na guerra ofensiva como único meio de repressão. Vila Boa, 11 de junho de 1757. (Arquivo Histórico Ultramarino, código: AHU- ACL-CU-008, cx. 14, d. 856).
- CARVALHO, Sílvia Maria S. de. 1985. O trickster como personificação de uma práxis. **Perspectivas**, [s.l.], v. 8, p. 177-187, 1985.
- CARVALHO, Sílvia Maria S. de. **Mitos e Práxis**: por uma antropologia marxiana. São Paulo: Terceira Margem, 2015.
- CARVALHO, José d'Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Ofício à Joaquim José Freyre de Andrade, 15 de novembro de 1774. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, [s.l.], v. 84, n. 117, p. 98-106, Imprensa Nacional, 1919.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1989.
- CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)**. 2. ed. São Paulo; Brasília, DF: Nobel; INL, 1983.
- CHERNELA, Janeth M. Righthing history in the northwest amazon: myth, struture and history in an Arapáço narrative. In: HILL, Jonathan (org). **Rethinking history and myth – indigenous south american perspective on the past**. Chicago: Univesrity of Illinois press, 1988. p. 35-49.
- CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei [D. José], sobre a carta [do governador e capitão general de Goiás], conde de São Miguel [D. Alvaro José Xavier Botelho da Távora], acerca dos insultos dos índios Caiapós ao guarda mor de Goiás, Baltazar de Godoi Bueno e Gusmão [...]. Lisboa, 23/09/1758. (Arquivo Histórico Ultramarino, código: AHU-ACL-CU-008, cx. 15, d. 907).
- DESCOLA, Philippe. **La nature domestique**: symbolisme et praxis dans l'écologie des achuar. Paris: Éd. de la Maison de Sciences de l'Homme, 1986.
- ERIKSON, Philippe. De l'approvisionnement à l'approvisionnement: Chasse, aliance et familiarisation en Amozonie amériendienne. **Techniques & Culture**, [s.l.], p. 105-140, 1987.
- ERIKSON, Philippe. Reflexos de si, ecos de outrem: efeitos do contato sobre a auto-representação Matis. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.) **Pacificando o Branco**: cosmologias dos contatos no norte amazônico. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. p. 179-204.

EWART, Elizabeth. Fazendo pessoas e fazendo roças entre os Panará do Brasil Central. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 48, n. 1, p. 9-35, 2015.

FARAGE, Nádia. Instruções para o presente: os brancos em práticas retóricas Wapishana. *In*: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.). **Pacificando o Branco**: cosmologias dos contatos no norte amazônico. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 507-531.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. SP: Editora Universitária USP, 2001.

GALLOIS, Dominique Tilkin. O discurso Waiapí sobre o outro – um profetismo moderno. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 30/31/32, p. 457-467, 1989.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Nossas falas duras: discurso político e auto-representação Waiãpi. *In*: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.). **Pacificando o Branco**: cosmologias dos contatos no norte amazônico. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 205-237.

GARCIA, Elisa. Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará**: luta e sobrevivência de um povo Jê do Brasil central. Campinas, SP: ed. da Unicamp, 1997.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas: um histórico da presença Cayapó – Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro. **Sociedade e Cultura**, [s.l.], v. 3, n. 1-2, p. 161-184, 2000.

GIRALDIN, Odair. Fazendo guerra; criando imagens; estabelecendo identidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Cayapó no século XVIII. **História em Revista**, Goiás, v. 6, p. 55-74, 2001.

GORDON, Cesar. **Economia selvagem**: ritual e mercadoria entre os Xikrin Mebêngôkre. São Paulo, EdUNESP/ISA, 2006.

GOUVEIA, José Gomes de. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo [Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão], Mogi Mirim, 18 de setembro de 1772**. Biblioteca Nacional, secção de manuscritos, catálogo Arquivo de Mateus, código: MS 553 (18) doc. 124, I-30, 12, 17, n. 39, 1772a.

GOUVEIA, José Gomes de. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo [Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão], Mogi Mirim, 16 de outubro de 1772**. Biblioteca Nacional, secção de manuscritos, catálogo Arquivo de Mateus, código: MS 553 (18) doc. 125, I-30, 12, 17, n. 40, 1772b.

GOW, Peter. **Of Mixed Blood**: Kinship and History in Peruvian Amazonia – Oxford Studies in Social and Cultural Anthropology. Oxford: Oxford University Press, 1991.

GOW, Peter. **An Amazonian Mith and Its History**: Oxford Studies in Social and Cultural Anthropology. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HEELAS, Richard Hosie. **The social organisation of the Panará, a Gê tribe of Central Brazil**. 1979. 463p. Tese (Phd Philosophy) – St. Catherine's Colege, University of Oxford, Oxford, 1979.

HILL, Jonathan. (org.). **Rethinking history and myth**: indigenous south american perspective on the past. Chicago: University of Illinois press, 1988.

KARASCH, Mary. Damiana da Cunha: catechist and sertanista. *In*: SWEET, D.; NASH, G. (org.). **Struggle and survival in colonial America**. Berkeley: University of California Press, 1981. p. 102-120.

KARASCH, Mary. Conflito e resistência inter-étnicos na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1780. **Revista da SBPH**, [s.l.], v. 12, p. 31-49, 1997.

KARASCH, Mary. Índios aldeados: um perfil demográfico da Capitania de Goiás (1755-1835). **Habitus**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 21-38, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Histoire et ethnologie. In: ÉCONOMIES, SOCIÉTÉS, CIVILISATIONS. 38^a année, n. 6, p. 1217-1231, 1983. **Anais [...]**. [s.l.], 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A oleira ciumenta**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural dois**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas – Lo crudo y lo cocido**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **História de Lince**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. 5. impr. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas IV – O homem nu**. São Paulo: Cosacnaif, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. **De perto e de longe**. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: Edufu, 2005.

LUKESCH, Anton. **Mito e vida dos índios Cayapós**. São Paulo: Pioneira, 1976.

MANO, Marcel. Guerras e Saques: apropriações e incorporações diferenciais das alteridades entre os Jê: Cayapó meridionais. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 63, n. 3, e178850, 2020.

MANO, Marcel. Entre necessidades e contingências: políticas indígenas nos sertões de Goiás (1781-1832). **Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, [s.l.], v. 16, n. 2, e20200055, 2021.

MANO, Marcel. Contatos e intersecções culturais numa área de fronteira: passado e presente indígena no Triângulo Mineiro. **Revista Habitus**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 170-189, 2022.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: COLEÇÃO OS PENSADORES. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 103-132.

MASCARENHAS, Luís de. **Carta ao rei [d. João V] sobre as atrocidades praticadas pelo gentio Cayapó, 30 de março de 1742**. [1742]. (Arquivo Histórico Ultramarino. Códice: AHU- ACL-CU-008, cx. 2, d. 179).

MASCARENHAS, Luís de. Registro de um bando sobre a guerra que se pretende fazer ao gentio Cayapó, 17 de fevereiro de 1745. **Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo**, Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, v. 22, p. 185-187, 1896a.

MASCARENHAS, Luís de. Regimento que há de usar os Capitães de cavalo para a conquista do gentio Cayapó, 6 de janeiro de 1742. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, v. 22, p. 166-169, 1896b.

MASCARENHAS, Francisco. A. Ofício ao visconde d'Anadia, 15 de maio de 1806. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 269-294. 1919.

MELO, João M. **Ofício ao secretário de Estado [Francisco Xavier de Mendonça Furtado] sobre os novos ataques dos índios Cayapó e Xavante, Vila Boa, 7 de junho de 1764**. [1764]. (Arquivo Histórico Ultramarino, Códice: AHU-ACL-CU-008, cx 20, d. 1220).

- MENÉNDEZ, Miguel Angel. A presença do branco na mitologia Kawahiwa. História e identidade de um povo Tupi. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 30/31/32, p. 351-353, 1989.
- MENEZES, Luís da Cunha. Ofício à Martinho de Mello e Castro, março de 1780. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 133-136, 1919a.
- MENEZES, Luís da Cunha. Ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro, 20 de julho de 1781. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 139-143, 1919b.
- MENEZES, Tristão da Cunha. Ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, 16 de janeiro de 1784. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 152-156, 1919c.
- MENEZES, Tristão da Cunha. Ofício à Martinho de Mello e Castro, 20 de junho de 1784. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 136-138, 1919d.
- MENEZES, Tristão da Cunha. Carta à Vossa Real Majestade, 28 de dezembro de 1784. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 160-170, 1919e.
- MONTEIRO, John. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Aduato (org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 237-249.
- MORI, Robert. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes**: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX. 2015. 232p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- NEVES, Rita R. **Requerimento ao rei [d. José] solicitando moratória por tempo de cinco anos, Goiás, 23 de janeiro de 1762**. [1762]. (Arquivo Histórico Ultramarino, códice: AHU-ACL-CU-008-cx.18-doc.1072).
- NIMUENDAJU, Curt. **Textos indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982.
- NORONHA, D. Marcos. **Carta ao rei D. João V. Vila Boa, 29/12/1749**. [1749]. (Arquivo Histórico Ultramarino, códice: AHU-ACL-CU-008, cx. 5, d.427).
- NORONHA, D. Marcos. Carta ao Padre Bento Soares, Vila Boa, 16/03/1751. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, [s.l.], n. 9, p. 130-131, 1980.
- NORONHA, D. Marcos. **Carta ao rei D. José. Vila Boa, 24/01/1751**. [1751]. (Arquivo Histórico Ultramarino, códice: AHU-ACL-CU-008, cx. 6, d.465).
- OVERING, Joanna. O mito com história: um problema de tempo, realidade e outras questões. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 105-140, 1995.
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 30/31/32, p. 111-132, 1989.
- RESOLUÇÃO da Junta para o estabelecimento de uma fazenda de gado no lugar de Salinas para subsistência dos Índios da nação Cayapó situados na Aldeia de Maria. 18 de janeiro de 1786. Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás. Fundo Real Fazenda, Sessões da Junta, Atas, v. I, 1786, 04.02.013, cx. 194, fl. 64v-65.
- ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. p. 409-413.
- ROVELLI, Carlo. **A ordem do tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história no reino das Ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- SANTILI, Paulo. Trabalho escravo e brancos canibais: uma narrativa histórica Macuxi. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.). **Pacificando o Branco**: cosmologias dos contatos no norte amazônico. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. p. 487-505.

- SANTOS, Maria Cristina. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. **História**, Unisinos, v. 21, n. 3, p. 337-350, 2017.
- SCHWARTZMAN, Stephan. **The Panará of the Xingu National Park, the transformations of a society**. 1987. Phd. Tese. Chicago. University of Chicago, 1987.
- TAUNAY, Afonso de E. **História das bandeiras paulistas**. 3. ed. São Paulo; Brasília, DF: Melhoramentos; INL, 1975. v. 2.
- TEIXEIRA-PINTO, Marnio. História e cosmologia de um contato: a atração dos Arara. *In*: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.) **Pacificando o Branco: cosmologias dos contatos no norte amazônico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 405-429.
- TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. *In*: CARNERIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 311-338.
- VASCONCELOS, José de Almeida. Ofício ao Marques de Pombal. 21 de julho de 1775. **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, Imprensa Nacional, v. 84, n. 117, p. 112, 1919.
- VIDAL, Lux Boelitz. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os kayapó-xikrin do Rio Catete**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- VERSWIJVER, Gustaaf. **The club-fighters of the Amazon – Warfare among the Kayapó indians of Central Brazil**. Gent: Rijksuniversiteit te Gent, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 35, p. 21-34, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- WRIGHT, Robin Michael. Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 30/31/32, p. 355-381, 1989.
- WRIGHT, Robin Michael. Ialanawinai: o branco na história e mito Baniwa. *In*: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.). **Pacificando o Branco: cosmologias dos contatos no norte amazônico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 431-468.

Marcel Mano

Doutor em Antropologia pela Unicamp. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Museu de Antropologia e Arqueologia (MANA-UFU).

Endereço profissional: Av. João Naves de Ávila, n. 2.121, Bloco 1 H sala 26, Câmpus Santa Mônica, Uberlândia, MG. CEP: 38408-100.

E-mail: marcelmano@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0373-104X>

Como referenciar este artigo:

MANO, Marcel. O Impossível Plausível: transformações e história dos contatos de Grupos Jê – Cayapó. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e95755, p. 183-204, setembro de 2024.